

DENIS PEREIRA TAVARES

“É ESSE CONJUNTO QUE IMPORTA PRESERVAR, NO SEU TODO.”
NEGOCIAÇÃO E CONFLITO NA IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE
PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL EM MINAS GERAIS (1937-1967)

Belo Horizonte
2016

DENIS PEREIRA TAVARES

**“É ESSE CONJUNTO QUE IMPORTA PRESERVAR, NO SEU TODO.”
NEGOCIAÇÃO E CONFLITO NA IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE
PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL EM MINAS GERAIS (1937-1967)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Helena Alves da Silva

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
2016

981.51 T231e 2016	<p>Tavares, Denis Pereira</p> <p>‘É esse conjunto que importa preservar, no seu todo’ [manuscrito] : negociação e conflito na implantação de uma política de preservação patrimonial em Minas Gerais (1937-1967) / Denis Pereira Tavares. - 2016.</p> <p>285 f.</p> <p>Orientadora: Regina Helena Alves da Silva.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. História – Teses. 2. Patrimônio cultural - Teses 3. Brasil. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 4. Minas Gerais – História - Teses. I. Silva, Regina Helena Alves da. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------------------------	--

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“‘É esse conjunto que importa preservar, no seu todo’. Negociação e conflito na
implantação de uma política de preservação patrimonial em Minas Gerais (1937-1967).”

Denis Pereira Tavares

Tese defendida e aprovada, em 03 de junho de 2016, pela banca examinadora
constituída pelos professores:

Profa. Dra. Regina Helena Alves da Silva – Orientadora

UFMG

Prof. Dr. Luiz Henrique Assis Garcia

UFMG

Prof. Dr. Danilo José Zioni Ferretti

UFSJ

Profa. Dra. Rita Lages Rodrigues

UFMG

Prof. Dr. José Newton Coelho de Meneses

UFMG

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses quatro anos, dediquei-me dia-a-dia na construção desta tese. Empreguei grande parte do meu tempo nela, em intermináveis atividades de leitura e fichamento de textos, em pesquisas nos volumosos maços e pastas de arquivos, em tratamento e análise de inúmeras fontes e documentos coletados e em processos prolongados de escrita. Aos poucos a tese tomou conta da minha rotina, de modo que dela já não podia escapar. Até mesmo nas conversas corriqueiras e sem propósito, nos momentos de ócio e procrastinação, no banho, na cama, nas noites bem ou mal dormidas, no café da manhã, nas tardes de ida e volta da faculdade me peguei pensando na costura da tese, e, voluntária ou involuntariamente, esses pensamentos me tomavam de assalto. Por vezes o processo de escrita consumiu minhas forças, um desgaste tanto físico quanto mental. Minha exigência de qualidade alternava entre a empolgação e a desesperança a cada resultado obtido. Durante o processo de estruturação da tese estive um tanto quanto solitário e esse isolamento só aumentou o meu desgaste. Poderia ter tirado maior proveito das interlocuções e trocas de ideias com os pares do ambiente acadêmico, mas essas ocasiões foram raras, ou não passaram de uma mera vontade da minha parte.

De todo modo, agradeço a minha esposa e companheira Fernanda Luiza pela compreensão, pelo apoio incondicional e pela força que sempre me deu, sobretudo nos momentos mais difíceis, tornando-os mais suportáveis.

Agradeço a minha avó Laudelina, a minha mãe Ivanete e ao meu pai Divino pelos ensinamentos da vida.

Agradeço aos amigos Gabriel Abílio, Luiz Felipe Cândido, Raquel Dumont, Carlos Henrique Cruz, Mariana Teixeira, Marcelo Rodrigues Dias, Maria Francisca Freitas, Danton Freitas, Flávia Freitas e Fabrizio Teixeira por acompanharem parte do meu percurso no doutorado, por ouvirem atentamente minhas ideias, projetos, queixas e reclamações, e por trazerem sempre a empatia, o incentivo e o carinho necessários.

Agradeço à Regina Helena Alves da Silva pela autonomia que me conferiu durante esse processo de doutoramento.

Agradeço aos professores José Newton Coelho Meneses e Luiz Henrique Assis Garcia por acompanharem partes do meu percurso acadêmico desde o mestrado. Os encontros do grupo de estudo “Temporalidades do Patrimônio” foram úteis, então agradeço novamente ao Luiz Henrique Assis Garcia e Rita L. Rodrigues, seus coordenadores. Agradeço também ao professor Danilo José Zioni Ferretti pela disponibilidade e atenção de sempre.

(Primavera nos Dentes – Secos & Molhados)

“Quem tem consciência para ter coragem.

Quem tem a força de saber que existe.

E no centro da própria engrenagem

Inventa a contra-mola que resiste.

Quem não vacila mesmo derrotado.

Quem já perdido nunca desespera.

E envolto em tempestade decepado

Entre os dentes segura a primavera.”

RESUMO

Durante a chamada “fase heroica” do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que corresponde ao período no qual Rodrigo Melo Franco de Andrade assumiu a direção deste órgão (1937-1967), houve uma concentração das ações de preservação e de tombamentos no Estado de Minas Gerais. Os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos das cidades mineiras tombadas passaram por uma espécie de “regime especial de preservação”, baseado no rígido controle das fachadas de suas edificações, bem como na imposição de condições de uso e conservação de sua paisagem urbana. A patrimonialização dos conjuntos urbanos mineiros suscitou questionamentos, discordâncias e também uma série de dúvidas acerca de quais procedimentos deveriam ser adotados pelas municipalidades. Além disso, a preservação de objetos que até então não eram reconhecidos como “patrimônio” gerou estranheza, conflitos de interesses e de valores e nem sempre obteve o consentimento dos habitantes locais. Procuramos, neste trabalho, abordar essas situações de tensões e conflitos em torno da conservação e gestão dos bens patrimoniais entre os técnicos do Serviço do Patrimônio e os agentes locais. Defendemos a tese de que o sucesso das políticas de conservação e salvaguarda dos bens materiais e simbólicos das cidades mineiras tombadas dependia também de uma delicada negociação entre o órgão federal de preservação do patrimônio e os poderes locais. Tendo em vista os variados e, por vezes, antagônicos interesses em torno da preservação de um “patrimônio comum”, indagamos se o projeto de construção do “patrimônio histórico e artístico nacional” adquiriu ressonância simbólica no conjunto da população, transcendendo as fraturas e os conflitos sociais entre classes, etnias e grupos, servindo então como substrato para integrar e unificar uma identidade nacional.

Palavras-Chaves: Conjuntos urbanos mineiros, patrimônio cultural, SPHAN, identidade nacional, conflitos de memória.

ABSTRACT

Throughout the so-called “heroic phase” of the National Service of Artistic and Historic Heritage (SPHAN), corresponding to the period when Rodrigo Melo Franco de Andrade took over as the head of the entity (1937-1967), there was an increase in actions of preservation of heritage in the state of Minas Gerais. The architectural complexes of a number of towns declared as national heritage underwent a special regime of preservation, based on strict control over building façades, and on imposing conditions regarding the usage and conservation of the urban landscape. The declaration of such towns as national heritage has raised questioning, disagreement and doubts concerning the procedures to be adopted by the townships. Besides, the inclusion of objects so far not understood as “heritage” has generated awkwardness and conflict of interest, and faced hindrance from the townsfolk. In this work, we aim at approaching the tensions and conflicts regarding the preservation of the heritage by both the SPHAN technicians and local agents. We suggest the SPHAN was forced to negotiate with local authorities over the preservation of its material and symbolic goods, thus questioning whether the construction of a “national artistic and historic heritage” has appealed to the townsfolk, transcending its clashes and social conflicts, and serving as the substrate to the integration of a national identity.

Keywords: urban complexes in Minas Gerais, cultural heritage, SPHAN, national identity, memory conflicts.

LISTA DE IMAGENS

Figura 01 – Tarsila do Amaral. Ouro Preto e Padre Faria – estudos	35
Figura 02 – Mapa da Arquitetura Religiosa de Ouro Preto	63
Figura 03 – Residência de José Olímpio dos Santos	83
Figura 04 – Monumento a Tiradentes	89
Figura 05 – Capela de Nossa Senhora do Rosário	92
Figura 06 – Capela de Nossa Senhora do Rosário Após Restauração	92
Figura 07 – Residência de Armando Alves Horta	95
Figura 08 – Residência de Armando Alves Horta em Concerto	95
Figura 09 – Propriedade de Antônio Medeiros	98
Figura 10 – Fachada do Antigo Liceu de Artes e Ofícios	99
Figura 11 – Panorâmica do Antigo Liceu de Artes e Ofícios	100
Figura 12 – Panorâmica do Cinema de Ouro Preto - Liceu de Artes e Ofícios	100
Figura 13 – Croqui da Requerente Leontina Valente	102
Figura 14 – Residência de Maria Aguillar	105
Figura 15 – Praça João Pinheiro, Mariana	111
Figura 16 – Manifesto “Ao Povo”, de setembro de 1954	114
Figura 17 – Igreja de Nossa Senhora do Carmo (perspectiva lateral)	126
Figura 18 – Igreja de Nossa Senhora do Carmo (perspectiva frontal)	127
Figura 19 – Mapa da Preservação de Mariana	137
Figura 20 – Obras na Propriedade da Viúva de Domingos Souto	144
Figura 21 – Obras na Propriedade de Horário Antônio Oliveira	144

Figura 22 – Rua Getúlio Vargas e Igreja do Carmo	146
Figura 23 – Praça Severiano Resende	149
Figura 24 – Modelo de Ofício Enviado à Polícia	164
Figura 25 – Chácara do Barão do Serro	171
Figura 26 – Sobrado Onde Nasceu Pedro Lessa	171
Figura 27 – Casa Onde Nasceu João Pinheiro	172
Figura 28 – Casa Onde Nasceu Geral Carneiro	172
Figura 29 – Restauração Lateral da Matriz de Nossa Senhora da Conceição	174
Figura 30 – Operários na Matriz de Nossa Senhora da Conceição	175
Figura 31 – Festa de Reinauguração da Matriz de Nossa Senhora da Conceição	175
Figura 32 – Grande Hotel de Ouro Preto	182
Figura 33 – Demolição do Sobrado à Praça Severiano Resende	204
Figura 34 – Incêndio na Casa Tiradentes	211
Figura 35 – Casas da Firma Coelho & Irmão	228
Figura 36 – Projeto Indústria Vinícola Coelho & Irmão Ltda.	230
Figura 37 – Planta da cidade de São João del-Rei	235
Figura 38 – Perímetro de Tombamento de São João del-Rei	236
Figura 39 – Fachada do casarão à rua Artur Bernardes e Marechal Deodoro	245

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 – Construção do Patrimônio Nacional	25
1.1. O Patrimônio Nacional	25
1.2. Antecedentes da Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil	31
1.3. A “Fase Heroica” do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	40
1.4. Consagração Simbólica de Minas Gerais	49
1.5. Patrimônio, Negociação e Conflito	58
Capítulo 2 – A Atuação do SPHAN em Minas Gerais: Aspectos da Gestão dos Conjuntos Urbanos Tombados	71
2.1. Interiorização do Patrimônio	71
2.2. Rotinização dos Critérios de Preservação	83
2.3. Solicitações de Restaurações às Expensas do Patrimônio	103
2.4. Patrimônio Nacional?	115
Capítulo 3 – Tensões e Conflitos na Gestão dos Conjuntos Urbanos Mineiros Tombados	133
3.1. Infrações às Normas de Preservação	134
3.2. Dificuldades na Preservação e Gestão dos Conjuntos Urbanos Mineiros Tombados.....	146
3.3. Preservação do Patrimônio como Caso de Polícia	160
3.4. Denúncias de Abandono do Patrimônio	169
3.5. Lutas de Classificação do Patrimônio	185
Capítulo 4 – Um Patrimônio Negociado: Alianças e Acordos na Gestão dos Conjuntos Urbanos Tombados	215

4.1. Alianças e Redes de Relação do Patrimônio	215
4.2. Delimitação de Perímetros de Preservação: Parcelas do Espaço Negociadas	231
4.3. O Pós Fase Heroica: considerações sobre os conjuntos urbanos mineiros durante as gestões de Renato Soeiro (1967-1979) e Alúcio de Magalhães (1979-1982)	248
Considerações Finais	262
Fontes	268
Referências Bibliográficas	271

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de investigação o momento de criação e condução de uma política cultural de preservação e salvaguarda do “patrimônio histórico e artístico nacional”, encampada pelo Estado brasileiro. Tratamos, portanto, de processos oficiais de reconhecimentos dos bens culturais nos quais o Estado desempenhou um importante papel na construção e invenção de uma tradição. Nesse projeto, o passado foi selecionado para assentar as bases da nação moderna, para representar o “todo nacional” (constituído por uma comunidade de homens com um passado comum). No caso, determinados objetos, lugares e práticas sociais receberam a chancela de “patrimônios” e foram consagrados por um projeto de construção de uma identidade nacional.

Pretendemos perscrutar e analisar os procedimentos políticos de legitimação e afirmação das ações de preservação do “patrimônio nacional” empreendidas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), entre os anos de 1937 e 1967, em Minas Gerais. Para isso, tomaremos como base a gestão dos bens culturais de São João del-Rei, Tiradentes, Ouro Preto, Mariana, Diamantina e Serro, seis cidades mineiras que tiveram seus conjuntos arquitetônicos e urbanísticos tombados, ainda em 1938, e, como consequência, passaram por uma espécie de regime especial de preservação, pautado pela vigilância e controle dos usos de seus espaços e pelas sucessivas ações de conservação e restauro, visando a promoção da imagem de um Brasil tradicional, cujos aspectos da sua paisagem evocariam as origens culturais do povo brasileiro.

Adotamos uma perspectiva panorâmica no intuito de caracterizar uma política de preservação do patrimônio e de captar as regularidades da atuação do SPHAN nos conjuntos urbanos mineiros tombados. Buscamos ainda, quando possível, direcionar a escala de observação¹ sobre o conjunto urbano tombado, em específico, no sentido de compreender as singularidades e rebatimentos desta política na localidade.

¹ LEPETIT, Bernard. Arquitetura, geografia, história: usos da escala. In: *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Ed. USP, 2001.

Desse modo, procuramos percorrer a trajetória do campo da preservação do patrimônio cultural no Brasil, no intuito de fornecer elementos que possibilitem compreender e deslindar o seu sentido, preenchendo inclusive lacunas desse momento inaugural de definição de diretrizes, normas de preservação e constituição de um corpus patrimonial. Empenhamo-nos em acompanhar o próprio funcionamento do SPHAN, através de indícios reveladores das discussões, estudos, pareceres técnicos e decisões envolvidas nos processos de implementação e condução de uma política federal de patrimônio voltada aos conjuntos urbanos mineiros tombados. Buscamos, com o exame da lida diária do Patrimônio², captar os valores que nortearam as práticas de constituição e preservação de um acervo nacional, assim como os principais dilemas, as dificuldades e os desafios delas decorrentes. Nessa perspectiva, concentramos nossos esforços no sentido de desnaturalizar o objeto preservado, isto é, procuramos desvelar os arranjos e as tramas sociais e políticas envolvidas nos processos de seleção de um universo mais amplo de bens, conhecimentos, saberes, tradições etc., destacando sempre o seu caráter construído, inventado, quando não arbitrário.

Para Dominique Poulot, a “razão patrimonial” reside na transmissão e recepção de algo próprio, identificado enquanto marcador simbólico de experiências e de relações sociais.

A noção de patrimônio implica um conjunto de posses que devem ser identificadas como transmissíveis; ela mobiliza um grupo humano, uma sociedade, capaz de reconhecê-las como sua propriedade, além de demonstrar sua coerência e organizar sua recepção; ela desenha, finalmente, um conjunto de valores que permitem articular o legado do passado à espera, ou a configuração de um futuro, a fim de promover determinadas mutações e, ao mesmo tempo, de afirmar uma continuidade.³

De acordo com François Hartog, os patrimônios são vestígios de nossa experiência do tempo:

² Utilizamos esta palavra com a inicial maiúscula para nos referir ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, forma mais popular pela qual o órgão federal ficou conhecido.

³ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 203.

Eles traduzem então o tipo de relação que uma sociedade decide estabelecer com o tempo. O patrimônio torna visível, expressa uma certa ordem do tempo, na qual a dimensão do passado conta. Trata-se, porém, de um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Quer se trate de celebrá-lo, imitá-lo, conjura-lo, de extrair prestígio dele ou apenas poder visitá-lo.⁴

Situamos o patrimônio também como lugar de tensões e disputas, como um verdadeiro campo de luta de representações entre interesses variados e antagônicos, sobretudo, entre agentes do Estado e setores da sociedade civil. Destacamos, ao longo do trabalho, as situações de tensões e conflitos presentes no cotidiano do Patrimônio, as quais requereram respostas e posicionamentos do seu corpo técnico. Os conflitos são caros à pesquisa porque expressam, de um lado, as disputas entre instâncias de poder pela afirmação de seus projetos de uso, apropriação e significação dos bens culturais e, de outro lado, servem como condicionantes e/ou mesmo como definidores de espaços, lugares, territórios, patrimônios etc. Cabe destacar que, na época estudada, as normas e diretrizes da preservação do “patrimônio nacional” ainda estavam em fase de adaptação e aperfeiçoamento, conforme surgiam os novos problemas e demandas, de modo que suas fronteiras eram móveis, porque passíveis de alteração e negociação. Nesse contexto, os conflitos estavam sempre a pressioná-las, seja no sentido de alterá-las ou deslocá-las, seja no intuito de mantê-las ou reafirmá-las. Trata-se de uma constante luta pelo exercício da “autoridade cultural”⁵ que mantinha o flanco do patrimônio sempre aberto. Entendemos que os conflitos são também desdobramentos de uma política cultural autoritária, cujas propostas, planos e projetos eram elaborados de “cima para baixo”, isto é, do governo para a sociedade, do âmbito federal para o local, sem maiores discussões ou inclusão, em um primeiro momento, das modalidades de uso e apropriação do espaço, bem como dos interesses e demandas locais. Desse modo, os conflitos colocam em pauta o impensado ou excluído pelos promotores do Patrimônio, e trazem à tona as demandas e projetos não gestados por estes, mas que disputam espaço e requerem consideração. Como assevera Jacques Rancière, o conflito é o motor da política:

⁴ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 197.

⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação do seu lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho.⁶

Em suma, os conflitos são reveladores das diferenças políticas entre os grupos sociais, e expressam as disputas pela afirmação e manutenção de fronteiras (materiais e simbólicas) que os distinguem e os projetam no espaço público.⁷

A reformulação do patrimônio em termos de capital cultural tem a vantagem de não representá-lo como um conjunto de bens estáveis e neutros, com valores e sentidos fixos, mas sim como um processo social que, como outro capital, se acumula, se renova, produz rendimentos de que os diversos setores se apropriam de forma desigual. Se é verdade que o patrimônio serve para unificar uma nação, as desigualdades na sua formação e apropriação exigem que se estude, também, como espaço de luta material e simbólica entre as classes, etnias e os grupos.⁸

Procuramos, enquanto concentramos nosso foco de investigação nos conflitos decorrentes das políticas de preservação do patrimônio cultural em Minas Gerais, oferecer uma contribuição a respeito das práticas de recepção, apropriação e interpretação do patrimônio por seus usuários, isto é, pelos próprios habitantes das cidades mineiras que tiveram seus conjuntos urbanos tombados. Não obstante a existência de variados trabalhos que contemplam a trajetória institucional e a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil, aos quais recorremos e utilizamos ao longo da tese, percebemos que há, ainda, lacunas, sobretudo no que tange à recepção do patrimônio por parte de seus usuários, assim como à eficácia simbólica dessa política de preservação no momento em que ela entra no domínio público. Dito isso, entendemos que a trajetória da preservação do patrimônio cultural deve ser percorrida e tratada

⁶ RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 42.

⁷ ARANTES, Antônio Augusto. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan, n° 23, 1994.

⁸ CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Nacional*. Brasília: Iphan, n. 23, 1994, p. 97.

também nos quadros da recepção social⁹, haja vista que, dessa forma, pode trazer à tona uma pluralidade de memórias, representações e imaginários que, além de não se enquadrarem no consenso aparente da preservação, rompem com qualquer pretensão homogeneizadora de diluir as particularidades locais numa totalidade nacional.

As políticas estatais pressupõem que determinada pirâmide ou centro histórico sejam valores compartilhados por todos os membros de uma nação, mas a rigor o patrimônio cultural expressa uma série de coincidências de alguns grupos na valorização de bens e práticas que os identificam. Costuma-se dizer, por isso, que se trata de um lugar de cumplicidade social. As atividades destinadas a defini-lo, preservá-lo e difundi-lo, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico de certos bens, quase sempre incorrem em uma simulação: fingem que a sociedade não está dividida em classes, gêneros, etnias e regiões, ou sugerem que essas fraturas não têm importância diante da grandiosidade e respeito ostentados pelas obras patrimonializadas. (...) Os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem realmente a todos, embora formalmente pareçam ser de e estar disponíveis a todos. Ao analisar como se transmite o saber de cada sociedade nas escolas e nos museus, vemos que os grupos se apropriam da herança cultural de modos diferentes e desiguais.¹⁰

Indagamos, ao longo da tese, se o projeto de construção do “patrimônio histórico e artístico nacional”, empreendido pelo SPHAN, adquiriu ressonância simbólica no conjunto da população, transcendendo as fraturas e os conflitos sociais entre classes, etnias e grupos, servindo então como substrato para integrar e unificar uma identidade nacional. Uma vez nomeados e consagrados pelo Estado, os bens patrimoniais foram, de fato, capazes de evocar nos indivíduos e grupos um sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional? Partimos da premissa que as culturas nacionais são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas.¹¹ Quando consideramos não somente o circuito específico da produção do patrimônio nacional, mas também o da sua recepção

⁹ Em consonância com Michel de Certeau, pensamos a noção de recepção como um ato de produção de sentido, de decodificação e de apropriação cultural. Assim como o exercício de leitura de um texto, a recepção enseja também operações de assimilação, apropriação e reapropriação, operações estas que requerem uma postura crítica (porque não-passiva), interpretativa e astuta dos consumidores ao receberem um produto cultural. E assim, a recepção/leitura (re)faz os produtos, dando-lhes uma pluralidade de significações. Nas palavras de Certeau: “A leitura se liberta do solo que a determinava. Afasta-se dele. A autonomia do olho suspende as cumplicidades do corpo com o texto; ela o desvincula do lugar escrito; faz do escrito um ob-jeto e aumenta as possibilidades que o sujeito tem de circular.” CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998, p. 272.

¹⁰ CANCLINI, Néstor García. *A sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência*. São Paulo: Ed.USP, 2012, p. 72-73.

¹¹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

e apropriação, percebemos que o projeto de construção de simbologias nacionais e conversão das realidades locais em grandes abstrações político-culturais se mostrou frágil. O patrimônio, que se queria nacional, dizia respeito, antes de tudo, às experiências da vida cotidiana local que, por sua vez, eram mobilizadas pelos cidadãos em função de seus agenciamentos, usos e práticas específicas no espaço social. Evidentemente, estas experiências também colocavam em questão a problemática da seleção e avaliação do seu passado: Preservar o quê? Por que preservar? O que fazer com o objeto preservado? Como se sabe, o objeto preservado é resultado de uma triagem no espaço público que expressa os valores morais, estéticos, filosóficos, bem como as experiências e as modalidades de autoconsciência do tempo de determinado grupo social, devendo representar de forma ideal essas projeções de identidade.

Além dos conflitos sempre acesos a respeito de seus contornos, o patrimônio em acervo define-se desta forma, simultaneamente, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético e documental (na maioria das vezes) ou ilustrativo (até mesmo por reconhecimento sentimental), que lhe atribui o saber comum, e pelo seu status específico. Isso é da competência de uma reflexão erudita, mas também de uma vontade política, ambas sancionadas pela opinião. É sob essa dupla relação que o acervo cria uma representação, no centro do jogo complexo das sensibilidades com relação ao passado, de suas diversas apropriações e da construção de identidades.¹²

Não raro, encontramos situações em que setores da sociedade civil e política locais adotam uma postura crítica de interpretação e avaliação de seus legados passados e se empenham na tarefa de, assim como os agentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, definir os contornos do patrimônio cultural, selecionando quais objetos devem ou não ser consagrados como patrimônio de uma comunidade ampliada e alimentar, assim, representações do próprio ambiente urbano enquanto lugar de memórias de indivíduos e grupos que o ocupam. Nesse caso, entendemos que os agentes sociais locais se colocam como protagonistas da seleção do seu passado-futuro e mobilizam também “narrativas patrimonializadoras”, seja no sentido de defender e conservar determinado objeto, seja no intuito de rechaçar e excluí-lo do espaço público. Estes agentes concorrem, assim, pelo poder de classificação e pelo exercício de

¹² POULOT, Dominique. Museu, nação, acervo. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sara Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 35.

“autoridade cultural” sobre os bens materiais e simbólicos do passado, pondo em movimento diferentes modos de ver, apropriar e usar o espaço, que por vezes colidiam com as intenções e projetos do Patrimônio.

Dessa forma, a negociação torna-se não somente um recurso disponível entre as partes conflitantes, mas, sobretudo, um mecanismo estruturante do processo de configuração e salvaguarda do patrimônio. Nessa perspectiva, inferimos que o sucesso do projeto de preservação do “patrimônio histórico e artístico nacional”, empreendido pelo Serviço do Patrimônio, dependia, sobretudo, de uma conjugação de fatores relacionados à recepção do objeto a ser preservado¹³, ou seja, de um “reconhecimento sentimental” do objeto enquanto ícone de comunicação que estabelece uma mediação entre tempos, entre passado, presente e futuro. Cabe destacar que, além da capacidade dos objetos de evocar lembranças e ancorar memórias, esse “reconhecimento sentimental” demandava também uma cooperação e conjugação de esforços entre o Serviço do Patrimônio e os poderes locais (autoridades municipais, eclesiásticas, intelectuais e segmentos da população local), ou seja, entre aqueles que se consideravam possuidores e se posicionavam como intérpretes do seu patrimônio, em favor da preservação e salvaguarda do patrimônio cultural.

Projetos de apropriação e uso dos bens culturais concorrentes às proposições do Serviço de Patrimônio poderiam impor sérios limites às práticas de gestão, conservação e salvaguarda do “patrimônio histórico e artístico nacional”.¹⁴ Nessa perspectiva, defendemos a tese de que o sucesso das políticas de conservação e salvaguarda dos bens materiais e simbólicos das cidades mineiras tombadas dependia também de uma delicada negociação entre o órgão federal de preservação do patrimônio e os poderes

¹³ Dominique Poulot elenca cinco fatores a serem considerados no processo de recepção dos bens culturais: “Um deles é a interpretação (concebida como elaboração do significado); o outro identifica-se com o sucesso (a popularidade, medida pelo número de adeptos ou de convertidos ou por qualquer índice de estima concedida); um terceiro é entendido em termos de impacto no campo da referência cultural (a influência de um objeto cultural na fisionomia de outros objetos do mesmo gênero); um quarto equivale à canonização (a aceitação desse objeto pelo grupo de especialistas capacitados para lhe conferir legitimidade no seio do colecionamento, por exemplo). O último elemento de recepção, enfim, diz respeito à duração (a persistência de um objeto cultural no tempo graças a um reconhecimento ampliado ou não). A definição patrimonial constitui uma dessas configurações, que deve atender a certas figuras de modo obrigatório, mas que está longe de satisfazer forçosamente a todos os critérios de modo positivo.” POULOT, Dominique. Op. Cit., p. 41.

¹⁴ Ver: TAVARES, Denis Pereira. *O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei: negociação e conflito entre projeto de apropriação e uso do patrimônio cultural (1938-1967)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

locais. Entendemos que o SPHAN foi desafiado a pôr em prática uma “política de negociação” como meio de atenuar e dirimir conflitos. Na lida diária do Patrimônio, sobretudo quando seu corpo técnico saía dos gabinetes do diretório central do SPHAN, no Rio de Janeiro, e ia ao encontro de prefeitos, padres, empreendedores urbanos e moradores dos conjuntos mineiros tombados, a negociação se constituía como recurso central e/ou mesmo como mecanismo estruturante do patrimônio. A produção do patrimônio depende, portanto, da mediação de interesses e de acordos entre visões de mundo conflitantes, que precisam ser constantemente renovados, recriados e defendidos.

O recorte temporal proposto, 1937-1967, compreende a chamada “fase heroica” do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, período que corresponde aos trinta anos nos quais Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente deste órgão (1937-1967). Nesse período, houve uma concentração das ações de preservação e das práticas de tombamento no Estado de Minas Gerais. Os conjuntos urbanos das cidades setecentistas e oitocentistas mineiras passaram por uma espécie de “regime especial de preservação”, baseado no rígido controle das fachadas de suas edificações, bem como na imposição de condições de uso e conservação de sua paisagem urbana. Os aspectos visuais, “fachadistas” e de monumentalidade estiveram em primeiro plano nos critérios de seleção e restauração dos bens patrimoniais. Dessa forma, os agentes do Serviço de Patrimônio trataram estas cidades como um objeto estético a ser preservado, buscando manter certas características homogêneas que transmitissem uma perspectiva de “unidade”, “harmonia” e “ambiência” em seus sítios urbanos.¹⁵ É nesse contexto também que surgem os principais questionamentos e as “vozes discordantes” do Patrimônio. A patrimonialização dos conjuntos urbanos mineiros suscitou questionamentos, discordâncias e também uma série de dúvidas acerca de quais procedimentos deveriam ser adotados pelas municipalidades. Além disso, a preservação de objetos que até então não eram reconhecidos como patrimônio gerou estranheza, conflitos de interesses e de valores e nem sempre obteve o consentimento dos habitantes locais. O recorte temporal foi escolhido, portanto, no intuito de facultar à pesquisa a investigação dessas situações de negociação e conflito em torno da conservação e gestão dos bens patrimoniais entre os técnicos do Serviço do Patrimônio e os agentes sociais

¹⁵ MOTTA, Lia. As cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

locais. Quando necessário, flexibilizamos esse recorte e percorremos também as décadas de 1970 e 1980, momentos de significativas modificações na condução das políticas de patrimônio. Assim, abordamos uma conjuntura de mudanças nos procedimentos e na orientação do Patrimônio, conjuntura esta marcada também pela ampliação da própria categoria “patrimônio” para além dos ditames da autenticidade/excepcionalidade estética.

Conforme destaca Dominique Poulot, cabe ao analista do patrimônio formular interrogações acerca da própria “razão patrimonial”, isto é, dos discursos que lhe promovem uma razão específica, das construções de singularidade e reivindicações identitárias que acompanham a constituição de legados.

Para além da crítica contra ficções sinceras ou invenções desonestas, trata-se de questionar a produção e o consumo da própria evidência patrimonial, ao mesmo tempo imaginária e instituição. O historiador deve justificar a formação complexa das inclusões e exclusões que constituem o cânon patrimonial.¹⁶

No intuito de apreender como os indivíduos conferiram sentido à sua herança, recorreremos aos aportes da História Cultural. A História Cultural, quando atenta aos modos de apropriação e circulação de ideias¹⁷, faculta à pesquisa captar os modos distintos como os indivíduos e grupos se apropriaram, atribuíram sentido e articularam a categoria “patrimônio” em suas experiências históricas e culturais. De alguma forma, os indivíduos sempre produzem narrativas, representações¹⁸, fragmentos e vestígios que

¹⁶ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 206.

¹⁷ “Os historiadores se interessam pelas ideias não apenas porque elas influenciam as sociedades, mas também porque são reveladoras das sociedades que as originaram.” HILL, Christopher. *O mundo de ponta cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 35.

¹⁸ A noção de representação que utilizamos remete à “re-apresentação de algo”, ou seja, denota sempre um esforço explicativo do mundo social por parte dos indivíduos. Ela diz respeito ao modo pelo qual a experiência da realidade é apreendida e exposta. Como assevera Roger Chartier, as representações articuladas pelos grupos sociais não são neutras, pois, além de sistemas geradores de percepção e classificação do mundo social, também constituem-se em ferramenta política, são matrizes de práticas construtoras deste próprio mundo. Desse modo, a representação se relaciona complexa e dialeticamente com a prática. Ela veicula sempre códigos, comportamentos e formas de atuação na própria realidade social. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

indicam seus percursos, suas motivações, seus projetos, ou mesmo demonstram a existência de um imaginário coletivo de uma época.¹⁹ Procuramos, principalmente, pelos “rastros” deixados por aqueles indivíduos que, direta ou indiretamente, se empenharam na seleção e controle de bens materiais e simbólicos do passado, apontando quais objetos seriam ou não dignos de preservação e destaque no espaço público, se posicionando então como “intérpretes culturais” de sua memória, de sua história, de seu patrimônio.

Trabalhamos, nesse caso, de modo semelhante ao detetive: reunindo pistas, sinais, indícios e fragmentos que permitiram traçar um panorama analítico do nosso objeto de investigação.²⁰ Para isso, pesquisamos sistematicamente a documentação correspondente às cidades de Ouro Preto, Mariana, São João del-Rei, Tiradentes, Diamantina e Serro, presentes no Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ACI), no Rio de Janeiro, e no Centro de Documentação e Informação da Superintendência Estadual do IPHAN de Minas Gerais (CDI), em Belo Horizonte. Dado o volume e o grande montante do acervo, bem como a exequibilidade da pesquisa, demos precedência às pastas “Administrativo”, “Comunicações Técnicas”, “Conjunto Urbano”, “Conjunto Tombado”, “Centro Histórico”, “Aprovação de Obras”, “Diversos”, “Processo de Tombamento” e às séries “Inventários” e “Obras” relativas às respectivas cidades mineiras, por se tratar de uma documentação de caráter mais geral, produzida no momento inaugural da instituição federal de preservação como, por exemplo, pareceres de obras, solicitações de serviços, relatórios, prestação de contas, correspondências externas e internas (ofícios, memorandos, circulares, cartas), estudos e desenhos técnicos, plantas, registros fotográficos, jornais e etc. Não obstante, houve também situações em que pesquisamos pastas específicas referentes a ruas, logradouros, praças, processos de restauração, igrejas, personalidades e etc., sempre que sentimos necessidade de aprofundarmos os casos analisados. Cabe ressaltar que tanto as pastas, quanto as fontes nelas contidas, referentes às seis cidades estudadas, estão desigualmente distribuídas, de modo que há uma variação do próprio volume de documentos produzidos entre uma cidade e outra. Além disso, nem todas as ações concernentes à lida diária do Patrimônio nas cidades mineiras tombadas foram

¹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n° 16, 1995.

²⁰ GUINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

registradas e, como consequência, nem todos os conflitos que provavelmente tiveram desdobramentos no tempo e espaço são encontrados nos arquivos administrativos.

Procuramos, nestas fontes, os vestígios da atuação do Serviço do Patrimônio nos seis conjuntos urbanos mineiros tombados em 1938, tais como: a) o modo como estes conjuntos foram pensados e geridos pelos técnicos do Patrimônio; b) os investimentos materiais e simbólicos de legitimação do chamado “patrimônio histórico e artístico nacional”; c) as ações concretas de intervenção no espaço das cidades visando à preservação da sua paisagem urbana; d) as diretrizes e as normas de preservação implementadas; e) os pareceres de obras, as discussões internas e as decisões técnicas tomadas no processo de seleção e constituição de um acervo nacional; f) os indivíduos envolvidos e os valores em jogo na escolha e preservação de determinados elementos do passado; g) as dificuldades e as contingências desse processo de implantação de uma política cultural de preservação do “patrimônio nacional”; h) as situações de negociação e de conflitos de interesses entre agentes com racionalidades, projetos de usos e modos de apropriação do patrimônio distintos. Como destaca Hilário Filho, tais fontes de pesquisa permitem “inesgotáveis e múltiplas construções de memórias e histórias patrimoniais”²¹, e têm o sentido de reforçar nossa interpretação histórica. Cabe mencionar que as fontes e documentos abordados nesta tese são, em grande parte, inéditos, isto é, até então não foram explorados em outros trabalhos e pesquisas. Com isso, pretendemos contribuir com a literatura que tem o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como objeto de análise e ainda, em certa medida, preencher lacunas sobre a atuação deste órgão, a partir do exame do funcionamento de sua regional em Minas Gerais.

Percebemos que, muitas vezes, as informações coletadas no Arquivo Central do IPHAN (ACI/Seção Rio de Janeiro) só faziam sentido ou se completavam quando agrupadas às informações recolhidas no Centro de Documentação e Informação do IPHAN (CDI/MG). Assim, pudemos conectar as informações e entender a dinâmica das correspondências trocadas entre a administração central do órgão e a sua divisão regional, de modo que nossa análise estaria incompleta se contentássemos somente com os dados de um dos arquivos sem maiores contrastes. Evidentemente, cabe à pesquisa

²¹ FILHO, Hilário Figueiredo Pereira. “Fontes históricas: produção, pesquisa e preservação no acervo do IPHAN.” In: THOMPSON, Ana Lúcia (org.). *Entrevista com Augusto da Silva Telles*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010, p. 31.

submeter à crítica tanto os arquivos institucionais pesquisados quando os próprios documentos nele encontrados.²² Ambos não são neutros ou imparciais, mas são resultados de sucessivos processos de organização e seleção de informações que pressupõe, inclusive, a própria participação de arquivistas e de potenciais usuários na definição de padrões de arquivamento.²³ Em última instância, os arquivos se destinam à monumentalização e perpetuação de determinada memória social.²⁴ Contudo, se por um lado, o arquivo expressa a triagem realizada por determinados agentes sociais, por outro, há “vestígios” que fogem aos enquadramentos e intenções de controle do passado. Como assevera Arlete Farge, o arquivo contém também o que lhe escapa: “fragmentos de palavras” quase imperceptíveis e esquecidos que não tinham a pretensão de serem divulgados ou expostos, mas que tomam novo fôlego e vida através das mãos do historiador.

Se o arquivo serve realmente de observatório social, é só por meio da desordem de informações aos pedaços, do quebra-cabeça imperfeitamente reconstituído de acontecimentos obscuros. Trilha-se uma leitura em meio a fraturas e dispersão, forjam-se perguntas a partir de silêncios e de balbucios.²⁵

Percorremos, portanto, pelos silêncios dos arquivos e nos perdemos em informações dispersas e fragmentadas em pastas²⁶, à procura de indícios de processos sociais que muitas vezes o próprio tempo apagou suas pegadas. Semelhante ao trabalho arqueológico, escavamos até as camadas estratigráficas mais profundas quando

²² “O arquivo, por si só, não diz nada, ou quase nada. Sem ser dado, mas produzido, ele se torna, de fato, um objeto de segunda ordem: abstrato.” HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 233.

²³ COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n° 21, 1998.

²⁴ LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2003.

²⁵ FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Ed.USP, 2009, p. 91.

²⁶ “O sabor do arquivo é visivelmente uma errância por meio das palavras de outro, a procura de uma língua que salve suas pertinências. Talvez seja mesmo uma errância por meio das palavras de hoje, uma convicção pouco razoável de que se escreve a história para não contá-la, para articular um passado morto em uma linguagem e produzir a ‘troca entre vivos’. Para penetrar em um discurso inacabável sobre o homem e o esquecimento, a origem e a morte. Sobre as palavras que traduzem a implicação de cada um no debate social.” FARGE, Arlete. Op. Cit., p.119.

vislumbramos a possibilidade de encontrar solos repletos de vestígios da cultura material das sociedades do passado estudadas.

No primeiro capítulo, examinamos as ideias que estiveram na origem e definição do campo da preservação do patrimônio no Brasil. Percorremos o momento de implementação de uma política cultural, a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, local especializado na formulação de discursos acerca da preservação do acervo do “patrimônio nacional”.

No segundo capítulo, enfocamos a atuação e a presença do Serviço do Patrimônio nos conjuntos urbanos mineiros tombados em 1938, o empenho do órgão na criação de instrumentos de normatização e legitimação das ações de conservação e restauro, assim como os meandros, as tensões e dificuldades decorrentes da implementação das diretrizes de preservação desses sítios.

No terceiro capítulo, continuamos a abordagem das dificuldades enfrentadas pelo Patrimônio no âmbito das localidades e apresentamos as principais infrações, desobediências e transgressões às normas de preservação. Neste capítulo, procuramos perscrutar as situações de conflito entre o Patrimônio e os setores da sociedade política e civil locais, ocorridas durante o processo de implementação e condução das políticas de preservação dos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos mineiros tombados em 1938.

No quarto capítulo, procuramos perscrutar as estratégias do Patrimônio no sentido de constituir uma rede de alianças e apoiadores locais, em reconhecimento da necessidade de ampliação das bases de sustentação e legitimação do “patrimônio histórico e artístico nacional”, em âmbito das municipalidades mineiras de conjuntos tombados.

Procuramos, portanto, oferecer nossa contribuição ao campo da preservação do patrimônio cultural no Brasil, trazendo à tona uma história social dos conflitos do patrimônio ainda bastante desconhecida e/ou silenciada.

CAPÍTULO I

CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO NACIONAL

Neste capítulo, procuramos abordar as principais ideias que fundamentaram as práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Com isso, procuramos descortinar as escolhas, os valores e os projetos imersos nos processos de seleção e salvaguarda dos bens materiais e simbólicos do passado. Percorremos o momento inaugural de implementação de uma política cultural de preservação e constituição do acervo do “patrimônio nacional” pelo Estado. Analisamos o patrimônio através dos quadros das representações sociais, o que implica em pensá-lo como um fato social e historicamente construído através de narrativas que definem seus contornos e disputam seus sentidos no espaço público.

1.1. O Patrimônio Nacional

Portadora de um “regime de historicidade”²⁷, a categoria “patrimônio” adquiriu contornos específicos no contexto de formação dos Estados nacionais, quando estes assumiram a proteção legal de bens supostamente capazes de simbolizar a nação e de despertar nos indivíduos o espírito coletivo de pertencimento a uma “comunidade imaginada”²⁸. Os Estados nacionais mobilizaram uma série de suportes de memória, tais como imagens, relíquias, monumentos, museus, eventos, comemorações, lugares etc., destinados à instrução pública, e deles extraíram uma espécie de mais-valia simbólica, no intuito de criar representações litúrgicas do próprio poder do Estado e de produzir consenso nacional. Fragmentos do passado (o passado tangível), que transmitem materialidade e profundidade histórica à nação, foram fortemente valorizados como

²⁷ François Hartog chama de “regime de historicidade” a maneira como uma coletividade se relaciona com o tempo, procurando ordená-lo e traduzi-lo. Para ele, os patrimônios devem ser pensados como sinais de nossa experiência do tempo. HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

²⁸ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

dispositivos de integração a uma totalidade nacional, e consagrados, entre outras coisas, como “lições vivas de história”.

Nesse prisma, a nação adquire concretude, estabilidade e continuidade temporal através de monumentos²⁹ que “mantém vivos” seus acontecimentos fundadores, seus heróis e suas glórias do passado. A construção e a preservação de monumentos nacionais, além de atenderem às necessidades de legitimidade cultural do Estado-nação, são também fruto de uma consciência da efemeridade, isto é, da transformação acelerada das referências espaciais e temporais. Desse modo, o monumento está ligado ao desejo de organização e gestão do tempo. “O monumento veio garantir a origem e a estabilidade, bem como a largueza do tempo e do espaço de um mundo que se transformava rapidamente e era vivido como transitório, desenraizador e instável.”³⁰

Para Ernest Renan, a nação é fundamentalmente uma “unidade espiritual”, constituída de indivíduos que se sentem sujeitos cívicos. Uma vez integrados a uma totalidade política, estes indivíduos mantêm seus devotamentos ao legado histórico dos antepassados (o que implica também na obrigação de esquecer os traumas e conflitos do passado³¹), e, sobretudo, mobilizam-se por uma vontade comum no presente.

A nação é “narrada” por seus ideólogos enquanto uma “comunidade política” que se situa num *continuum* temporal.³² Estas narrativas pressupõem a sua continuidade histórica a partir de um tempo “vazio e homogêneo”, uma vez que o passado é ajustado ao futuro.³³

²⁹ “Chama-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.” CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006, p. 18.

³⁰ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 54.

³¹ “Ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas”, comenta Ernest Renan (RENAN, Ernest. *O que é uma nação*. Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882, documento, p.6.). Para este autor, o esquecimento de querelas antigas é um elemento necessário à existência da nação, amalgama que unifica, integra e permite a “família nacional” seguir seu destino histórico.

³² Benedict Anderson no seu estudo sobre a origem e difusão do nacionalismo demonstrou que a nação existe enquanto uma “comunidade política imaginada” e, portanto, como uma construção historicamente situada, não como objeto natural. ANDERSON, Benedict. Op. Cit.

³³ BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

As culturas nacionais compõem-se não apenas de instituições culturais, mas de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir significados que influencia e organiza tanto as nossas ações como a nossa concepção de nós mesmos. [...] As culturas nacionais constroem identidades produzindo significados sobre “a nação” com os quais nos podemos identificar; estes estão contidos nas narrativas que nos contam sobre ela, nas memórias que relacionam o presente com o passado dessa nação, e nas imagens que dela são construídas.³⁴

Como assevera Eric Hobsbawm, o passado se constitui como matéria-prima para as ideologias nacionalistas, e mesmo “quando não existe um passado adequado, ele pode sempre ser inventado”³⁵. O passado fornece os pilares da fundação mítica da nação, e é sempre mobilizado no sentido de inculcar certos valores e normas de comportamento necessárias para construção dos sentimentos de pertença e perpetuação da ordem.³⁶ Assim, o passado é decantado através de um processo de seleção do que se recorda e/ou do que se silencia para legitimar projetos políticos mobilizados no presente e com intentos de futuro.

Lembrar e esquecer são processos imersos em tramas políticas. A memória, entendida como processo psíquico-social de reconhecimento, conservação de informações, organização de dados e atualização de impressões passadas, é operação seletiva caracterizada pela dialética “lembrar-esquecer”, nem tudo se registra ou fica retido na consciência. Determinados aspectos do passado ganham relevo e são preservados no espaço público, enquanto outros são consciente ou inconscientemente esquecidos.³⁷ Tanto a memória individual quanto a memória coletiva são passíveis de desvios de lembrança, de ameaça de confusão e de esquecimento total ou parcial das recordações – a amnésia. Elas podem ser induzidas ou mesmo forçadas e, como tais, estão sempre sujeitas a (re)construções afetivas, (re)sentimentos do passado, anseios e valores. Enfim, ambas decorrem de construções humanas e sociais que se relacionam

³⁴ HALL, Stuart. *Modernity and its futures*. Londres: Polity Press/The Open University, 1992, p. 290.

³⁵ HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17.

³⁶ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9.

³⁷ “A memória não se opõe absolutamente ao esquecimento. Os dois termos contrastantes são o esquecimento e a conservação; a memória é, sempre e necessariamente, uma interação entre os dois”. TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995, p.14.

com o tempo e que procuram situá-lo. Segundo Paul Ricoeur, a memória (presença do ausente) dispõe da narrativa como forma de exteriorização e, através da narrativa, jamais reproduz ou recupera o passado “tal qual”, mas estabelece uma mediação do passado pela experiência do presente.³⁸ Nesse caso, o passado é sempre atualizado no presente e interpretado de acordo com as experiências do tempo presente. Enquanto narrativa, a memória é operação que seleciona, exclui, destaca, descarta, hierarquiza, cristaliza, ilumina, apaga, lembra, esquece e organiza o passado através de um esforço de ordenação temporal. A narrativa procura construir um sentido do passado, impor uma ordem de compreensão, enquadrando-o a um enredo discursivo que organiza as diferenças e os conflitos sociais. Ela busca apoio na retórica, na imaginação coletiva e no poder dos símbolos como forma de exteriorização. Como destaca Jacques Le Goff, a memória é também um instrumento de poder e, dessa forma, “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”³⁹.

Os apelos patrióticos em torno da constituição de um acervo nacional capaz de integrar os indivíduos em uma cadeia de solidariedade e estimular o amadurecimento de uma consciência histórica tiveram um importante papel para a preservação de determinados bens simbólicos no espaço público, no caso, aqueles que estabelecem uma mediação entre o passado e o presente, que alimentam rituais cívicos e que evocam as raízes culturais da formação da nação. O imperativo da preservação reflete, portanto, objetivos históricos e ideologias específicas.

O nacionalismo não é um conceito abstrato (...). Precisa também concretizar-se nas imagens que a pátria oferece no seu conjunto temporal que é feito de presente e de passado. Preservemos o que resta de mais nobre e de mais puro de nosso passado, se quisermos levar a cabo a salvação de um povo capaz de defender seu futuro.⁴⁰

³⁸ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2003.

³⁹ LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2003, p. 422.

⁴⁰ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Arte, tradição e nacionalismo (1941). In: *Homens e temas do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Zélia Valverde, 1944, p. 99.

Krzysztof Pomian afirma que as coleções estiveram presentes desde a antiguidade clássica, período marcado pela prática de uma tradição antiquária de proteção e guarda de relíquias, as quais eram atribuídas um caráter de autenticidade e cientificidade enquanto “provas” materiais e científicas do passado. Objetos de prestígio e ostentação, tesouros que relatam os grandes feitos da nobreza e do clero, coleções de artefatos singulares de arte e dos “povos exóticos”, permaneceram em regime de proteção especial, mantidos parcialmente ou definitivamente fora do circuito econômico, mas expostos ao olhar do público. Nesse processo, tais objetos tiveram o seu valor de uso alterado e foram dotados de valor simbólico enquanto objetos de representação do mundo social, próprios para a comunicação de ideias – objetos semióforos que estabelecem uma mediação entre o visível e o invisível, nas palavras de Pomian.⁴¹

A constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, prática característica dos Estados modernos, nascida no final do século XVIII no bojo do processo de formação dos Estados nacionais, é tributária, portanto, de uma longa tradição, a do colecionismo. A noção de patrimônio adquire contornos específicos a partir de 1789, no contexto da Revolução Francesa. De acordo com André Chastel, desde esse período o “sentimento patrimonial” tem caminhado junto com o “sentimento nacional”.⁴²

Durante o processo de “vandalismo revolucionário” na França (contexto de profanação e destruição político-ideológica de igrejas, castelos, monumentos e outras simbologias vinculadas ao despotismo do Antigo Regime) houve um esforço de amplos setores da sociedade, sobretudo de intelectuais iluministas que partilhavam de uma tradição antiquária, no sentido de incorporar os bens confiscados do clero, da monarquia e dos emigrados aos domínios nacionais.⁴³

Essas confiscações e realocamentos de propriedades ocorridos durante a Revolução Francesa marcam, então, um “efeito de nacionalização” do patrimônio e

⁴¹ POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einadi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

⁴² CHASTEL, André. La notion de patrimoine. In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

⁴³ De acordo com Françoise Choay, o caráter pioneiro da França deve-se fundamentalmente à mobilização preservacionista de amplos setores da sociedade que dirigiram uma campanha contra o “vandalismo” e destruições de monumentos no país, bem como à constituição de um arcabouço legal e institucional, a partir da criação da Comissão dos Monumentos Históricos.

concomitantemente uma ampliação semântica desta categoria, que foi do “privado” ao “público”. No caso, o bem patrimonial que até então tinha seu significado no espaço social vinculado à herança privada, transmitida de pai para filho segundo os princípios jurídicos do direito romano antigo, adquiria um novo estatuto simbólico, passando a designar a herança coletiva da nação. Como aponta André Chastel, esse processo ensejou um sentimento novo de “bem comum” em que o patrimônio passou a ser visto como “tesouro público” essencial à consciência nacional. Nas palavras de Françoise Choay, “fazendo dos monumentos históricos propriedade, por herança, de todo o povo, os comitês revolucionários dotavam-nos de um valor nacional preponderante e lhes atribuíam novos usos, educativos, científicos e práticos”⁴⁴.

Monumentos, coleções, objetos de arte antiga e moderna, uma vez anexados à nação, passaram por julgamentos segundo critérios de valor cognitivo, artístico, de ancestralidade, econômico etc., sintetizados agora em um único valor, o “valor nacional”, sancionado pela opinião pública. Os patrimônios funcionaram, portanto, como “introdução a uma pedagogia geral do civismo: os cidadãos são dotados de uma memória histórica que terá o papel efetivo de memória viva, uma vez que mobilizará o sentimento de orgulho e superioridade nacionais”⁴⁵. Os museus nacionais, iniciados pela Revolução Francesa, são oriundos do mesmo movimento de constituição e afirmação do patrimônio. Eles surgiram enquanto lugar de representação e legitimação da nação, e suas coleções, expostas ao grande público, passam a servir a esta pedagogia específica cuja função, em última instância, é de promover consenso e coesão social.⁴⁶

A patrimonialização oficial na França, elaborada a partir da Revolução, serviu de modelo para a expansão do patrimônio no Ocidente, conforme salienta Dominique Poulot. A preservação de objetos que evocam as origens culturais e históricas e, dessa forma, dão vida a uma “comunidade”, ainda que imaginada, passou a ser então uma condição aos Estados que procuravam se inserir no concerto das nações civilizadas.

⁴⁴ CHOAY, Françoise. Op. Cit. p. 119.

⁴⁵ CHOAY, Françoise. Op. Cit. p. 117.

⁴⁶ JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a história do museu. In: *Caderno de diretrizes museológicas I*. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

“Em toda parte da Europa, os liberais descobriram e, em seguida, celebraram a preservação das antiguidades nacionais como dever patriótico.”⁴⁷

Françoise Choay informa que o movimento de expansão e consagração do patrimônio, sobretudo entre os anos de 1820 e 1960, esteve ligado ao advento da Revolução Industrial. Segundo a autora, o fenômeno industrial implicou em uma série de transformações no espaço urbano e na compreensão do tempo social, tendo rebatimentos diretos sobre a própria vida urbana dos cidadãos.⁴⁸ Contudo, forneceu também elementos no sentido de “generalizar e acelerar o estabelecimento de leis visando à proteção do monumento histórico”⁴⁹. As reformas urbanas do início do século XIX e primeira metade do século XX, por exemplo, colocaram em pauta toda uma discussão a respeito da preservação de bens materiais e simbólicos do passado, tidos como marcos identitários de indivíduos e/ou de coletividades. Nessa perspectiva, o “progresso” das possibilidades de destruição do espaço ensejou também o seu reverso, ou seja, a preservação de valores tradicionais e de referências espaciais constitutivas do patrimônio cultural de uma comunidade ampliada.

1.2. Antecedentes da Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil

A política de institucionalização e salvaguarda do patrimônio no Brasil é tributária ao modelo francês, sobretudo no que se refere à atenção especial do Estado na proteção legal dos bens culturais.

⁴⁷ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 26.

⁴⁸ David Harvey chamou de “compressão espaço-temporal” esse processo contemporâneo de fragmentação, obsolescência e destruição dos referenciais da superfície espacial. O aperfeiçoamento e a superação das barreiras espaciais (“anulação do espaço pelo tempo”) são constitutivos do processo de acumulação capitalista e demandam, paradoxalmente, a configuração de novas estruturas físicas e imóveis mais apropriadas à aceleração do tempo de rotação dos capitais. “O desenvolvimento capitalista precisa superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor dos investimentos passados de capital na construção do ambiente e destruir esses investimentos para abrir espaço novo para a acumulação. Em consequência, podemos esperar testemunhar uma luta contínua, em que o capitalismo, em um determinado momento, constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, apenas para ter de destruí-la, geralmente durante uma crise, em um momento subsequente.” HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 54.

⁴⁹ CHOAY, François. Op. Cit. p. 127.

Com o término da I Guerra Mundial e com a consequente crise nos valores europeus inspiradores das elites brasileiras, a questão nacional entrou na ordem do dia, reascendendo a necessidade de se pensar o Brasil a partir de categorias que exprimissem a sua própria realidade, bem como as tensões e os dilemas da sua modernização. Nessa perspectiva, na década de 1920, período em que aconteceram as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, além das intensas transformações no perfil industrial e urbano do país, surgiram férteis diagnósticos sobre o “atraso” nacional, traçados por intelectuais que procuravam conduzir o país à era da modernidade.⁵⁰ O que fomos, o que somos e o que queremos ser, estes foram questionamentos recorrentes nessa conjuntura.

Nesse contexto de busca da “essência” do Brasil, os modernistas estimularam um olhar para dentro do país, destacando os elementos constituintes da cultura nacional. Trata-se de um movimento de renovação da arte que buscou, a partir da absorção e filtragem da linguagem das vanguardas europeias, uma ruptura com os cânones tradicionais e passadistas da arte, uma superação das representações idealizadas da cultura, bem como a libertação de uma série de recalques históricos, sociais e étnicos.⁵¹ Como salienta Renato Ortiz, a peculiaridade do modernismo está na valorização da tradição como elemento central da constituição de um Brasil moderno.⁵² Os modernistas, preocupados com o ingresso do país no concerto das nações civilizadas, avocaram para si o compromisso de não somente de interpretar a “identidade nacional”, mas também de forjar uma nação. Tal projeto de construção de uma nação moderna se caracteriza pela busca de tradições mediadoras do nacional, sendo o passado a sua principal matéria-prima.

No estudo “Arte Religiosa do Brasil”, publicado na *Revista Brasil*, em 1920, Mário de Andrade (um dos principais idealizadores da Semana de Arte Moderna de 1922) lançou um olhar sobre o passado colonial mineiro do século XVIII, vislumbrando na arquitetura religiosa de São João del-Rei, Ouro Preto, Mariana e Congonhas o

⁵⁰ Para uma explanação dos balanços e retratos do Brasil traçados durante esse período, ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

⁵¹ CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudo de teoria e história literária*. 8 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

⁵² ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

momento fundador da arte brasileira. Nessa ótica, o barroco é revisto⁵³ como matriz estética autêntica e genuína que não se limitou a mera reprodução e “transplante” do barroco de Portugal. O barroco mineiro seria então uma arte autóctone, a primeira manifestação da cultura nacional, possibilitada por certo isolamento das cidades mineiras em relação aos centros litorâneos.

Foi nesse meio oscilante de inconstâncias [de Minas Gerais] que se desenvolveu a mais característica arte religiosa do Brasil. A igreja pôde aí, mais liberada das influências de Portugal, proteger um estilo mais uniforme, mais original, que os que abrolhavam podados, áulicos, sem opinião própria nos dois outros centros [Rio de Janeiro e Bahia]. Estes viviam de observar o jardim luso que a miragem do Atlântico lhes apresentava continuamente aos olhos: em Minas, se me permitires o arrojo da expressão, o estilo barroco estilizou-se. As igrejas construídas quer por portugueses mais aclimatados ou por autóctones algumas, provavelmente, como o Aleijadinho, desconhecendo até o Rio e a Bahia, tomaram um caráter mais bem determinado e, poderíamos dizer, muito mais nacional.⁵⁴

Na passagem acima, Mário de Andrade destacou a figura de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, como precursor da nacionalidade, como artífice que foi capaz de “traduzir” e adaptar a herança recebida da metrópole. Além do reconhecimento da genialidade deste artífice, Minas Gerais, depositária dessa arte, passou a ser consagrada como berço da civilização brasileira.

Durante a chamada “viagem de descoberta do Brasil” de 1924, os modernistas paulistas foram às cidades setecentistas e oitocentistas mineiras no intuito de “revelar”, “registrar”, “catalogar” e “expor” os elementos constituintes da cultura brasileira.

A viagem de 1924, às Minas Gerais, é, sob muitos aspectos, o divisor de águas das narrativas modernistas. Coincide com ou possibilita colocar na agenda membros da “caravana paulista” – composta por Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, D. Olívia Guedes Penteadó, Paulo

⁵³ Trata-se de um movimento de releitura do barroco, estilo considerado ao longo do século XIX e início do XX como rudimentar, excêntrico, extravagante e de mau gosto estético, que passou a ser valorizado pelos modernistas como arte de expressão nacional.

⁵⁴ ANDRADE, Mário de. *A arte religiosa no Brasil*. São Paulo: Experimento/Giordano, 1993, p. 78.

Prado, entre outros, quando da chegada do poeta Blaise Cendrars – a questão da brasilidade.⁵⁵

Os modernistas paulistas encontraram na paisagem colonial de São João del-Rei, Tiradentes, Mariana, Ouro Preto e Sabará, o cenário ideal dessa fusão entre signos modernos e tradição, em outras palavras, a matéria-prima da construção de uma nação moderna e do seu passado. “Estas cidades tradicionais, onde os arranha-céus ainda não se implantaram com o seu espírito de progresso mecanizado, são o espelho da alma primitiva do Brasil”, comentou Tarsila do Amaral, deslumbrada com a “paisagem barroca” de Minas Gerais.⁵⁶

Para os poetas presentes na excursão e para Tarsila, o roteiro seria revelador de raízes históricas, étnicas e culturais de que eles andavam ávidos para consubstanciar o seu acento modernista. Dessas viagens derivariam as impressões, estímulos e margens que motivariam o empenho de fusão entre as linguagens modernas e a temática nacional.⁵⁷

Segue na figura 01 um desenho da paisagem de Ouro Preto, esboçado por Tarsila do Amaral durante o percurso por esta cidade, em 1924. Tarsila do Amaral esteve fascinada com a decoração das edificações mineiras, repletas de “tradição” e “simplicidade”, e deixou uma série de registros, notas e impressões em seu caderno de viagem. Parece que ela encontrou na paisagem das “cidades históricas” mineiras as impressões que tanto procurava: “encontrei em Minas as cores que adorava em criança”⁵⁸.

⁵⁵ NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventário do patrimônio cultural no Brasil. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007, p. 260.

⁵⁶ AMARAL, Tarsila do. Apud. FLORES, Ralf José Castanheira. *São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2007, p. 113.

⁵⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 295.

⁵⁸ AMARAL, Aracy. *Tarsila: sua obra e seu tempo*. São Paulo: Editora 34, 2003. p.150.



Figura 1: Tarsila do Amaral. Ouro Preto e Padre Faria – estudos. Série Viagem a Minas Gerais. In: <http://www.base7.com.br/tarsila/> (acessado em 13/10/2015)

Da viagem da “caravana modernista” às cidades setecentistas e oitocentistas mineiras sobressaiu a ideia da valorização de Minas Gerais como lugar fundador da civilização brasileira. Seus conjuntos coloniais barrocos passaram a ser vistos, nesse projeto de construção de uma cultura nacional, como “lugares de memória”⁵⁹ e de identidade nacionais. O contato dos modernistas com o barroco mineiro colocou em questão a necessidade de preservação desses símbolos do passado nacional contra a fragmentação e perda. Como comenta Aracy Amaral, logo após a viagem a Minas Gerais, os modernistas elaboraram “um plano para a formação de uma Sociedade dos Amigos das Velhas Igrejas de Minas. O objetivo seria a preservação e conservação das igrejas”⁶⁰ de arte barroca. Ainda que esse plano não tenha sido efetivado, o tema da preservação do patrimônio cultural, levantado pelos modernistas, tornou-se assunto

⁵⁹ De acordo com Pierre Nora, a expressão “lugares de memória” remete-se aos lugares investidos de “aura” simbólica, isto é, aos lugares de materialização da memória que comunicam identidades. O discurso que costuma justificar a proteção desses “lugares de memória” se pauta sempre na defesa da manutenção de certa linha de continuidade entre passado e presente contra a “fragmentação” e “perda”. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, 1993.

⁶⁰ AMARAL, Aracy A. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Ed. 34/Fapesp, 1997, p. 85.

recorrente e “configurou-se como matriz fundadora da concepção teórica e das práticas das ações preservacionistas no Brasil”⁶¹.

As denúncias do estado de abandono, arruinamento, evasão e perda dos “acervos de memória e identidade” da nação brasileira tornaram-se recorrentes nas narrativas preservacionistas e ganharam projeção nacional, em meados da década de 1920, colocando em pauta a necessidade de estabelecer mecanismos legais para a proteção do patrimônio cultural do país. Tais denúncias adquiriram maiores desdobramentos a partir da elaboração de projetos e decretos-lei que tinham como principal objetivo o envolvimento do Estado na criação e consolidação de uma política governamental em defesa do “patrimônio histórico e artístico nacional”.⁶²

No ano de 1920, o Professor Alberto Childe, conservador de antiguidades clássicas do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, elaborou um anteprojeto de lei em defesa do patrimônio arqueológico do país. Ele defendia que os monumentos arqueológicos fossem considerados como riquezas de propriedade da nação brasileira, proposta que à época tornou-se impraticável por implicar em desapropriações e em despesas vultosas à União.

Em 1923, o deputado Luiz Cedro submeteu à Câmara um projeto visando organizar a defesa dos monumentos históricos e artísticos ligados às origens da civilização brasileira. Para ele, a nação vive um processo de fragmentação e perda do seu patrimônio, por isso, seria preciso criar medidas efetivas no sentido de evitar a destruição deste patrimônio herdado dos antepassados. Luiz Cedro sugere, então, a criação de uma Inspetoria dos Monumentos Históricos, que ficaria a cargo da preservação dos bens de interesse nacional. Este projeto não teve prosseguimento e apresentava como principal entrave a ausência de sanções e providências compulsórias em defesa dos monumentos classificados como objeto de proteção, bem como a dependência do consentimento dos seus proprietários para a atuação da Inspetoria.

⁶¹ NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, p. 234.

⁶² Para uma explanação com maiores detalhes dos decretos-lei e projetos que antecederam a promulgação do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, ver: SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Mec/Sphan/Pró-Memória, 1980; ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012.

Em 1924, o poeta e deputado Augusto de Lima apresentou ao Congresso Nacional um projeto no sentido de coibir a saída de obras de arte nacionais para fora do país. O projeto é fruto, entre outras coisas, de uma preocupação com o comércio e evasão de obras de arte tradicionais situadas no território de Minas Gerais. Contudo, este projeto encontrou como principal empecilho a questão da inviolabilidade do direito de propriedade.⁶³

No ano seguinte, coube ao jurista Jair Lins, a pedido do então presidente do Governo Estadual de Minas Gerais, Melo Viana, a elaboração de um projeto de lei que impedisse a saída de bens móveis de valor histórico ou artístico do território de Minas Gerais. Este projeto reforçou a mesma preocupação apresentada no projeto de Augusto de Lima, agora em âmbito estadual.

Outros esforços de envolvimento do Estado na questão da preservação do patrimônio resultaram na criação da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais na Bahia, em 1927, e em Pernambuco, em 1928. A Inspetoria deveria exercer a administração, proteção e vigilância do patrimônio histórico e artístico dos respectivos estados.

Já em 1930, o deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho apresentou um projeto de lei federal ao Congresso Nacional, no sentido de organizar a defesa do “patrimônio histórico e artístico do país”. Contudo, esse esforço pioneiro de envolvimento do Governo Federal nas ações de proteção e conservação do patrimônio cultural ficou sem efeito depois do golpe que dissolveu o Congresso Nacional.

A elevação de Ouro Preto a categoria de monumento nacional (decreto-lei n° 22.928, de julho de 1933) e a criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais (decreto-lei n° 24.735, de 14 de julho de 1934) também são desdobramentos das discussões e empenhos em torno da preservação e salvaguarda de um “patrimônio nacional”. O decreto de elevação de Ouro Preto a categoria de monumento nacional, por exemplo, considerava que era dever do poder público a defesa do “patrimônio histórico e artístico da nação”, reconhecendo que a cidade de Ouro Preto foi, entre outras coisas,

⁶³ A Constituição de 1891 garantia a inviolabilidade do direito concernente à propriedade. Somente com a Constituição de 1934 que este direito, ainda que assegurado, foi limitado, em razão do interesse social ou coletivo da propriedade. RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

“teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras de arte, que merecem defesa e conservação”⁶⁴. Trata-se, evidentemente, de um ato simbólico de consagração de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, enquanto lugar fundador da civilização brasileira. Ouro Preto fornece, então, a esse projeto de simulação de uma origem, de busca e construção de uma substância fundadora da nação, a tradição, o seu “lastro histórico”.

Poucos países poderão se orgulhar, como o Brasil, da posse dum panorama de seu passado igual ao que apresenta a velha e histórica cidade de Ouro Preto. (...) Nas suas pedras como que vive e palpita a memória duma época de grandeza e de fausto. É um conjunto urbano decorativo do estilo barroco, que se tem diante dos olhos, quando se entra na antiga capital das Minas. Tanto os edifícios públicos e religiosos como as habitações particulares conservam intacta a fisionomia de antanho. O isolamento da cidade no meio de ásperas montanhas, sua distância dos meios cosmopolitas, o empobrecimento de seus veios auríferos, tudo isso contribuiu para que, na tranquilidade do abandono, Ouro Preto perdurasse dentro do coração do Brasil como a joia sem par duma época morta. Sua atmosfera respira a história da Pátria. (...) Finalmente, obedecendo ao movimento de opinião que assim se gerara, o governo federal criou a Inspeção de Monumentos Nacionais, entregando-a à direção do Museu Histórico e encarregando-a, embora com poucos recursos monetários, dos serviços de conservação, restauração e defesa de Ouro Preto. Também a declarou Monumento Nacional. Desta sorte, a velha capital mineira não teve mais que rejeitar a invasão do mau gosto e do modernismo, continuando a guardar a sua fisionomia típica de outrora. A Inspeção de Monumentos começou a trabalhar em 1935 e restaurou os monumentos principais da cidade. A igreja do Rosário, a de São Francisco, a de Antônio Dias, a do Carmo, os chafarizes, as capelas e as pontes, tudo concertado e reposto no seu feitio próprio, tais como eram construídos pelos mestres desaparecidos. (...) A Inspeção de Monumentos foi simples esboço do que se devia fazer para a defesa de nossos monumentos.⁶⁵

À Inspeção dos Monumentos Nacionais, vinculada ao Museu Histórico Nacional e dirigida por Gustavo Barroso⁶⁶, caberia a missão hercúlea da proteção e salvaguarda dos monumentos históricos do país. Porém, no curto período de sua

⁶⁴ Decreto-lei nº 22.928, de 12 de julho de 1933. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Tombamento Conjunto Arquitetônico de Ouro Preto. Processo 70-T-38.

⁶⁵ BARROSO, Gustavo. Jornal A Manhã, do Rio de Janeiro, de 30 de junho de 1942. Matéria: A força de Tiradentes. In: ACI/IPHAN. Inventário: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto. Caixa 213; Pasta 01.

⁶⁶ Principal ideólogo e diretor do Museu Histórico Nacional (1922). Gustavo Barroso aderiu à Ação Integralista Brasileira (1933) e fez parte da sublevação dos integralistas contra o governo Vargas.

existência, a Inspeção teve ações pontuais, circunscritas à restauração e conservação de igrejas, pontes e chafarizes em Ouro Preto, não produzindo efeitos concretos no que tange a proteção do patrimônio em todo território nacional. O projeto de patrimônio de Gustavo Barroso esteve norteado por uma perspectiva tradicionalista e patriótica de culto às relíquias de um passado ligado ao “panteão de heróis” e aos “grandes eventos” da História do Brasil.⁶⁷ Este projeto fora então preterido na disputa com alguns intelectuais modernistas pela gestão e classificação do “patrimônio nacional”.

Intelectuais vinculados ao modernismo, ou simpatizantes deste movimento, lograram a hegemonia no campo do patrimônio, haja vista que ocuparam um lugar de destaque na máquina administrativa do Estado e assumiram a implantação do órgão responsável pela gestão e eleição dos bens culturais representativos da nação, exportando para o conjunto da sociedade suas concepções acerca dos valores constituintes do “patrimônio nacional”. Em 1936, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, deixou a cargo de Mário de Andrade a formulação de um anteprojeto⁶⁸ que, mesmo sofrendo modificações significativas, serviu de base para a criação do órgão federal de proteção do patrimônio, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Gustavo Capanema teve um papel de destaque na promoção de uma política cultural de Estado. Foi ele quem convidou Rodrigo Melo Franco de Andrade⁶⁹ para dirigir a instituição recém-fundada e delegou, ainda, aos

⁶⁷ ABREU, Regina. O museu histórico nacional e a nostalgia de um império idealizado. In: HEIZER, Alda; VIEIRA, Antônio Augusto Passos. *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

⁶⁸ Enquanto Gustavo Barroso partiu de uma perspectiva restritiva, tradicionalista e patriótica de patrimônio, destacando sempre os símbolos do passado imperial e enaltecendo uma história política dos “grandes heróis”, das “batalhas gloriosas” e dos “grandes feitos” da nação, Mário de Andrade, no anteprojeto que serviu de base para o decreto-lei nº 25/1937, esteve atento à complexidade das manifestações culturais e abarcou, no rol do patrimônio, tanto as expressões artísticas eruditas, quanto as populares, concepção ampliada de arte patrimonial que se aproxima do conceito antropológico de cultura: “Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil (ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade, cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.)” Contudo, o caráter etnográfico do anteprojeto foi preterido, e o órgão recém-criado passou a se concentrar muito mais na preservação dos elementos materiais da cultura, no caso, de bens móveis e imóveis de excepcional valor.

⁶⁹ Advogado, escritor e jornalista, o mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade assumiu o cargo de diretor-geral do SPHAN durante os anos de 1936 e 1967. Ele fez parte da rede mineira de intelectuais modernistas, composta por nomes como Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Pedro Nava, entre outros que se reuniam na Rua da Bahia, de Belo Horizonte, e

arquitetos de vertente modernista a construção da nova sede do Ministério da Educação e Saúde.⁷⁰

Em 1936, com a escolha para a construção da sede do MES e para constituírem a equipe do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, lograram os modernos serem considerados os mais aptos a erigir os novos monumentos do Estado, assim como são considerados “dignos” pelo Estado para tornarem “digna”, em seu nome, a produção do passado que será por ele protegida para a posteridade. Na implantação do “modernismo” como dominante de uma política cultural, conseguem realizar o sonho de todo revolucionário: deter as rédeas da edificação do futuro e da reconstrução do passado ou, em outras palavras, escrever simultaneamente o mapa astral e a árvore genealógica do país.⁷¹

1.3. A “Fase Heroica” do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi constituído em abril de 1936, funcionando em caráter provisório. Em janeiro de 1937 este Serviço foi formalmente regulamentado como órgão de execução do Ministério da Educação e Saúde (lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937). Em novembro do mesmo ano é promulgado o decreto-lei nº 25, que consolida as atribuições do SPHAN⁷² e institui o tombamento como instrumento de gestão e defesa do patrimônio cultural. A partir deste decreto, o Estado brasileiro assumiu a obrigação constitucional de proteger e conservar

que foram incorporados nas áreas de educação e cultura do Estado do pós-1930. BOMENY, Helena. *Guardiães da Razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

⁷⁰ BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

⁷¹ CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado-novo*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1999, p. 182.

⁷² Adotamos ao longo do texto a sigla SPHAN para designar a instituição federal de patrimônio, mas estamos cientes das mudanças em seu nome. “Em 1946 passou a se chamar Departamento (Dphan) e, em 1970, se transformou em Instituto (Iphan). Com a reforma institucional ocorrida no MEC em 1979, é criada a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que, com a criação da Secretaria da Cultura em 1981, se converteu em Subsecretaria. Com a criação do Ministério da Cultura em 1985 voltou a ser Secretaria, e foi extinta por decreto do governo Collor em 1990. Foi então criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) que, em 1994, voltou a se chamar Iphan.” FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ; Minc-Iphan, 2005, p. 32.

os bens nacionais e elaborou medidas concretas para esse fim, já que o tombamento tem efeito de restrição do direito de propriedade privada.

Ao órgão recém-criado caberia a hercúlea tarefa de mapear e inventariar em todo território nacional os bens culturais representativos da nação. Como se tratava de um trabalho pioneiro de construção de um corpus patrimonial no Brasil, havia a necessidade de elaborar estudos, catalogações e pesquisas sobre a realidade cultural do país, em grande parte desconhecida. Era preciso, ainda, promover o tombamento, a conservação e a difusão de conhecimento do “patrimônio histórico e artístico nacional”.

Era uma verdadeira cruzada, abrangendo todo o território nacional, com o fim de proporcionar os primeiros-socorros a um sem número de construções e ruínas iminentes, ou até mesmo já sendo destruídas. Fomos uma espécie de pronto-socorro, ou corpo de bombeiros. No que diz respeito à nossa história, por aqueles marcos da nossa cultura, tanto partia de particulares quanto de autoridades. Porque a falta de informações sobre aqueles objetos-documentos nos atingia a todos.⁷³

Soma-se a esses desafios e dificuldades do momento inaugural a carência de recursos financeiros e técnicos para o investimento na preservação e salvaguarda do patrimônio em todo o país. Até 1946, por exemplo, o SPHAN não possuía uma organização técnica e administrativa estável e nem dispunha de recursos orçamentários próprios. Como comentou Carlos Drummond de Andrade⁷⁴, as deficiências materiais eram supridas pela “vontade de fazer”.⁷⁵ Luiz Saia, arquiteto que dirigiu o 4º Distrito Regional do SPHAN, que correspondia a regional de São Paulo, foi mais além e qualificou como “fase heroica” esse período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente do órgão (1937-1967)⁷⁶, momento no qual praticamente “tudo estava por

⁷³ MIRANDA, Alcides da Rocha. Entrevista concedida ao Projeto Memória Oral SPHAN/Pró-Memória, em 20 de março de 1983. Série Memória Oral. ACI/IPHAN-Seção Rio de Janeiro.

⁷⁴ Carlos Drummond de Andrade passou a integrar o quadro de funcionários do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a partir de 1945, a convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em 1950 tornou-se chefe da Seção Histórica, subordinada à Divisão de Estudos e Tombamentos.

⁷⁵ ANDRADE, Carlos Drummond de. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *A Lição de Rodrigo*. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

⁷⁶ Durante esse período, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional contou também com a participação, além de Carlos Drummond de Andrade, de Judite Martins, Mário de Andrade (representante da regional em São Paulo), Luiz Saia (representante da regional em São Paulo), Gilberto Freyre (representante da regional em Pernambuco), Epaminondas de Macedo (representante da regional em

fazer” em matéria de preservação. No relato que se segue, Luiz Saia, em um exercício de síntese, procurou explicar parte desse desafio de implementação de uma política pública na “normalidade nacional”.

Tão grande foi esse trabalho e tão pouca era a gente disponível que não poderia ser levado a cabo sem a ajuda de amadores da velha guarda que desde a primeira hora se acostaram ao SPHAN e aí acolheram nova orientação, prestando um serviço admirável e insubstituível:

- a) inventariar o que existia de amostragem mais significativa da formação brasileira;
- b) socorrer urgente, e salvar alguns monumentos que estavam profundamente atingidos pela ruína e ameaçavam perecimento completo;
- c) introduzir na normalidade nacional, inclusive e principalmente no campo jurídico, não apenas a figura do “tombamento” e suas consequências, especialmente aquelas que representavam um gravame caindo sobre a propriedade privada.⁷⁷

Rodrigo Melo Franco de Andrade classificou como “patrimônio histórico e artístico nacional” o “espólio dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país”⁷⁸. Esta ideia é também encontrada no artigo 1º do decreto-lei nº 25, de 30 novembro de 1937, que considera como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Nessa perspectiva, norteadas pelas noções de “tradição”, “civilização” e “excepcionalidade”, os bens relativos à cultura material ocuparam um lugar de destaque no panteão do “patrimônio nacional”. Estes bens seriam a expressão material da

Minas Gerais), Augusto Meyer (representante da regional no Rio Grande do Sul), Godofredo Filho (representante da regional na Bahia); e com os arquitetos Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Edgar Jacinto, Paulo Thedim Barreto, Alcides da Rocha Miranda, Renato Soeiro, José de Souza Reis, Augusto da Silva Telles, Lucas Mayenhofer (representante da regional no Rio Grande do Sul), Sylvio de Vasconcelos (representante da regional em Minas Gerais); além dos colaboradores Afonso Arinos de Melo Franco, Manuel Bandeira, Prudente de Moraes Neto, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

⁷⁷ SAIA, Luiz. Apud. SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Mec/Spahan/Pró-Memória, 1980, p. 17.

⁷⁸ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória, 1987, p. 21.

“civilização brasileira”⁷⁹, o resultado orgânico e lógico da cultura⁸⁰, sua realização técnica e aparente.

Os membros do Serviço do Patrimônio, em grande parte arquitetos de formação, esforçar-se-iam em estabelecer os padrões civilizatórios que conformariam o patrimônio cultural da nação brasileira. O “patrimônio nacional” passou a ser constituído basicamente de objetos da cultura material, no caso, de monumentos arquitetônicos. Os bens de “pedra e cal”⁸¹, sobretudo, os de arquitetura tradicional do período colonial, receberam atenção especial do Estado, via estatuto do tombamento, e foram consagrados como “documentos de identidade” da nação brasileira, testemunhas da unidade e permanência da nação ao longo do tempo. Predominava então uma concepção de patrimônio enquanto obra de arte e o seu valor mantinha-se pautado meramente em características estético-estilísticas da arquitetura.⁸² Buscava-se a autenticidade da obra de arte, assim como a uniformidade de seus aspectos estilísticos.

A “arquitetura colonial” destacava-se, portanto, como símbolo autenticamente nacional, enquanto outros estilos, como a arquitetura eclética, por exemplo, eram relegados da consagração oficial, porque tidos como espúrio ou pastiche. A estética modernista teve espaço privilegiado no SPHAN. Os modernistas do Serviço de Patrimônio, encarregados de selecionar, restaurar e conservar os bens culturais da nação construíram também uma linha evolutiva da arquitetura brasileira, que ia da arquitetura

⁷⁹ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

⁸⁰ Trata-se de um processo de objetificação das culturas e tradições, reduzidas agora às suas expressões materiais e deslocadas do seu contexto de formação. Nas palavras de José Reginaldo Gonçalves: “Enquanto para as sociedades tribais e para as sociedades complexas tradicionais, a “cultura” é pensada como algo intimamente ligado às experiências sagradas e profanas da vida cotidiana e ao contexto de relações sociais que estruturam essas experiências, nas sociedades modernas a cultura veio a ser objetificada, concebida como uma dimensão separada da experiência cotidiana das relações sociais, como um espaço nobre que abriga um conjunto de objetos passíveis de serem apropriados, contemplados, preservados e representando valores transcendentais.” GONÇALVES, José Reginaldo. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Iphan 2007, p. 83. Para uma discussão sobre o assunto, ver também: HANDLER, Richard; LINNEKIN, Jocelyn. On sociocultural discontinuity: nationalism and cultural objetification in Quebec. *Current Anthropology*, v. 25, n. 1, 1984.

⁸¹ “Objetos de arte e arquitetura (igrejas, fortes, palácios, casas de câmara e cadeia, conjuntos arquitetônicos e urbanísticos), o chamado patrimônio em ‘pedra e cal’, substituto do bronze, material próprio das narrativas épicas, são itens fortemente valorizados.” GONÇALVES, José Reginaldo. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 118.

⁸² MOTTA, Lia. As cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

barroca à arquitetura moderna. “Esses mesmos arquitetos modernistas que participavam da seleção da arquitetura colonial brasileira como merecedora do título de ‘patrimônio nacional’ investiram na nomeação da sua própria arquitetura.”⁸³ Nesse prisma, a arquitetura moderna afirmava-se como a única herdeira da chamada “boa arquitetura”, já que articulava passado e presente, antigo e novo, tradição e modernidade, na visão dos modernistas.

O Serviço do Patrimônio procurou estruturar um conhecimento especializado do passado através da promoção de pesquisas, catalogação e registro dos bens culturais, recorrendo, inclusive, a investigação em arquivos, bibliotecas, museus, etc. “Para propagar o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional, a repartição edita uma revista e empreende outras publicações especializadas, porque, repito, o principal é a divulgação do que se faz, zelando pelo patrimônio de todos”⁸⁴, comentou Rodrigo Melo Franco de Andrade acerca do objetivo pedagógico da política editorial do SPHAN, política esta que se aprofundou em pesquisas sobre os vestígios da civilização material no Brasil, fundamentalmente sobre os bens de arquitetura tradicional do período colonial.⁸⁵ Segundo Mariza Santos, essas pesquisas tinham sempre o intuito de demonstrar a autenticidade do objeto tombado, assim como a objetividade dos critérios de seleção aplicados. Desse modo, o órgão se empenhou na construção de um discurso “técnico-competente” acerca da existência de um patrimônio “científico”, “objetivo”, em oposição a meras formulações “românticas” e “sentimentais”.

O SPHAN como instituição torna-se verdadeiramente uma ‘academia’, ou seja, é a institucionalização de um lugar da fala, que permite a emergência de uma formação discursiva específica, cuja dinâmica simbólica é dada pela permanentemente tematização do significado de categorias de histórico, de passado, de estético, de nacional, de exemplar, tendo como eixo articulador a ideia de patrimônio.⁸⁶

⁸³ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009, p. 97.

⁸⁴ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Correio da Manhã (Rio de Janeiro), de 12 de janeiro de 1939. In: *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória, 1987, p. 30.

⁸⁵ LANARI, Raul Amaro de O. *O patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-45)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, 2010.

Conforme salienta Mariza Santos, partiam da “Academia SPHAN” representações das categorias de “cultura”, “história”, “passado”, “arte”, “identidade”, “memória nacional”, etc. Esse espaço especializado no pronunciamento de veredictos acerca do “patrimônio nacional” procurava, com isso, institucionalizar um discurso “eficaz” da preservação a partir da seleção e enquadramento de fatos, datas, objetos e histórias merecedoras de proteção e consagração oficial.

De acordo com José Reginaldo Gonçalves, os integrantes do Serviço do Patrimônio estruturaram seus discursos da preservação do patrimônio cultural pautados pela ideia do risco iminente de destruição, fragmentação e desaparecimento dos signos culturais que conferem perenidade e “concretude” à nação.⁸⁷ O patrimônio nacional é construído com base na noção de continuidade temporal, ou mesmo de eternidade, rejeitando momentos de perda, ruptura e mudança. As políticas de patrimônio foram movidas então pela “retórica da perda”, qual seja: a nação estaria ameaçada pela perda de seu patrimônio cultural, em virtude dos processos de industrialização, urbanização e progresso. Essa linha de pensamento caracteriza a modernidade como um processo inexorável de corrosão e destruição da “aura” dos objetos únicos, autênticos, originais. Estes tendem a desaparecer com a reprodutibilidade técnica e com a transitoriedade de valores próprios da era moderna. Portanto, é preciso agir rápido, antes que tudo se fragmente e se perca. A sensação de perda coloca na ordem do dia a necessidade de estabelecer medidas concretas de proteção e salvaguarda do patrimônio nacional, haja vista que tanto a cultura quanto a própria nação correm riscos de fragmentação e desaparecimento. “O interminável jogo entre fragmentos e totalidade, destruição e reconstrução, coerência e desintegração é simbolicamente usado para fazer com que as pessoas vejam e identifiquem-se com a nação enquanto entidade a ser protegida.”⁸⁸ No caso, os agentes do Estado se colocam como representantes do “interesse coletivo”, falam e agem em nome de uma grande abstração chamada “bem comum” e combatem a

⁸⁶ SANTOS, Mariza Veloso Mota. Nasce a academia Sphan. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília*: Iphan, nº 24, 1996, p. 77.

⁸⁷ GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

⁸⁸ GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda...* Op. Cit., 114.

todo custo os efeitos da “inércia”, “ignorância”, “negligência” e “cobiça” dos “interesses particulares”.

A iniciativa do chefe da Nação tem a finalidade prática relevante, que é a de dotar o Brasil de uma legislação adequada a impedir que se arruinem ou se dispersem os bens de notável valor artístico e histórico existente no país. (...) O que o projeto governamental tem em vista é poupar a Nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão do que há de mais precioso no seu patrimônio. **Grande parte das obras de arte mais valiosas e dos bens de maior interesse histórico**, de que a coletividade brasileira era depositária, **têm desaparecido ou arruinado irremediavelmente, em consequência da inércia dos poderes públicos ou da ignorância, da negligência e da cobiça de particulares.** (...) A poesia de uma igreja brasileira do período colonial é, para nós, mais comovedora do que a do Parthenon. E qualquer das estátuas que o Aleijadinho recortou na pedra-sabão para o adro do Santuário de Congonhas nos fala mais à imaginação que o Moisés de Miguel Ângelo.⁸⁹

Cabe destacar que o SPHAN foi criado no bojo do projeto cultural do Estado Novo. Projeto este encampado por um Estado autoritário, centralizador, que manteve uma política de valorização da cultura como instrumento de unidade nacional e como peça-chave para a construção de uma nação moderna.⁹⁰ O regime varguista carregou a bandeira do nacionalismo como política de Estado, articulando o passado no sentido de despertar certo espírito cívico e de inculcar na coletividade referências comuns de pertencimento à nação. Nesse caso, o SPHAN tanto recebeu os suportes necessários para assentar suas bases legais, quanto contribuiu ativamente para a implementação desse sistema doutrinário, uma vez que participava “das redes de nacionalização do regime varguista, que, espalhadas pelo país, integravam paulatinamente grupos diversos, enquadrando-os em padrões nacionais”⁹¹. Como se sabe, o patrimônio nacional esteve associado aos conteúdos ideológicos que interessavam ao Estado Novo.

⁸⁹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. O Jornal (Rio de Janeiro), de 30 de outubro de 1936. In: *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória, 1987, p. 48. (grifo nosso)

⁹⁰ VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA & DELGADO (orgs.). *O Brasil republicano 2 – O tempo do nacional estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁹¹ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009, p. 288.

Sabemos que a ideologia estado-novista pretendia criar um homem novo, construído a partir do binômio educação e trabalho. Um homem capaz de ter conhecimento e técnica para vivenciar o futuro. Pois bem, esta ideologia apresenta conteúdo simbólico consoante com as propostas dos modernos sobre o resgate do passado para lançá-lo ao futuro. Trata-se de estabelecer um conhecimento do passado, da tradição que ilumina, para construir uma consciência nova para o futuro.⁹²

Os intelectuais⁹³ da “Academia SPHAN” assumiram uma missão pedagógica no intuito de implantar uma consciência preservacionista no país. Estes destacavam sempre, em seus discursos oficiais, a necessidade de elaborar uma campanha educativa que despertasse um sentimento patriótico de apego e zelo pelos bens recém-eleitos como “patrimônio histórico e artístico nacional”.

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e história do país: é a educação popular. Ter-se-à de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que nos ficaram do passado. Se não se custou muito persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil também é deles ou nosso, será certamente praticável. Torna-se necessário esclarecer que o empenho de defender nosso acervo monumental existente no território pátrio não se inspira em sentimentalismo efeminado, nem em tendência romântica desatualizada, mas, ao contrário, em disposição viril e compreensão lúdica do significado do imenso valor do patrimônio em causa, tanto estimado espiritualmente, quanto considerado do ponto de vista material.⁹⁴

Rodrigo Melo Franco de Andrade, por exemplo, estava convencido de que somente uma elucidação progressiva das massas poderia atenuar os danos e ameaças sobre o “patrimônio nacional”. Caberia, então, às elites intelectuais e culturais desempenhar essa missão pedagógica. Para ele, a população precisava conhecer seu

⁹² SANTOS, Mariza Veloso Mota. Op. Cit., p. 80.

⁹³ Os intelectuais, ao se instalarem na esfera pública, contribuem de forma decisiva para o debate cívico, dando um colorido ideológico às questões de seu tempo. Os intelectuais têm como registro seu poder de influência e mobilização da opinião pública através do manejo do verbo. Nesse caso, pensamos os intelectuais como uma categoria ampla que abrange tanto os “produtores de cultura”, quanto os “mediadores” e difusores de ideias. SIRINELLI, Jean-François. “As elites culturais”. In: RIOUX, J. P. & SIRINELLI, J. P. (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

⁹⁴ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Aula proferida no Instituto Guarujá-Bertioga (São Paulo), em 29 de novembro de 1961. In: *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória, 1987, p. 64.

patrimônio para então valorizá-lo. Buscava-se uma ampla conscientização e adesão da opinião pública à “causa do patrimônio”. A ignorância, a incompreensão e o desinteresse da população seriam os motivos principais que atacam o acervo cultural do país, condicionado, portanto, os trabalhos de proteção e salvaguarda empreendidos pelo Serviço do Patrimônio. Por isso, Andrade destacava sempre a necessidade de uma atuação articulada entre o órgão e a sociedade civil, em favor dos bens constituintes do “patrimônio nacional”.

Assim, cada dia mais, - no sentido literal da expressão -, o espólio cultural recebido de nossos antepassados fica sob ameaça maior. Contra ele se conjugam diversos fatores: a carência de meios financeiros bastantes para conservá-lo; empreendimentos da administração pública com objetivo progressista errôneo ou mal entendido; a pressão generalizada da especulação imobiliária; a multiplicação do comércio de antiguidades, estendendo-se das grandes cidades até aos mais remotos lugarejos de formação colonial; a indiferença, quando não a ação adversa, das autoridades eclesiásticas, responsáveis pela parcela mais valiosa do acervo de arte antiga brasileira; e ainda outros fatores.

A causa principal, porém, dos males que atacam o acervo artístico e histórico do Brasil é o desinteresse de sua população. Desinteresse não apenas das massas pouco esclarecidas do povo brasileiro e sim, igualmente, de suas classes mais favorecidas e que se presumem cultas.

Tal comportamento procede da incompreensão do valor do legado que nossos maiores nos deixaram em matéria de obras de arte ou de significação histórica. (...) **Vê-se, pois, que o necessário, para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, consiste, antes de tudo, em elucidar, sobre o valor de tal patrimônio, a população brasileira.**⁹⁵

Em suma, o SPHAN procurou institucionalizar uma fala da preservação convocando sempre o conjunto da população a colaborar com a “causa nacionalista do patrimônio”. Seus técnicos figuram nesses enunciados como defensores do “interesse público”, empossados da missão de salvaguardar o acervo cultural da nação contra “interesses particulares” opostos às motivações patrióticas. “Pior ainda que a ação do tempo e dos elementos eram as intervenções ineptas e intempestivas de modernizadores, destruídos de capacidade para compreender as coisas belas que iam mutilando e desfigurando”⁹⁶, comenta Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre a situação de

⁹⁵ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Discurso proferido ao receber o título de doutor *honoris causa* pela UFRJ, em 20 de março de 1969. In: *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória, 1987, p. 182. (grifo nosso)

“abandono” de bens de “valor” em Minas Gerais, provocada pela “falta de esclarecimento” e pela “indiferença” da população local. De certo modo, é possível captar uma ambivalência nos discursos oficiais do Patrimônio, já que, ora a população se constitui como peça-chave, enquanto principal parceira da preservação⁹⁷, ora como “ignorante” e, portanto, potencial transgressora do patrimônio. Os limites entre um e outro campo nem sempre são tão precisos nessas narrativas. Sendo assim, enfocamos, ao longo do trabalho, essa ambivalência na relação da instituição com seu público, uma vez que tal postura redundou em conflitos na gestão e preservação dos conjuntos urbanos tombados nas municipalidades mineiras.

Resta saber até que ponto e para quem esses apelos em favor da “causa da preservação” tiveram ressonância e adquiriram eficácia simbólica, haja vista que o conjunto da população conferia valores os mais diversos aos bens classificados como “patrimônio nacional”, valores inclusive opostos às intenções preservacionistas.

Nota-se que a experiência do SPHAN teve um certo grau de eficácia na produção simbólica dos patrimônios nacionais, porém, não podemos deixar de perceber que esse alcance circunscreve-se ao circuito de seus produtores. A maioria da população não se reconhece nesses símbolos (...), ainda que considere a preservação atividade importante.⁹⁸

1.4. Consagração Simbólica de Minas Gerais

Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Minas Gerais tornou-se o palco principal das políticas de proteção do patrimônio no Brasil. Seus bens artísticos e sua arquitetura tradicional do século XVIII foram consagrados como manifestação cultural mais expressiva do “ser nacional”. Nesse prisma, o passado

⁹⁶ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. *Jornal Diário do Comércio de São João del-Rei* (24/10/1940). Matéria: “Defesa do Patrimônio Artístico”.

⁹⁷ Evidentemente, não se trata de uma abertura à participação da população nos processos de configuração e gestão do patrimônio, tal qual formulada por Aloísio Magalhães em décadas posteriores, já que uma das características da “fase heroica” do Patrimônio foi a centralização dos processos decisórios nas mãos de um grupo restrito de técnicos. Nesse caso, a sociedade civil é convidada apenas a referendar e legitimar as ações de preservação já traçadas por àqueles técnicos.

⁹⁸ NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Huitec: Fapesp, 2005, p. 233.

mineiro seria “exemplar”, pois fornecia um cenário ideal, repleto de tradições, heróis, monumentos e objetos fundadores da própria identidade nacional.

Tem sido Minas o cenário mais importante de nossa história colonial e de quase todo o passado histórico do país, é natural que esta preponderância, influenciando benéficamente em todos os setores de atividade, tenha constituído do nosso estado uma espécie de relicário dos grandes feitos e das grandes realizações nacionais.

As importantes obras de arte e os monumentos deixados pelos antepassados ficaram aqui testemunhando a vitalidade de outras gerações, lembrando fatos de outros séculos.⁹⁹

Os agentes do Serviço do Patrimônio, responsáveis pela seleção e constituição de um acervo de bens representativos da formação histórica e cultural brasileira, vislumbravam no barroco mineiro o lugar fundador da civilização brasileira. “Em verdade, o acervo de obras de arquitetura religiosa existente em Minas Gerais é por certo o mais vasto e talvez o mais característico que possuímos”¹⁰⁰, comenta Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre a peculiaridade de Minas. De acordo com Lucio Costa (arquiteto e diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do SPHAN), a arquitetura do século XVIII de Minas Gerais destacava-se como “boa arquitetura”, uma manifestação autóctone que se manteve pura de “excessos” ou da transposição direta para o país da arquitetura de Portugal. A arquitetura mineira particularizava-se pelo seu apuro técnico e plástico, sobretudo, pela sua simplicidade, pureza e bom uso de materiais.¹⁰¹ Sylvio de Vasconcelos (arquiteto e chefe do 3º Distrito do SPHAN, que correspondia a Minas Gerais)¹⁰², defendeu a tese da “autonomia” e do “isolamento” de Minas em relação aos centros litorâneos como fatores decisivos para o desenvolvimento de uma cultura

⁹⁹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. O Diário (de Belo Horizonte), de 12 de julho de 1940. In: *Rodrigo e o SPHAN*: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória, 1987, p. 37.

¹⁰⁰ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. *Rodrigo e o SPHAN*: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória, 1987, p. 108.

¹⁰¹ PESSOA, José (org.). Lucio Costa. *Documentos de trabalho*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

¹⁰² Sylvio de Vasconcelos exerceu o cargo de chefe do 3º Distrito do SPHAN entre os anos de 1939 e 1969. Atuou, ainda, como professor da Escola de Arquitetura da UFMG, entre os anos de 1948 e 1969, sendo seu diretor em 1963.

própria em seu território, distinta da Metrópole, que corresponderia à primeira expressão do caráter nacional.

Não se dão, nas Minas, meras transposições culturais, enxertias de galhos já em frutos, transplantadas. Nelas todas as influências se casam em semente, flores cujos pólenes se misturam, provindas da Metrópole, da África, da Ásia longínqua, sujeitas à fermentação local, à germinação condicionada pelo solo duro, de onde brota, afinal, uma nova espécie, uma nova gente, uma nova cultura, cujos frutos maduros perfumam a segunda metade do Século XVIII, forjando as características fundamentais na nação futura.¹⁰³

Há, portanto, um movimento sincrônico de valorização do barroco e das cidades mineiras. O barroco corresponderia à primeira manifestação da criatividade nacional, e Minas Gerais, depositária dessa arte, seria o núcleo irradiador da cultura nacional. Essa matriz de pensamento, quando atribui a Minas Gerais a prerrogativa de berço da civilização brasileira, reforça também o mito da mineiridade.¹⁰⁴

Os símbolos da mineiridade – a opulência da arte mineira do século XVIII, com a arte barroca de Aleijadinho e seus profetas, religiosidade e urbanidade, cidades cheias de ideais de liberdade – são monumentos semióforos, que materializam uma grande coleção chamada “brasilidade”. Esses monumentos tornaram-se símbolos da nação, devendo identificar todos os brasileiros, que, apesar de não se conhecerem, sentem-se parte dessa comunidade imaginada, que tem seu coração em Minas Gerais e Minas Gerais no coração.¹⁰⁵

“As Minas não só relacionam como promovem a somatória das características nacionais, traduzindo-as em esquema simples, escoimados de superfluidades. Cria,

¹⁰³ VASCONCELOS, Sylvio. *Mineiridade: ensaio e caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968. p. 49.

¹⁰⁴ Trata-se de uma construção política e ideológica que atribui um papel de destaque ou mesmo predomínio de Minas e da vida do homem mineiro nas esferas econômica, política, social, cultural etc. Essa construção de uma dada realidade social de Minas Gerais ganhou força ao longo da Primeira República, quando ocorreu um enfraquecimento da centralização política e um reforço dos regionalismos. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. Editoria Brasiliense, 1990.

¹⁰⁵ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009, p. 70.

assim, a autenticidade brasileira”¹⁰⁶, comentou Sylvio de Vasconcelos. Para ele, agrupasse em Minas Gerais a tipologia nacional. Alceu Amoroso Lima (escritor, crítico literário e líder da Ação Católica) foi mais além e atribuiu a Minas um papel de “ponto de equilíbrio do Brasil”, responsável pela preservação das tradições passadas e pela reformulação das influências cosmopolitas. Sua missão seria então garantir a ordem e manter a unidade nacional. “Sua grande missão, no Brasil, é impedir os extremismos e conservar entre tantas correntes contraditórias esse senso de equilíbrio e de organicidade psicológica.”¹⁰⁷

Logo após a implementação do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que instituiu o tombamento como instrumento da gestão do patrimônio nacional, seis “cidades históricas”¹⁰⁸ de Minas Gerais foram inscritas, em 1938, nos livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como merecedoras de proteção especial. Os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de São João del-Rei, Diamantina, Ouro Preto, Mariana, Serro e Tiradentes foram consagrados por essa política de Estado como manifestações mais expressivas da chamada “civilização mineira”. Seus bens materiais e simbólicos comunicariam as origens artísticas e culturais da nação. Nas décadas seguintes foram incluídos nos livros do Tombo os conjuntos de Congonhas (1941) e de Sabará (1965).

Em outra frente de atuação, a política museológica empreendida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional também reforçaria a tese da centralidade de Minas Gerais no desenvolvimento de uma cultura nacional. Os vestígios da cultura material do século XVIII, sobretudo os bens de devoção religiosa e os objetos associados às atividades da mineração, ganharam destaque no Museu da Inconfidência (1938), em Ouro Preto, no Museu do Ouro, em Sabará (1945), no Museu Regional de

¹⁰⁶ VASCONCELOS, Sylvio. Op. Cit., p. 102.

¹⁰⁷ LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas*. Rio de Janeiro: Agir, 1945, p. 58.

¹⁰⁸ Usamos a expressão entre aspas para ressaltar que toda cidade possui seu regime de historicidade. “As cidades memorizam tempos distintos e diversos em sua paisagem. Mas elas não são apenas paisagens: são lugares, são territórios. Isso significa que elas compõem-se de materialidades edificadas e de relações humanas ricas e diversas que traduzem tempos históricos (não apenas cronológicos) dignos de interpretação. Elas são *physis* e são manifestações simbólicas construídas e re-construídas no tempo. São pedra e cal argamassadas por vidas e por representações sociais.” MENESES, José Newton Coelho. *Memória e historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades*. In: AZEVEDO, Flavio Lemos Mota de; CATÃO, Leandro Pena; FERREIRA, João Ricardo (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões o museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 34.

São João del-Rei (1946), em São João del-Rei, no Museu Regional Casa dos Ottoni (1949), no Serro, e no Museu do Diamante, em Diamantina (1954). O órgão procurou estabelecer pequenos museus nas “cidades históricas” mineiras, aproveitando suas edificações de significação histórica e/ou artística, de modo a fortalecer e difundir uma pedagogia da preservação do “patrimônio nacional”.

Os próprios edifícios nacionais de valor históricos e artísticos que se acham entregues a esta repartição (...) são destinados permanentemente à visitação pública, **para propagar o conhecimento e a apreciação da arquitetura tradicional brasileira**. A DPHAN, tem envidado todos os esforços ao seu alcance para instalar nesses imóveis serviços culturais como bibliotecas, arquivos e museus, e os vai sucessivamente abrindo à curiosidade e aos interesses populares.¹⁰⁹

Nas palavras de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Minas Gerais concentrava, então, o “núcleo mais denso do acervo nacional”:

Com relação aos monumentos de arte e bens de interesse histórico de Minas Gerais, as construções integrantes das cidades originárias dos grandes centros de mineração do ouro e dos diamantes – Ouro Preto, Mariana, São João del-Rei, Tiradentes, Sabará, Serro e Diamantina –, a par de várias em outros locais, formam o núcleo mais denso do acervo nacional.¹¹⁰

“Minas Gerais, e em especial Ouro Preto são, com certeza, o campo de experiência e o laboratório mais apropriado para o trabalho do Patrimônio”, constatava o francês Michel Parente, consultor da UNESCO que fez várias viagens pelo interior do Brasil, entre os anos de 1966 e 1967, no intuito de catalogar as potencialidades de desenvolvimento turístico do país.¹¹¹

¹⁰⁹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício 308, de 29 de março de 1954, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Administrativo: Comunicações Técnicas (1949-1958); Caixa: 130.

¹¹⁰ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Aula proferida no Instituto Guarujá-Bertioga (São Paulo), em 29 de novembro de 1961. In: *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória, 1987, p. 60.

¹¹¹ PARENTE, Michel (1968). In: LEAL, Claudia Feirabend Baeta (org.). *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parente*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008, p. 127.

Segundo Silvana Rubino, grande parte dos tombamentos ocorridos entre os anos de 1938 e 1967, período que compreende a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade na direção do SPHAN, foi de bens localizados neste Estado. Dos 689 tombamentos feitos no período, situam-se em Minas Gerais 165 (ou 23,9% do total), seguido do Rio de Janeiro, com 140 (ou 20,3% do total), Bahia, com 131 (ou 19,9% do total), Pernambuco, com 56 (ou 8,1% do total), São Paulo, com 41 (ou 5,9% do total), ficando os demais 18 estados onde foram realizados tombamentos com uma soma de apenas 108 bens (ou 15,6%). Além de haver uma concentração de tombamentos nos quatro primeiros Estados mencionados, dos 689 tombamentos, 645 foram de bens arquitetônicos (93,62% do total) e apenas 44 (6,38% do total) correspondem a outras categorias.¹¹² O valor artístico foi, portanto, determinante para a escolha de preservação dos objetos. Os tombamentos consagraram os bens de “pedra e cal”, sobretudo os de arquitetura religiosa do século XVIII, como merecedores de proteção e transmissão para a posteridade.

O tombamento é um instrumento jurídico que incide sobre o direito de propriedade. Ao acioná-lo, o Estado assume a obrigação constitucional de proteger os bens materiais incluídos no rol do “patrimônio histórico e artístico nacional”. A prática do tombamento implica, pois, na imposição de condições de uso e conservação, como dispõe o artigo 17 do decreto-lei nº 25/1937: “as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa”, e na vizinhança não podem ser feitas construções que lhe impeçam ou reduzam a visibilidade. O objeto tombado pertence ao proprietário, que detém seu valor de uso e de troca, mas também simbolicamente pertence à nação. As mesmas restrições legais de uso se aplicam aos conjuntos urbanos tombados, no intuito de conservar a sua integridade, porém, produzem efeitos mais complexos que a medida de proteção de uma edificação isolada. “Com o objetivo de preservar-lhes a feição genuína e homogênea, têm sido tombados em massa e inscritos agrupadamente nos Livros do Tombo os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de cidades inteiras, que se consideram cidades-monumentos.”¹¹³ Como destaca Sylvio de Vasconcelos, as

¹¹² RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan, nº 24, 1996, p. 102.

“cidades-monumentos” que tiveram seus conjuntos urbanos tombados demandavam uma ação permanente do Patrimônio, ou mesmo um “regime especial de conservação”, de modo que sua ambiência, harmonia e unidade estilística fossem mantidas.

Nas cidades tombadas em seu conjunto a ação da repartição é ainda mais intensa, de vez que alcança também as iniciativas privadas, orientando as construções e as reformas de prédios particulares no sentido de evitar que seja alterado o conjunto arquitetônico da cidade. (...) Tem sido norma desta repartição, no caso de obras novas de pequeno vulto e que não chamem a atenção por si mesmas, fazê-las à maneira tradicional, dentro da maior simplicidade possível, de modo a não perturbar o conjunto.¹¹⁴

Nessa perspectiva, os “centros históricos” das cidades setecentistas e oitocentistas mineiras foram valorizados pelos agentes do Patrimônio como áreas de grande concentração de bens excepcionais que comunicavam as origens da nação brasileira. A manutenção da uniformidade dos conjuntos coloniais, salvaguardados das pressões de modernização e progresso, expressaria, então, a permanência de valores que transcendiam às mudanças sociais. Ouro Preto, por exemplo, tornou-se uma espécie de laboratório das práticas de proteção empreendidas pelo Serviço do Patrimônio. Práticas estas marcadas sempre pela vontade de manutenção de características uniformes e pela busca de pureza e originalidade em relação ao conjunto tombado. Segundo Lia Motta, as sucessivas ações de conservação e restauro executadas pelo Patrimônio trataram a cidade como uma expressão estética, desconsiderando, inclusive, a historicidade desse sítio urbano. O Serviço de Patrimônio investiu na promoção de uma imagem do Brasil tradicional, concentrando-se na fiscalização e controle das fachadas das edificações. E essa aplicação de normas “fachadistas”, isto é, o emprego do estilo e da estética colonial nas fachadas, implicou na descaracterização urbanística e paisagística de Ouro Preto. Lia Motta destaca ainda que as experiências de intervenção do Serviço de Patrimônio nessa região serviram de referência para a elaboração de conceitos e critérios das práticas de preservação no Brasil.¹¹⁵ Ouro Preto, lida pelos modernistas como síntese

¹¹³ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p. 68.

¹¹⁴ VASCONCELOS, Sylvio de. Boletim de Assistência Técnica Aos Municípios. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades: Sylvio de Vasconcelos.

acabada do passado colonial e como modelo exemplar para se pensar a cultura brasileira, tornou-se paradigma das experiências de gestão do patrimônio cultural no país.

De acordo com Rodrigo Melo Franco de Andrade, a execução de empreendimentos públicos e particulares, por vezes, era incompatível com a preservação do “aspecto peculiar”, “original” dos núcleos urbanos tombados. Nessa ótica, o tombamento surgiria como medida cautelar para se evitar maiores danos à sua “harmonia” e “unidade”, restringindo-se, assim, as “aspirações naturais de progresso” e de transformação da paisagem.

Assim é que, pela circunstância, de os sítios permanecerem povoados e seus habitantes alimentarem aspirações naturais de progresso, **ocorrem iniciativas públicas e particulares, incompatíveis com a preservação do aspecto peculiar das áreas e dos bens culturais a elas pertencentes.** Ora são projetos de autoridades locais visando a alargamentos ou retificações de logradouros, a arruamentos novos, a reformas de pavimentação, a instalação de redes de transmissão de energia elétrica, de postes e aparelhos de iluminação urbana, etc; ora empreendimentos privados com o objetivo da execução de construções novas, de ampliação e modernização de edificações existentes, de demolição de obras de arquitetura antiga ou devastação de áreas de vegetação para fins utilitários, de introdução de cartazes e letreiros de publicidade, etc. (...).

Há que se contar, portanto, com um número relativamente considerável de conjunturas em que, **por falta de normas de direito positivo aplicáveis à espécie, o critério do agente do serviço público de conservação terá de se manifestar e de prevalecer, às vezes com divergência, senão em litígio, com o interesse ou o propósito, em benefício da integridade do sítio urbano.** (...).

Desde que seja instituído o regime de conservação especial em benefício do sítio urbano, **torna-se realmente inadmissível ou indesejável que a unidade e a harmonia de seu conjunto arquitetônico e paisagístico sejam quebradas ou prejudicadas** pela intrusão de construções novas em destaque ou pela alteração do aspecto peculiar dos logradouros e outras ocorrências perturbadoras.¹¹⁶

O tombamento de conjuntos urbanos inteiros foi um fato pioneiro até então, sem precedentes a nível mundial. A manutenção de uma paisagem urbana “intacta” e

¹¹⁵ MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: Iphan, nº 22, 1987.

¹¹⁶ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), de 30 de maio de 1970. In: *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória, 1987, p. 84-87. (grifo nosso)

homogênea representaria a permanência de tradições e de valores ao longo do tempo, caros à nação. Seria, portanto, a expressão espacial da identidade de um povo unitário¹¹⁷, simbolizada em formas visíveis e concretas. Cabe destacar que esse projeto de preservação de um ambiente da “unidade nacional” forjava um cenário que poderiam nunca ter existido tal qual no passado. Tal projeto interferia decisivamente nos usos, nas formas de apropriação e nos estilos de vida do local.

Silvana Rubino assevera que o tombamento é uma construção discursiva que não se encerra no ato de inscrição do bem em um dos Livros do Tombo, mas consiste também na produção de uma narrativa que reescreve sua história e lhe investe de significado simbólico. “O tombamento é o momento por excelência do processo de preservação. É um discurso, pois diz algo sobre o bem, é instituinte, pois lhe confere história.”¹¹⁸ Com o tombamento, o objeto é deslocado do “anonimato” do cotidiano e adquire um novo estatuto simbólico no espaço social, devendo agora ser visto e lembrado. Esse objeto passa então por uma triagem que o diferencia do restante do conjunto em que se encontrava. Entendemos que essa prática institui, em um só tempo, “espaços sagrados”, destinados à preservação e perpetuação da “memória nacional”, e “espaços profanos”, excluídos da consagração oficial e que podem, portanto, ser incorporados ao “progresso”. Além disso, pensamos o tombamento como um ato de territorialização¹¹⁹, isto é, um empreendimento de delimitação de um território a ser preservado e, concomitantemente, uma extensão de um dispositivo de controle e normatização dos usos e modalidades de apropriação do mesmo.

Contudo, as formas de uso, as demarcações materiais e simbólicas e os agenciamentos cotidianos do espaço, ainda que configurem agora como infração, não

¹¹⁷ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

¹¹⁸ RUBINO, Silvana. *Fachadas da História: Os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 10.

¹¹⁹ “Entendemos aqui por territorializar o movimento de um agente titular no ato de presidir a lógica da distribuição de objetos sobre dada superfície e de, simultaneamente, controlar as dinâmicas que afetam as práticas sociais que aí terão lugar. O território é, pois, neste sentido, parte de uma extensão física do espaço, mobilizada como elemento decisivo no estabelecimento de um poder. Ele é assim uma parcela de um terreno utilizada como forma de expressão e exercício de controle sobre outrem. Por meio desse controle é possível a imposição das regras de acesso, de circulação e a normatização de usos, de atitudes e comportamentos sobre este espaço. Este controle do território é a expressão de um poder, ou seja, ele é aquilo que está em jogo em grande parte das disputas sociais.” GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 12.

desaparecem da noite para o dia, após a instituição de um decreto. Existe um espaço considerável entre a norma e sua aplicabilidade, assim como existe um equilíbrio tênue entre a eficácia do instrumento utilizado e a sua aceitabilidade simbólica. As normas são sempre mediadas, interpretadas e adaptadas a situações e contextos específicos. De qualquer forma, a decisão sobre tombamento e preservação do patrimônio cultural deve ser reiteradamente negociada entre os agentes do Estado e o conjunto da sociedade, sob pena do objeto, ainda que protegido pelo instrumento jurídico, não encontrar ressonância no campo social. A proteção oficial “não lhe garante um lugar seguro no panteão institucional da cultura. Este é um desafio perene e estrutural que se coloca às instituições responsáveis pela proteção, conservação e uso desses tesouros oficialmente protegidos.”¹²⁰

1.5. Patrimônio, Negociação e Conflito

Em suas palestras, conferências, entrevistas e pronunciamentos oficiais, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade, destacava sempre a necessidade de promoção de acordos e cooperação com os Estados e municípios, no sentido de fazer valer o estatuto do tombamento, assim como desenvolver medidas estratégicas de proteção do patrimônio nas esferas estadual e local. “Sem cooperação não há esperança”, esse era o mote reiterado por Andrade. A parceria entre essas instâncias poderia resultar na produção e uniformização de legislação complementar de proteção e conservação dos bens incorporados ao patrimônio nacional.

Só pela feliz articulação das respectivas atribuições será possível adaptar as soluções impostas pelos problemas do crescimento e da modernização das cidades e de seus serviços à necessidade nacional de preservar os monumentos do passado histórico e artístico do país.¹²¹

¹²⁰ ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 17.

¹²¹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Palestra proferida na Escola Nacional de Engenharia, em 27 de setembro de 1939. In: *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória, 1987, p. 53.

Esperava-se um pacto colaborativo em torno da preservação do patrimônio, mas na prática o que se verificava era um constante conflito entre as instâncias de poder, com cada uma concorrendo por interesses e projetos próprios. Em face da autonomia municipal na regulação do uso do solo urbano, cabia à Prefeitura a realização dos planos urbanísticos, o estabelecimento de código de obras e posturas, bem como a fiscalização das normas relativas às edificações. Estas atividades também interessavam ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e agora deveriam ser acompanhadas por este órgão. Com o tombamento, a execução das reformas, construções e projetos de intervenção e de impacto na paisagem urbana passaram a depender de autorização da Seção Técnica do Patrimônio que, por sua vez, montou um verdadeiro aparato fiscal no sentido de fazer valer seus princípios e orientações. O SPHAN adotou uma espécie de modelo-padrão¹²² a ser seguido nas plantas de reformas e construções novas, que tinha como base a arquitetura do século XVIII. Embora, até mesmo Lucio Costa reconhecia que a reprodução do estilo colonial nas construções novas só seria possível à custa de “muito sacrifício”, quando não de “fingimentos coloniais”.¹²³ De todo modo, buscou-se manter as fachadas das edificações livres de modificações, o mesmo volume e altimetria, em geral em pequenas dimensões, e padronizar a pintura das suas paredes externas.

Contudo, nem sempre os interesses dos agentes do Serviço do Patrimônio estavam em sintonia com os interesses dos poderes locais que, via de regra, alimentavam desejos de adaptação das cidades a uma ideia de progresso e de modernidade e/ou estavam diretamente envolvidos na transformação, produção e planificação do espaço urbano, com vistas aos negócios próprios do mercado imobiliário. Desse modo, o SPHAN acumulou um histórico de animosidades nas municipalidades cujos conjuntos urbanos foram tombados. Segundo relato de Carlos Drummond de Andrade, o Patrimônio andava sempre às turras com “prefeitinhos de bigodinhos enfadonhos que a tudo queriam demolir”¹²⁴. Ele acrescenta que Rodrigo

¹²² Trata-se do chamado “estilo SPHAN” ou “estilo Patrimônio”, que se refere às “construções contemporâneas que emulam velhas casas do século XVIII. Como se acreditava que a cidade não iria crescer muito, a atenção do SPHAN voltava-se primordialmente para as fachadas.” (CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 142.).

¹²³ COSTA, Lucio. Apud MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 22, 1987, p. 108- 22.

Melo Franco de Andrade foi um “herói sem dragonas” desse combate contra os “Prefeitos Fulustruca dos Bigodes”, que teimavam em desrespeitar a ação do Patrimônio. “Sua única arma eram umas leis desconhecidas ou desprezadas por todo mundo, a diplomacia no trato e, finalmente, a Justiça.”¹²⁵

O diretor do Serviço do Patrimônio estava ciente de que, em muitos casos, sua missão era “espinhosa” e “antipática”, contudo, ainda que sob ataques sérios, era preciso intervir em defesa do “patrimônio nacional”. “Estamos convictos de que cumprimos nossa missão, embora reconheçamos que **esse trabalho seria grandemente facilitado, se não fosse realizado apenas à base de coerção**, mas, sobretudo, alicerçado no apoio e compreensão públicas.”¹²⁶ Como se depreende, a manutenção da hegemonia (sustentação de liderança moral, política e intelectual) da classificação do patrimônio não dependia de simples coerção, mas de consenso, de conquista de legitimidade e de ampliação das bases de alianças com a sociedade política e civil locais, o que implicaria em constantes negociações e pactos com outros grupos de interesses, demandas e projetos.¹²⁷

Quanto às autoridades religiosas, embora a Igreja fosse a principal beneficiária das ações de restauro empreendidas pelo Patrimônio, sua relação com o órgão era um tanto quanto ambígua, conforme destaca Márcia Chuva:

As relações entre as duas instituições foram ambíguas e as tomadas de posição foram variadas frente a problemática da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, de acordo com os interesses em disputa e com o capital político e simbólico que estivesse em jogo em cada caso.¹²⁸

¹²⁴ ANDRADE, Carlos Drummond de. Apud SANTOS, Mariza Veloso Mota. Nasce a academia Sphan. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: Iphan, nº 24, 1996, p. 81.

¹²⁵ ANDRADE, Carlos Drummond de. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *A Lição de Rodrigo*. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969, p. 33.

¹²⁶ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. O Jornal (Rio de Janeiro), de 29 de junho de 1958. In: *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória, 1987, p. 41. (grifo nosso.)

¹²⁷ Para uma discussão sobre o conceito de hegemonia, ver: COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

¹²⁸ CHUVA, Márcia Regina Romero. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 301.

Contudo, na avaliação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, os entendimentos em prol da manutenção do acervo de bens eclesiásticos – entendimentos dos quais o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, manda o serviço competente da União procurar –, em geral, eram conseguidos com êxito.

Sendo de propriedade das Dioceses, das corporações religiosas e das ordens terceiras ou irmandades o acervo mais numeroso e mais rico de bens móveis e imóveis de valor artístico e histórico existentes no país, aqueles entendimentos tornaram-se indispensáveis sobretudo com as autoridades eclesiásticas, para que a legislação vigente sobre a matéria pudesse ser aplicada com alguma eficácia. Muitas vezes, a autoridade diocesana e paroquial, assim como os superiores das comunidades e os mesários das associações religiosas têm prestigiado e favorecido a ação do órgão administrativo federal no cumprimento das disposições do Decreto lei nº 25, de 1937.¹²⁹

Cabe destacar que antes mesmo da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, os arcebispos e bispos brasileiros já recomendavam a conservação das igrejas e determinavam que sem sua audiência e licença era proibido aos párocos inutilizar ou modificar paramentos tradicionais, substituir altares artísticos, modificar, reformar ou alterar quaisquer vasos, alfaias ou objetos de arte em geral.¹³⁰ Dom Helvécio Gomes de Oliveira, por exemplo, arcebispo de Mariana, foi um dos principais colaboradores do Patrimônio, doando grande parte do acervo de peças sacras que hoje integram o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Além disso, compôs a comissão encabeçada pelo jurista Jair Lins, que em 1925 elaborou um projeto no sentido de impedir a saída e evasão de bens móveis de valor histórico ou artístico do território mineiro.

Após tantos anos de luta e trabalhos à frente da arquidiocese de Mariana, não podemos deixar de, em nosso próprio nome e no da repartição a qual servimos, manifestar-lhe sempre nossa mais profunda gratidão pela

¹²⁹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p. 127-128.

¹³⁰ Informação retirada da Carta de Mariana, de 19 de julho de 1986, de autoria do “Movimento Popular de Valorização de Mariana”. Arquivo do Centro de Documentação e Informação (CDI) do IPHAN/MG. Pasta Mariana: Calçamento.

paciência, atenção e generosa compreensão que sempre lhe merecemos, no exercício de nossas funções, em benefício dos monumentos religiosos tombados sob sua jurisdição.

Nestes vinte anos de serviços prestados à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (...) não podemos deixar de reconhecer que, se algum resultado conseguimos obter de nossos esforços, o êxito de nossas iniciativas dependeu sempre do apoio e da cooperação de V. Excia. [Dom Helvécio Gomes de Oliveira], a quem o povo mineiro ficou a dever ainda o esplêndido Museu da Inconfidência e as primeiras providências em favor de nossos valores tradicionais.¹³¹

Segue na figura 02 um desenho intitulado Mapa da Arquitetura Religiosa em Ouro Preto, elaborado a bico de pena por Paulo Ferreira Santos, engenheiro-arquiteto que permaneceu no Conselho Consultivo do SPHAN de 1955 a 1981. Através de estudos acerca da História da Arquitetura no Brasil, ele contribuiu para aprofundar um conhecimento sobre a arquitetura colonial religiosa. Em Ouro Preto, por exemplo, Santos realizou levantamentos sistemáticos de quase todas as igrejas barrocas daquela cidade, contendo detalhes até de fechaduras, chaves, ornatos, altares, portas etc.

¹³¹ VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício nº 334, de 05 de maio de 1959, enviado a Dom Helvécio Gomes de Oliveira. Arquivo do Centro de Documentação e Informação do IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Administrativo I.

Evidentemente, esses “entendimentos” do Patrimônio com a Igreja não impedia que surgissem também situações embaraçosas e de divergência de interesses entre ambas as partes, sobretudo quando os vigários insistiam em realizar obras, por conta própria, nos templos religiosos e arredores, sem o consentimento do SPHAN.

Levo ao vosso conhecimento que o Rev. Cônego Júlio de Oliveira, vigário da paróquia desta cidade [do Serro], está providenciando fazer um passeio de cimento em torno da Igreja da Matriz; não sendo permitido, peço a V. Excia. comunicar com ele referente o assunto, pois é monumento Histórico, assim não podemos deixar isto acontecer.¹³²

Essas situações de infração às normas formais de preservação do patrimônio requeriam então uma delicada negociação e ajustamento entre as instâncias de poder. Para coibi-las, a recomendação expressa pela administração central do SPHAN era que os técnicos intensificassem a fiscalização *in loco*, procurando sempre o convencimento acerca das diretrizes do Patrimônio.

Quanto às igrejas tombadas individualmente, impõe-se muito zelo na proteção das características de seus recintos internos, que os vigários e devotos tendem sempre a desfigurar com a introdução de imagens modernas, flores artificiais, enfeites diversos, mobiliário e objetos inadequados. Será da maior importância manter contato com os respectivos responsáveis e interessados, para obter, por meio de persuasão e ação educativa, que a decoração e a ornamentação originais dos templos, principalmente dos seus altares e paredes da nave e capela-mor, não sejam desvirtuadas com contribuições novas e excêntricas.¹³³

Em relação à sociedade civil, entendemos que havia certa unanimidade em quanto à preservação de templos e objetos de devoção religiosa – tanto que foram frequentes os manifestos e pressões dos cidadãos, sobretudo na imprensa, em favor da

¹³² FERNANDES, Cirilo (técnico do Patrimônio lotado no Serro). Ofício nº 12, de 02 de maio de 1965, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Conjunto Urbano Serro (1950-1989).

¹³³ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício nº 409, de 17 de abril de 1952, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Ouro Preto. Pasta: Conjunto Urbano (1945-1991); Caixa: 665; Série 1.

sua conservação e reforma –, mas também de edificações público-administrativas e de monumentos e simbologias vinculadas ao panteão local. Contudo, não percebemos o mesmo afincamento em relação à preservação da arquitetura vernacular das cidades. De modo geral, as construções mais modestas do acervo vernacular estavam longe de se constituírem como “bens de valor” histórico ou artístico dignos de conservação para a posteridade. Evidentemente, trata-se de um olhar seletivo para o passado que rompe com o consenso aparente em torno da conservação dos patrimônios. A inclusão de objetos que até então não eram reconhecidos como patrimônio, por exemplo, gerou estranheza, conflito de valores e teve consequências sobre os modos de vida dos habitantes locais. Em certos casos, a lei de preservação foi percebida como draconiana, como uma “parada no tempo” e, conseqüentemente, como um entrave ao desenvolvimento local. Além disso, nem sempre houve consenso entre esses habitantes sobre quais objetos constituiriam um patrimônio cultural. Como salienta José Reginaldo Gonçalves, cotidianamente, “o proprietário de uma casa construída no século XVIII certamente a considera mais um patrimônio pessoal ou familiar do que um patrimônio ‘nacional’”¹³⁴. Até porque, os motivos que levavam os bens a serem incluídos no rol do “patrimônio nacional” eram estranhos ao proprietário, que por sua vez atribuía valores de outra ordem a sua propriedade, não necessariamente considerando-a como uma “reliquia do passado”. Muitas vezes, os proprietários avaliavam que seus imóveis não tinham “valor patrimonial”, e se sentiam tolhidos por uma estrutura policialesca que lhes limitava a liberdade construtiva.

Quer construir, meu amigo,
Uma casinha elegante,
Conforto e graça, ao abrigo
Deste mau tempo reinante?

Ou remover o perigo
De uma casa extravagante,
Que há séculos traz consigo
O que ela é neste instante?

“Não pode” – lhe diz o idôneo,
O importante Patrimônio
Que de há muito nos ajuda.

— “Modernismo é sempre um bem;
É progresso e... não convém”.

¹³⁴ GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002, p. 105.

Em suma, as políticas de preservação do patrimônio trazem à tona conflitos inerentes à propriedade privada, quais sejam: os limites entre o “público” e o “privado”, os choques entre “interesses nacionais” e “interesses particulares”, os ditames do Estado sobre a “casa” (domínio do individualismo e da privacidade) e os limites desses ditames.

A seleção dos itens a serem tombados e consagrados como patrimônio cultural é uma operação política que envolve sempre tensões, conflitos de interesses e negociações entre distintos projetos de uso, apropriação e significação dos bens culturais. Conforme salienta Gilberto Velho, “estamos lidando, ao examinarmos as políticas públicas de patrimônio, com complexas questões que envolvem emoções, afetos, interesses os mais variados, preferências, gostos e projetos hegemônicos e contraditórios”¹³⁶. Nessa linha de pensamento, os conflitos são constitutivos das políticas de patrimônio. As disputas em torno da definição de referências espaciais e temporais evidenciam os modos distintos como os grupos sociais se auto-representam e narram sua trajetória, procurando no “espelho patrimonial”¹³⁷ lugar de reconhecimento e também de distinção.

Uma política cultural se define pelas suas escolhas, empreendimentos, mas se depara com uma variedade de concepções, de interpretações, de modos de apreensão que se mostram, por trás de um consenso aparente, a pluralidade

¹³⁵ O CORREIO (de São João del-Rei), de 29 de setembro de 1946, nº 2072. Matéria: “São João del-Rei”; José A. da Costa. Conforme abordamos nos próximos capítulos, houve em São João del-Rei um expressivo movimento de oposição ao tombamento do conjunto urbano da cidade, e esses versos foram mobilizados em uma conjuntura de questionamento das diretrizes e posturas do Patrimônio.

¹³⁶ VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Maná*, Rio de Janeiro, vol. 12, nº 1, 2006, p. 245.

¹³⁷ “Para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja no espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura. É preciso que uma sociedade opere uma reduplicação espetacular que lhe permita fazer de seus objetos e de seus territórios um meio permanente de especulação sobre o futuro.” JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005, p. 19.

infinita das representações. É o próprio status do objeto cultural que torna possível esse jogo da interpretação.¹³⁸

Os objetos não têm valores imanentes, fixos ou estáveis. Como assevera Ulpiano Meneses, os objetos têm, em si, apenas propriedades físico-químicas, e seus atributos de sentido são sempre historicamente selecionados, mobilizados e produzidos pelas práticas sociais.

Nenhum atributo de sentido é imanente. O fetichismo consiste, precisamente, no deslocamento de sentidos das relações sociais – onde eles são efetivamente gerados – para os artefatos, criando-se a ilusão de sua autonomia e naturalidade. Por certo, tais atributos são historicamente selecionados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido. Por isso, seria vão buscar nos objetos o sentido dos objetos.¹³⁹

O significado das coisas decorre dos usos inscritos em suas formas, dos fluxos, das transações e dos investimentos humanos que lhe dão vida. Os objetos derivam de lugares sociais e culturais específicos e também informam sobre esses lugares. Em outras palavras, possuem uma biografia social e cultural que, por sua vez, diz muito sobre seus usuários.¹⁴⁰ Os objetos são produtos e vetores de relações sociais; não apenas nos expressam, mas também nos constituem.¹⁴¹ Eles são, portanto, decisivos nos processos de formação das modalidades de autoconsciência individual e coletiva, uma vez que tanto orientam, quanto estruturam as próprias posições e domínios desses indivíduos e grupos no espaço social.¹⁴²

¹³⁸ JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990, p. 119.

¹³⁹ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n° 21, 1998, p. 91

¹⁴⁰ APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Ed. UFF, 2008.

¹⁴¹ MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

¹⁴² GONÇALVES, José Reginaldo. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

Cabe assinalar que os artefatos culturais continuam sendo objeto de disputas sociais, uma vez que corporificam ideias, crenças, valores, utopias, projetos políticos etc., servindo também como recurso para a reprodução de distinções¹⁴³, hegemonias e para a manutenção de relações de poder.

Os marcos culturais de pedra e cal, antigas estruturas arquitetônicas em paisagens urbanas, corporificam conflitos políticos e ideológicos mais do que acordos (...). Eles celebram realizações políticas e estéticas, sempre sujeitas à reelaboração pela cultura vernacular, conseguida na luta pela legitimação de interesses práticos, valores estéticos e visões de mundo. Eles são, além disso, resultados de processos que transformam “espaços” em “lugares”, isto é, em sítios habitados por pessoas que vivem de formas determinadas e que consideram como algo que lhes pertence ou no mínimo lhes diz respeito.¹⁴⁴

Além disso, os objetos culturais selecionados para integrar o “patrimônio legítimo” não têm o mesmo poder de identificação para os diversos povos e grupos sociais.¹⁴⁵ O mesmo “corpo patrimonial” pode encarnar múltiplos adjetivos e significados, que fogem a qualquer esforço de enquadramento e controle político.¹⁴⁶ Os bens culturais, aparentemente comuns, são apropriados pelos grupos sociais de maneiras distintas e desiguais, o que evidencia muito mais a cisão, a diferenciação e o embate entre esses grupos, do que propriamente a sua unificação e integração.¹⁴⁷ Dessa forma, a produção do patrimônio depende sempre da mediação de interesses e de acordos entre

¹⁴³ “O patrimônio cultural funciona como recurso para reproduzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que conseguem um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens. Para figurar o culto tradicional, os setores dominantes não apenas definem que bens são superiores e merecem ser conservados; também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, do tempo de trabalho e ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento.” CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias de entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Ed. USP, 2015, p. 195-196. Sobre a noção de distinção, ver: BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

¹⁴⁴ ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio cultural e nação. In: ARAÚJO, Ângela Maria (org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 288.

¹⁴⁵ BATALLA, Guillermo Bonfil. Nuestro patrimonio cultural: um labirinto de significados. In: FLORESCANO, Henrique (org.). *El patrimonio cultural de México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

¹⁴⁶ CHAGAS, Mário. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso*, Gilberto Freire e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Minc/IBRAM, 2009.

¹⁴⁷ CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Nacional*. Brasília: Iphan, n. 23, 1994.

visões de mundo conflitantes, que precisam ser constantemente renovados, recriados e defendidos.

As políticas de valorização do patrimônio como elemento integrador da nacionalidade procuram incidir justamente no campo da apropriação, isto é, na forma pela qual os grupos se apoderam e interpretam os signos culturais, de modo a organizar e diluir as particularidades e diferenças entre esses grupos. Contudo, determinados esforços de gestão da herança cultural, com vistas à promoção de uma identidade nacional e legitimação de projetos do próprio Estado, podem não obter ressonância no conjunto da sociedade e adquirir, inclusive, contornos distintos ou até mesmo diametralmente opostos àqueles esperados, apontando assim suas inflexões, fragilidades e limites na construção do nacional. Ademais, esse trabalho de institucionalização e consagração do patrimônio não é automático. Existe uma distância considerável entre o contexto da sua produção e o da sua recepção, do mesmo modo em que há sempre um intervalo entre o texto que o autor propõe e a apropriação que o leitor faz dele. A recepção não é passiva, é, acima de tudo, uma operação inventiva e criadora que pode, inclusive, contrariar, deslocar e reelaborar a intenção do autor.¹⁴⁸ Conforme destaca Néstor García Canclini, os consumidores podem ler entre aspas, de maneira irônica e criativa ao receberem um produto cultural.¹⁴⁹

Procuramos, ao longo do capítulo, perscrutar as ideias que estiveram na origem e definição do campo da preservação do patrimônio no Brasil. Percorremos o momento de implementação de uma política cultural, a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão que construiu um sentido, uma representação sobre a nação através da seleção e mobilização de símbolos, imagens, lugares, estórias, datas, personagens, eventos históricos, tradições etc. O SPHAN encampou a missão de identificar, registrar e inventariar, em todo território brasileiro, os bens culturais que compõem um acervo nacional. No caso, valorizou o século XVIII como momento fundador e o barroco como expressão mais autêntica do “ser nacional”. Concomitantemente, Minas Gerais foi eleita, nesse projeto, como lugar de origem da civilização brasileira, e seus conjuntos arquitetônicos e urbanísticos tombados adquiriram a função de representar simbolicamente a identidade e a memória da nação.

¹⁴⁸ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁴⁹ CANCLINI, Néstor García. *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

Contudo, a imposição de um projeto de conservação aos conjuntos urbanos gerou também implicações sobre os usos e as formas de apropriação e organização do espaço, impactando, assim, as sociabilidades locais. Dessa forma, o Patrimônio carecia de ampliar as bases de legitimação e reconhecimento de suas ações no âmbito das municipalidades. Vimos, ainda, que a construção de representações do patrimônio e de estratégias de legitimação da sua preservação não é automática, depende da percepção e do julgamento de seus destinatários, em suma, da ressonância simbólica no conjunto da sociedade. “O patrimônio pode ser integrado às culturas locais ou recusado por elas; tudo depende dos usos sociais a que vier a servir.”¹⁵⁰ No capítulo seguinte, abordaremos os processos de implantação de uma política preservacionista nos conjuntos urbanos mineiros tombados em 1938, explorando tanto a atuação do SPHAN nesses sítios, como também a recepção dessa política, quando ela entra no domínio público.

¹⁵⁰ ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 17.

CAPÍTULO II

A ATUAÇÃO DO SPHAN EM MINAS GERAIS: ASPECTOS DA GESTÃO DOS CONJUNTOS URBANOS TOMBADOS

Procuramos, ao longo deste capítulo, oferecer um panorama da atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos conjuntos urbanos mineiros tombados em 1938¹⁵¹. Analisamos o processo de gestão dos bens recém-eleitos como patrimônio nacional, os critérios de preservação utilizados, as decisões técnicas, bem como a truncada relação entre o órgão e os habitantes locais durante o momento de estruturação das bases do Patrimônio no âmbito das municipalidades. Destacamos também a recepção dessa política de preservação do patrimônio pelos próprios cidadãos, já que a implantação das normas de conservação trouxe consequências para as modalidades de uso e ocupação do espaço urbano.

2.1. Interiorização do Patrimônio

Assim como o tombamento de bens isolados, o tombamento dos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos das cidades mineiras implicou na restrição do direito de propriedade privada e na imposição de condições de uso e conservação do seu espaço urbano: “ao se tomar o núcleo histórico de uma cidade, estarão sob a tutela do poder público os prédios, as ruas, a vegetação que adere ao solo, os adereços afixados nos prédios, enfim, a paisagem urbana constituída de imóveis.”¹⁵² Para tanto, esperava-se

¹⁵¹ No ano de 1938, os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de São João del-Rei (Processo 68-T-38; inscrição nº 1, de 04/03/1938), Serro (Processo 65-T-38; inscrição nº 25, de 08/04/1938), Tiradentes (Processo 66-T-38; inscrição nº 36, de 20/04/1938), Ouro Preto (Processo 70-T-38, inscrição nº 39, de 20/01/1938), Mariana (Processo 69-T-38, inscrição nº 62, de 14/05/1938) e Diamantina (Processo 64-T-38, inscrição nº 66, de 16/05/1938) foram inscritos no Livro de Belas Artes. In: BENS MÓVEIS E IMÓVEIS INSCRITOS NOS LIVROS DO TOMBO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro, IPHAN, 1994.

¹⁵² RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009, p. 79.

dos gestores municipais o desenvolvimento de ações conjuntas com o Serviço do Patrimônio, em favor da preservação da “arquitetura tradicional” das cidades, já que os municípios dispõem de autonomia administrativa, cabendo às autoridades locais o estabelecimento de código de posturas e a regulação do uso e ocupação do solo urbano. Nesse sentido, Rodrigo Melo Franco de Andrade reconhecia os limites da atuação do Patrimônio e oferecia aos poderes locais a seguinte recomendação, proferida inicialmente pelo então governador Benedito Valadares no Encontro dos Prefeitos de Minas Gerais, em 25 de julho de 1941:

As cidades serão objeto de cuidado oficial de vossa parte. Algumas delas são antigas e foram construídas por nossos antepassados e honram e recomendam a arquitetura da época (...). Em todas as cidades antigas encontramos o bom gosto e constatamos o esforço de nossos antepassados no sentido de realizar obra duradoura. E se eles puderam cuidar com tanto carinho da arquitetura das nossas cidades, cumpre aos da geração atual seguir este exemplo (...). As casas antigas devem ser reconstruídas como foram feitas, de acordo com a arte contemporânea. E a construções das modernas deve obedecer aos preceitos da arte hodierna (...). Não somente os prédios, mas também as praças e as ruas exigem a vossa atenção cuidadosa. Não devemos ter grande preocupação de traçar ruas retas; nas suas curvas às vezes está a beleza. O que é preciso é não desfigurar as nossas cidades tirando-lhes a harmonia e o encanto antigo. Cumpre modernizar apenas os trechos que o possam ser. Onde houver no Estado um prédio em ruínas de arquitetura colonial interessante, que mereça ser conservado, deveis invocar o auxílio do Serviço do Patrimônio Histórico, para colaborar na sua reconstrução. Manter o passado e melhorar o presente deve ser a nossa preocupação, em matéria de arquitetura.¹⁵³

Ao proprietário cabia, portanto, a obrigação de manter e conservar seu imóvel e, caso desejasse empreender serviços de reparo ou restauração, dependia de autorização prévia do Serviço do Patrimônio, órgão que fiscalizaria e/ou passaria a ter responsabilidade sobre a execução das obras. O proprietário sem recursos financeiros deveria informar ao Patrimônio a necessidade de obras, isentando-se de participar das despesas, podendo, inclusive, solicitar o cancelamento da coisa tombada, caso a repartição não executasse os reparos necessários à sua proteção. Por outro lado, em caso de dano ou alteração física do bem tombado, estava previsto, conforme dispõe o artigo 17 do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, a imposição de multa ao

¹⁵³ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Suplemento “Minas Gerais”, nº 98, de 1 de maio de 1942 – Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras. Pasta: Casas; Caixa 106.

proprietário, no valor de 50% em relação ao dano imposto. O Código Penal de 1940 introduziu, ainda, através dos artigos 165 e 166, sanções para o crime de dano ao “patrimônio nacional”, prevendo pena de detenção de seis meses e multa a quem destruisse, inutilizasse ou deteriorasse a coisa tombada. O estatuto do tombamento conferiu poder de polícia ao órgão executivo com vistas à proteção dos bens recém-eleitos como “patrimônio histórico e artístico da nação”, ato que implicou também na criminalização de práticas cotidianas de construção¹⁵⁴, agenciamento e interferência na paisagem¹⁵⁵ urbana que não tivessem como objetivo a sua preservação.

De acordo com Rodrigo Melo Franco de Andrade, o tombamento de extensos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos se justificava não somente pela excepcionalidade histórica e artística de seus bens isolados, mas, principalmente, em função da conservação do aspecto tradicional do todo, daquela atmosfera peculiar local que globalmente se constitui como monumento.

É esse conjunto que importa preservar, no seu todo, pois empresta às cidades, que ainda apresentam essa documentação viva da sua formação de desenvolvimento originários, a sua fisionomia peculiar. É, portanto, esse conjunto (bem imaterial, que é de toda a cidade sem pertencer particularmente a quem quer que seja) o objeto do tombamento, o monumento incorporado ao patrimônio histórico e artístico nacional.¹⁵⁶

¹⁵⁴ “Em oposição ao cultivo, construir diz edificar. Ambos os modos de construir – construir como cultivar, em latim, *colere*, cultura, e construir como edificar construções *aedificare* – estão contidos no sentido próprio de *bauen*, isto é, no habitar. No sentido de habitar, ou seja, no sentido de ser e estar sobre a terra, construir permanece, para a experiência cotidiana do homem, aquilo que desde sempre é, como a linguagem diz de forma tão bela, ‘habitual’. Isso esclarece porque acontece um construir por detrás dos múltiplos modos de habitar, por detrás das atividades de cultivo e edificação.” HEIDEGGER, Martin. Construir, Habitar, Pensar. In: *Ensaio e Conferências*. Petrópolis: Vozes. 2ª ed. 2002, p. 127.

¹⁵⁵ A paisagem expressa a sedimentação das práticas sociais de uso, ocupação e agenciamento do espaço ao longo do tempo. Como assevera Milton Santos, uma paisagem revela diferentes etapas do desenvolvimento de uma sociedade: “A paisagem é o resultado de uma acumulação dos tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção” (SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 37). A noção de paisagem engloba tanto os processos de uso e gestão do espaço, de modo mais “concreto” e “funcional”, quanto as formas de percepção e construção de significado desse espaço, inspirando uma apropriação mais “simbólica” e “afetiva”, fundamental nos processos de identificação e estabelecimento de vínculos a partir de referentes espaciais. HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: Ed. UFF, 1997.

¹⁵⁶ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Ofício, de 17 de setembro de 1941, a João Brandão Costa. AC/IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico de Diamantina – 64-T-38. (grifo nosso).

Os sítios urbanos tombados foram idealizados a partir do seu “valor artístico”, enquanto áreas de grande concentração de monumentos “excepcionais”. Seus “centros históricos” passaram, então, pelo rígido controle dos agentes do Patrimônio, que buscavam manter certas características estéticas que transmitissem uma perspectiva de unidade, homogeneidade e harmonia, inclusive nos seus entornos.¹⁵⁷

Do ponto de vista mais prático os agentes do poder público, no exercício da administração de um país ou de uma região, a necessidade de conservação de um sítio urbano se impõe ou pelos antecedentes e a significação histórica excepcional do lugar, ou pelo valor também excepcional de seu conjunto arquitetônico-paisagístico. (...) As medidas de proteção que terão de ser tomadas deverão visar ao mesmo objetivo; conservar os elementos e as características originais da área interessada.¹⁵⁸

Essa recomendação do diretor-geral do Serviço do Patrimônio quanto às “boas práticas” de gestão do patrimônio nos conjuntos urbanos tombados traz, de modo implícito, uma leitura atenta dos preceitos da Carta de Atenas, que ainda em 1931 recomendava a preservação do aspecto tradicional dos conjuntos e também de sua ambiência como forma de valorizar a “excepcionalidade” dos monumentos a eles pertencentes.¹⁵⁹ As características estéticas seguiram, portanto, em primeiro plano durante a definição de critérios e ações de preservação. Mais do que isso, as próprias cidades foram pensadas enquanto um elemento artístico, como uma pintura, por exemplo, em que se busca e se valoriza a vontade de arte, a intenção plástica. No caso, a valorização fundamental é a da autenticidade.

Nessa ótica, os planos de modernização e desenvolvimento urbanos foram considerados, por vezes, incompatíveis ou mesmo antagônicos à manutenção da

¹⁵⁷ MOTTA, Lia. As cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

¹⁵⁸ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Relatório: Conservação dos Conjuntos Urbanos, 1969 (?). Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades: Rodrigo Melo Franco de Andrade.

¹⁵⁹ “A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas. Deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhe conservar o caráter antigo.” Carta de Atenas, 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>. (acessado em junho de 2014).

“atmosfera peculiar” desses conjuntos. Tendo em vista as pressões do mercado imobiliário e a intensificação do crescimento das cidades, processos que tomam impulso, sobretudo, na década de 1950, com a mudança no modelo de desenvolvimento do país, o empenho dos agentes do Patrimônio esteve voltado no sentido de evitar as construções nos “centros históricos” de edificações mais altas e mais volumosas que as originais.

As circunstâncias do período que atravessamos armaram um desafio tremendo a nosso patriotismo e a nosso senso de responsabilidade em relação à defesa do espólio nacional. Diante das ocorrências características do desenvolvimento atual do país e, especialmente, de impulso dominador adquirido pelo comércio imobiliário e a indústria de construções, que assumiram a importância de uma das atividades principais, exercidas no território brasileiro, já não é apenas a integridade dos monumentos que a conjuntura presente põe com frequência em risco. Ameaça maior pesa sobre a moldura inseparável, o ambiente tradicional e a escala apropriada dos edifícios de valor histórico.¹⁶⁰

O estatuto do tombamento emergiu, nessa política, como o principal, senão o único, instrumento de proteção, sendo acionado sempre no intuito de resguardar os “bens de interesse público” de possíveis ameaças. “Se trata de única medida capaz de impedir a destruição ou a mutilação desfiguradora”¹⁶¹, comentou Lucio Costa, diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET), voz autorizada dentro do órgão que opinava e emitia pareceres técnicos situando quais bens mereciam ou não ser tombados e quais intervenções eram necessárias para mantê-los. Por vezes, o tombamento foi visto como sinônimo de preservação, como se esse dispositivo por si só, sem o auxílio de outros instrumentos de regulação urbana ou de planos mais gerais que articulassem preservação e desenvolvimento urbano, garantisse a permanência e a salvaguarda dos bens patrimoniais. Como as cidades eram concebidas enquanto um objeto artístico a ser preservado - e não como um elemento vivo, dinâmico, que se transforma ao longo do tempo, a partir de processos sociais específicos - chegou-se a imaginar que elas não iriam crescer, e que o tombamento teria força suficiente para obstar esse impulso. Em entrevista, Augusto da Silva Telles, arquiteto que trabalhou na Divisão de Conservação

¹⁶⁰ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória, 1987, p. 65.

¹⁶¹ PESSOA, José (Org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 215.

e Restauração do SPHAN, entre os anos de 1957 a 1988, comenta exatamente sobre a presença desse tipo de pensamento no âmbito do Patrimônio, mais acentuadamente na postura de Lucio Costa.

Ele [Lucio Costa] achava que Ouro Preto tinha parado, mas continuou. Para ele tinha parado: no momento em que se tombou, ia parar. Uma vez em que fui a Ouro Preto, fiquei lá uma semana conversando com o pessoal, frequentando as ruas, os bares, os restaurantes e voltei com uma coisa na cabeça, que foi a ideia de ampliação – o problema do crescimento urbano. Voltei e fui falar com o Lucio, e ele ficou desinteressado, porque achava que eu estava exagerando, porque eu achava que devia criar uma área de expansão para Ouro Preto. Realmente, não tinha saída; tínhamos que procurar uma maneira de propor uma saída, senão iriam fazer prédios com quatro, cinco, seis pavimentos. Ouro Preto cresceu, não tinha como não crescer.¹⁶²

Como assevera Giulio Argan, o espaço é também um produto mental, um condensado de impressões, valores, expectativas e imaginações sociais: “Todavia, sempre existe uma cidade ideal dentro ou sob a cidade real, distinta desta como o mundo do pensamento o é do mundo dos fatos”¹⁶³. Para Bronislaw Baczko, os imaginários sociais são sistemas de orientação simbólica, ou seja, um conjunto de representações, crenças, desejos e sentimentos pelos quais uma coletividade vê a realidade ao seu redor e a si mesma. Os imaginários constituem-se em balizas que guiam os comportamentos e canalizam as expectativas coletivas. Por meio dos imaginários sociais, por exemplo, “uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns”¹⁶⁴. A produção, o controle e a difusão dos imaginários coletivos são, portanto, operações atravessadas de projetos e de finalidades políticas; procuram sempre atuar nas relações sociais cidadinas e repercutir na própria conformação do tecido urbano na cidade, explorando ao máximo a dimensão simbólica, imagética e figurativa de seus contornos espaciais. Nesse caso, a cidade torna-se objeto

¹⁶² TELLES, Augusto da Silva. In: THOMPSON, Ana Lúcia (org.). *Entrevista com Augusto da Silva Telles*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010, p. 92-93.

¹⁶³ ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 73.

¹⁶⁴ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 309.

de desejo e, por meio da compreensão imaginária, os indivíduos e grupos projetam seus sonhos e invenções do que deve ou não conter o espaço urbano, procurando nele lugar de reconhecimento e de referência. Evidentemente, os imaginários urbanos transitam entre fronteiras tênues, nas quais os limites entre a “cidade real” e a “cidade ideal” nem sempre são precisos.

A intervenção do Patrimônio nos conjuntos tombados foi pontual, isto é, dirigida aos bens isolados e aos seus respectivos aspectos externos, tais como volumetria, dimensão, fachada, telhado etc. Contudo, pouco se atentou para o desenvolvimento desse conjunto, bem como para a elaboração de planos urbanísticos que pensassem realmente a cidade como um todo, que levassem em conta a dinâmica viva do espaço, assim como a historicidade dos seus usos, ocupações e agenciamentos.¹⁶⁵ Talvez a escassez de recursos técnicos e financeiros, a falta de parcerias estaduais e locais, assim como as pressões do mercado imobiliário, sejam também elementos a serem considerados para a não efetivação desses planos que certamente concorreriam em favor da preservação do patrimônio cultural. De qualquer forma, os agentes do Serviço do Patrimônio procuravam evitar as ameaças de “descaracterização” e “contágio profano” dos conjuntos urbanos através de rígido controle na aprovação de projetos de reforma, demolição e introdução de novas edificações. Os croquis e plantas de construções, por exemplo, deveriam ser submetidas à apreciação dos técnicos do Patrimônio, que se empenhavam em estabelecer um controle e monopólio sobre a aprovação dos projetos de intervenção urbana. Nesse intuito, o órgão montou um verdadeiro aparato fiscal para fazer valer seus princípios e orientações.

Há ainda grandes lacunas no que tange ao estudo da presença e funcionamento do Serviço do Patrimônio nos estados, através das suas divisões regionais. Com o decreto-lei nº 84534, de 02 de janeiro de 1946, que definiu uma organização das funções técnicas e uma estrutura administrativa do órgão, foram oficialmente criados quatro Distritos¹⁶⁶ que, subordinados à Diretoria Geral e orientados pelas Divisões Técnicas, estariam envolvidos diretamente na execução dos trabalhos de preservação em âmbito estadual. Aos Distritos caberia, em geral, a realização de pesquisas e

¹⁶⁵ CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.

¹⁶⁶ O 1º Distrito compreende os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco (sede em Recife) e Alagoas; o 2º Distrito, Bahia e Sergipe (sede em Salvador); o 3º Distrito, Minas Gerais (sede em Belo Horizonte); o 4º Distrito, São Paulo (sede), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

inventários dos bens de interesse histórico e artístico, a fiscalização e vigilância desses bens móveis e imóveis tombados e a sua conservação e restauração. No caso do 3º Distrito, que correspondia a Minas Gerais, competia também o acompanhamento de obras de iniciativa pública e particular nos conjuntos tombados, além disso, seu chefe, o arquiteto Sylvio de Vasconcelos, poderia deliberar sobre intervenções de menor impacto sobre a paisagem, como pequenos reparos, pintura, construção de novos cômodos, anexos, alteração de fachada etc. De todo modo, Sylvio de Vasconcelos esteve sempre assessorado pelas Seções Técnicas da Administração Central, a quem cabia a decisão final sobre os projetos. Os requerimentos de obras, por exemplo, eram submetidos ao 3º Distrito e posteriormente encaminhados à Divisão de Estudos e Tombamento ou à Divisão de Conservação e Restauração, no Rio de Janeiro, dependendo então de parecer técnico de seus membros. O 3º Distrito mantinha, portanto, uma comunicação diária com a Administração Central, haja vista que dependia dessa devolutiva e dessa hierarquia para aprovação dos processos construtivos.

As instâncias regionais do SPHAN mantinham estreitas as ligações com a direção no Rio de Janeiro por meio de correspondência permanente com o diretor, elo de interligação e centralização de todas as ações do SPHAN. O teor dos pareceres da Seção Técnica era transmitido às regionais por meio da correspondência do diretor, mediando, assim, as relações entre sede e as representações regionais do SPHAN. Com essa correspondência, via comunicação privilegiada, garantiam a permanência e o fluxo de informações sobre a atuação administrativa da agência estatizada, tendo sido uma maneira de regular e controlar a atuação de funcionários, além de acumular informações sistemáticas sobre as regionais do SPHAN. Constituiu-se, assim, um modo próprio de rotinizar as práticas e um canal pelo qual se validavam procedimentos.¹⁶⁷

O 3º Distrito contou ainda com a presença de técnicos, em geral mestres de obras, arquitetos ou engenheiros, que não só residiam, mas também mantinham escritórios de apoio nas cidades que tiveram seus conjuntos arquitetônicos e urbanísticos tombados, mais especificamente em Ouro Preto, Mariana, Diamantina e Serro. Já em São João del-Rei e Tiradentes, ora técnicos da Administração Central, ora do 3º Distrito, eram deslocados para atuar pontualmente em trabalhos de conservação e restauração. Dessa maneira, a própria instituição se fazia presente através da figura de

¹⁶⁷ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009, p. 282-283.

seus representantes técnicos que podiam acompanhar de modo mais imediato o andamento das obras e o surgimento de novas demandas nas localidades. Trata-se do elo que faltava nessa comunicação entre o diretório central, a instância regional e o próprio local, uma peça-chave no processo de “interiorização do Patrimônio”, isto é, no movimento de expansão de fronteiras e lançamento das bases do Patrimônio no âmbito das municipalidades. Os técnicos locais do Patrimônio integravam esse sistema de controle e vigilância permanente dos conjuntos urbanos tombados. Eles eram a própria encarnação do órgão federal, em nível local, eram os olhos, os braços e os pés da instância regional e da administração central do SPHAN. Ciente do papel estratégico do técnico local do Patrimônio, o diretor-geral do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, procurou, em várias ocasiões, definir com mais acuidade as funções deste agente, que estabeleceria uma mediação tanto entre as instâncias do SPHAN, no caso, implementando seus critérios, quanto entre os poderes locais, negociando e intervindo diretamente em seus interesses e plataformas. Cabia ao técnico local do Patrimônio as seguintes atribuições:

a) envidar todos os esforços para que nenhuma obra ou pintura, de iniciativa pública ou particular, seja empreendida nas cidades sem audiência prévia da DPHAN; b) autorizar diretamente qualquer reparo ou pintura insusceptível de alterar ou prejudicar a integridade ou o aspecto tradicional das edificações: substituição ou emendas de peças estruturais ou secundárias da edificação com materiais da mesma natureza, reedificação de paredes com a conservação nos respectivos lugares dos elementos da estrutura e quadros de portas e janelas, caiação de branco ou em cores claras dos muros e paredes, pinturas a óleo fosco das peças aparentes de madeira; c) encaminhar ao Chefe do Distrito, com informação sobre o assunto, fotografias elucidativas e croquis do respectivo projeto, qualquer requerimento no sentido de modificações maiores ou menores no exterior das edificações existentes; d) negar aprovação, liminarmente, a qualquer iniciativa de demolição total ou parcial de casas compreendidas no conjunto da cidade, assim como a quaisquer obras que importem em manifesta alteração e desfiguramento do aspecto antigo ou característico dos prédios; e) negar aprovação, também liminarmente, a pretensões de pintar casas a óleo ou a cores escuras e berrantes, do mesmo modo que à introdução de venezianas, esquadrias, basculantes e vidraças de feição moderna nas janelas; f) encaminhar ao Chefe do Distrito, devidamente instruídos com o respectivo projeto e fotografias elucidativas do terreno e das suas proximidades, os requerimentos visando à construção de casas novas em qualquer ponto das cidades; g) acompanhar e fiscalizar com cuidado o andamento das obras que o Engenheiro Chefe local autorizar diretamente ou forem autorizadas pelo Chefe do Distrito, a fim de evitar que a sua execução e os respectivos acabamentos deixem de corresponder às determinações e indicações da DPHAN; h) providenciar para o impedimento imediato de qualquer obra tentada sem audiência ou autorização da DPHAN e, bem assim, para o embargo incontinente de

iniciativas tendentes a descumprir ou desatender às determinações ou indicações da repartição, relativamente a obras autorizadas e em curso.¹⁶⁸

O técnico local gozava também de relativa autonomia na aprovação de obras de simples reparação, conservação ou restauração requeridas pelos interessados, desde que informadas ao 3º Distrito e que não causassem prejuízos às características “originais” da paisagem urbana da cidade. Este deveria, ainda, percorrer toda a extensão do conjunto tombado, pelo menos uma vez por semana, a fim de fiscalizar a área urbana da cidade e evitar que alguma obra fosse realizada sem o devido conhecimento e autorização do SPHAN. Com a adoção da fiscalização *in loco*, os bens móveis e imóveis tombados ficariam sob vigilância permanente.

Os critérios de aprovação de obras poderiam variar conforme o objeto tombado ou logradouro onde estivesse localizado. Quanto mais próximos dos bens de arquitetura religiosa, sobretudo os do século XVIII, mais rigorosos eram os critérios de preservação, flexibilizando a escala conforme a presença de trechos e ruas cujas edificações se encontravam “modernizadas” e/ou que destoassem dos aspectos estilísticos pré-definidos pelo Patrimônio.

Relativamente a logradouros e edifícios de menor importância ou mais remotos, a orientação a adotar não carecerá de tanta solicitude e poderá ser mais tolerante, salvo se o logradouro ou edifício tiver algum destaque ou visibilidade particular no conjunto urbanístico e arquitetônico da cidade.

Com referência às edificações compreendidas no conjunto tombado, há que distinguir atentamente entre elas: determinado número é constituído por obras erigidas no século XVIII ou levantadas posteriormente, mas ainda à pura feição tradicional, exigindo proteção zelosíssima de todos os respectivos elementos; (...) **diversas são obras de pouca expressão arquitetônica, sem nenhum traço típico das construções tradicionais e, assim, merecem menor atenção; finalmente, algumas são edificações mais ou menos recentes, mas que destacam do conjunto arquitetônico da cidade, aconselhando-se portanto manter ou promover a sua pintura com as cores mais discretas possíveis e aproveitar qualquer oportunidade para ajustar o seu aspecto ao das construções tradicionais, senão favorecer a sua eliminação.**¹⁶⁹

¹⁶⁸ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Ofício nº 409, de 17 de abril de 1952, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN-MG. Ouro Preto. Pasta: Conjunto Urbano 1945-1991; Caixa 665; Série 1.

¹⁶⁹ Idem. (Grifo nosso.)

Por vezes, encontramos nas representações e práticas dos agentes preservacionistas certa idealização de referentes espaciais aparentemente estranhos à modernidade. A estocagem, a restauração e a preservação destes referentes seriam, portanto, os únicos antídotos para a salvaguarda desses modelos estéticos e simbólicos duradouros no tempo e na história. Na passagem relatada no excerto acima, salta aos olhos o fato de que embora toda extensão do conjunto urbano esteja tombada, nem todos os seus bens merecem a mesma atenção especial do Serviço do Patrimônio ou adquirem status de preservação. Mais do que isso, há uma compreensão de que as edificações “espúrias”, “destoantes”, devem passar por cirurgias reparadoras ou mesmo ser excluídas da paisagem. Trata-se de um olhar seletivo para o passado das cidades, que projeta nos objetos de arte e arquitetura – centros históricos, igrejas, edificações públicas e particulares, fontes, praças etc. – a substância fundadora da nação. Trata-se também, como consequência, de uma estratégia discursiva de engrandecimento e monumentalização do “patrimônio legítimo”. Movido pelo mito das origens e pela busca de um estado mais puro e mais belo já existente, o Patrimônio procurou delimitar “zonas de preservação” e arbitrar sobre os seus domínios, dizendo quais elementos deveriam ou não conter no seu espaço. Conseqüentemente, as próprias tradições locais passaram a ser enquadradas em uma “ideologia unificadora”¹⁷⁰. Os cidadãos deveriam então aprender a ver e reconhecer os sinais distintivos do patrimônio, ou seja, as disposições estéticas que os separam dos demais “bens vulgares” no espaço público.¹⁷¹

Ademais, essa alternância (ora enrijecimento, ora flexibilização) dos critérios de preservação, conforme os atributos estéticos do objeto tombado ou mesmo da sua área de abrangência, suscitou uma série de inconvenientes. Aos olhos dos “leigos”, por exemplo, essa política poderia parecer ambivalente, necessitando de mais clareza e objetividade nas regras de proteção.

Reconhecendo os enormes serviços prestados a Ouro Preto pelo SPHAN, na defesa do patrimônio arquitetônico da cidade, e, também da impossibilidade do estabelecimento de normas precisas para a permissão de novas construções, em vista do objetivo precípua da defesa do conjunto arquitetônico, devo observar, no entanto, que os critérios adotados, por vezes,

¹⁷⁰ HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

¹⁷¹ “Sabe-se muito bem que a gestão contemporânea dos patrimônios impõe um sentido da História às memórias coletivas.” JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005, p. 60.

são contraditórios, o que acarreta desânimo aos interessados em novas construções.¹⁷²

Tendo seu pedido de levantamento de um segundo pavimento indeferido, José Olímpio dos Santos, residente à Rua Macau do Meio, em Diamantina, reclamava que já existiam outras edificações aprovadas pelo Patrimônio, nas mesmas condições, em um sem número de lugares na cidade e, portanto, a sua autorização seria “sem quebra da regulamentação”¹⁷³. Em resposta, Sylvio de Vasconcelos argumentou que o critério de preservação variava de acordo com a complexidade do problema, ou seja, dependia das especificidades locais e das consequências que a obra em si traria para o conjunto urbano. No seu entendimento, o indeferimento do pedido de José Olímpio dos Santos se fazia necessário porque a construção colocaria em risco a própria “autenticidade” do aspecto “tradicional” do sítio urbano.¹⁷⁴

Apresentamos, na figura 03, a imagem da residência do requerente José Olímpio dos Santos, cuja obra já estava em andamento, mesmo sem a autorização prévia dos técnicos do Patrimônio, onde se percebe ao fundo a presença da torre de um templo religioso. A manutenção de edificações do mesmo volume, em geral, em pequenas dimensões, e mesma altimetria, tornou-se um dos grandes carros de combate da instituição federal, que procurava manter os monumentos e seu entorno resguardados de descaracterizações impactantes, como a introdução de edificações de mais de dois pavimentos, por exemplo.

¹⁷² VEIGA, José Pedro Xavier da (prefeito de Ouro Preto). Ofício, de 22 de maio de 1956, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Inventário. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto: 1946-1982. Caixa 213; Pasta 01.

¹⁷³ SANTOS, José Olímpio. Carta, de 02 de novembro de 1961, enviada a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Rua Macau do Meio - antiga Rua Teófilo Otoni - 1941-1989; Caixa: 169.

¹⁷⁴ VASCONCELOS, Sylvio. Ofício nº 494, de 06 de novembro de 1961, enviado a José Olímpio dos Santos. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Rua Macau do Meio - antiga Rua Teófilo Otoni - 1941-1989; Caixa: 169.



Figura 03: Residência de José Olímpio dos Santos, à rua Macau do Meio (novembro de 1961). CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Rua Macau do Meio - antiga Rua Teófilo Otoni - 1941-1989; Caixa: 169.

2.2. Rotinização dos Critérios de Preservação

De acordo com Márcia Chuva, consolidou-se no âmbito do SPHAN uma gama de procedimentos administrativos assentados no próprio acúmulo dos trabalhos, experimentações e práticas desenvolvidas na lida diária da preservação dos sítios urbanos, cujos métodos de serviços tornaram-se quase naturais, porque repetidos sem maiores discussões das opções e procedimentos adotados nas localidades tombadas.

Os procedimentos ou regras de administração que foram se configurando na prática colocaram em movimento dispositivos que engendraram esquemas próprios a uma maneira de lidar com a proteção, a conservação e a restauração do patrimônio histórico e artístico nacional. Esses esquemas foram de tal forma repetidos cotidianamente que se tornaram inquestionáveis, como se fossem a única maneira possível de garantir a conservação do patrimônio tombado (deslocados para o universo da *doxa*, esta, nem sempre, atributo exclusivo da lei).¹⁷⁵

As restaurações, por exemplo, não eram acompanhadas de legislação específica sobre o tema, ou de discussão de critérios e princípios claramente definidos, mas seguiam um modelo-padrão alimentado pela própria rotina de trabalho.¹⁷⁶

O tombamento dos conjuntos urbanos mineiros, ocorrido no ano de 1938, suscitou uma série de dúvidas e questionamentos acerca de quais procedimentos adequados de preservação deveriam ser adotados a partir de então pelas autoridades municipais e pelos cidadãos que tiveram seus imóveis incorporados ao “patrimônio histórico e artístico nacional”. Nos processos de tombamento desses conjuntos, por exemplo, não havia maiores explicações acerca dos motivos específicos que fundamentavam a sua inclusão em um dos quatro Livros do Tombo, nem mesmo assinalavam quais as implicações legais desse ato. Traziam apenas a nomeação em si, com o número de inscrição do tombamento e a informação do seu respectivo Livro acompanhada de uma notificação que seria então encaminhada aos prefeitos das cidades. Para os agentes do Patrimônio, a notificação necessária para o tombamento do conjunto urbano só deveria ser endereçada ao representante legal da municipalidade, no caso, ao prefeito, e não a cada um dos proprietários dos imóveis que se julgou de interesse público para a preservação. Como consequência, os moradores só ficaram inteiramente cientes desse processo quando surgiram as primeiras restrições e embargos nos usos de suas propriedades.

Cabe destacar que o tombamento é um ato institucional que tem rebatimentos sobre as modalidades de apropriação, uso e racionalização do espaço. Trata-se de um fato novo que incide tanto na estruturação das fronteiras espaciais, quanto nos próprios comportamentos sociais. Logo após a notificação do tombamento do conjunto

¹⁷⁵ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009, p. 282.

¹⁷⁶ CUNHA, Cláudia dos Reis e. *Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN*. Tese (FAUUSP), São Paulo, 2010.

arquitetônico e urbanístico de Diamantina, por exemplo, feita em março de 1938, o prefeito Joubert Guerra levantou ao Serviço do Patrimônio uma série de questões indagando quais procedimentos de preservação deveriam adotados pela municipalidade a partir de então. Ele solicitava orientações mais gerais que auxiliassem os cidadãos em seus procedimentos de construção e agenciamento do espaço, de modo que os princípios do decreto nº 25/1937 fossem também observados.

Agradecendo a V. Excia. a gentileza dessa comunicação, venho pedir-lhe, para meu governo e orientação, o obséquio de prestar-me esclarecimentos sobre alguns pontos em que pairam dúvidas.

- a) Poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional especificar e definir os bens, nesta cidade, ora levados a tombamento?
- b) São permitidas, nesta cidade, as construções em estilo moderno – bangalô, chalés e similares?
- c) Qual o modelo-padrão a ser obedecido e aconselhado nas futuras construções?
- d) Toda e qualquer reconstrução depende de planta e deve ser feita sem alteração de estilo?
- e) Nas construções antigas é permitida a colocação de telhas francesas?
- f) Qual tipo de esquadilhas a ser adotado em construções ou reconstruções?
- g) Em caso de reconstruções, podem as casas comerciais colocar portas de ferro?

São todas perguntas de real interesse para a administração municipal, de cuja licença dependem, a todo instante, as construções e reconstruções, pois é Diamantina constituída, em quase totalidade, de prédios a reclamarem constantes reparos.¹⁷⁷

Rodrigo Melo Franco de Andrade respondeu prontamente ao prefeito Joubert Guerra, ponderando que o tombamento recaiu sobre toda a extensão do conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina, incluindo a preservação das edificações públicas e particulares e do aspecto geral da sua paisagem urbana. Quanto às obras a serem executadas dentro do sítio, o diretor-geral do SPHAN reforçou a ideia de que elas precisavam ser examinadas, caso a caso, pelo corpo técnico da repartição, devendo ser

¹⁷⁷ GUERRA, Joubert. Carta, de 09 de maio de 1938, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI-IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Processo de Tombamento Conjunto Arquitetônico de Diamantina - 64-T-38.

acompanhadas de planta, isto é, de um projeto detalhado, seguido também de fotos e outras informações relevantes que auxiliem o parecer final. Desse modo, o SPHAN garantia um monopólio e um controle na aprovação de projetos de intervenção no espaço urbano. De um lado, as municipalidades demandavam por orientações mais gerais que auxiliassem os habitantes nos processos construtivos. De outro lado, o órgão descartava a possibilidade de reprodução de um “modelo-padrão” a ser aplicado nas futuras construções, centralizando os procedimentos de preservação nas mãos de um grupo restrito de técnicos.¹⁷⁸ Não obstante, recomendava sempre a adoção de princípios da chamada “boa arquitetura”, em detrimento de pastiches e cópias de sistemas arquitetônicos importados: “Onde existe tão boa tradição de arquitetura, seria deplorável que principiasssem a ser imitados os maus exemplos da construção, como sucede na maioria das casas chamadas de “estilo moderno” – bangalôs, chalés, etc.”¹⁷⁹ A “boa arquitetura”, ou “boa tradição construtiva local”, defendida sobretudo pelos arquitetos Lucio Costa e Sylvio de Vasconcelos, seria caracterizada pelo seu apuro técnico e plástico, pela sua simplicidade, pureza e bom uso de materiais. Estes traços seriam encontrados, portanto, no barroco mineiro e também no estilo moderno.

Segundo esse ponto de vista, a arquitetura efetivamente brasileira teria começado no ciclo mineiro, no século XVIII, sendo as obras anteriormente realizadas interpretadas como uma transplantação direta para o País da arquitetura de Portugal – uma espécie de ‘pré-história’ da verdadeira arquitetura brasileira. Corolário de tal tese, teríamos o mito de que somente a arquitetura barroca – além da modernista, naturalmente – tinha dignidade, sendo o século e meio entre os dois períodos considerados totalmente estéreis e dignos de esquecimento.¹⁸⁰

¹⁷⁸ “A complexidade dos problemas e questões relacionados com a proteção de obras de valor histórico e artístico não permite que a Diretoria e a Seção Técnica deste Serviço elaborem normas ou instruções suficientes para habilitar a Prefeitura local a deliberar sobre todos os casos ocorrentes àquele respeito. Tanto assim é que, ao cabo de cerca de 10 anos de tirocínio no exercício das atribuições conferidas pela lei a esta repartição, os servidores que constituem a Diretoria e a Seção Técnica do SPHAN não se julgam aptos a dar solução à maior parte das questões daquela natureza de que lhes incumbe tratar, sem penosos e demorados estudos e reflexão.” ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Ofício nº 1370, de 04 de outubro de 1945, encaminhado a Ronaldo Tecles (técnico do SPHAN lotado em Ouro Preto). CDI/IPHAN-MG. Ouro Preto: Conjunto Urbano 1945-1991; Caixa 665; Série 1.

¹⁷⁹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício, de 26 de maio de 1938, enviado a Joubert Guerra. ACI-IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras. Centro Histórico; Caixa 105, Pasta 478.

¹⁸⁰ CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 74.

A eleição da arquitetura do século XVIII como objeto de preservação implicou não somente na proteção de exemplares considerados esteticamente significativos, mas também ensejou uma procura por uma unidade de estilo no interior dos próprios núcleos urbanos. Suas edificações foram alvo de “ações corretivas” e “ajustes” pautados em uma imagem idealizada do passado colonial. Os trabalhos de restauração empreendidos pelo SPHAN, por exemplo, foram movidos por uma busca de pureza estilística, por um desejo de restabelecer um presumido aspecto original em relação ao objeto preservado.

As cidades tombadas foram pensadas e geridas sob a ótica do ordenamento e da “limpeza” dos lugares. O Serviço do Patrimônio investiu no controle e na produção de uma imagem neutra e fetichizada do passado das cidades, rejeitando, inclusive, elementos imersos no próprio presente das sociabilidades locais.¹⁸¹ O órgão passou a coibir, por exemplo, a colocação de bustos, imagens e monumentos erigidos em homenagem a personalidades. Em Mariana, o Patrimônio impediu a colocação de um monumento em homenagem ao Monsenhor Horta, junto à Praça João Pinheiro e Igrejas N. S. do Carmo e São Francisco de Assis.¹⁸² Em Ouro Preto, foi proibida a colocação de um busto em homenagem ao presidente norte-americano Thomas Jefferson e de outro em homenagem ao presidente Juscelino Kubitschek.¹⁸³ Ainda em Ouro Preto, paradigma das experiências de gestão dos bens urbanos do passado, o Patrimônio cogitou, inclusive, a retirada do monumento em homenagem a Tiradentes, situado à Praça Tiradentes desde 1894. Nessa concepção de cidade como obra de arte, seus elementos espaciais devem se “ajustar” ao imperativo da preservação, ainda que seja em detrimento de seu componente social:

Impõe-se também, finalmente, a remoção e transferência de local (possivelmente para as vizinhanças da estação ferroviária) do monumento

¹⁸¹ Trata-se, conforme assevera Henri Pierre Jeudy, de um processo de construção e mobilização de imagens fixas e estereotipadas da cultura local, o que implica não somente a ordenação simbólica do passado, mas também a negação do próprio presente. “Uma organização sistemática da memória seria uma forma de negar a própria possibilidade do acontecimento. (...) Os acontecimentos passados tornam-se imagens fixas e os acontecimentos presentes são negados no que se refere ao seu poder de transformação.” JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990, p. 24.

¹⁸² ANDRADE, Washington Morais de. Ofício, de 17 de maio de 1955, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN-MG. Mariana: Conjunto Urbano 1940-1991.

¹⁸³ FORTES, José Francisco Bias. Ofício nº 216, de 13 de março de 1958, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN-MG. Conjunto Urbano 1945-1991 - Caixa 665 - Série 1.

comemorativo da morte de Tiradentes, uma vez que, por falta de proporção e feição bastarda, constitui verdadeira almanjarra que não se concebe permaneça indefinidamente no logradouro principal da cidade tombada.

E não se diga que o fato comemorado e a circunstância do monumento já existir quando a cidade foi erigida em monumento nacional impedem-lhe a remoção. (...) Muito pelo contrário, **o tombamento obriga a providências de caráter radical quando se trata de preservar ou repor a coisa no seu estado original.**¹⁸⁴

Apresentamos, na figura 04, uma imagem do monumento a Tiradentes, objeto de acaloradas discussões – tanto dos técnicos do Patrimônio entre si, quanto destes com segmentos da sociedade civil local – quanto à viabilidade de sua remoção do espaço público de Ouro Preto. Tendo em vista o apelo social e as construções de sentido em torno da figura de Tiradentes, sobretudo ao longo da Primeira República¹⁸⁵, a repartição não pôs em prática o plano de remoção daquela estátua de bronze.

¹⁸⁴ COSTA, Lucio. Parecer técnico, de 27 de março de 1958. In: PESSOA, José (Org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 149. (grifo nosso)

¹⁸⁵ CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. da Letras, 1990.

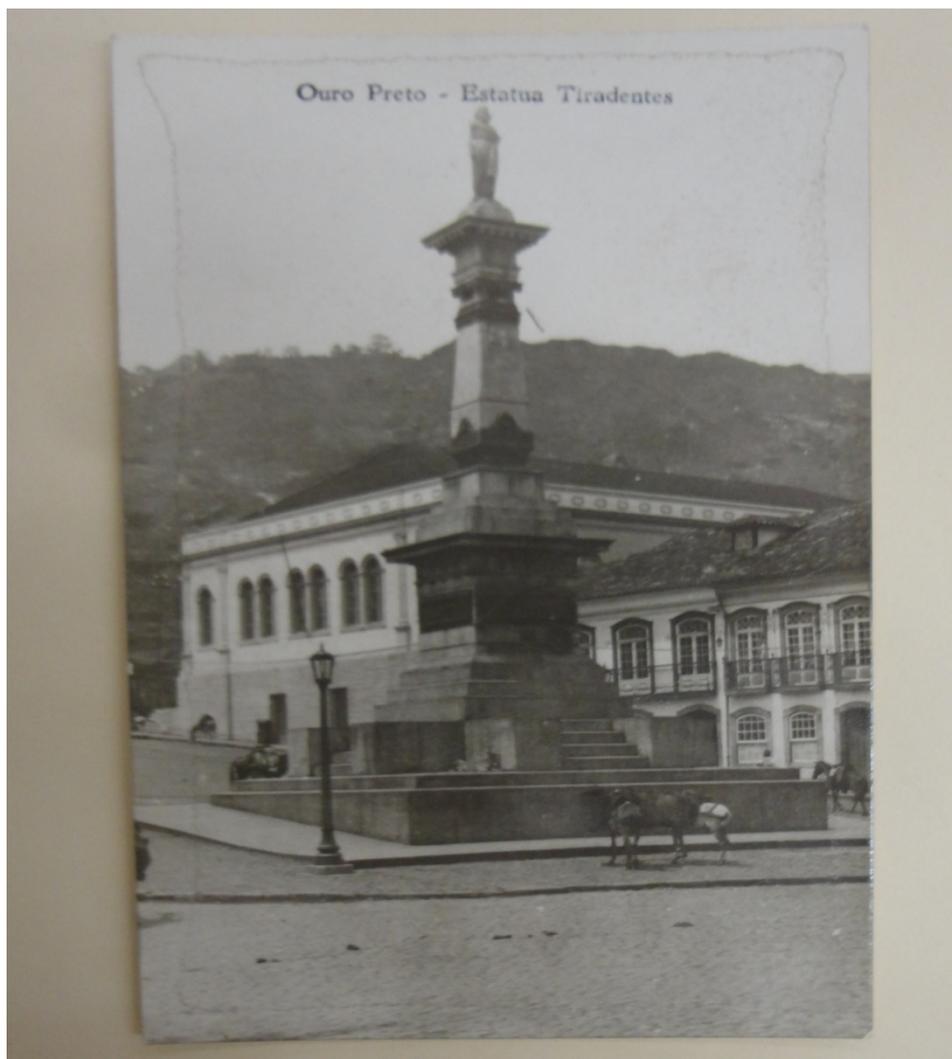


Figura 04: Monumento a Tiradentes (1946). In: CDI/IPHAN-MG. Ouro Preto. Pasta: Monumento a Tiradentes 1946-1947; Caixa 767.

Contra a retirada do monumento daquele local se posicionou o historiador local Waldemar de Almeida Barbosa, que considerava uma medida “sem pé nem cabeça”:

De maneira alguma se justifica a retirada do monumento. Esse arquiteto [Lucio Costa] não deve conhecer a nossa História. Ele não sabe que naquele local ficou exposta a cabeça do mártir. E ainda mais: a posição da estátua, de costas voltadas para o então palácio do Vice-Rei, representa o momento histórico e não como pretende esse arquiteto, apenas uma simples colocação de um pedaço de bronze.¹⁸⁶

¹⁸⁶ BARBOSA, Waldemar Almeida de. *Jornal O Globo*, de janeiro de 1959. ACI-IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Inventário. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto: 1946-1982. Caixa 213; Pasta 01.

Como se verifica, os aspectos materiais e estéticos dos objetos foram determinantes, entre os técnicos do Patrimônio, para sua permanência e exposição pública. Os objetos “destoantes” deveriam passar então por “ações corretivas”, por “cirurgias reparadoras”, quando não serem deslocados ou excluídos do espaço. Essa obstinação pela autenticidade poderia tornar a cidade um museu de si mesma, sem que seus próprios habitantes e usuários se reconhecessem nos símbolos preservados.

Suas consequências sobre o estilo de vida, sobre os modos de vida, sobre a urbanização dos ambientes são às vezes excessivas e levam à instauração, de maneira tácita, latente, de um freio sistemático à originalidade e à novidade. O interdito da fantasia é também uma maneira de museografar o local ou bairro, porque supõe um rigor da conservação segundo critérios considerados imutáveis. A proteção na sua forma excessiva, pode portanto parecer como a causa de uma museografia da vida cotidiana.¹⁸⁷

Nesse prisma, o processo de restauração deveria reforçar uma imagem da unidade do conjunto urbano e gerar nos espectadores um efeito de “origem”, “autenticidade” e “pureza” cultural. A “reintegração estilística” do objeto seria, portanto, uma etapa necessária para que a sua existência, sua beleza e sua monumentalidade fossem notadas. Nas palavras de Sérgio Miceli:

A modalidade técnica escolhida para o trabalho de restauração enquadra-se nessa (...) lógica de embelezamento do estilo e conseqüente diluição das marcas sociais. Apesar das afirmações em contrário, a tradição preservacionista no Brasil nunca conseguiu superar a orientação doutrinária consagrada por Viollet-le-Duc, defensor da chamada “reintegração estilística” que não é outra coisa senão o delírio de “purificar” o prédio em vias de restauração de quaisquer acréscimos posteriores à construção original.¹⁸⁸

Um caso patente de “reintegração estilística” ocorreu durante o processo de restauração da Capela de N. S. do Rosário, no Serro, com a retirada de sua torre sineira. Esse processo de eliminação de elementos “estranhos” à edificação não considerou a própria dinâmica da comunidade local, assim como os usos e os valores atribuídos ao

¹⁸⁷ JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do Social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990, p. 54.

¹⁸⁸ MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 22 de 1987, p. 44-45.

bem por seus praticantes, tanto que, após a reforma, os membros da Irmandade do Rosário exigiam a retomada da torre da capela e, para isso, elaboraram um abaixo-assinado, já que o toque do sino era parte constituinte do culto e do ato de devoção dos fiéis. “Um sino sem torre é um sino sem vida”¹⁸⁹, reclamava um membro. Na réplica aos questionamentos da Irmandade do Rosário, Sylvio de Vasconcelos argumentou que o Patrimônio julgou recomendável a eliminação da torre sineira, por se tratar de obra posterior e, portanto, destoante do seu traçado original:

- a) não se tratava de obra incorporada ao monumento em sua originalidade;
- b) não se justificava como obra acrescida ao monumento;
- c) apresentava-se como obra de construção precária com ameaça de ruína que demandava quase integral reconstrução;
- d) apresentava-se ainda como obra que prejudicava a Capela pela dificuldade de solução das infiltrações que proporcionava ou sua intercessão com o telhado;
- e) não parecia recomendável executasse a Repartição obra de reconstrução de elemento visivelmente estranho o bastante em relação ao monumento;
- f) não se tratava de elemento útil ou indispensável podendo ser substituído perfeitamente.¹⁹⁰

Apresentamos na figura 05 uma perspectiva da lateral da Capela de N. S. do Rosário, ainda com a torre sineira, e na figura 06 uma perspectiva da frente da sua fachada após o término da restauração.

¹⁸⁹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Ofício nº 940, 28 de junho de 1961, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN-MG. Serro. Pasta: Capela de Nossa Senhora do Rosário.

¹⁹⁰ VASCONCELOS, Sylvio. Ofício nº 312, de 03 de julho de 1961, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Serro. Pasta: Capela de Nossa Senhora do Rosário.



Figura 05: Capela de Nossa Senhora do Rosário (1961). In: CDI/IPHAN-MG. Serro. Pasta: Capela de Nossa Senhora do Rosário.



Figura 06: Capela de Nossa Senhora do Rosário após restauração (1961). In: CDI/IPHAN-MG. Serro. Pasta: Capela de Nossa Senhora do Rosário.

As decisões tomadas pela instituição federal de preservação do patrimônio nem sempre estiveram em sintonia com as dinâmicas e complexas modalidades de apropriação, significação e uso sociais dos bens tombados, entrando então em desacordo com as expectativas e com os valores vigentes locais. No caso da Capela de N. S. do Rosário, por exemplo, embora a eliminação da torre tenha sido efetuada em 1961, seguido do seu pedido de reconstrução no mesmo ano, até meados da década de 1990 foi possível captar vestígios dos interessados reivindicando, ainda, o retorno do sino da capela.

A política autoritária é um teatro monótono. As relações entre governo e povo consistem na encenação do que se supõe ser o patrimônio definitivo da nação. Lugares históricos e praças, palácios e igrejas, servem de palco para representar o destino nacional, traçado desde a origem dos tempos. Os políticos e os sacerdotes são os atores vicários desse drama.¹⁹¹

Durante as restaurações, o SPHAN se esforçou na retirada de platibandas e ornamentos das edificações. Os chamados “acréscimos” ou “extravagâncias das fachadas”, em geral elementos característicos do ecletismo do século XIX, deveriam então ser expurgados para o “lixo da história”, cedendo lugar a um projeto de busca e afirmação de uma forma colonial “original”. Para tanto, o órgão dependia, evidentemente, de um intrincado processo de negociação e entendimento com os moradores e, via de regra, a parte interessada deveria também arcar com os custos dos serviços. Em ofício encaminhado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, Sylvio de Vasconcelos elenca parte dessas “ações corretivas” no conjunto urbano de Diamantina:

(...) 1º - **Casa do sr. José Rosa de Meira:** foi concedida a retirada da platibanda. Entretanto, embora insistíssemos com o proprietário da casa para que retirasse os ornatos grotescos, o mesmo não anuiu ao nosso desejo.

2º - **Casa do sr. Hipólito Duarte:** Não se propôs ao proprietário a substituição das vidraças impróprias por janelas de guilhotina, na fachada principal. Isso dificilmente seria conseguido do proprietário ou talvez fosse mesmo impossível conseguir-se dele, a menos que tal proposta importasse na

¹⁹¹ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias de entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Ed. USP, 2015, p. 163.

substituição por conta desta repartição – o que ainda seria duvidoso que o proprietário aceitasse.¹⁹²

Em carta enviada ao 3º Distrito do SPHAN, Dulce Ramos, moradora à Rua Macau do Meio, em Diamantina, reivindicava que o Patrimônio arcasse com os custos da reforma de sua casa, já que esta teria sido construída em “estilo moderno” antes do tombamento e adaptada ao “estilo colonial” posteriormente. “Venho apelar para o Patrimônio no sentido de que me seja concedida uma ajuda, (...) pois o estilo colonial requer, como V. S. sabe, mão de obra especializada e material adequado.”¹⁹³ Em outra solicitação de auxílio do Patrimônio, Armando Alves Horta, também morador à Rua Macau do Meio, argumentou que o estilo de sua residência foi modificado em “genuinamente colonial” e agora lhe faltavam recursos financeiros para o término das obras.¹⁹⁴ Seguem, nas figuras 07 e 08, imagens da casa de Armando Alves Horta, em que se percebe o andamento das obras de “limpeza da fachada” e o momento de supressão da platibanda e modificação do telhado, em cumprimento às diretrizes do SPHAN.

¹⁹² VASCONCELOS, Sylvio. Ofício 55/48, de 31 de março de 1948, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Logradouro/Proprietário/Administrativo: Requerimentos Aprovados 1946-1986; Caixa: 185.

¹⁹³ RAMOS, Dulce. Carta, de 7 de agosto de 1965, enviada a Antônio Augusto Veloso (chefe-substituto do 3º Distrito). CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Logradouro/Proprietário/Administrativo: Aprovação de Obras, Requerimento e Pareceres - continuação - 1940-1990; Caixa: 184.

¹⁹⁴ HORTA, Armando Alves. Carta, de 14 de novembro de 1954, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Rua Macau do Meio - antiga rua Teófilo Otoni - 1941-1989; Caixa: 169.



Figura 07: Residência de Armando Alves Horta (25 de novembro de 1950). In: CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Macau do Meio 1941-1989; Caixa: 169.



Figura 08: Residência de Armando Alves Horta em conserto (29 de julho de 1957). In: CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Macau do Meio 1941-1989; Caixa: 169.

Outro caso emblemático de “reintegração estilística” ocorreu em Ouro Preto – cidade onde o Patrimônio procurou sistematicamente apagar os vestígios dos estilos eclético e neocolonial presentes em construções e reformas feitas ao longo dos séculos XIX e XX¹⁹⁵ – mais exatamente no antigo Liceu de Artes e Ofícios, atual Cine Teatro Vila Rica. A construtora Salvador Tropia & Irmãos esboçou, entre as décadas de 1940 e 1950, um projeto de construção de um novo e moderno cinema para Ouro Preto, com capacidade para 800 lugares, e, em 1956, com a aquisição do imóvel onde funcionou o Liceu de Artes e Ofícios (edifício de feição eclética, construído na segunda metade do século XIX), esse empreendimento tomou corpo a partir das obras de reforma e adaptação daquele imóvel. Submetida a planta do projeto ao SPHAN, o órgão exigiu então que a fachada fosse “retificada”, a partir da eliminação dos frontões e platibanda, além da colocação de beiral de cachorro: “se deve procurar atenuar o seu aspecto bastardo eliminando-se os frontões e a platibanda e uniformizando-se os arcos”¹⁹⁶. Segundo Lucio Costa, a “arquitetura bastarda” da edificação deveria ser corrigida, de modo a recompor a paisagem de Ouro Preto e a harmonia do seu conjunto. Outra recomendação foi no sentido da diminuição da cobertura em arco por uma cobertura plana, menos volumosa e mais baixa. Com este recurso, o órgão procurava atenuar o volume e a perspectiva da edificação. Contudo, a obra não seguiu à risca o plano traçado pelo Patrimônio, de modo que se constatou nas inspeções técnicas que a cobertura continuava atingindo alturas inadequadas. Além disso, os empreendedores introduziram telhas metálicas na edificação, e não telhas coloniais, alegando ser de melhor adaptação para a acústica do cinema. A obra foi embargada até que se encontrasse uma solução técnica para o caso, gerando, então, um clima hostil ao Patrimônio, com o órgão acusado de enterrar o progresso da cidade.

Encontramos sempre as maiores dificuldades e obstáculos por parte do SPHAN que não admitia a demolição de um prédio para a construção do cinema, como também não admitia que um bloco grande de construção perturbasse a fisionomia arquitetônica da cidade. Porém, como seria possível construir-se uma casa de espetáculos, com capacidade de 800 lugares, em Ouro Preto, escondendo-se o bloco construído? Aliás, o “volumoso” Grande

¹⁹⁵ MENICONI, Evelyn Maria de Almeida. *Monumento para quem? A preservação do patrimônio nacional e o ordenamento do espaço urbano de Ouro Preto (1937-1967)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC, 2004.

¹⁹⁶ COSTA, Lucio. Informação n° 84, de 29 de maio de 1956. CDI/IPHAN-MG. Ouro Preto. Pasta: Cinema - Antigo Liceu 1946-1959; Caixa 661.

Hotel, que se encontra no plano mais alto e cuja construção o Patrimônio não impugnou, é visto inteiramente em 95% dos ângulos. (...) Venham os leitores até Ouro Preto. Venham ver o que os ouropretanos estão cansados de ver: obras de artes ruindo sem a menor intervenção e assistência dos seus responsáveis; grande número de igrejas necessitando de urgentes reparações etc. etc. etc.¹⁹⁷

O enunciado acima situa a atuação do SPHAN em Ouro Preto entre dois polos distintos, entre o excesso de intervenção e entre a falta de intervenção. Primeiramente, sugere que suas diretrizes são marcadas pelo excesso de intervenção, no caso, travando empreendimentos do mercado imobiliário. Segundamente, sinaliza que há uma falta de intervenção do Patrimônio onde lhe compete, ou seja, uma omissão em relação à preservação das igrejas da cidade.

O empreendedor imobiliário Salvador Tropa acrescentou ainda que o diretor-geral do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, chegou a cogitar a demolição da edificação por não encontrar melhor solução estética para integrá-la às demais construções. Cabe lembrar que também houve situações em que a própria instituição de preservação recomendou a demolição de “edificações espúrias” como forma de recompor uma suposta feição primitiva e tradicional da paisagem, destacando assim o status de monumentalidade e autenticidade dos símbolos conservados no espaço público:

Tenho o prazer de transmitir-vos inclusa cópia do telegrama que expedi nesta data ao sr. Prefeito Municipal de Ouro Preto, reiterando-lhe a solução anterior no sentido de ser transferido para outro local o açougue existente na praça fronteira à Igreja de São Francisco de Assis, a fim de habilitar este Serviço a demolir a construção onde se acha instalado o referido açougue.¹⁹⁸

Já o proprietário que pleiteasse a demolição total de seu imóvel somente obteria autorização do Patrimônio em situação excepcional, como o caso do cidadão Antônio

¹⁹⁷ TROPIA, Salvador. Jornal O Globo, de 23 de junho de 1958. Matéria: Diz que o Patrimônio Histórico Aprovou a Construção do Cinema. CDI/IPHAN-MG. Ouro Preto. Pasta: Cinema - Antigo Liceu 1946-1959; Caixa: 661.

¹⁹⁸ TECLES, Eduardo. Ofício 931, de 11 de julho de 1945, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Ouro Preto. Pasta: Conjunto urbano 1944 a 1946: Largo do Coimbra; Caixa: 671, Série 1.

Medeiros, proprietário de uma casa localizada na rua São Francisco, em Diamantina, que se encontrava em completo estado de arruinamento, conforme apresentamos na figura 09.



Figura 9: Propriedade de Antônio Medeiros. Solicitação de demolição de ruína (17-12-1946). In: CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Rua São Francisco (1946-1990); Caixa: 180.

Quanto às obras de transformação do antigo Liceu de Artes e Ofícios, prevaleceu o parecer de Lucio Costa no sentido de “camuflar” a edificação na paisagem:

Urge recompor de algum modo o cinema recente construído a fim de amortecer o impacto insólito do extenso oitão e da cobertura metálica na paisagem. Assim, além da supressão prevista da platibanda e criação de um beiral sobre a cornija do prédio aproveitado, convirá revestir o oitão da parte nova com telhas à moda tradicional (...). A cobertura precisa ser “camuflada” com a pintura verde-sujo (verde-musgo), no intuito de se confundir à distância com a paisagem e convirá plantar hera e arborizar a área contigua.¹⁹⁹

¹⁹⁹ COSTA, Lucio. In: PESSOA, José (Org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 148.

Apresentamos nas figuras 10, 11 e 12 as imagens da edificação do antigo Liceu de Artes e Ofícios, em que é possível ver o antes e o depois das modificações exigidas pelo Patrimônio, visando à correção da sua “arquitetura bastarda” e integração à paisagem. De todo modo, essas intervenções, ainda que pautadas em estudos da arquitetura civil e religiosa do período colonial, poderiam deformar ou falsificar a paisagem, tornando artificiais os ambientes restaurados.



Figura 10: Fachada do Antigo Liceu de Artes e Ofícios (06 de maio de 1955). In: CDI/IPHAN-MG. Ouro Preto. Pasta: Cinema - Antigo Liceu 1946-1959; Caixa: 661.



Figura 11: Panorâmica do Antigo Liceu de Artes e Ofícios (06 de maio de 1955). In: CDI/IPHAN-MG. Ouro Preto. Pasta: Cinema - Antigo Liceu 1946-1959; Caixa: 661.



Figura 12: Panorâmica do Cinema de Ouro Preto - Antigo Liceu de Artes e Ofícios - (07 de maio de 1959). In: CDI/IPHAN-MG. Ouro Preto. Pasta: Cinema - Antigo Liceu 1946-1959; Caixa: 661.

Como destaca Lia Motta, o SPHAN fixou seu critério estilístico às fachadas das edificações, de modo que estas permanecessem livres de modificações e mantivessem o mesmo volume e altimetria, além de telhado e pintura externa padronizados.²⁰⁰ As reformas e construções novas, por exemplo, deveriam imitar os princípios construtivos da arquitetura do século XVIII.

Trazemos, na figura 13, o croqui apresentado por Leontina Silva ao Patrimônio, como requisito para a construção da sua residência à Rua Olaria, em Mariana. Para que a obra fosse aprovada, a moradora deveria seguir detalhadamente todos os elementos arquitetônicos reiteradamente exigidos pelo órgão, tais como: a) telhado com contrafeito; b) cobertura de telhas tipo canal; c) beiral de cachorros de madeira; d) quadro de portas e janelas de caixão inteiro; e) folhas de vedação de guilhotina ou calha, não podendo ser usada janela veneziana, nem basculante; f) pintura a cal nas paredes, em cores claras, de preferência branco; g) pintura a óleo somente nas madeiras aparentes.²⁰¹

²⁰⁰ MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n° 22 de 1987.

²⁰¹ SILVA, Leontina. Requerimento e despacho de obra, de 14 de novembro de 1956. CDI/IPHAN-MG. Mariana. Pasta: Diversos.

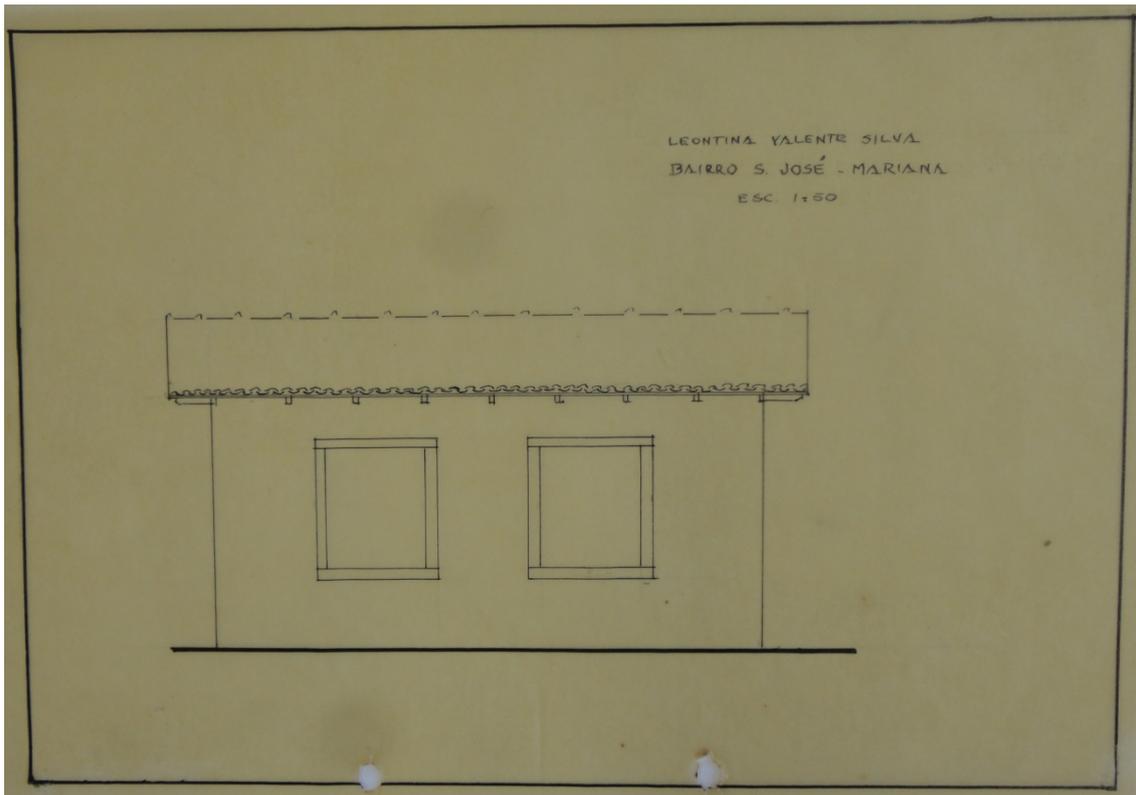


Figura 13: Croqui da requerente Leontina Valente (14 de novembro de 1956). In: CDI/IPHAN-MG. Mariana. Pasta: Diversos.

A adoção dos elementos construtivos exigidos pela repartição redundou numa arquitetura híbrida, mais conhecida pelos moradores como “estilo SPHAN” ou “estilo Patrimônio”, que se ambientava e se fundia com os exemplares originais do conjunto. Para Lia Motta, a aplicação dessas normas formais do Patrimônio implicou, em muitos casos, na descaracterização urbanística e paisagística do próprio conjunto. Mais do que isso, a busca de características uniformes nos sítios urbanos, características estas talvez nunca verificadas no passado tal qual, desconsiderou as cidades enquanto um processo “social e historicamente construído, como espaços que acumulam vestígios culturais no seu processo permanente de reapropriação social e como lugares que adquirem valor simbólico, referências culturais das comunidades que os habitam”²⁰².

Os componentes materiais e simbólicos dispostos no espaço não estão deslocados de seus praticantes.²⁰³ As coisas cuidadosamente organizadas no ambiente

²⁰² MOTTA, Lia. As cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 126.

urbano remetem, antes de tudo, a fatos sociais, ou seja, testemunham as relações de apropriação, os usos, as biografias e as trajetórias dos agentes sociais.²⁰⁴ Dito isso, entendemos que as políticas de preservação do “patrimônio histórico e artístico nacional”, empreendidas pelo Patrimônio, nem sempre foram pensadas com ou para a população, em sintonia com os valores, as demandas e projetos de usos do patrimônio praticados pelos cidadãos locais. Portanto:

Adotar as práticas de conservação dos monumentos históricos sem dispor de um quadro histórico de referência, sem atribuir um valor particular ao tempo e à duração, sem ter convertido a arte em história, é tão destituído de significado como praticar a cerimônia do chá ignorando o sentimento japonês da natureza, o shintoísmo e a estrutura nipônica das relações sociais.²⁰⁵

Consideramos, ainda, que essa falta de abertura à participação da sociedade civil e política locais nos processos de configuração e nas decisões de gestão, conservação e preservação do “patrimônio histórico e artístico nacional” só contribuiu para a emergência e o acirramento das tensões e conflitos, como veremos mais detidamente no terceiro capítulo.

2.3. Solicitações de Restaurações às Expensas do Patrimônio

Diante da prerrogativa aberta pelo artigo 19 do decreto-lei nº 25/1937, os proprietários de residências tombadas que não dispusessem de recursos financeiros para empreender obras de conservação e restauração julgadas urgentes e necessárias poderiam solicitar ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a execução das mesmas em proveito da coisa tombada. Conforme sinaliza o parágrafo primeiro:

²⁰³ “Embora os homens pareçam ser os agentes na definição de valor das conchas, na verdade, sem as conchas, eles não podem definir seu próprio valor, quanto a isso, homens e conchas são agentes recíprocos na definição do valor de um e de outro.” MUNN, Nancy. *Gawan Kula: spatiotemporal control and the symbolism of influence*. In: Leach, E. *The kula: new perspectives on massin exchange*. Cambridge University Press, 1983, p. 283.

²⁰⁴ APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Ed. UFF, 2008.

²⁰⁵ CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006, p. 21.

“recebida a comunicação e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas serem iniciadas dentro do prazo de seis meses”.

Tendo em vista que as cidades coloniais tombadas são constituídas em grande parte de edificações centenárias (em pedra e pau-a-pique) que necessitam de reparos constantes e que, em muitos casos, esses serviços requerem mão de obra especializada, avolumavam-se as solicitações de auxílio do órgão, gerando um descompasso entre capacidade de atendimento e as demandas efetivas, já que as equipes técnicas locais eram muito reduzidas e os recursos financeiros para empreender a conservação do patrimônio em todo o território nacional eram escassos, fatores que condicionavam a própria atuação do SPHAN.

Sua carta nº 88, de 7 de fevereiro corrente, manifesta em verdade um grande pessimismo quanto a possibilidade do 3º Distrito se desobrigar de sua tarefa este ano, na hipótese de não lhe poderem ser fornecidos os recursos pleiteados em sua proposta. Sucede, porém, que as propostas de seus colegas nos demais Distritos, assim como as necessidades da proteção aos monumentos nos Estados não compreendidos nos quatro Distritos, exigem meios financeiros que ultrapassam enormemente o crédito orçamentário de que dispomos. A despeito da dotação concedida à DPHAN em 1958 corresponder ao dobro da de 1957, é insuficientíssima para custear os trabalhos considerados indispensáveis e urgentes em todo o território nacional. Para lhe dar uma impressão do que se passa em outras regiões, bastará dizer-lhe que a proposta do Airton Carvalho, para financiar as obras que ele julga necessárias em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte atingia a cifra volumosa de 33 milhões de cruzeiros, mas não lhe poderemos conceder senão cerca de 7 milhões. É certo, como você pondera, que Minas possui número incomparavelmente maior de monumentos a preservar que os outros Estados. Entretanto, é também indubitável que na Bahia, em Pernambuco e no Rio, as edificações antigas têm proporções muito maiores.²⁰⁶

Diariamente, eram encaminhados pedidos de limpeza a cal e pintura, troca de madeiras esgarçadas, conserto de caibros, ripas e emborcação de telhado, retirada de portas e janelas, consertos de eventuais infiltrações, remendos no assoalho, reconstituição de paredes, entre outros. Em geral, os serviços deveriam ser realizados em caráter emergencial, por se tratar de edificações com problemas patentes e/ou em estado avançado de ruína.

²⁰⁶ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício nº 96, de 19 de fevereiro de 1958, encaminhado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Fórum 1949-1992; Caixa 95.

“Estando com a pequena casa que moro precisando urgentes consertos e a fachada posterior começando a ruir, é que peço autorizar ao sr. encarregado do SPHAN nesta cidade mandar proceder os serviços de que necessita a minha residência”²⁰⁷, solicitou Maria Aguillar, moradora da Rua Augusto Nelson, em Diamantina. Segue, na figura 14, a imagem da sua residência, em que é possível verificar o estado de ruína da fachada e a necessidade de realização de obras de reparação do imóvel.



Figura 14: Residência de Maria Aguillar (abril de 1954). In: CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Logradouro/Proprietários/Administrativo: pedidos de aprovação de obras e recursos - 1953-1959 e 1940-90; Caixa: 183.

²⁰⁷ AGUILLAR, Maria. Carta, de 19 de abril de 1954, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Logradouro/Proprietários/Administrativo: pedidos de aprovação de obras e recursos - 1953-1959 e 1940-90; Caixa: 183.

De modo semelhante argumentou Oscarina Araújo, moradora à Rua Nelson Sena, no Serro, reivindicando os serviços do Patrimônio em sua propriedade: “Possuindo uma humilde casa situada à Rua Nelson de Sena, nº 170, achando-se estragadíssima, receio que não resista às próximas águas, tal o estado em que se acha e se ela cair...”²⁰⁸ Discursos de caráter mais emotivo eram recorrentes nos requerimentos, como o de Eugênia Colen Sampaio, também moradora à Rua Augusto Nelson, em Diamantina:

É com angustia que volto hoje, novamente a importunar ao senhor. Novamente, porque ano passado, dirigi-me ao senhor pedindo a caridade de autorizar o conserto da casa de minha mãe. É com angústia, porque somente quem vive no terror que vivemos esperando a qualquer hora ficarmos ao relento é que pode compreender o nosso sofrimento! (...) Da primeira vez que escrevi para o senhor, o Dr. João Costa [técnico local do Patrimônio] explicou-me que não havia verba suficiente, talvez por isso, não havíamos sido felizes no pedido. Agora, no entanto, tenho visto tanta gente beneficiada pelo Patrimônio que creio ser melhor a situação.²⁰⁹

Os proprietários buscavam diferentes estratégias no sentido de obterem auxílio do Patrimônio. Em geral, produziam narrativas dramáticas em que descreviam o estado de degradação física do imóvel, enfatizando inclusive a possibilidade de desabamento do mesmo, a situação de carência financeira em que o requerente se encontrava, bem como os casos semelhantes atendidos pelo órgão.

Acontece que minha casa, sr. Diretor, está em estado lastimável. O telhado em vias de desabamento. Os portais carcomidos pelos carunchos. O assoalho completamente estragado. Uma situação difícil. Uma lástima. Minhas possibilidades não permitem qualquer grande reparo. Estou atravessando uma fase angustiosa. Sei dos inúmeros serviços entregues ao Serviço do Patrimônio nesta cidade e, por informação de pessoas que se dirigiram ao sr., fiquei sabendo do acentuado espírito humanitário de V. Excia., no sentido de determinar os reparos de minha casa, ao menos do telhado e alguns portais.²¹⁰

²⁰⁸ ARAÚJO, Oscarina. Carta, de 02 de outubro de 1957, enviada a Sylvio de Vasconcelos. ACI/IPHAN-Seção Rio de Janeiro. Serro. Série Obras. Pasta: Casa - Rua General Osório.

²⁰⁹ SAMPAIO, Eugênia Colen. Carta, de 20 de outubro de 1955, enviada a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Administrativo: Conjunto Arquitetônico 1951-1953; Caixa: 122.

²¹⁰ SILVA, Maria Moreira da. Carta, de 15 de agosto de 1958, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Logradouro/proprietário/administrativo: aprovação de obras, requerimento e pareceres - continuação - 1940-1990; Caixa: 184.

Assim, as solicitações de auxílio do Patrimônio adquiriam um discurso-padrão pautado pela persuasão e comoção. Por vezes, os solicitantes encaminhavam seus pedidos não só ao técnico local, encarnação mais imediata do Serviço do Patrimônio, mas também ao 3º Distrito, em Belo Horizonte, e ao diretório central, no Rio de Janeiro. Dessa forma, aumentavam as chances de serem atendidos por uma destas esferas²¹¹, já que poderia haver falha de comunicação entre elas. Em caso de parecer positivo da administração central, os solicitantes saltariam todos os trâmites, sobretudo em caso de obras de maiores vultos cujos processos decisórios passavam necessariamente pelo crivo desta instância.

Na prática, era difícil a constatação se o proprietário da coisa tombada dispunha ou não de recursos financeiros para a execução da reforma, ficando, então, a cargo do técnico local ou do chefe do 3º Distrito essa avaliação.²¹² Em muitos casos, o proprietário, ainda que em condições de arcar com os custos dos reparos, se recusava a investir no conserto do seu imóvel, transferindo todo o ônus da preservação ao Serviço do Patrimônio. Tal atitude poderia expressar, de um lado, uma divergência do proprietário quanto à chancela de patrimônio atribuída ao seu bem, e, de outro lado, um eco de uma mentalidade paternalista que foi se enraizando em torno da preservação, encontrada não somente em segmentos da sociedade civil, mas também, em certo sentido, reforçada no âmbito do próprio órgão federal do Patrimônio através da lógica de centralização dos procedimentos de conservação nas mãos de um grupo restrito de técnicos e alimentada a base de um sistema de troca de favores e recompensas em torno da “causa” da preservação do “patrimônio nacional”, como veremos mais detidamente

²¹¹ “Em resposta deste meu pedido feito há tempos a V. S., disse-me que havia encaminhado o dito ao setor competente, naturalmente com Sede em Belo Horizonte, mas acontece que até a presente data não recebi solução alguma. É por este motivo que tomei a liberdade de vir diretamente a presença de V. S., com o fim de pedir-lhe autorização para chamar o mestre de obras do Patrimônio, que é o sr. Dagmar, para que este faça o orçamento desta reforma.” RAMOS, Armando S. Carta, de 09 de fevereiro de 1968, enviada a Renato Soeiro. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Administrativo: Conjunto Arquitetônico 1951-1953; Caixa: 122.

²¹² “Em adiantamento ao meu ofício anterior relativo ao pedido de auxílio do sr. David Antônio Coelho, de Diamantina, ocorre informar que o referido senhor é proprietário de, pelo menos, as seguintes casas em Diamantina, onde já realizou obras, conforme indica o arquivo de obras particulares: 1 – Rua do Rosário, 91 – obra em 25/09/53; 2 – Rua do Rosário s/n – obra em 22/08/49; 3 – Rua Tertuliano de Matos – obras em 29/08/52; 4 – Rua do Rosário, 22 – objeto de solicitação. Assim sendo, não cremos ser procedente sua alegação de carência.” VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício, de 05 de março de 1953, encaminhado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Administrativo: Conjunto Arquitetônico 1951-1953, caixa 122.

no quarto capítulo desta tese. No relato de Sylvio de Vasconcelos sobre as dificuldades de preservação do patrimônio em Ouro Preto é possível captar a permanência dessa mentalidade paternalista entre os proprietários de imóveis:

Como se justificaria, pois, a aplicação de recursos do governo (do povo) para beneficiar tão largo capital particular? Se a cidade não fosse histórica, como normalmente se resolveria o problema? Será que o governo é responsável por todas as casas de Ouro Preto?²¹³

Ocorre acrescentar que Ouro Preto possui cerca de trinta e nove templos e mais de mil casas, a maioria de construção precária em madeira e barro cuja conservação integral, evidentemente, nem cem milhões de cruzeiros em dez anos poderia assegurar constantemente. (...) Evidentemente, não se pode pretender que a Repartição se responsabilize sozinha por duas centenas de templos espalhados por todo o Estado, atendendo-lhe até a simples goteiras.²¹⁴

Na percepção de João Brandão Costa, técnico do Patrimônio lotado em Diamantina, havia inclusive pressão dos proprietários no intuito de que o órgão cumprisse a sua “obrigação” e arcasse com os custos da conservação. Enquanto linha de frete do Patrimônio, este técnico sentiu na pele as “amolações” e “pressões” dos proprietários que reivindicavam o financiamento e a execução de obras em benefício do bem tombado.

Sobre a carta de D. Margarida Rabelo, tenho a informar-vos o seguinte: Fui eu próprio quem incluiu o nome da missivista no rol dos beneficiados por esta Repartição, atendendo ao pedido, que ela mesma fez, pois se trata realmente de pessoa necessitada. Entretanto, dado o grande número de concessões dessa Chefia (...), e devido à carência de operários, nesta cidade, é evidente que não posso atender a todas as concessões de uma só vez. (...) **Podeis avaliar as amolações que aqui aguento, já que todos querem de pronto a realização de obras concedidas, achando que se não são feitas imediatamente é porque eu não quero.** Como a missivista quis fazer pressão sobre mim no sentido de mandar fazer suas obras prontamente, tive que “lhe fechar a cara”.²¹⁵

²¹³ VASCONCELOS, Sylvio de. Carta, de 17 de março de 1958, encaminhada ao jornal O Diário. CDI/IPHAN-MG. Ouro Preto. Pasta: Administrativo 1958-1960; Caixa 605, Série 2.

²¹⁴ VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício, de 01 de agosto de 1958, encaminhado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Ouro Preto. Pasta: Administrativo 1958-1960; Caixa 605; Série 2.

²¹⁵ COSTA, João Brandão. Ofício, de 22 de fevereiro de 1954, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Logradouro/Proprietário/Administrativo: aprovação de obras, requerimento e pareceres - continuação - 1940-1990; Caixa: 184. Grifo nosso.

Além disso, conforme relatou João Brandão Costa, os proprietários de imóveis faziam exigências e mantinham certas expectativas durante a reforma: “Como se trata do Patrimônio, ninguém concebe que façamos obras de má ou péssima qualidade e, quando pegamos uma casa, como tem acontecido, logo o proprietário sonha em ter uma reforma completa na sua casa”²¹⁶. Para Rodrigo Melo Franco de Andrade, o artigo 19 do decreto-lei nº 25/1937 deveria ser retificado, detalhado precisamente as obrigações dos proprietários na manutenção do bom estado da coisa tombada, além de acrescentar que estes deveriam participar das despesas, já que também seriam os principais beneficiários.²¹⁷ Nessa perspectiva, ponderou Sylvio de Vasconcelos que a repartição federal não tinha atribuição específica de reparar casas particulares. Apenas em casos extremos o auxílio deveria ser prestado, mas sempre acompanhado de uma contrapartida dos interessados e beneficiários dos imóveis, ainda que fosse uma contribuição de parte dos materiais a serem empregados na obra, de modo que o Patrimônio pudesse abarcar um maior número de casas possíveis em um menor tempo, empregando somente os elementos essenciais a fim de evitar a ruína das edificações, sem despender grandes quantias financeiras. “Dado o número de solicitações, (...) torna-se desaconselhável despender consideráveis quantias em poucos números de casas, em prejuízos de inúmeras outras cujo aspecto exterior nos imporia manter.”²¹⁸

Como apontamos ao longo do capítulo, a política de preservação empreendida pelo SPHAN parte de uma perspectiva estética que consagra os bens de arquitetura como constituintes do acervo nacional e, portanto, como dignos de proteção do Estado. Conseqüentemente, estabelece uma escala de priorização de trechos no espaço público, de modo que os bens de arquitetura religiosa, sobretudo os do século XVIII, e os monumentos vinculados às funções administrativas do Estado e/ou aos feitos políticos de personagens da História-Pátria tinham precedência nas ações de conservação e restauro. Com isso, as construções mais modestas do acervo vernacular recebiam

²¹⁶ COSTA, João Brandão. Ofício, de 14 de fevereiro de 1954, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Logradouro/Proprietário/Administrativo: requerimentos aprovados 1946-1986; Caixa: 185.

²¹⁷ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p. 124.

²¹⁸ VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício nº 482, de 09 de agosto de 1955, enviado a João Brandão. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Administrativo: Comunicações Técnicas 1949-1958; Caixa: 130.

sempre um tratamento secundário por parte do órgão. Como sugeriu Sylvio de Vasconcelos, as construções do acervo vernacular deveriam passar ainda por uma triagem e, verificada a necessidade de reforma, o proprietário que contribuísse com parte das despesas teria precedência na espera pelo atendimento: “Devem ser consideradas com prioridade as casas: 1 – mais próximas aos monumentos religiosos; 2 – de proprietários mais pobres; 3 – de proprietários que cooperem, seja fornecendo materiais ou recursos financeiros; 4 – de arquitetura mais valiosa.”²¹⁹ Portanto, em momentos de escassez de recursos (materiais, técnicos e financeiros) a tônica era de priorização de trechos e logradouros tidos como mais representativos no conjunto urbano, constituídos de edificações de arquitetura colonial que melhor harmonizassem com os bens eclesiásticos e monumentos: “Em vista da escassa verba destinada ao Conjunto Arquitetônico de Mariana, somos de parecer que deva ser empregada de preferência em casas localizadas em logradouros mais importantes.”²²⁰

Apresentamos, na figura 15, um desenho da então Praça João Pinheiro (atual Praça Minas Gerais), em Mariana, provavelmente elaborado pelo técnico local do Patrimônio, um dos trechos priorizados para receber os cuidados especiais de conservação e restauro, por ser considerado um dos símbolos mais representativos do passado colonial.

²¹⁹ VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício, de 29 de maio de 1958, enviado a João Brandão. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Administrativo: Comunicações Técnicas 1949-1958; Caixa 130.

²²⁰ ANDRADE, Washington. Informação nº 10, de 14 de novembro de 1957, enviada a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN-MG. Mariana. Pasta: Conjunto Urbano 1940 – 1991.



Figura 15: Praça João Pinheiro, Mariana. In: CDI/IPHAN-MG. Mariana. Pasta: Administrativo I.

Contudo, a demora no atendimento dos pedidos de reformas poderia, de um lado, agravar o mau estado de conservação do bem tombado e, de outro lado, gerar um clima de animosidade entre o Patrimônio e a comunidade local. Em Mariana, por exemplo, Sylvio de Vasconcelos relatou que o Patrimônio estava há dois anos impossibilitado de atender os pedidos de reparação de edificações do acervo vernacular: “Tomamos a liberdade de observar que como há dois anos (...) não tem sido possível reparar casas particulares em Mariana e existem já relacionadas, por instruções dessa Diretoria, várias obras similares, o que não possibilitará o atendimento imediato de todas elas.”²²¹ Em Diamantina, a suplicante Alexandrina Maia, moradora à Rua da Caridade, reclamava estar há três anos na espera pelo atendimento de reforma na sua casa, que já se encontrava em estado de ruína: “Três anos e tanto estamos esperando o Patrimônio fazer este conserto em nossa casa; até hoje, não resolveram nada. O carapina vem nos prevenindo que a nossa casa está em grande perigo e com a chuva poderá desabar.”²²² Havia também casos extremos, como no Serro, em que o suplicante dizia estar há dez anos esperando pela reforma de sua residência:

²²¹ VASCONCELOS, Sylvio. Ofício, de 07 de abril de 1959, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN-Seção Rio de Janeiro. Mariana. Série Obras: Rua Direita; Caixa: 173; Pasta: 767.

Meu prédio é o mais antigo e o maior da Rua General Osório, pois tem dois pavimentos com 14 cômodos assoalhados e está mesmo em grande ruína e com risco de desabar. Se tal se der, além dos prejuízos do material que ficará danificado, ainda ocorre que pode vir a prejudicar prédios vizinhos, e mesmo a vida dos moradores. (...) Nos primeiros dias do mês de março forneci ao sr. Cirilo Fernandes [técnico do Patrimônio no Serro] um orçamento feito há mais de 10 anos, tendo já nesse tempo lavradas algumas peças para a nova construção. E nenhuma providência foi até agora tomada.²²³

Em ofício encaminhado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, Sylvio de Vasconcelos demonstrou certo desencantamento ao constatar que o volume de requerimentos de auxílio-reforma estava muito além da própria capacidade de atendimento e das possibilidades financeiras do 3º Distrito (tendo em vista também a complexidade de cada caso e a precariedade do estado de conservação das construções). Para ele, ainda que o SPHAN não se constituísse como “instituição beneficente”, o 3º Distrito deveria ter condições de cumprir minimamente a recomendação do artigo 19 do decreto-lei nº 25/1937, no que tange a realização de obras de conservação em coisa tombada, no caso de o proprietário não possuir recursos para tal. Relatou ainda que alguns proprietários chegavam até o escritório regional portando cartas de recomendação assinadas pelo próprio diretor-geral do SPHAN, priorizando e autorizando a execução das obras de recuperação em suas propriedades. Desse modo, avaliava que não seria prudente, seja para a imagem do órgão, seja para o bom andamento dos trabalhos nas localidades, “faltar à palavra”, já que: “alguns, há mais de anos, vêm comprando material e solicitam o fornecimento de mão de obra obedecendo à sugestão da própria Repartição. Penso que não devemos faltar à palavra empenhada sob pena de descrédito total”²²⁴.

Para o técnico do Serviço do Patrimônio no Serro, Alvim Saade, era preciso recuperar todos os grandes sobrados em ruína da cidade, no intuito de evitar boatos por parte da população de que a cidade estava “abandonada pelo Patrimônio”. As reformas

²²² MAIA, Augusta Alexandrina. Carta enviada a Sylvio de Vasconcelos, sem data. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Rua da Caridade - 1947-90; Caixa 155.

²²³ BATISTA, Raimundo Silva. Carta, de 12 de agosto de 1948, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN-Seção Rio de Janeiro. Serro. Série Obras: Casa - Rua General Osório.

²²⁴ VASCONCELOS, Sylvio. Ofício 14/65, de 22 de setembro de 1965, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Mariana. Pasta: Administrativo I.

trariam então um efeito positivo para a opinião pública.²²⁵ “Boatos” poderiam colocar a própria atuação do Patrimônio em descrédito, contribuindo, assim, para acirrar os conflitos com os cidadãos locais. Em Mariana, por exemplo, o então prefeito, Afonso Bretas Sobrinho, interpelou o diretor-geral do SPHAN, dizendo que o órgão de preservação estaria favorecendo, através da concessão de reformas, pessoas dotadas de recursos financeiros as quais pertenceriam ao partido de oposição ao seu governo, enquanto as pessoas realmente necessitadas não eram assistidas.

Vem a Prefeitura de Mariana recebendo permanentes queixas contra a atuação do Serviço do Patrimônio, nesta Cidade, que vem atendendo pedidos de reparos e limpezas em prédios de pessoas, que, além de não necessitarem de auxílios do Governo, pertencem exclusivamente aos quadros da UDN [União Democrática Nacional] local, deixando bem claro o partidarismo político ao encarregado de tais serviços. **Esta comunicação visa o Prefeito prevenir os desmandos do Serviço do Patrimônio, nesta cidade, pois, são justas as reclamações apresentadas.** ²²⁶

Rodrigo Melo Franco de Andrade apressou-se em desfazer esse “boato”, ressaltando que as ações de conservação e restauro do Serviço do Patrimônio não se pautavam em preferências partidárias, mas em planos e critérios técnicos previamente estabelecidos, que tinham sempre a intenção de salvaguardar os monumentos públicos de maior significação artística e histórica da cidade.²²⁷ Em apoio à atuação do Patrimônio, houve, ainda, a produção e circulação de um manifesto pelo grupo de oposição ao prefeito, a “Aliança Marianense”, contendo um ofício de Washington Moraes Andrade, técnico do Patrimônio na região de Mariana e Ouro Preto, em que este reitera o compromisso do SPHAN com a preservação do acervo histórico e artístico da cidade.

Apresentamos, na figura 16, a imagem do manifesto que circulou nas ruas e praças da cidade, evidentemente, como um instrumento do embate político local.

²²⁵ SAADE, Alvim. Carta, de 29 de setembro de 1944, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN-Seção Rio de Janeiro. Serro. Série Obras: Casa - Rua General Osório.

²²⁶ SOBRINHO, Afonso Bretas. Carta, de 08 de janeiro de 1958, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Mariana. Pasta: Conjunto Urbano 1940-1991. Grifo nosso.

²²⁷ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Ofício, de 22 de janeiro de 1958, enviado a Afonso Bretas Sobrinho. CDI/IPHAN-MG. Mariana. Pasta: Administrativo I.

A O P O V O

Recrudescendo, á visinhança do plêito de 3 de Outubro, a campanha de difamação engendrada pelo despeito e pelo ódio incontido de CALUNIADORES CONTUMAZES,

A ALIANÇA MARIANENSE

sente-se no devêr de prevenir o pôvo desta cidade sobre as habituais explorações tão do agrado dos inescrupulosos.

Para desfazer tórpe imputação envolvendo a digna DIRETORIA DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL, torna-se público, nesta oportunidade, o teor do officio endereçado ao Dr. Elias Salim Mansur, candidato vitorioso da ALIANÇA MARIANENSE, cuja probidade paira acima de quaisquer maquinações de cêrebros doentios, sempre movidos por interesses subalternos, como tem sido comprovado em varias oportunidades.

El-lo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

D. P. H. A. N. — 3.º DISTRITO

N.º 210 / 54

Em Ouro Preto, 30 de setembro 1954

Do Representante do 3.º Distrito da DPHAN na Região de Ouro Preto

Ao Exmo. Sr. Dr. Elias Salim Mansur

Assunto **Concessão de auxílios financeiros para concertos de casas particulares em Mariana.**

Dr. Elias Salim Mansur,

Atendendo à sua solicitação e procurando, tão somente, resguardar a criteriosa conduta da D.P.H.A.N., devo declarar-lhe que, por imposição legal, aquela Diretoria procura conservar, além dos monumentos históricos e artísticos, também casas particulares - cujos proprietários não disponham de recursos necessários àquela conservação - pertencentes aos Conjuntos Arquitetônicos de cidades tombadas, como Ouro Preto e Mariana.

Outrossim, posso afirmar ter conhecimento de que a Chefia do 3.º Distrito da D.P.H.A.N., por intermédio de sua pessoa, que nos merece inteira confiança, tem autorizado, como recentemente, a concessão de auxílios financeiros de acôrdo com o critério acima referido.

Podendo V. S. desta fazer uso para esclarecimento da verdade sobre o assunto, apresento-lhe, com os meus protestos de estima e consideração, as minhas mais

Cordeais saudações.

a) WASHINGTON MORAES DE ANDRADE

Representante do 3.º Distrito da D.P.H.A.N. na Região de Ouro Preto

A's urnas, pois, com os candidatos da Aliança Marianense,
para o bem estar da coletividade e o progresso do município.

Mariana, Setembro de 1954.

Figura 16: Manifesto "Ao Povo", de setembro de 1954. In: CDI/IPHAN-MG. Mariana. Pasta: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico – Tombamento.

Ainda que se tratasse de um "boato" inteiramente infundado, tal episódio sinaliza, em última instância, a percepção ou mesmo a existência de um imaginário

local acerca dos critérios de seleção de bens contemplados para reforma e conservação adotados pelo Serviço do Patrimônio. A emergência de representações dissonantes, que consideram haver distorções nas escolhas e priorizações de determinados bens no espaço público, em detrimento de outros possíveis, é sintoma da própria falta de clareza, diálogo e discussão dos critérios de preservação com a população local. Estes critérios de preservação são, portanto, gestados por um grupo restrito de técnicos e implantados de “cima para baixo”, isto é, do governo para a sociedade, tendo consequências sobre o ambiente local.

2.4. Patrimônio Nacional?

Os proprietários se valeram de diferentes estratégias no intuito de obterem do Serviço do Patrimônio auxílio para a restauração de suas residências, recorrendo inclusive a uma rede de relações e de favores pessoais para maximizar suas possibilidades de serem atendidos pelo órgão. Quando atentamos para os discursos contidos nos requerimentos de auxílio-reforma percebemos que havia situações em que os proprietários ressaltavam não somente o estado avançado de ruína do imóvel e/ou a situação de carência financeira do requerente, mas também recorriam às disposições artísticas (a partir de um ponto de vista leigo, evidentemente), ao valor afetivo e devocional e, sobretudo, ao valor histórico da edificação como argumento legitimador da sua conservação e restauração. Evocar as “propriedades distintivas” dos bens patrimoniais tornou-se um recurso recorrente entre aqueles que pleiteavam o auxílio do órgão. Nesse sentido, a solicitante Maria Baracho, moradora à Rua Mercês, em Diamantina, alegou que sua casa possuía atributos artísticos e arquitetônicos: “localizada em uma das principais artérias da cidade, passagem dos turistas que visitam as nossas obras de arte que temos a felicidade de possuirmos. É uma casa de mais ou menos cem anos, verdadeira obra patrimonial com grades antigas etc. tipo colonial”²²⁸. De modo semelhante argumentou Augusto Neves, residente em Rua do Amparo, em Diamantina, frisando que a edificação era histórica: “trata-se de um imóvel colonial, histórico, colocado em uma das ruas mais importantes desta cidade, sendo por diversas

²²⁸ BARACHO, Maria da Conceição. Carta, de 08 de junho de 1956, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Rua das Mercês 1947-1989; Caixa: 169.

razões de interesse desse órgão a sua conservação com todas as suas características”²²⁹. Como se verifica, os suplicantes enfatizavam também o logradouro onde o bem se encontrava como mais um elemento em favor da sua conservação: “Acrescento que esta propriedade, sendo uma das reminiscências do Tejuco, é localizada bem no coração da Cidade, tendo necessidade de reparos”²³⁰, pleiteou Ezaltina de Almeida, moradora à Rua do Carmo, em Diamantina. Trata-se, evidentemente, de uma leitura atenta da condução das políticas de preservação, já que determinadas áreas do conjunto urbano eram priorizadas e sofriam maiores influências do Patrimônio.

Em geral, as argumentações pautadas no valor histórico do objeto patrimonial associavam sua permanência no espaço social a fatos, datas comemorativas, eventos públicos, feitos políticos, personagens, em suma, a um passado exemplar, ilustre, heroico, digno de figurar na história. Trata-se de uma concepção de história dominante na Europa desde o Renascimento até o Iluminismo, que “privilegiou a reunião de histórias excepcionais, extraordinárias, exemplares, em suma, capazes de fornecer orientação e sabedoria, numa direção ética e pedagógica”²³¹. A imagem do objeto permanece atrelada, assim, aos elementos do panteão local, isto é, embora o patrimônio seja sancionado e consagrado pelo decreto-lei nº 25/1937 como “nacional”, este é sempre apropriado, interpretado e adaptado a partir de uma escala de significação “local”.²³² Esta imagem reforça de certo modo uma linha de continuidade entre passado e presente, articulando o acontecimento do passado à trajetória política e social de seus herdeiros. Como assevera Krzysztof Pomian, os patrimônios são semióforos, isto é, objetos visíveis investidos de significação.²³³ Eles estabelecem uma mediação entre tempos, e são capazes de simbolizar não somente o percurso de indivíduos, mas igualmente o de coletividades inteiras, servindo como ferramenta política de reconhecimento e afirmação de memórias, trajetórias e agenciamentos desses indivíduos

²²⁹ NEVES, Augusto de Sousa. Carta, de 20 de abril de 1953, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Rua do Amparo - 1941-1989; Caixa: 147.

²³⁰ ALMEIDA, Ezaltina de. Carta, de 20 de abril de 1953, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Rua do Carmo; Caixa: 157.

²³¹ ABREU, Regina. *A fabricação do imortal*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p. 147.

²³² Ponderamos que nem sempre os bens que receberam do Estado a chancela de “patrimônio nacional” eram reconhecidos como tal nas práticas de significação e nos agenciamentos e usos cotidianos locais.

²³³ POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einadi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

e grupos no espaço público. Os patrimônios são selecionados, portanto, em razão da sua capacidade de alimentar representações do passado que, por sua vez, são mobilizadas à luz das experiências, dos valores e dos interesses do presente. Assim, por mais que se refiram ao passado, os símbolos patrimoniais mantêm uma dimensão de presente, servem para agir no presente.²³⁴

A representação da temporalidade histórica na modernidade esteve fortemente pautada pela noção de progresso²³⁵ e o passado ufanado nas sociedades modernas é aquele que serve como fonte de inspiração, como um guia para a vida presente seguir caminhando com seus projetos e intentos de futuro. Nessa concepção progressiva da história (ideia de que a história está em constante movimento, rumo a um *télos*), os legados do passado que compõe um enredo “exemplar” e “positivo” dos “grandes feitos”, fatos e eventos cívicos são, portanto, selecionados e destacados no espaço público, estabelecendo os nexos entre continuidade e mutações.²³⁶

Em sintonia com essa “história positiva”, “*événementielle*”, o jornal Diário do Comércio, de São João del-Rei, dizia que a cidade, mesmo passando por intensas transformações na sua fisionomia urbana, sabia avaliar e preservar seus “verdadeiros relicários” da História como “atestados vivos” de uma época:

Esse povo, consciente da real glória de sua terra, cuida esmeradamente de suas particularidades históricas, conservando avaramente resguardadas aquelas coisas que são o seu relicário. Guardam, com cuidado, os seus templos, suas construções antigas, assim como elementos teóricos de sua força histórica.²³⁷

²³⁴ “O patrimônio não é passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica.” POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 12.

²³⁵ Segundo Reinhart Koselleck, a modernidade implica uma mudança acelerada na experiência histórica, e enseja um trato temporal próprio, inteiramente novo, marcado pelo alargamento do fosso entre passado (“campo de experiência”) e futuro (“horizonte de expectativa”). Nesse tempo de abertura do futuro, o “progresso” é percebido como um processo contínuo e crescente de aperfeiçoamento tanto material, do espaço urbano da cidade, por exemplo, quanto do espírito, possibilitando a emergência de novas experiências sociais. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

²³⁶ Na narrativa histórica desenvolvida pela “Escola Metódica” ou “Positivista”, por exemplo, os “grandes feitos”, fatos e eventos do passado tomam primazia, senão constituem o próprio motor do saber-fazer historiográfico. Cabe, portanto, ao historiador, promover a reunião e recuperação desse “passado exemplar”.

A produção de discursos organizados em torno dos acontecimentos, das tradições e dos feitos dos grandes personagens do passado não se dá de maneira aleatória, desinteressada, mas parte de lugares sociais específicos²³⁸, e, por vezes, são mobilizados no sentido de inculcar valores e normas de comportamento, além de despertar certa consciência cívica nos cidadãos:

Testemunha e teatro dos gloriosos feitos dos paulistas na luta com os emboabas; berço de Tiradentes, a alma da Inconfidência e o precursor da República; relicário das obras prodigiosas do Aleijadinho, o Quasimodo brasileiro, perpetuadas em suntuosos templos que são maravilhas de artes; pátria de Bárbara Heliadora, tipo em que se encarnam a rigor toda a bondade, toda a energia, toda a sinceridade afetiva e todos os talentos e virtudes da mulher mineira – a linda e velha cidade estaria ao certo destinada a contar entre os seus naturais heróis e poetas, artistas e sábios.²³⁹

Há um grande empenho de indivíduos e de atores coletivos no que tange a preservação de bens materiais e simbólicos relacionados a fatos cívicos, políticos e militares, e, nesse sentido, os monumentos se destinam a perpetuar memória do panteão dos grandes heróis, das personalidades e dos líderes estadistas que compõem o enredo de um “passado exemplar”. Esses atores se colocam então como agentes de memória e constroem “narrativas patrimonializadoras”, isto é, discursos que organizam e ajustam o sentido de um passado, reivindicando junto ao SPHAN a conservação de bens pontuais no espaço público, no caso, aqueles que comunicam personagens, fatos e/ou eventos gloriosos do passado, evocados como “lições” para o presente. Por exemplo, Moacyr Brant, residente em Rua Direita, em Diamantina, requeria a restauração de sua edificação, que já se encontrava em estado avançado de ruína, e argumentava que a conservação do velho sobrado seria também em veneração à memória da família Almeida, na figura de: “Francisco José de Almeida e Silva, meu ascendente, e os seus

²³⁷ DIÁRIO DO COMÉRCIO (de São João del-Rei), de 4 de maio de 1938, nº 50. Matéria: “São João del-Rei”, do editorial.

²³⁸ Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade. FOUCAUT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 8-9.

²³⁹ DIÁRIO DO COMÉRCIO (de São João del-Rei), de 17 de agosto de 1938, nº 130. Matéria: “São João del-Rei”, do editorial.

irmãos Modesto de Almeida, prestigioso chefe liberal e revolucionário de 1842, e a Domingos José de Almeida, fundador da cidade gaúcha de Uruguaiana”²⁴⁰. Em Mariana, o Monsenhor Aypio Odier de Oliveira reivindicava do SPHAN uma justa homenagem ao arcebispo Dom Silvério Gomes Pimenta, através da restauração do edifício situado à Praça Gomes Freire no qual lhe pertenceu: “Naquela casa residiu o saudoso D. Silvério, figura de destaque nacional, durante grande parte da sua vida marianense”²⁴¹. Em outro caso semelhante, os membros da Loja Maçônica Atalaia do Norte, de Diamantina, reivindicavam a restauração da sua sede, alegando que a história daquela edificação estava atrelada à história da própria cidade, que por sua vez comunicava com a História-Pátria:

Partiram desta oficina tradicional os primeiros apelos na guerra contra o caudilho do Paraguai; os primeiros clamores contra a escravidão e maior propaganda republicana, nesta zona saíram da “Atalaia”. Está, pois, situada, como as demais Lojas do Brasil, dentro da história da própria história nacional, dentro da própria Pátria, com ela sofrendo e com ela gozando.²⁴²

Em suma, a conservação patrimonial atende a ideologias específicas, mobilizadas por seus titulares e herdeiros no presente. Determinados indivíduos e grupos reivindicam o status de “patrimônio” a determinados objetos no espaço público como forma também de se projetarem e perpetuarem memórias e identidades nas quais se reconhecem.²⁴³ Trata-se de um processo de monumentalização, isto é, de um enquadramento simbólico do objeto, que deve ser visto e lembrado com distinção, não mais como simples vestígio de uma trajetória pessoal, mas enquanto fato social, identificado como propriedade de uma comunidade ampliada.²⁴⁴ As instituições

²⁴⁰ BRANT, Moacyr Pimenta. Carta, de 1 de dezembro de 1954, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Rua Direita - 1941-91 - antiga rua Tiradentes; Caixa: 158.

²⁴¹ OLIVEIRA, Aypio Odier de. Carta, de 03 de junho de 1959, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN- Seção Rio de Janeiro. Mariana. Série Obras. Pasta: Rua Direita - Caixa 173.

²⁴² OLIVEIRA, Raymundo Dias de; SOARES, José; SILVA, José Pires da. Carta, de 01 de fevereiro de 1951, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Rua da Caridade - 1947-90; Caixa: 155.

²⁴³ ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

²⁴⁴ HEYMANN, Luciana Quillet. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

culturais são convidadas, assim, a “autenticar” o “valor histórico” e a consagrar os bens que agora permanecem sob sua guarda.

Não obstante, nem sempre as políticas culturais estiveram em sintonia com as expectativas e com as demandas locais. Lucio Costa, por exemplo, era contrário, a princípio, ao tombamento de edificações vinculadas a personalidades por julgar que a “preservação desses lugares quase sempre resulta meio falsa e melancólica”²⁴⁵. Pelo jeito, os agentes do Patrimônio estiveram pouco atentos ao poder de “ressonância”²⁴⁶ dos objetos, conferido por seus praticantes. Como se sabe, não são todos os objetos, embora reconhecidos oficialmente pelo Estado, que encontram ressonância junto à população. Aliás, a partir do exame de documentos e fontes, vislumbramos as seguintes situações no campo da preservação do patrimônio: a) objetos que encontram ressonância junto ao Patrimônio e aos cidadãos; b) objetos que encontram ressonância entre os agentes do Patrimônio, mas não entre os cidadãos; c) objetos que encontram ressonância junto aos cidadãos, mas não entre o Patrimônio. Essas situações são, portanto, imprescindíveis para pensar os contornos assumidos pela categoria “patrimônio” e são reveladoras dos valores em jogo, dos consensos adquiridos ou dos conflitos em torno dos objetos que compõe um patrimônio comum.

Cabe sinalizar, ainda, que a construção de um “patrimônio nacional” pautado nas categorias de “excepcionalidade” e “autenticidade” implicou também na eliminação e/ou no não reconhecimento de particularidades locais.

Em carta enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, o então prefeito de Diamantina, José Machado Freire, reclamava que o órgão, cuja finalidade era “zelar pelas coisas do passado”, tinha removido um poste à Rua Direita que remontava ao período de fundação da cidade e que este “patrimônio” deveria ser restituído ao mesmo lugar.

²⁴⁵ COSTA, Lucio. In: PESSOA, José (Org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 161.

²⁴⁶ “Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante.” GREENBLATT, Steven L. apud GONVALVES, José Reginaldo Santos. *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n° 23, 2005, p. 19.

Parte desse documentário são as coisas modestas, simples, porém de significação apreciável. E, em meio dessas pequeninas coisas, está um velho e carcomido poste de madeira, cuja parte superior, gasta pelo tempo, representaria a carranca de um índio, marco primitivo e rude, e nos fala dos primórdios de um longínquo Tijuco... (...) Hoje, infelizmente, naquela encruzilhada, já não mais se encontra, em seu lugar; apenas o poste de cimento armado da iluminação pública. É que, conforme notícias trazidas por diamantinenses ciosos de suas ricas velharias, o Serviço do Patrimônio, sem a audiência da Municipalidade, o transferiu para Belo Horizonte, a capital de nossos dias. (...) Urge a volta daquele marco ao lugar em que foi plantado.²⁴⁷

Em resposta aos questionamentos do prefeito de Diamantina, Rodrigo Melo Franco de Andrade ponderou que a remoção daquele poste foi necessária, tendo em conta exatamente sua preservação. Agora, este poste estaria resguardado enquanto “reliquia”²⁴⁸ de museu, salvaguardado do processo de “perda”.

A retirada do antigo poste de iluminação, esculpido, que se achava localizado na rua Jogo de Bola, nessa cidade, junto ao muro da casa que se diz ter pertencido a Chica da Silva, foi motivada pelo propósito desta repartição de resguardar aquele valioso remanescente dos primitivos postes de luz do Tijuco, evitando que se consumasse a sua completa ruína, exposto mais longamente às intempéries. Colocando, porém, como o foi, na Sede do futuro Museu do Diamante.²⁴⁹

No caso arrolado acima, a lógica da conservação patrimonial coincide com o processo de musealização²⁵⁰, isto é, com o deslocamento do objeto para um local

²⁴⁷ FREIRE, José Machado. Carta, de 24 de outubro de 1948, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Conjunto Tombado 1940-1969; Caixa: 93.

²⁴⁸ “Uma reliquia não tem conexão efetiva com a área em que ela existe, mas é produzida como um ícone para observação de qualquer pessoa que deseje visitá-la. Como outras peças de museu, pode estar no lugar em que foi originada, mas este fato tem pouca importância para a sua natureza, que é como de um significante da diferença. Uma reliquia é como um vestígio da memória despojado de suas estruturas coletivas.” GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony et al. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997, p. 126.

²⁴⁹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício nº 1040, de 23 de novembro de 1948, enviado a José Machado Freire. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Conjunto Tombado (1940-1969), Caixa 93.

²⁵⁰ “Selecionar, reunir, guardar e expor coisas num determinado espaço, projetando-as de um tempo a outro, como objeto de evocar lembranças, exemplificar e inspirar comportamentos, realizar estudos e desenvolver determinadas narrativas parecem constituir as ações que, num primeiro momento estariam nas raízes dessas práticas sociais chamadas, convencionalmente, de museus. As coisas assim selecionadas, reunidas e expostas ao olhar (no sentido metafórico do termo) adquiririam novos significados e funções, anteriormente previstos. Essa inflexão é uma das características marcantes do denominado processo de musealização que, grosso modo, é dispositivo de caráter seletivo e político,

diferente de seu contexto de origem, longe de seus praticantes, com uma consequente “perda” do seu valor de uso cotidiano.

Se o patrimônio é interpretado como repertório fixo de tradições, condensadas em objetos, ele precisa de um palco-depósito que o contenha e o proteja, um palco-vitrine para exibi-lo. O museu é a sede cerimonial do patrimônio, o lugar em que é guardado e celebrado, onde se reproduz o regime semiótico com que os grupos hegemônicos o organizaram. Entrar em um museu não é simplesmente adentrar um edifício e olhar obras, mas também penetrar em um sistema ritualizado de ação social.²⁵¹

Em suma, as ações de patrimonialização, quando não levam em conta a interação homem-meio-objeto, concorrem para o desenraizamento das práticas cotidianas e em nada diferem da violência da objetificação e destruição das singularidades culturais, lançadas no domínio do desuso e da inutilidade, vítimas do arbítrio das escolhas preservacionistas. Nessa perspectiva, seria apropriado retomar o questionamento formulado por Walter Benjamin: “qual o valor de todo nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?”²⁵²

Em Ouro Preto, o ex-prefeito Junqueira Ferreira reclamava de certa intransigência durante as intervenções do SPHAN na cidade. Para ele, a determinação do órgão federal de retirada das grades de proteção da Igreja do Carmo, sem a anuência daquela irmandade, e a ameaça de retirada das grades também da Matriz de Antônio Dias, eram sinais claros de depredação, não de conservação do patrimônio, além de desrespeito às vontades e costumes locais.

Mas bem sei que ao SPHAN (...) interessarão os conceitos estéticos. Suas concepções artísticas são como as ciências herméticas, fechadas para os estranhos, para aqueles que ficam de fora do seu currículo funcional: **fora do SPHAN não há salvação para o nosso patrimônio histórico e artístico.**

impregnado de subjetividades, vinculado a uma intencionalidade representacional e a um jogo de atribuição de valores socioculturais.” CHAGAS, Mário. *A imaginação museal: museu, memória e poder* em Gustavo Barroso, Gilberto Freire e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Minc/IBRAN, 2009, p. 22.

²⁵¹ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias de entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Ed. USP, 2015, p. 169.

²⁵² BENJAMIN, Walter. *Experiência e pobreza* (1933). In: *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114.

(...) A Irmandade de N. S. do Carmo NÃO PEDIU AO SPHAN A RETIRADA DE SUAS GRADES, tanto que se dirigiu ao Presidente da República e ao Arcebispo de Mariana, reclamando contra medida tão violenta, quão predatória. Cumpre, ainda, assinalar o objetivo dessas grades, quando foram colocadas: dada a vizinhança do templo de vias públicas intensamente trafegadas, seu adro a cavaleiro das casas vizinhas era preferido pelos casais amorosos noturnos, para encontros fortuitos; a colocação das grades foi um imperativo de resguardo da casa de Deus das visitas importunas e irreverentes. Pois bem dr. Diretor, por obra e graça desse serviço federal, o adro do Carmo voltará a condição de “rendez-vous”, para afronta dos sentimentos católicos do povo mineiro e desrespeitos às famílias existentes em suas vizinhanças.²⁵³

Na cidade do Serro, os membros da Capela de Nossa Senhora do Rosário reivindicavam a restauração daquele templo religioso e diziam se tratar de uma edificação antiga onde repousava seus entes familiares.²⁵⁴ Contudo, houve uma demora de três anos para que o pedido fosse atendido. Nesse intervalo, os técnicos do SPHAN discutiam se de fato os recursos (técnicos e financeiros) do órgão deveriam dirigir-se àquela capela, por se tratar de edificação destituída de características “excepcionais”:

cumprir esclarecer que a Capela de N. S. do Rosário do Serro está localizada em parte bastante afastada do conjunto urbano e nada possui de realmente valioso, seja arquitetonicamente, seja em guarnições que recomendam atenção maior. Eis porque até esta data não foi reparada.²⁵⁵

Parece que, sob o prisma das estéticas idealistas, não há patrimônio fora dos critérios de autenticidade e de excepcionalidade. O que há é um difícil equilíbrio entre o “nacional” e o “local” no bojo desse projeto de integração e homogeneização das diferenças culturais. Para Lucio Costa, por exemplo, o valor artístico do objeto é determinante para as ações de preservação, e, a rigor, apenas os monumentos de “excepcional valor” devem ser tombados e conservados pelo órgão. Os bens “intermediários”, que não se enquadram na perspectiva da excepcionalidade, seriam

²⁵³ FERREIRA, A. Junqueira. *Jornal Diário da Tarde*, de Belo Horizonte, de 06 de junho de 1959. ACI/IPHAN. Inventário. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto: 1946-1982. Caixa 213; Pasta 01. (grifo nosso).

²⁵⁴ MAGALHÃES, Mário. Carta, de 08 de dezembro de 1958, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Serro. Pasta: Capela de Nossa Senhora do Rosário.

²⁵⁵ VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício 56, de 19 de janeiro de 1959, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN-MG. Serro. Pasta: Capela de Nossa Senhora do Rosário.

então inventariados e permaneceriam sob a guarda dos Estados e municípios, aos quais recairia o ônus da preservação.

Há muito venho repetindo, que é imprescindível desdobrar-se o tombamento em categorias conforme o grau de interesse que a coisa a preservar apresenta: interesse nacional, estadual ou municipal, cumprindo em cada caso o ônus da preservação da coisa tombada primeiramente ao proprietário, em seguida à municipalidade, depois o estado e, finalmente, em última instância, ao governo. Em caso de não ser juridicamente viável semelhante solução, que o Serviço estimule nos vários Estados e cidades a criação de organismos autônomos, sejam eles de iniciativa oficial ou privada, para, devidamente articulados com o SPHAN e por ele orientados, tomarem sob a própria guarda a conservação de todos esses monumentos sob tantos aspectos valiosos mas que, por não apresentarem valor histórico ou artístico verdadeiramente excepcional, não podem “legitimamente” ser protegidos pela legislação atual.²⁵⁶

Desse modo, Lucio Costa reforça uma fronteira que separa o patrimônio “nacional” das esferas de fruição “regional” e “local”, fronteira essa nem sempre verificada na prática, com contornos tão precisos assim. Como pondera Ulpiano Meneses, “é necessário repensar a escala de alcance dos bens culturais (municipal, estadual, federal), quase sempre definidos a partir de critérios jurídico-administrativos ou quantitativos ou segundo apenas a extensão espacial da ocorrência”²⁵⁷. Além disso, as construções elaboradas pelos especialistas do Patrimônio são sempre redesenhadas e apropriadas por seus receptores de maneira criativa. A mobilização de objetos, imagens e símbolos com vistas ao fomento de uma identidade nacional pode colidir com uma pluralidade de representações que não se encaixam plenamente em projetos unificadores. Aliás, é possível questionar se de fato existia um “patrimônio nacional” e se os indivíduos se sentiam integrados a uma “comunidade nacional” através daqueles símbolos preservados. Como destaca Stuart Hall, a construção de uma identidade nacional plenamente unificada é uma fantasia, e, ainda que enquadradas sob um “teto político”, as identidades nacionais são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas.²⁵⁸

²⁵⁶ COSTA, Lucio. In: PESSOA, José (Org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 47.

²⁵⁷ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *I Fórum do Patrimônio Cultural*, vol.1. Ouro Preto, 2009, p. 30.

²⁵⁸ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Como o êxito das políticas de preservação de um patrimônio não está garantido de antemão, consideramos necessário, do ponto de vista dos agentes preservacionistas, levar sempre em conta os usos sociais, as modalidades de apropriação do espaço e as demandas de presente das comunidades, sob o risco dessa política não obter legitimidade e esse patrimônio não adquirir ressonância simbólica entre seus potenciais receptores. Há, portanto, um alto grau de imprevisibilidade nesse processo de constituição e gestão do patrimônio. A mediação de interesses e a negociação entre os agentes sociais locais e o órgão de preservação são, portanto, mais do que recursos disponíveis, são estruturantes das ações de salvaguarda.

Em outra frente de solicitações, as demandas de restaurações de templos religiosos tornaram-se recorrentes ocupando então grande parte do trabalho do corpo técnico do Patrimônio. Nesse sentido, o órgão desempenhou um papel de extremo relevo junto às comunidades, conservando e reabilitando bens dotados de “carisma”²⁵⁹, fundamentais na construção de subjetividades, mas que se encontravam em processos de deterioração e ruína. As notícias de inspeção técnica e de execução de obras de restauração eram recebidas com certo entusiasmo e a entrega do bem restaurado era motivo de festa nas comunidades, já que os objetos poderiam ficar inutilizados por anos.

Apresentamos, nas figuras 17 e 18, etapas do processo de restauração da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, no Serro, templo que se encontrava em precário estado de conservação. A entrega da igreja restaurada foi, portanto, motivo de intensa comemoração entre os serranos.

²⁵⁹ Referimo-nos aos objetos que encontram ressonância junto à vida cotidiana da população, que mexem com o corpo e com a alma dos indivíduos e que desempenham uma mediação simbólica entre o tempo passado, o presente e o futuro. GONÇALVES, José Reginaldo. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Iphan 2007.



Figura 17: Igreja de Nossa Senhora do Carmo (perspectiva lateral) - 1954. In: CDI/IPHAN-MG. Serro. Pasta: Igreja N. S. Carmo 1953-54 - Fotos



Figura 18: Igreja de Nossa Senhora do Carmo (perspectiva frontal) - 1954. In: CDI/IPHAN-MG. Serro. Pasta: Igreja N. S. Carmo 1953-54 - Fotos

O atendimento dessa demanda servia também para estreitar as redes de relações e as alianças entre Patrimônio e atores locais, ou, em última instância, para dirimir conflitos. Nessa perspectiva, o editorial do jornal *A Estrela Polar* (jornal tradicional católico da Arquidiocese de Diamantina) fazia uma avaliação positiva do “Patrimônio Histórico”, já que o órgão vinha prestando relevantes serviços em Diamantina e no Serro.

A esse Departamento muita injustiça se tem feito, em consequência de incompreensões muitas vezes pouco justificáveis. **Não negamos certas intransigências um tanto descabidas e meio caturras. Todavia, se for levantar balanço dos prós e dos contras, o Patrimônio Histórico tem feito muito mais bem do que mal. Não merece positivamente a alcunha de “Matrimônio Histérico”** que certo satírico diamantinense lhe pespegou... Em nossa cidade, por exemplo, o Serviço tem prestado muitos e relevantes serviços às nossas tradições e aos nossos monumentos. O Mercado, a casa do Padre Rolim, outras construções típicas do velho Tejuco, nossas igrejas antigas, tudo tem recebido a visita dos emissários e dos trabalhadores do dr. Rodrigo. (...) Também na vizinha cidade do Serro o Patrimônio tem trabalhado muito. A casa onde nasceram os Otonis, a Matriz e a igreja do Matozinhos já foram reparadas.²⁶⁰

Não obstante, havia pressões, sobretudo de atores coletivos em canais da imprensa, quando as solicitações de restauração dos templos religiosos não eram atendidas ou priorizadas pelo órgão conforme o esperado. Essas pressões são também reveladoras da relação sensível e da percepção que os habitantes têm do lugar²⁶¹ e dos objetos que compõem o seu memorial.

A velha cidade de Mariana, hoje considerada “Monumento Histórico Nacional”, não tem o mínimo de consideração por parte do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. As igrejas de São Pedro, São Francisco de Assis e algumas casas particulares tombadas pelo referido serviço federal, estão atestando a incúria e capacidade do SPHAN.

A população de Mariana, revoltada, vai dirigir uma mensagem, já com 500 assinaturas, ao governo federal, solicitando providências urgentes, a fim de que o Patrimônio local cumpra o seu dever, na conservação da velha cidade, hoje completamente abandonada pelo tão decantado Serviço do Patrimônio Histórico.²⁶²

De certo modo, em todas as localidades mineiras que tiveram seus conjuntos urbanos tombados encontramos apelos dirigidos ao SPHAN, exigindo que este órgão

²⁶⁰ A ESTRELA POLAR (de Diamantina), de 03 de agosto de 1943. Matéria: Um apelo ao Patrimônio Histórico. ACI/IPHAN-Seção Rio de Janeiro. Serro. Série Obras. Casas - Rua Doutor Andrade; Caixa: 304; Pasta: 1280. Grifo nosso.

²⁶¹ A noção de lugar que utilizamos aqui refere-se a demarcação física e/ou simbólica do espaço através de relações sociais de uso e apropriação que o qualificam, provocando nos grupos e indivíduos que desse processo participam o sentido de territorialidade – dimensão simbólico-afetiva da relação com o território. Segundo Marc Augé, os lugares apresentam pelo menos as seguintes características: são identitários, relacionais e históricos. AUGÉ, Marc. *Não-lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Ed. Papirus, 1994.

²⁶² DIÁRIO DE MINAS (de Belo Horizonte), de 04 de junho de 1966. Matéria: A cidade reclama: SPHAN abandonou a cidade. ACI/IPHAN-Seção Rio de Janeiro. Mariana. Série Obras. Pasta: Conjunto Arquitetônico; Caixa: 207; Pasta: 608.

arcasse com a contrapartida da preservação, seja de bens particulares, seja de bens públicos, com um maior apelo no caso de monumentos vinculados a rituais cívicos, a fatos e personagens da história política e a devoção religiosa.

Havia também as situações mais delicadas que concorriam para agravar o estado de conservação das construções. Em Tiradentes, por exemplo, um tema recorrente na imprensa era de que a cidade se encontrava em ruínas, “abandonada” pelos poderes públicos: “E a cidade tem agora um triste aspecto de abandono, de marasmo, de perecimento. No entanto, merecia outro destino, em razão do lugar de destaque que ocupa em algumas das páginas épicas da história mineira”²⁶³. Os relatos sinalizam que Tiradentes, assim como Ouro Preto logo após a transferência da capital de Minas Gerais a Belo Horizonte, esteve esvaziada economicamente ao longo da primeira metade do século XX, de modo que já não respondia mais à dinâmica da estrutura produtiva nacional como nos séculos anteriores. Em consequência do declínio econômico de Tiradentes, houve também um fluxo migratório de parte de sua população rumo a outras cidades, em busca de melhores colocações de emprego. Além disso, seu casario esteve desvalorizado, de modo que verificou-se na cidade a prática de desmonte de casarões centenários para a venda e utilização de seus materiais em outros locais.

A cidade se desmancha e com ela desaparece o passado. Realmente, a cidade está sendo desmanchada. Construídos com bons materiais daqueles tempos, seus prédios estão sendo desmontados até os alicerces e transportados para outros pontos onde telhas, tijolos e pedras vão servir a novos e modernos edifícios. Para essas coisas temos um Serviço de Patrimônio Histórico. A ele caberia zelar pela cidade de Tiradentes.²⁶⁴

Tiradentes vem sofrendo um verdadeiro desmonte de seus prédios, cujos materiais são transportados para outras cidades, para novas construções. Assim, muitos edifícios têm sido levantados em São João del-Rei.²⁶⁵

²⁶³ ESTADO DE MINAS (de Belo Horizonte), de 06 de março de 1947. Matéria: Uma cidade que se desmancha. ACI/IPHAN-Seção Rio de Janeiro. São João del-Rei. Inventário. Pasta: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del-Rei; Caixa: 129.

²⁶⁴ DIÁRIO DE NOTÍCIAS (do Rio de Janeiro), de 29 de outubro de 1950. Matéria: Uma cidade marcha para a morte. In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Tiradentes. Inventário. Pasta: 03; Caixa: 269.

²⁶⁵ A NOITE (do Rio de Janeiro), de 13 de abril de 1962. Matéria: A cidade precisa ser preservada. In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Tiradentes. Inventário. Pasta: 03; Caixa: 269.

Tendo em vista o cenário de decadência daquela cidade, reivindicava-se uma intervenção restauradora em caráter emergencial nos seus “monumentos de alto valor”:

O povo tiradentino dirige um apelo ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no sentido de amparar as principais obras históricas da cidade, como sejam os templos religiosos, a casa de “Tiradentes”, o Fórum Municipal, o chafariz colonial, notável obra construída em 1749 e outros monumentos de alto valor.²⁶⁶

Em Ouro Preto, após as fortes chuvas ocorridas no verão de 1949 e suas consequências danosas sobre a estrutura das edificações, houve uma intensa mobilização na imprensa, sobretudo, de intelectuais, artistas, políticos, empresários e associações particulares, em favor da preservação do casario da “cidade-monumento”. Tal campanha adquiriu projeção nacional, colocando na ordem do dia a necessidade de intervenção emergencial e recuperação dos imóveis atingidos.²⁶⁷ O protagonismo destes seguimentos da sociedade civil decorreu principalmente em virtude da consciência das limitações orçamentárias nas quais o Serviço do Patrimônio e a Prefeitura Municipal estavam submetidos, bem como da impossibilidade financeira dos proprietários na restauração dos imóveis.

De Minas nos chegam notícias assustadoras informando que a cidade monumento de Ouro Preto está aos poucos indo abaixo, que cerca de duzentas das suas casas mais antigas e mais preciosas estão em franco caminho da ruína. A dotação que a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional recebe para cuidar da Minas inteira, com seu acúmulo prodigioso de tesouros de arte colonial, é de apenas trezentos e poucos contos. E assim, forçado a acudir ao mais necessitado e ao mais valioso, o Patrimônio não tem onde arranjar recursos para valer os sobradões de Ouro Preto, que se vão lentamente transformando em taperas, até chegarem à derrocada final, que parece próxima. (...) Ouro Preto é o único caso no Brasil, de preservação quase integral do velho cenário setecentista: e Ouro Preto é, principalmente, a cidade da Inconfidência. O vulto dos inconfidentes lhe povoa as ruas e as casas como se ainda estivessem todos ali vivos e presentes. (...) Homens ricos deste país, auxiliem Ouro Preto. Não deixem cair por terra a cidade monumento: já que o governo não dispõe de dinheiro para salvar a antiga capital do ouro, salvem-na os particulares, que poderão realizar obra

²⁶⁶ ESTADO DE MINAS (de Belo Horizonte), de 1 de fevereiro de 1944. Matéria: Tiradentes. ACI/IPHAN-Seção Rio de Janeiro. Inventário. Pasta: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes; Caixa: 269.

²⁶⁷ Para uma explanação mais detalhada sobre a campanha em benefício de Ouro Preto, ver: SORGINE, Juliana. “*Salvemos Ouro Preto*”: a campanha em benefício de Ouro Preto – 1949-1950. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.

extraordinariamente meritória com pouquíssimo dispêndio. Quem quer que se interesse por arte, não pode ver sem remorsos cair em ruína a cidade do Aleijadinho.²⁶⁸

Assim como Raquel de Queiroz no apelo acima, Manuel Bandeira, aproveitando o ensejo das comemorações do 7 de setembro, publicou um poema intitulado: “Minha Gente, Salvemos Ouro Preto”, convocando os homens e as mulheres ricas do país a colaborar com a causa da preservação, em benefício não somente de monumentos, edificações públicas e igrejas de Ouro Preto, mas também do casario, ou seja, do acervo vernacular abalado.

Ouro Preto são também os casebres de taipa de sapapo
Aguentando-se uns aos outros ladeira abaixo,
O casario do Vira-saia,
Que está vira-não-vira enxurro,
E é a isso que precisamos acudir urgentemente!²⁶⁹

Além das doações de pessoas físicas e de empresas, uma das estratégias de arrecadação utilizadas foi a elaboração de vinhetas postais, em parceria com o Departamento de Correios e Telégrafos, contendo imagens da paisagem de Ouro Preto, e a organização de um leilão de objetos artísticos na capital federal. As arrecadações seriam então inteiramente revertidas na realização de obras emergenciais em favor da conservação do casario de Ouro Preto.

A mobilização na imprensa colocou a questão da preservação na ordem do dia, e requereu um posicionamento mais imediato do Patrimônio. Como se sabe, os jornais são importantes ferramentas nas mãos dos grupos de pressão, que contribuem, entre outras coisas, para estimular a imaginação coletiva, modelar comportamentos e influenciar a opinião pública.²⁷⁰ No caso, os agentes do SPHAN foram compelidos a

²⁶⁸ QUEIROZ, Raquel de. *Jornal Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, de 04 de agosto de 1949. In: ACI/IPHAN-Seção Rio de Janeiro. Inventário. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto. Caixa 213; Pasta 01.

²⁶⁹ BANDEIRA, Manuel. *Jornal Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, de 7 de setembro de 1949. ACI/IPHAN. Inventário. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto. Caixa 213; Pasta 01.

²⁷⁰ CANCLINI, Néstor García. *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. Opinião Pública*, Campinas, Vol. 8, nº 1, 2002.

exercer seu poder de réplica publicamente, tendo então que explicitar seus procedimentos e critérios adotados, seja no sentido de destacar os serviços prestados na defesa do “patrimônio histórico e artístico nacional”, seja no sentido de rebater os questionamentos de que as cidades se encontram “abandonadas” pelo órgão. De qualquer forma, a emergência dessas situações de debate, seguida de réplica e tréplica, em torno da preservação de um “patrimônio legítimo”, trazia à tona os distintos valores e significados atribuídos a um mesmo objeto ou a uma mesma cidade, colocando também em evidência conflitos endêmicos ao campo do patrimônio.²⁷¹

Em suma, procuramos, neste capítulo, perscrutar o processo de interiorização e estruturação das bases do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no âmbito das municipalidades mineiras que tiveram seus conjuntos urbanos tombados em 1938. Enfocamos as dificuldades enfrentadas pelo Patrimônio no processo de implementação e condução das normas e diretrizes de preservação desses sítios. Abordamos, ainda, os pedidos de reformas de residências formulados pelos moradores e encaminhados ao Patrimônio e analisamos o modo como o órgão administrou esses pedidos, assim como as escolhas adotadas, diante da escassez financeira, material e técnica para atender as demandas crescentes que reclamavam por auxílio. Vimos também que as decisões de intervenção e gestão dos bens patrimoniais dos conjuntos urbanos tombados foram tomadas, muitas vezes, de “cima para baixo”, ou seja, pensadas no âmbito do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e implementadas nas municipalidades, sem a devida participação, abertura ou incorporação das demandas de setores da sociedade civil e política locais. O “patrimônio nacional” se apresenta como coletivo, mas na prática sua configuração reporta-se a um grupo restrito de técnicos que nem sempre estiveram atentos aos usos, interpretações e modalidades de apropriação tecidas sobre o mesmo. Como consequência, em muitos casos, as ações de preservação foram recebidas com estranheza e com resistência pelos habitantes locais. No próximo capítulo, daremos prosseguimento às dificuldades enfrentadas pelo Patrimônio no âmbito das municipalidades mineiras que tiveram seus conjuntos urbanos tombados, e apresentaremos as principais infrações, as desobediências e as transgressões às normas de preservação nessas localidades.

²⁷¹ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Revista Projeto História*, SP, n. 17, 1998.

CAPÍTULO III

TENSÕES E CONFLITOS NA GESTÃO DOS CONJUNTOS URBANOS MINEIROS TOMBADOS

Quando deslindamos o funcionamento administrativo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando percorremos sua lida diária e, principalmente, quando observamos mais detidamente as ações de conservação e restauro voltadas aos conjuntos urbanos mineiros tombados, percebemos que o órgão acumulou um histórico de conflitos ao encampar uma política de preservação do “patrimônio histórico e artístico nacional”. Como se sabe, nem sempre as políticas públicas empreendidas pelo Estado estão em sintonia com as demandas e expectativas de setores da sociedade civil e da sociedade política locais, e este descompasso pode se acentuar à medida que são formuladas sem a devida consulta e participação desses setores. Tais políticas públicas, ainda que acompanhadas de um conjunto de ações que visam determinados objetivos práticos, não têm sucesso garantido, de antemão, já que são sempre decodificadas, apropriadas e adaptadas a situações específicas pelos seus potenciais receptores. Nessa perspectiva, procuramos perscrutar as situações de conflito entre o Patrimônio e os setores da sociedade civil e da sociedade política locais, ocorridas durante o processo de implementação e condução das ações de preservação dos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos mineiros tombados em 1938. Os “ritos de instituição” do “patrimônio nacional” obtiveram legitimidade e adesão junto aos cidadãos locais? Qual o impacto do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de uma cidade para seus habitantes? Para quê ou para quem interessaria a sua preservação? Os conflitos exigiram do órgão um posicionamento oficial, ou seja, uma explicitação de seus valores, decisões, posturas e etc., bem como o desenvolvimento de estratégias próprias de equacionamento das partes discordantes. De súbito, o SPHAN, enquanto agência de nomeação e consagração dos grandes símbolos de referência culturais, viu-se na contingência de lidar com outras representações e formas de apropriação e uso do patrimônio, que ora se engajavam na sua preservação, ora na sua contestação. Como o Patrimônio respondeu às situações de contestação, resistência e transgressão das normas

de preservação desses conjuntos urbanos? Os conflitos colocam em questão o problema da autoridade, da subordinação e da legitimidade das regras. No caso em tela, os conflitos são caros ao nosso trabalho porque entendemos que eles colocam em questão o próprio “patrimônio”, ocasião não menos importante para pensá-lo.

3.1. Infrações às Normas de Preservação

Quando lançamos um olhar sobre o funcionamento administrativo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através do exame de memorandos, circulares, notas de informação, cartas, relatórios, laudos técnicos, pareceres de obras etc., produzidos durante o expediente da repartição federal, percebemos que um dos maiores desafios no processo de interiorização do Patrimônio (movimento de legitimação e implantação das bases do SPHAN no âmbito das municipalidades que tiveram seus conjuntos urbanos tombados) se refere à aplicabilidade do decreto-lei nº 25/1937, que dispõe sobre o tombamento²⁷² e sobre as formas de acautelamento dos bens incorporados ao “patrimônio nacional”. Este dispositivo legal deveria então ultrapassar sua dimensão de registro cartorial²⁷³ e ser, de fato, incorporado às práticas cotidianas de agenciamento do espaço urbano. Evidentemente, as leis têm um papel regulador das práticas sociais, ou seja, ao traçar as normas permissivas e as sanções para as transgressões, pretende balizar a conduta das pessoas. Contudo, a “força da lei” não advém da noite para o dia, automaticamente, após sua promulgação. Há sempre um equilíbrio sutil entre a eficiência do instrumento utilizado e a sua aceitabilidade simbólica. Além disso, as normas são sempre mediadas, interpretadas e adaptadas conforme situações específicas.

²⁷² “Tombar” ou “inventariar” significa que os bens “excepcionais” integrantes do patrimônio histórico e artístico nacional serão objetos de proteção via inscrição em um dos quatro Livros do Tombo: Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas-Artes; Livro do Tombo das Belas Artes Aplicadas.

²⁷³ “Cumprir acentuar que o tombamento constituirá apenas um registro, uma intervenção amistosa e esclarecedora no sentido de inculcar e despertar o sentimento de conservar e de apreço do que evidentemente se afigurar digno de integrar o patrimônio da história e arte do país.” ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Diário da Noite (do Rio de Janeiro), de 19 de maio de 1936. In: *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória, 1987, p. 25.

A coisa tombada, ainda que pertença a algum titular, passa a ser juridicamente tutelada pela União. Trata-se de uma intervenção administrativa na propriedade privada (sem, no entanto, promover a desapropriação ou impedir sua alienabilidade), que ficará condicionada à sua função social.²⁷⁴ A preservação põe em questão a complexa relação entre “público” e “privado” e a necessidade de algum grau de ajustamento entre “interesse individual” do proprietário e “interesse coletivo”. O proprietário de imóvel tombado, por exemplo, sofre consideráveis limitações em seu poder sobre a propriedade e conseqüentemente em seu “direito de construir”, dependendo sempre de autorização do órgão competente nos casos de reformas, reparos e possíveis alterações, sendo vedada qualquer iniciativa de destruição, demolição ou mutilação do imóvel, conforme versa o artigo 17 do decreto-lei nº 25/1937. Incumbe-lhe, portanto, o dever de zelo e a garantia de salvaguarda da estrutura física do bem edificado.

O tombamento é um momento de consagração oficial do objeto no espaço público. O objeto passa por uma triagem que o diferencia dos demais no conjunto em que se encontrava. Esse objeto transcende então sua existência comum, do “anonimato cotidiano”, e adquire um novo estatuto simbólico pelo qual deve agora ser visto e lembrado.²⁷⁵ Através desse instrumento, o objeto recebe uma designação legal, isto é, uma inscrição em um dos Livros do Tombo, e uma chancela do Estado se comprometendo com o ônus da sua proteção.

No caso do tombamento de conjuntos urbanos inteiros²⁷⁶, fato até então sem precedentes a nível mundial, este ônus foi ainda maior, já que demandou esforços específicos do Patrimônio, conforme a realidade social e espacial dos lugares, como, por exemplo, a presença diária de seus técnicos, no intuito de fazer valer as normas formais de preservação do patrimônio edificado das “cidades-monumento”.

Com os tombamentos dos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de São João del-Rei, Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro e Tiradentes, realizados no ano de

²⁷⁴ RABELLO, Sônia. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

²⁷⁵ RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan, nº 24, 1996.

²⁷⁶ “Com o objetivo de preservar-lhes a feição genuína e homogênea, têm sido tombados em massa e inscritos agrupadamente nos Livros do Tombo os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de cidades inteiras, que se consideram cidades-monumentos.” ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p. 68.

1938, estas cidades como um todo tornaram-se objeto de preservação, incluindo seu casario, logradouros, ruas, praças, em suma, toda sua superfície terrestre esteve passível de conservação, fiscalização e gestão pelo Patrimônio.

Quando indagado pelo juiz da Comarca de Mariana acerca das áreas e zonas específicas destinadas à preservação, Sylvio de Vasconcelos esclareceu que na prática a cidade como um todo era alvo das ações de proteção do órgão:

Cumpra esclarecer que a cidade de Mariana é considerada em seu conjunto monumento nacional para os efeitos do decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 em virtude de sua inscrição no Livro do Tombo de Belas Artes fls. 12 nº 62 datada de 14/5/1938. (...) Tratando-se de conjunto urbano considerado em sua totalidade e compreendido também como “sítio e paisagem” objeto do § 2º do artigo 1º do decreto-lei nº 25 já citado, não há delimitação específica de área dimensionada que o defina, abrangendo o tombamento todo o trecho havido como urbanizado, excluído apenas os terrenos rurais possivelmente existentes no Distrito sede do Município.²⁷⁷

Apresentamos, na figura 19, um mapa anexado junto ao processo de tombamento de Mariana, elaborado provavelmente por um técnico do Patrimônio, contendo praças, ruas, logradouros e monumentos da cidade. Nesta projeção cartográfica, a cidade é esquadrihada, a partir de seus elementos espaciais, enquanto zona de interesse de preservação.

²⁷⁷ VASCONCELOS, Sylvio. Ofício nº 408, de 21 de agosto de 1961, enviado ao juiz de direito da Comarca de Mariana. CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Conjunto Urbano 1940-1991.

O Serviço do Patrimônio esteve preocupado principalmente com a ambiência dos conjuntos urbanos, de modo que predominasse uma perspectiva de uniformidade, homogeneidade e coesão em sua paisagem. Interessava, especialmente, a manutenção e a promoção do estilo e da estética colonial como expressão espacial da própria perenidade da nação ao longo do tempo. Esses sítios urbanos deveriam, então, permanecer resguardados do risco de “descaracterização”, já que evocavam, através de suas formas concretas e visíveis, as raízes do “ser nacional”.

O processo do tombamento de extensos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, como o que foi feito em relação a algumas cidades mineiras, na verdade não está fixado na lei. Em tais casos, este Serviço tem aplicado, por analogia, o disposto no art. 5º do citado Decreto-lei e isso em virtude das duas considerações seguintes: 1) O que constitui monumento, pelo seu excepcional valor histórico e artístico, nos aludidos casos, não é nenhum dos edifícios considerado em si mesmo, isoladamente, mas a sua coexistência, a sua conservação em conjunto, formando um todo que, por isso mesmo, assume feição urbanística e arquitetônica de valor inestimável, tanto do ponto de vista puramente histórico, como do histórico-artístico. (...) 2) Não há dúvida que, para a conservação do aspecto tradicional do todo, é mister que se respeite e conserve o aspecto de cada uma de suas partes. Mas os objetivos que este Serviço tem em vista e constituem a sua própria finalidade, podem ser plenamente alcançados através da ação das Prefeituras locais, às quais cabe, irrecusavelmente, o direito de ditar normas à execução das obras de construção, reconstrução e reparação, e especialmente a censura.²⁷⁹

Consideramos se tratar da espacialização de um projeto político que, ao tomar os sítios urbanos mineiros como laboratório cívico, ao forjar um ambiente e uma estética, interfere decisivamente nas formas de uso e apropriação do espaço urbano das cidades. Como adverte Henri Lefebvre, qualquer planejamento, representação ou projeto de intervenção do espaço é, sobretudo, uma redução da realidade conforme a ótica e a percepção de seus idealizadores. “O espaço não é apenas organizado e instituído. Ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia.”²⁸⁰

²⁷⁹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Ofício, de 17 de setembro de 1941, enviado a João Brandão Costa (técnico local do Patrimônio em Diamantina). ACI/IPHAN-Seção Rio de Janeiro. Pasta: Tombamento Conjunto Arquitetônico de Diamantina - Processo 64-T-38.

²⁸⁰ LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 82.

A proteção corre o risco de corresponder a uma “parada no tempo” ao fixar ortodoxias de uso e ocupação do território, ao promover um enquadramento simbólico dos objetos, acontecimentos e “lugares de memória”, transformando-os em “imagens petrificadas” do passado.²⁸¹

A imposição das normas de uso dos objetos que até então não eram reconhecidos como “patrimônio” gerou estranhamentos e em muitas ocasiões foi percebida como arbitrária, seja pelos gestores de obras públicas, como prefeitos e vereadores, seja por segmentos do poder eclesiástico, seja por empreendedores urbanos diretamente envolvidos em atividades de produção, planificação e transformação do espaço urbano com vistas ao mercado imobiliário, seja pelos cidadãos que tiveram suas residências incorporadas aos domínios do “patrimônio histórico e artístico nacional” e agora sofriam restrições legais em seu “direito de construir”.

Na avaliação da União Operária de Diamantina, por exemplo, as medidas de preservação praticadas pelo Patrimônio na cidade não passavam de um “abuso burocrático” que deixaria a classe trabalhadora “sem pão à espera de qualquer decisão desse Serviço”. Em tom conciliador, Rodrigo Melo Franco de Andrade ponderou que, em cumprimento das diretrizes do decreto-lei nº 25/1937, havia necessidade de fiscalização permanente com o objetivo de manter a “feição tradicional” da cidade e impedir que seja “desfigurada a sua fisionomia”, em consequência de obras públicas ou particulares mal orientadas.²⁸² Para o diretor-geral do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cabia exatamente ao órgão apresentar soluções técnicas que compatibilizassem o desenvolvimento da cidade com a preservação da sua paisagem urbana. “O que não podemos aceitar é a destruição inútil do patrimônio de arte e de história dessa venerada cidade, por motivo da preferência injustificável que tenham alguns proprietários pelas modas de arquitetura importadas de outros meios.”²⁸³ Contudo, esses esforços de manutenção de uma ambiência urbana não conseguiram

²⁸¹ JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do Social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990, p. 54.

²⁸² ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício, de 17 de outubro de 1941, enviado ao prefeito de Diamantina em resposta às queixas levantadas pela União Operária de Diamantina. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras: Centro Histórico; Caixa 105, Pasta 478.

²⁸³ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício, de 01 de abril de 1942, enviado ao então prefeito de Diamantina, Luiz Kubitschek de Figueiredo. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras: Centro Histórico; Caixa 105, Pasta 478.

encobrir as percepções ou mesmo a emergência de um imaginário coletivo nas cidades tombadas de que a preservação representaria o próprio entrave deste desenvolvimento:

Que se conservem as construções históricas e antigas, nada mais louvável, e assim procede um povo culto e civilizado; mas, sua exigência descabida, fora de propósito, é demais! A intransigência do Patrimônio Nacional nas cidades tombadas deveria também não consentir a iluminação elétrica, as fábricas, moinhos e motores a eletricidade; deveríamos voltar ao pilão, às gangorras, à iluminação a azeite fumarento, ou ao querosene, ao transporte pelos carros de boi, às carroças, etc., etc.²⁸⁴

Na passagem acima, o jornal *A Voz de Diamantina*, um semanário católico pertencente à *Associação do Pão de Santo Antônio*, traz à tona esse embate entre a aplicação de uma política de patrimônio e o desejo cidadão de experimentação das possibilidades do progresso e da modernidade. Cabe mencionar que Diamantina experimentou um surto modernizador importante, sobretudo no final do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX, em função da acumulação de capitais provenientes da atividade mineradora e das atividades de abastecimento, sendo considerada, por exemplo, como o “grande empório do Norte”, dada a sua localização estratégica e papel desempenhado como centro polarizador do Norte de Minas. Como decorrência, uma das primeiras marcas da diversificação das suas atividades produtivas foi a instalação de indústrias tradicionais, principalmente aquelas ligadas às atividades têxteis. Outro fator de progresso econômico da cidade foi a chegada do ramal ferroviário da Estrada de Ferro Central do Brasil, ligando Diamantina a Belo Horizonte, em 1914.²⁸⁵

De acordo com Alcides da Rocha Miranda, arquiteto do SPHAN responsável pelas primeiras intervenções em edificações no Estado de Minas Gerais, havia, em muitos casos, uma recepção negativa das normas formais de preservação exigidas pelo órgão. Em Diamantina, por exemplo, este técnico constatou um clima hostil ao Patrimônio. Nas suas palavras, os embargos de obras públicas e particulares têm “sido motivo para que considerem exclusivamente pernicioso à Diamantina a presença deste

²⁸⁴ A VOZ DE DIAMANTINA (Diamantina), de 10 de maio de 1942. Matéria: Praça de Esporte (do editorial). ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras: Casas; Caixa 105, Pastas 479 e 480.

²⁸⁵ MARTINS, Marcos Lobato. A presença da fábrica no grande empório do Norte. In: *Anais do Seminário sobre a economia mineira*, v.1, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000.

Serviço que, no dizer deles, além de nada fazem em proveito da cidade, ainda retarda na solução dos assuntos com prejuízos para seus proprietários”²⁸⁶.

Com o território sob a égide da fiscalização patrimonial, os agenciamentos espaciais que não se enquadrassem no imperativo da preservação eram passíveis de sanções. Além do dispositivo do decreto-lei nº 25/1937, foi introduzido no Código Penal de 1940, por meio dos artigos 165 e 166, as sanções para os “crimes de danos” contra as edificações do “patrimônio nacional”, prevendo inclusive pena de detenção. Buscava-se através do anteparo legal a regulação do fenômeno de crescimento urbano dos centros históricos, coibindo, sobretudo, a introdução de novas edificações mais altas e mais volumosas que as originais nesses núcleos formadores das cidades. Ainda que as penalizações tivessem algum efeito coercitivo, na prática, os técnicos do Patrimônio, esperando um cumprimento gradual das normas formais de preservação, recorriam à via da negociação, de forma a evitar maiores desgastes, seja do bem tombado, seja da própria imagem do órgão, com a judicialização dos casos.²⁸⁷ A negociação emerge, portanto, como mecanismo de contenção e de autorregulação dos “atos infracionais”.

Durante a reforma de sua residência à Rua do Rosário, o então prefeito de Diamantina, José Machado Freire, pintou as paredes da sua fachada com óleo amarelo, entrando em choque com as recomendações expressas pelo Patrimônio. Em regra, a caiação aplicada nas fachadas deveria ser branca, fosca ou em cores preferencialmente claras que não trouxessem brilho ou “perturbassem” a impressão harmônica do conjunto. Como consequência, o técnico local do Patrimônio, João Brandão Costa, solicitou ao chefe do 3º Distrito “entrar em entendimento” com o prefeito, senão tanto as diretrizes de preservação, quanto a própria autoridade do órgão estariam comprometidas na cidade.

²⁸⁶ MIRANDA, Alcides da Rocha. Ofício, de 25 de abril de 1940, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras: Casas/Rua Bonfim; Caixa 111; Pasta 502.

²⁸⁷ Como dissemos, há sempre uma mediação entre a lei e a sua aplicação, estabelecida por agentes concretos que avaliam as situações e desenvolvem estratégias no intuito de maximizar seus ganhos. “As políticas públicas também são perceptíveis e ou codificadas por meio de um conjunto de leis, decretos e outros documentos que regulam a ação do Estado. Embora as políticas e as ações estatais nem sempre estejam completamente previstas ou regulamentadas em lei, esta é sempre o limite máximo, a instância que prevê os parâmetros gerais dentro dos quais deve se dar a decisão ou a tomada de decisão.” SANT’ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Salvador: UFBA, 1995. Dissertação, Faculdade de Arquitetura, 1995, p. 37.

Venho, por isso mesmo, pedir-lhe o obséquio e comunicar o fato ao Exmo. Sr. Diretor Geral, pedindo-lhe uma providência que ponha termo a iniciativa desse caráter do sr. Prefeito José Machado Freire, pois, **de outra forma, e como é facilmente compreensível, esta repartição cairá aqui no desprestígio e na desmoralização, sendo impossível, daqui por diante, proibir aos proprietários de casas a renovação do óleo das fachadas, já que o exemplo parte da mais alta autoridade administrativa da cidade.** Aliás, o exemplo vem despertando escândalo na cidade.²⁸⁸

Mediando a situação, Sylvio de Vasconcelos apelou ao prefeito José Machado Freire a adequação da pintura de sua residência, se comprometendo em arcar com as despesas provenientes do conserto.²⁸⁹ Além do emprego de pintura a óleo em cores vibrantes, o técnico local do Patrimônio, em seu percurso sobre a extensão do conjunto urbano, se deparava frequentemente com outros “atos infracionais”, tais como: substituição de portas de madeira por portas de ferro (principalmente em estabelecimentos comerciais), substituição de janelas de “guilhotina” por janelas de vidro (modelo basculante), substituição de telhadas tipo “colonial” ou “canal” por outros modelos (“eternit” ou coberturas metálicas), colocação de “barrados” (faixas inferiores, geralmente em lâminas de madeira ou arenito nas paredes das fachadas), realização de remendos e pequenos consertos sem autorização prévia e etc. Tais atos requeriam dos agentes preservacionistas uma delicada negociação e um ajustamento entre as partes conflitantes, já que as decisões tomadas pelo sistema de regulação em vigor implicavam tanto o nível técnico e artístico, quanto o plano político e interpretativo:

Em dezenas de casos, a derrubada de uma platibanda em Diamantina, o balanço maior de um beiral reconstruído aqui e ali, a eliminação de uma cimalha ou sobreverga, a recomposição de uma abóboda incendiada, a obrigação de cair de branco e a proibição da pintura brilhante do óleo, o menosprezo do colorido mestiço, o embranquecimento português de Parati, a escolha da camada histórica a ser conservada – temos decisões que importam em pelo menos dois níveis: um, predominantemente técnico ou artístico, e outro, histórico ou interpretativo, diretamente ligado ao sistema ideológico em ação.²⁹⁰

²⁸⁸ COSTA, João Brandão. Ofício nº 217, de 09 de dezembro de 1947, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Diamantina: Rua do Rosário; Caixa 177. (Grifo nosso).

²⁸⁹ VASCONCELOS, Sylvio. Carta, de 10 de dezembro de 1947, enviada ao prefeito José Machado Freire. CDI/IPHAN/MG. Diamantina: Rua do Rosário; Caixa 177.

Devido à própria característica das construções dos núcleos tombados, em grande parte compostas de materiais como pedra, pau-a-pique e madeira, e do estado de degradação desses materiais, elas precisavam ser constantemente reparadas e, nesse processo, seus proprietários por vezes introduziam modificações nas suas fachadas. Cabe destacar que as normas formais de preservação nem sempre foram suficientes para captar a complexidade do fenômeno urbano. Fatos novos ocorriam no universo das práticas de agenciamento do espaço, e então tais normas tiveram que se adaptar às situações imprevistas.

Apresentamos, nas figuras 20 e 21, dois croquis submetidos ao 3º Distrito do SPHAN, pleiteando modificações na estrutura da fachada das residências, ambas situadas em Diamantina, em virtude da construção de garagem para automóvel. No primeiro caso, houve inclusive alargamento do pavimento térreo para adaptação da edificação à demanda do proprietário.

²⁹⁰ CAMPOFIORITO, Ítalo. Muda o mundo do patrimônio: notas para um balanço crítico. In: http://www.ivt-rj.net/museus_patri/antariores/mac/artigo.htm (acessado em 21/05/215).

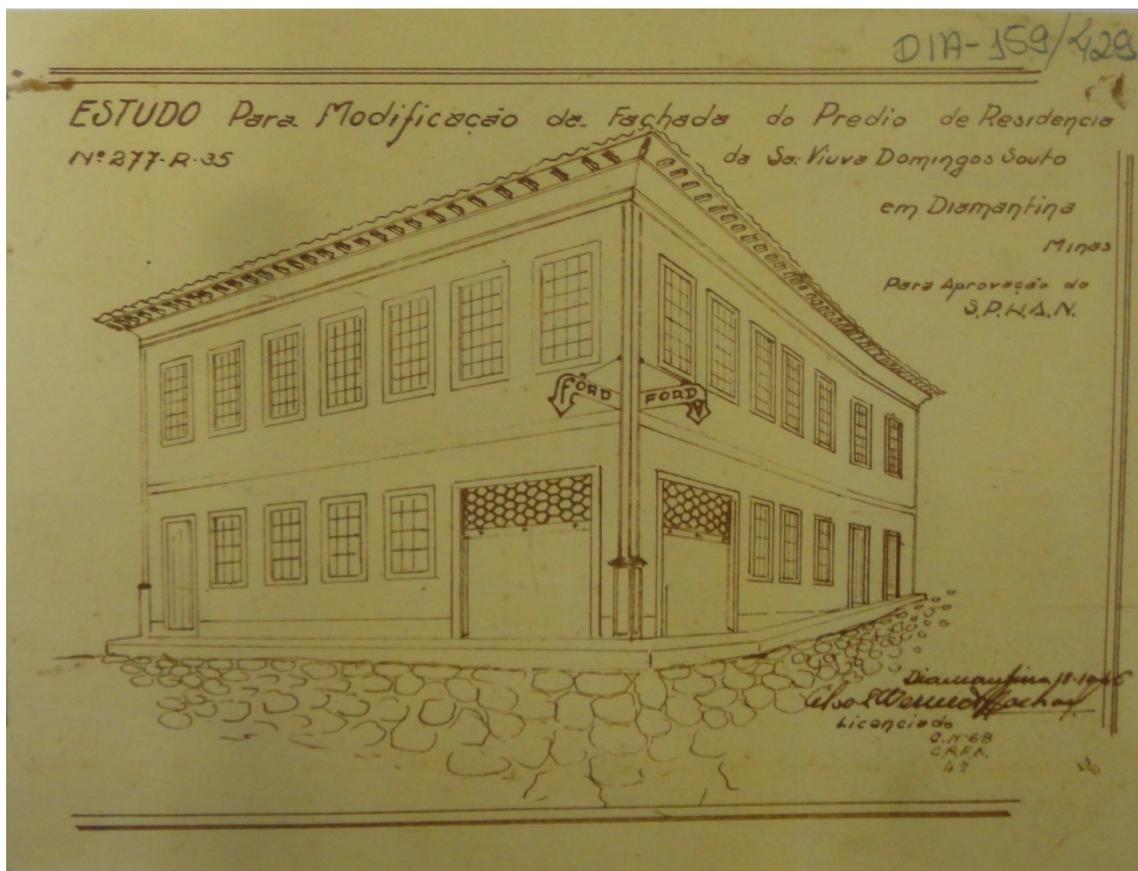


Figura 20: Obras na propriedade da viúva de Domingos Souto. 25 de novembro de 1946. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Rua Direita – 1941-1991 - antiga rua Tiradentes - caixa 158.



Figura 21: Obras na propriedade de Horário Antônio Oliveira. 11 de junho de 1969. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Rua Macau do Meio; Caixa 169.

A popularização do automóvel, símbolo do progresso²⁹¹, da aceleração espaço-temporal da modernidade²⁹², trouxe sérias consequências à estrutura do casario e do arruamento dos núcleos tombados. Além das modificações nas fachadas dos edifícios, introduzidas pelas garagens, a adoção do carro colocou também na ordem do dia o problema da mobilidade, principalmente nas ruas estreitas e sinuosas que muitas vezes não permitiam o tráfego de veículos. Não raro, as prefeituras municipais encaminhavam ao Serviço do Patrimônio solicitações de alargamento de ruas e/ou de substituição do calçamento de “pés-de-moleque” por paralelepípedos ou mesmo por asfalto, em benefício do fluxo de veículos. O aumento da mobilidade dos carros e a concomitante produção de ruídos e vibrações nessas vias poderiam, entre outras coisas, intensificar as fissuras e rachaduras nas paredes, afetando a própria estrutura dos imóveis.

Durante o pedido de alargamento da Rua Bonfim, em Diamantina, por exemplo, Sylvio de Vasconcelos ponderou que aquela via era imprópria para o tráfego de veículos: “A estreiteza da Rua Bonfim na seção AB não permite de modo algum o tráfego de veículos. E se ainda isso fosse possível, as construções sentiriam em breve o efeito do choque dos veículos, como estava acontecendo no Beco do Carmo”²⁹³. Em Mariana, o plano da Prefeitura Municipal de prolongamento da rua Dom Silvério, iniciado mesmo sem a ciência e o consentimento do Serviço do Patrimônio, resultou na demolição de uma edificação:

“Pude constatar nesta visita que a inicial do referido plano já estava realizada, pois estava demolida a casa de esquina no Largo do Carmo e ainda mais já estava adquirida pela Municipalidade a casa fronteira ao n° 51 da mesma rua para ser também demolida.”²⁹⁴

²⁹¹ “O homem de hoje não se contenta apenas com trabalhar, comer e dormir; mesmo o modesto operário almeja possuir um “bangalô”, um jardim, um rádio e até um automóvel; isso, para não falar em confortos que já se habituou: luz elétrica, banheiro, água filtrada, leite pasteurizado, cinema, etc.” A TRIBUNA. São João del-Rei, 08 de março de 1936, n° 1315.

²⁹² De acordo com Marshall Berman, a modernidade é caracterizada pela aceleração das mudanças sociais, isto é, pela emergência de um turbilhão de novas experiências que entram em constante tensão com as estruturas tradicionais. Inovação tecnológica, modernização econômica e, sobretudo, a reorganização sistemática do espaço urbano conformam as peças-chave do mundo moderno. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

²⁹³ VASCONCELOS, Sylvio. Ofício, de 5 de maio de 1941, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Conjunto Tombado 1940-1969; Caixa 93.

Segue, na figura 22, a imagem de um trecho da Rua Getúlio Vargas (antiga Rua Direita), em São João del-Rei, com vista de frente para a fachada da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, onde se percebe ao fundo a presença de um automóvel. No início da década de 1940, houve grande esforço da administração municipal em alargar esta via, tendo em vista o fluxo de veículos. Tal projeto foi então embargado pelo Patrimônio, já que demandava não somente o recuo, mas também a demolição de um conjunto de edificações naquele logradouro.



Figura 22: Rua Getúlio Vargas e Igreja do Carmo – Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei (s/d)

²⁹⁴ VASCONCELOS, Sylvio. Carta, de maio de 1940, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Conjunto Urbano 1940-1991.

3.2. Dificuldades na Preservação e Gestão dos Conjuntos Urbanos Mineiros Tombados

Na década de 1950, Sylvio de Vasconcelos enviou a Rodrigo Melo Franco de Andrade um relatório da atuação do 3º Distrito do SPHAN nos conjuntos mineiros tombados, oferecendo ao diretor-geral do órgão um panorama das principais dificuldades no que tange a preservação e a gestão do patrimônio nessas cidades. Não se trata de um documento detalhando todos os trabalhos da divisão regional, mas de um levantamento de conjuntura. Na avaliação do chefe do 3º Distrito, verificavam-se nas cidades tombadas, em maior ou menor envergadura, problemas relacionados à: a) falta de colaboração da administração municipal; b) inexistência de Código de Obras e Posturas; c) não aceitação das normas de preservação por parte da população. Segundo Sylvio de Vasconcelos, os prefeitos muitas vezes eram os principais interessados nas obras públicas e particulares e/ou estavam diretamente envolvidos com negócios capitalistas do mercado imobiliário. Dessa forma, a mudança de prefeitos era sempre acompanhada com muita expectativa e suspeição pelos técnicos do Patrimônio. Sobre a falta de Código de Obras, isto tinha uma correlação e um impacto direto na longa prática de construções não fiscalizadas, concorrendo para o fenômeno da padronização mundial da paisagem urbana das cidades. Quanto à resistência da população às exigências formais do Patrimônio, ele ponderava que ainda era necessário o tempo de torná-las habituais nas práticas construtivas. Além dos problemas comuns aos sítios tombados, Sylvio de Vasconcelos elencou também algumas situações específicas de cada conjunto, às quais apresentamos abaixo:

Nas diversas cidades podemos resumir o assunto da seguinte maneira:

DIAMANTINA: As dificuldades se referem principalmente no centro da cidade, ao uso de óleo nas fachadas. Problema, porém, mais sério é o das demolições de casas antigas para a construção de novas em estilos pouco harmoniosos. (...)

SERRO: De modo geral a população recebe bem as exigências, com restrição quanto ao uso de óleo, digo, ao uso de madeiras nas fachadas que preferem substituir por tijolos. (...)

OURO PRETO: A situação tem variado de acordo com as mudanças dos Prefeitos. (...) A população não aceita bem as exigências, porém, não se revolta contra elas. O uso do óleo nas fachadas e o estilo simples das novas construções são as questões mais difíceis. De modo geral, o mais difícil em Ouro Preto foi a fiscalização de obras aprovadas que não são executadas

conforme os projetos aprovados. A Prefeitura não se interessa pela fiscalização e não há força que torne este trabalho eficiente. (...)

MARIANA: (...) Apenas a fiscalização não é boa e a execução dos serviços, assim como as obras novas. Naturalmente há reações contrárias e, como sempre, das pessoas de mais importância do lugar, pelos recursos ou pela posição. (...)

SÃO JOÃO DEL REI: Nesta cidade nada temos conseguido de positivo, em virtude da atitude intransigente da Prefeitura local inteiramente contrária à Diretoria. Por outro lado, as pessoas de maiores recursos de S. João formaram uma sociedade construtora, de modo que não veem com bons olhos qualquer ação fiscalizadora de suas atividades. O caso mais sério refere-se ao sobrado da Praça Severiano de Resende que a Companhia Construtora queria demolir, no que foi obstado. Em S. João a população, por efeito da grande campanha efetuada pela Prefeitura e pelos interessados, está inteiramente contrária à Diretoria. Achem os locais que não se pode considerar toda a cidade tombada porque ela precisa aumentar, e assim o problema é a demolição de casas antigas para a construção de novas.

TIRADENTES: Como a cidade é pobre e sem movimento, não há obras novas, de modo que não houve ainda problemas a resolver. Nenhum requerimento de obras foi apresentado.²⁹⁵

Diante dessa panorâmica feita pelo chefe do 3º Distrito do SPHAN, percebemos uma parcela das dificuldades enfrentadas pelos agentes do Patrimônio durante o processo de implementação das diretrizes de preservação dos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos mineiros. A partir do exposto, gostaríamos de reter, primeiramente, a conjuntura de São João del-Rei e de Tiradentes, cidades que apresentavam ao Patrimônio problemas muito distintos.

São João del-Rei passou por transformações importantes na sua fisionomia urbana ao longo da primeira metade do século XX, sobretudo em decorrência do surgimento de praças ajardinadas como a Severiano Resende, do calçamento a paralelepípedo em substituição de “pés-de-moleque”, do prolongamento de antigas ruas como a Pe. José Maria e da abertura de “novas artérias”, grandes e retas avenidas como a Rui Barbosa, a Hermílio Alves e a Tiradentes.²⁹⁶

²⁹⁵ VASCONCELOS, Sylvio de. Relatório Cidades Tombadas, de 1956 (?), enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Conjunto Tombado 1940-1969; Caixa 93.

²⁹⁶ MALTOS, Roberto. *Formação urbana de São João del-Rei*. São João del-Rei. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Esritório Regional de São João del-Rei, 1997 (mimeo.).



Figura 23: Praça Severiano Resende – Jornal A Tribuna (1930)

Nas décadas de 1930 e 1940, por exemplo, observamos um processo acelerado de intervenções cirúrgicas no tecido da cidade norteadas pelos ideais de progresso, modernização, assepsia, embelezamento e racionalização do espaço urbano são-joanense. Os periódicos locais chegam a falar numa espécie de programa de “remodelação urbana” em andamento, num “projeto urbanístico” em conformidade com os preceitos modernos para São João del-Rei, o que se configura, nesse caso, em um projeto político mais amplo em que a cidade é discutida, imaginada e desejada na prancheta e nos croquis dos “empreendedores urbanos” locais. A figura 23 apresenta uma imagem da Praça Severiano Resende no ano de 1930. Percebemos que a intervenção nesta praça reproduziu uma concepção cartesiana da disposição e simetria de seu traçado. A Prefeitura e Câmara Municipais assumem papéis de protagonismo na urbanização da cidade, fomentando desde prolongamento, retificação e alinhamento de vias públicas, como no caso da Getúlio Vargas (antiga Rua Direita) em meados de 1930 e da Avenida Osvaldo Cruz em 1945; passando pela construção de jardins e praças, como, por exemplo, a Praça das Mercês e dos Andradas em 1941; até intervenções pontuais como o alinhamento e retificação de casas, não raro seguido de sua desapropriação e demolição.

O dr. Antônio Viegas, ilustre e dinâmico prefeito desta cidade, em prosseguimento ao seu **programa de remodelação urbana**, vai modificar a frente de dois velhos sobrados localizados na praça Severiano Resende, nas proximidades da ponte do Rosário, afim de recuá-los para o alinhamento. Aquela artéria onde se ostenta o mais lindo jardim da cidade, e um grupo de casas modernizadas, estava realmente sendo prejudicada na sua estética pelos antigos sobrados. A deliberação do dr. Antônio Viegas vem, pois, beneficiar aquela praça não só no tocante ao alinhamento como também pela reforma dos velhos prédios que há muito já se destoavam do conjunto estético da modernizada artéria.²⁹⁷

Os chamados “planos de melhoramento urbano” foram ufanados pelos jornais como possibilidade de ruptura com aquilo que destoa, com o velho, com o arcaico, abrindo espaço para o “novo”, para a “criatividade”. As obras públicas procuravam, sobretudo, criar uma nova imagem da cidade em conformidade com os modelos estéticos ditos modernos. A cidade de São João del-Rei foi impactada por uma constante renovação da sua paisagem, sobretudo no seu “centro histórico”, traçando um perfil urbano marcado pelo contraste entre a estética colonial e os estilos diversos como o eclético, o *art deco* e o neocolonial.

Pensamos que é justamente esse projeto de transformação urbana acelerado – profundamente vinculado aos ideais de modernidade, aos preceitos higienistas e sanitaristas e à imagética do “novo” – que colide com outro projeto político para São João del-Rei: o projeto de preservação e salvaguarda do “patrimônio histórico e artístico nacional” encampado pelo SPHAN. O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei, em 1938, não obteve respaldo nos diferentes setores da população local, conforme se depreende no relato de Sylvio de Vasconcelos, fato que culminou em vários desentendimentos políticos entre os agentes locais e os técnicos envolvidos na condução das políticas federais de patrimônio. Houve, portanto, não somente um impasse entre modos de conceber a cidade, mas também a emergência de um campo de conflito entre distintos projetos de uso e apropriação do seu território.²⁹⁸

²⁹⁷ DIÁRIO DO COMÉRCIO. São João del-Rei. 13 de dezembro de 1938, nº 229. Matéria: “Melhoramentos locais”; editorial. (grifo nosso).

²⁹⁸ TAVARES, Denis Pereira. *O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei: negociação e conflito entre projeto de apropriação e uso do patrimônio cultural (1938-1967)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

Já a cidade de Tiradentes enfrentava problemas de outra ordem, relacionados à desvalorização e ao estado de abandono e arruinamento de suas edificações. Há indícios de que Tiradentes tenha entrado em profundo declínio econômico no final do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX. A Tiradentes foi imputado, inclusive, o epíteto de “cidade-morta”²⁹⁹, porque já não respondia à dinâmica da estrutura produtiva nacional como nos séculos anteriores. Para o editorial do jornal *A Tribuna* de São João-del-Rei, por exemplo, a cidade de Tiradentes dormia um “sono profundo” e só acordava durante as peregrinações e romarias da festa de Santíssima Trindade: “Tiradentes acorda uma vez no ano, põe um traço na sua agonia e se engalana para o culto da Santíssima Trindade, com aquele bulício das festas do seu ontem.”³⁰⁰ De acordo com José Belline dos Santos, redator-chefe do *Diário do Comércio* de São João del-Rei, em consequência da depressão econômica vivida por Tiradentes, não se ouvia nesta cidade nem o barulho da passagem rápida do automóvel – símbolo da compressão espaço-temporal da modernidade – rumo a outras cidades “mais felizes”: “Nada mais ouviria ali além do badalar compassado e soturno do sino da velha matriz”³⁰¹.

Os registros de jornais sobre Tiradentes, assim como os encaminhamentos dos tiradentinos ao Serviço do Patrimônio, assinalam uma situação de arruinamento de seu casario e monumentos.

Quem visita a velha São José del-Rei, hoje Tiradentes, sentirá um misto de tristeza e de saudade, remontando aos áureos tempos em que tudo ali era fausto, desde as igrejas suntuosas às vivendas coloniais que se alinhavam ao longo de ruas de calçamento irregular, característico da época em que viveram os fundadores daquele outrora grande empório que hoje não passa de um montão de ruínas a exigir um auxílio, para não se esboroarem aos olhos

²⁹⁹ As “cidades-mortas” representam a imagem do Brasil colonial, rural e atrasado e, portanto, a antítese das promessas republicanas de instalação de uma nova ordem a partir dos ideais de liberdade, progresso e civilização. Monteiro Lobato é um dos principais expoentes dessa versão que toma as “cidades-mortas” como retrato das mazelas do Brasil. O livro “Cidades mortas”, por exemplo, compõe uma série de contos que representam a decadência das cidades do Vale do Paraíba com a queda do ciclo do café. De acordo com Lobato, o progresso – “nômade” e sujeito a “paralisias súbitas” – migrou daquela região e desde então estas “cidades moribundas” passaram a “chorar as saudosas grandezas de antes”. Seus palacetes estão em “ruínas”, condenados pelo “bolor da velhice”. Por isso, as “cidades-mortas”, onde “tudo é pretérito”, se desviaram da civilização. LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 3 ed. São Paulo: Monteiro Lobato, 1921.

³⁰⁰ A TRIBUNA (de São João del-Rei), de 30 de maio de 1937, nº 1379. Matéria: “A festa da Trindade”; editorial.

³⁰¹ DIÁRIO DO COMÉRCIO (de São João del-Rei), de 15 de outubro de 1940, nº 785. Matéria: “Tiradentes, cidade em agonia”; José Belline dos Santos.

dos contemporâneos os últimos vestígios duma civilização que representa o marco em torno do qual gravitam o esforço dos nossos antepassados pela liberdade, pela independência de nossa Pátria...³⁰²

Essas narrativas reivindicavam uma presença e uma intervenção mais enérgica do poder público na cidade:

Velha, abandonada, decadente, quase em ruínas. Sua história perde-se nas brumas de um passado que se afasta sempre, ignorada no eterno rolar dos séculos. (...) Que os poderes públicos para lá voltem as suas vista, a fim de que não venha a desaparecer esse cenário glorioso, dentro do qual desenrolaram tantos fatos construtores do nosso civismo.³⁰³

Do Serviço do Patrimônio, em específico, órgão que providenciou, em 1942, uma primeira inspeção técnica em edificações da cidade³⁰⁴, esperava-se a contrapartida da restauração e salvaguarda de suas “reliquias do passado”³⁰⁵.

Talvez seja em virtude dessa conjuntura de depressão econômica em Tiradentes que Sylvio de Vasconcelos sinalizou que não foram encaminhados ao 3º Distrito do SPHAN pedidos de obras novas e nem houve conflitos a resolver na cidade. Podemos inferir, ainda, que essa crise tenha concorrido para a manutenção do traçado original das suas ruas, becos e praças, além do acervo de edificações composto não somente de prédios da arquitetura civil e religiosa, mas também de casas mais modestas do acervo vernacular.

³⁰² O CORREIO (de São João del-Rei), de 20 de fevereiro de 1941, nº 838. Matéria: “Tiradentes”; do editorial.

³⁰³ JORNAL DO BRASIL, de 29 de junho de 1941. In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Tiradentes. Inventário. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes. Pasta 03, Caixa 269.

³⁰⁴ Essa primeira inspeção técnica verificou o estado de conservação da Igreja Matriz, do edifício da prefeitura, da Capela de Nossa Senhora do Rosário e do chafariz da cidade, bem como a viabilidade de serviços de conservação dos mesmos. BRITO, Fernando. Relatório técnico, de 18 de março de 1942, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Tiradentes. Inventário. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes. Pasta 03, Caixa 269.

³⁰⁵ “Obras de restauração estão sendo executadas por aquele Departamento do Ministério da Educação na vizinha cidade de Tiradentes. A histórica residência do Inconfidente Padre Toledo estava em ruínas. (...) Pois bem, esse edifício, tão ligado ao movimento libertador do século 18, está sendo convenientemente restaurado sob a supervisão do dr. Edgard Jacinto da Silva, brilhante engenheiro do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (...) Daí os aplausos que, ao ensejo desta nota, enviamos ao dr. Rodrigo M. F. Andrade, seu digno e operoso diretor.” DIÁRIO DO COMÉRCIO (de São João del-Rei), de 22 de setembro de 1944, nº 1964. Matéria: “Está sendo restaurada a Casa do Padre Toledo”.

No intuito de apreender as dificuldades e as inflexões do processo de implementação das normas de preservação nos núcleos históricos tombados, captamos, tal como a panorâmica elaborada por Sylvio de Vasconcelos aqui exposta, os relatos e as percepções dos técnicos locais do Patrimônio que estiveram envolvidos na rotina diária dos trabalhos de preservação. Estes técnicos, como abordamos no segundo capítulo, eram representantes mais imediatos do órgão federal nas municipalidades, uma peça fundamental para o funcionamento desse sistema de vigilância e controle dos conjuntos urbanos tombados.

Para Washington Andrade, técnico do Patrimônio que atuou principalmente em Ouro Preto, mas também em Mariana, houve sérios embaraços na condução dos trabalhos de preservação naquela cidade. De modo geral, Andrade assinalou como principais apuros os momentos de carência de recursos materiais e técnicos, além das árduas situações de relação do órgão com seu público. Segue, abaixo, o relato de sua experiência enquanto encarnação do Serviço do Patrimônio na localidade, relato esse em tom de desabafo e desencantamento:

(...) Esperava poder fazer alguma coisa em benefício de Ouro Preto e também esforçar-me para que as atividades da DPHAN fossem melhor apreciadas e julgadas em nosso meio, reconhecendo-lhe os incontestáveis benefícios que traz à nossa cidade. Com estes propósitos, consagrei-me de corpo e alma às minhas novas tarefas e funções, desdobrando-me ao máximo a fim de bem cumprir e desempenhar a missão que me fora confiada por você [Sylvio de Vasconcelos] e Dr. Rodrigo, amigos a quem prezo e admiro. Não poupei esforços a fim de suprir, pelo menos em parte, as minhas naturais deficiências pessoais ao exercer tarefas novas para mim, tarefas tão espinhosas e difíceis mesmo para os mais experimentados e para os quais elas são velhas e familiares. As minhas dificuldades tornaram-se ainda maiores pelas próprias condições locais, uma vez que me encontro desacompanhado de qualquer auxiliar melhor habilitado e em que pudesse ter inteira confiança, como é do seu conhecimento pessoal. Assim, sozinho para prever e prover tudo, administrar e dirigir a parte técnica, executar a parte burocrática e, **acima de tudo, a parte “diplomática” das relações da DPHAN com o público, sem dúvida a mais espinhosa**, tive a minha missão muito acrescida de dificuldades e trabalhos. (...) **Pelo caminho, não me faltaram pedras, urzes e espinhos que se transformaram, muitas vezes, em grandes dores de cabeça. Assim, nem tudo tem sido azul...**³⁰⁶

Os técnicos locais do Patrimônio se esforçavam na fiscalização e controle das obras de intervenção na paisagem urbana, fazendo inclusive varreduras diárias sob a

³⁰⁶ ANDRADE, Washington de. Carta, de 17 de dezembro de 1952, enviada a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Ouro Preto. Pasta: Administrativo 1951-1954; Caixa 604 - Série 2.

extensão dos conjuntos, e exigiam que todos os processos construtivos, mesmo aqueles notificados e aprovados pelas prefeituras, submetessem à avaliação do Serviço do Patrimônio, mediante requerimento e elaboração de planta: “Tomamos a liberdade de sugerir que sejam os despachos finais do executivo municipal, em requerimentos relativos a obras, proferidos após a anuência da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.”³⁰⁷ Contudo, durante essas incursões, os técnicos poderiam se deparar com as seguintes situações: a) obras sendo executadas sem a ciência ou consentimento da Prefeitura e do Patrimônio³⁰⁸; b) obras sendo executadas com aprovação da Prefeitura, mas ainda sem o aval do Patrimônio; c) obras que obtiveram aprovação das duas instâncias de poder. A não observância dos Códigos de Obras, somada à precariedade ou falta de fiscalização das construções pelos agentes municipais, concorriam de certa forma para o surgimento de “obras irregulares”. Por vezes, as administrações municipais alegaram insuficiência de efetivo para a fiscalização dessas obras em todo o território da cidade. Mas, por outro lado, também não se esforçaram na implementação de medidas mais efetivas e enérgicas para coibir tais atos, talvez em função dos arranjos e alianças políticas locais, ficando ao SPHAN esse papel e essa imagem de “algoz”. No caso das obras aprovadas pela Prefeitura, mas não pelo Patrimônio, poderia haver aí uma falha de comunicação ou mesmo um conflito expresso entre estas instâncias. Não raro, verificamos os prefeitos recorrendo ao dispositivo da autonomia municipal na regulação do uso e ocupação do solo urbano como recurso de afirmação política frente ao SPHAN. Tais prefeitos então monopolizavam os requerimentos e projetos de obras, não os submetendo à apreciação do Patrimônio, e alegavam, em última instância, não admitir qualquer forma de ingerência externa nos assuntos da administração municipal.

Maria Pedrosa, uma colaboradora do Patrimônio junto à Prefeitura de Ouro Preto, dizia a Sylvio de Vasconcelos que as “obras irregulares” eram, muitas vezes, de

³⁰⁷ VASCONCELOS, Sylvio. Ofício nº 394, de 29 de maio de 1954, enviado ao prefeito do Serro, Antônio de Moura Nunes. CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Conjunto Urbano Serro – 1950-1989.

³⁰⁸ “Levo ao conhecimento de V. Excia. que está procedendo obras sem dar conhecimento a esta chefia, as quais passo relacionar abaixo. 1- Reparos de uma casa de propriedade do sr. José de Moura Nunes, situada à Rua dr. Antônio Tolentino. 2 – Reparos da casa do sr. Celso Dayrel, situada à ladeira escada Santa Rita. 3 – Reparos de uma casa de propriedade do sr. Mozar Guerra, situada à Praça D. Epaminondas. 4 – Construção de uma casa de alvenaria de tijolos com laje de propriedade do sr. Gervásio José Pacheco, à Praça do Rosário. Não havendo requerimentos na Prefeitura local, peço-vos a fineza de comunicar com sr. Alberto Lesa, prefeito Municipal desta cidade, referente ao assunto.” FERNANDES, Cirilo. Ofício nº 31, de 22 de outubro de 1962, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Conjunto Urbano Serro 1950-1989.

conhecimento da própria Prefeitura, quando não empreendidas pela mesma: “No caminho da Lages, nesta cidade (nas Pedreiras), está em andamento construção de duas casas; já os alicerces estão prontos e as paredes iniciadas. É construção da Prefeitura”³⁰⁹. Há indícios de que essas obras eram realizadas rapidamente, através de mutirões, na “calada da noite”, e quando a fiscalização aparecia a obra já estava finalizada. Esses episódios requeriam então um delicado entendimento entre as partes interessadas, algo nem sempre obtido de imediato, sem condições ou concessões.

Esteve hoje na sede do Distrito o dr. Amélio Junqueira Ferreira, Prefeito de Ouro Preto, ocasião em que teve oportunidade de repetir as razões transcritas em seu ofício, reafirmando a intenção de não ouvir a DPHAN na questão de obras com o fito de impulsionar o desenvolvimento das construções em Ouro Preto. (...) Informa que reformou também a lei de aforamentos de Ouro Preto de modo que já concedeu, só no último mês, cerca de 20 aforamentos novos, e nestes termos serão edificadas casas novas já aprovadas por ele segundo a lei municipal. (...) Por fim, **informa o sr. Prefeito crer que somente com o novo regulamento de construções em Ouro Preto, para a confecção do qual já está sendo formada uma comissão de pessoas do lugar e o representante da DPHAN, será possível chegar-se a um entendimento**, isto é, as nossas normas, depois de discutidas e aceitas figurarão no regulamento a ser aplicado exclusivamente pela Prefeitura. Observa, porém, que o último tópico do seu ofício em que faz referência à apreciação prévia da Seção Técnica da Diretoria Geral antes da aprovação final do regulamento não é também de possível execução por ferir a autonomia municipal.³¹⁰

No caso em tela, em Ouro Preto, o então prefeito Amélio Junqueira Ferreira desejava elaborar um Código de Obras para a cidade, contendo regras mais gerais que orientassem as iniciativas públicas e privadas de intervenção no espaço urbano e também observassem as recomendações de preservação contidas no decreto-lei nº 25/1937. Contudo, como abordamos no segundo capítulo, o Serviço do Patrimônio se ateve a cada processo construtivo, emitindo parecer técnico em específico, e, como consequência, não elaborou regras mais gerais válidas para todas as situações e etapas da construção civil. Podemos supor que tal decisão do órgão foi deliberada, no sentido de manter o monopólio da avaliação dos projetos e obras nos conjuntos tombados. Diante da negativa, Amélio Junqueira Ferreira reafirmava sua posição de não submeter

³⁰⁹ PEDROSA, Maria das Mercês. Ofício 150/46, de 01 de novembro de 1946, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Ouro Preto: Administrativo 1938-1950; Caixa: 603 - Série 2.

³¹⁰ VASCONCELOS, Sylvio. Ofício nº 352/46, de 09 de novembro de 1946, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN/MG. Ouro Preto. Pasta: Administrativo 1938-1950; Caixa: 603 - Série 2. (grifo nosso).

ao Patrimônio os requerimentos de obras, argumentando em defesa da autonomia municipal: “não existe dispositivo de lei que transforme essa Prefeitura em repartição incumbida de executar as deliberações do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”³¹¹.

No Serro, o próprio diretor-geral do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional veio a público para defender a legitimidade das ações do Patrimônio na cidade, diante das queixas de interferência externa nos assuntos municipais.

Não se poderá acusar a DPHAN de haver indevidamente “tomado conta” da cidade do Serro, e de aí formular exigências descabidas, quando a interferência desta Diretoria nos assuntos urbanísticos desta culta e histórica cidade só se manifesta em cumprimento a dispositivos da legislação federal de proteção ao patrimônio histórico e artístico, e só nos casos que essa legislação prevê.³¹²

Foi em nome da autonomia municipal que o então prefeito de Diamantina, José Machado Freire, reivindicou ser comunicado durante a realização de obras de intervenção no espaço urbano da cidade empreendidas pelo SPHAN:

Verificando que esse Serviço, por intermédio do seu representante, vem executando, nesta cidade, serviços de reconstruções, que importam, às vezes, em escavações de logradouros públicos, em assentamento de andaimes nesses logradouros, amontoamento de materiais etc., sem que à Prefeitura faça a mínima comunicação, (...) consulto-o se semelhante procedimento, que afetam as posturas municipais e as federais, estas no que concerne aos construtores e oficiais, está enquadrado nas normas de Obras do SPHAN, uma vez que desconheço o seu regulamento.³¹³

Em São João del-Rei, um episódio emblemático que ilustra a relação conflituosa entre instâncias administrativas diz respeito à decisão da Prefeitura Municipal de embargar uma reforma realizada pelos próprios técnicos do Serviço do Patrimônio em

³¹¹ FERREIRA, Amélio Junqueira. Carta, de 30 de novembro de 1946, enviada a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Ouro Preto. Pasta: Administrativo 1938-1950; Caixa 603 - Série 2.

³¹² ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Jornal Estrela Polar, de Diamantina, de 06 de fevereiro de 1949. Matéria: O Patrimônio Histórico. In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Serro. Inventário. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro, Caixa: 266; Pasta: 03.

³¹³ FREIRE, José Machado. Ofício nº61/48, de 13 de maio de 1948, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras. Casas; Caixa: 106, Pasta: 481.

um imóvel da rua Getúlio Vargas (antiga rua Direita) anexo a um “Passo”. Segundo relatos, como a repartição federal não havia formalizado um requerimento diretamente à Prefeitura Municipal, ou sequer informado ao proprietário do imóvel quanto à execução da reforma, o poder municipal resolveu embargá-la, alegando que aquela forma de ingerência externa nos assuntos da cidade afrontava os princípios da autonomia municipal: “Dadas as circunstâncias que cercam o presente embargo, pode ele ser considerado um revide às extravagâncias do SPHAN.”³¹⁴ Foi necessária uma ampla negociação entre as partes envolvidas para que os técnicos do Patrimônio continuassem a execução desse empreendimento. E após acordos políticos e negociações, os “Passos” das ruas Duque de Caxias e Getúlio Vargas foram incluídos no Livro do Tombo separadamente.³¹⁵

As construções novas, as restaurações ou os acréscimos feitos sem consulta prévia ao SPHAN eram passíveis de embargos e “adaptações” ao “estilo patrimônio”. Contudo, as obras poderiam se encontrar em estado avançado de execução, suscitando, então, conflitos. Nesses casos, os proprietários, ora alegavam estar resguardados pela autorização da Prefeitura, ora diziam não conhecer as regras construtivas, ora citavam as obras e infrações semelhantes que se desenrolavam na cidade, reclamando então haver “dois pesos e duas medidas”³¹⁶ nos critérios do Patrimônio. Leontina Valente, residente em Mariana, por exemplo, dizia que o embargo de sua obra não se justificava, já que ela estava munida de autorização da Prefeitura. “O P. Histórico Nacional, nesta cidade, apenas serve para embaraçar o serviço de construções. (...) Somente poderei atender as exigências da Prefeitura, pois a ela devo obedecer, porque a planta da nossa casa foi a ela exibida.”³¹⁷

³¹⁴ DIÁRIO DO COMÉRCIO (de São João del-Rei), de 12 de maio de 1946, n° 2445. Matéria: “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”; editorial.

³¹⁵ Processo 410-T-49. Passos das ruas Duque de Caxias e Getúlio Vargas. Livro de Belas Artes, Volume 1, Folha 71, Inscrição 343 de 06 de dezembro de 1949; e Livro Histórico, Volume 1, Folha 14, Inscrição 78 de 15 de julho de 1938. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

³¹⁶ “(...) estranhamos muito os casos [de infrações] semelhantes citados pela senhora. Todavia estes casos não foram por nós autorizados de modo que se processam à nossa revelia, tendo sido objeto de nossa manifestação contrária junto a Prefeitura local.” VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício n° 300/49, de 15 de dezembro de 1949, enviado a Maria Mesquita Horta, residente na cidade do Serro. CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Boletins.

³¹⁷ SILVA, Leontina Valente. Carta, de 4 de novembro de 1956, enviada ao técnico local do Patrimônio, Ivo Porto de Meneses. CDI/IPHAN/MG. Marina. Pasta: Administrativo I e II.

O técnico do Patrimônio lotado no Serro, Alvim Saade, queixava-se que havia uma grande quantidade de obras realizadas no perímetro urbano da cidade aprovadas pela Prefeitura, mas sem a prévia autorização da repartição federal. Para embargá-las, Saade requeria ao diretor-geral do SPHAN autorização para o uso do efetivo policial.

Levo ao conhecimento de V. Excia, que apesar dos reiterados pedidos, a prefeitura continua consentindo numa série de obras, sem o respectivo visto deste serviço; sendo que, alguns dos requerimentos, quando chegam às minhas mãos, os trabalhos já estão iniciados. Assim, peço autorizar ou pedir ao sr. Chefe de Polícia, telegrafar ao delegado desta cidade, a fim de fornecer-me os soldados necessários para embargá-las. Essa vejo que é a medida mais adequada para moralizarmos o serviço nesta cidade.³¹⁸

Aliás, pouco tempo antes dessa queixa, o então prefeito José Paixão dizia a Rodrigo Melo Franco de Andrade não saber em que data exatamente foi efetuado o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro, demonstrando certo desconhecimento (ou então ironia) quanto a esse registro: “Tombamento integral da cidade do Serro. Muito grato ficaria a V. Excia se me dissesse em que data o fez, patrioticamente: creio que não éramos somente os serranos que isto ignoramos”³¹⁹. Ainda segundo o técnico Alvim Saade, a não submissão dos requerimentos de obras já estava trazendo sérias consequências para o casario do Serro, sobretudo com a introdução de venezianas, portões de ferro e garagens, alterando o aspecto tradicional das fachadas.

Em Diamantina, um mecanismo encontrado para estimular a submissão dos requerimentos de obras ao Serviço do Patrimônio foi a prática de gratificações aos fiscais de obras da Prefeitura. Diante dessa situação-limite, as gratificações³²⁰ eram

³¹⁸ SAADE, Alvim. Ofício, de 17 de agosto de 1944, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Serro. Série Obras. Casas/Geral. Caixa: 302, Pasta: 1271.

³¹⁹ PAIXÃO, José. Carta, de 1 de julho de 1942, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Serro. Tombamento Conjunto Arquitetônico do Serro - Processo 65-T-38.

³²⁰ Encontramos indícios de as gratificações do Patrimônio eram concedidas também aos “zeladores” de templos religiosos tombados, e visavam sempre obter maior apoio e empenho destes na preservação do acervo eclesiástico. “Cumpr-me esclarecer que esta chefia não tem de fato observado os resultados que eram de se esperar na manutenção de zeladores remunerados pela repartição junto aos monumentos tombados. Salvo o caso de Catas Altas onde o encarregado é altamente remunerado (...). Os zeladores não têm atendido, pelo menos ao que interessa fundamentalmente à repartição, ao que desses se esperava. Quase sempre estes zeladores são os próprios sacristãos ou zeladores particulares que já antes se interessavam pelos templos, de modo que consideram a remuneração da DPHAN apenas como

concedidas pelo Patrimônio no intuito de facilitar o trabalho de fiscalização das obras na cidade, evitando assim inconvenientes com construções embargadas de difícil “solução técnica” e que tinham rebatimentos diretos sobre a paisagem urbana.

Desde que se retirou ao Fiscal da Prefeitura local, por ordem da Chefia [do 3º Distrito], pequena gratificação, que se dava ao mesmo, para que se ajudasse a fiscalização de obras nesta cidade, houve, no serviço de requerimentos endereçados a este escritório, uma sensível modificação, com o quase desaparecimento dos mesmos. (...) Mesmo desajudado pelo atual Prefeito, tenho lutado quanto posso e está ao meu alcance para fazer respeitar as normas desta Repartição, nesta cidade.³²¹

Se, por um lado, a não submissão dos requerimentos de obras é um fato recorrente nos conjuntos urbanos tombados, por outro lado, conforme indícios apontados pelos técnicos locais, quando esses requerimentos são encaminhados para despacho do Serviço do Patrimônio, as obras já estão muito adiantadas, senão terminadas. A apresentação da planta também não era garantia de que a obra fosse executada tal qual, sem alterações. Na planta, por exemplo, o proprietário poderia reduzir a área de construção da edificação, mas no desenvolvimento da obra introduzir modificações e acréscimos fora do enquadramento “estilo patrimônio”.³²² Além disso, estas plantas, quase sempre esboçadas por desenhistas, não eram suficientemente detalhadas, carecendo então de acompanhamento do andamento da obra mediante inspeção técnica *in loco* para que nenhuma etapa ou elemento construtivo escapasse ao controle do Patrimônio.

gratificação superveniente aos serviços e vantagens que antes já gozavam. De fato esta gratificação é baixa e só como gratificação pode mesmo ser considerada, mas com isto, não se julgam no dever de acatar com interesse as instruções da repartição.” VASCONCELOS, Sylvio. Ofício 138/52, de 18 de agosto de 1952, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN/MG. Ouro Preto. Pasta: Administrativo: 1951-1954; Caixa 604 - Série 2.

³²¹ COSTA, João Brandão. Ofício nº 51, de 09 de outubro de 1967, enviado a Renato Soeiro. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Administrativo: Comunicações Técnicas 1949-1958; Caixa: 130.

³²² “Peço-vos também não aceitar pedidos de barracões provisórios afastados do alinhamento da rua (...), pois em vez de barracão estão fazendo casa de residência, telhado encoberto, uma água só, cobertura com telhas francesas, basculantes etc., como aconteceu com o barracão de propriedade deste mesmo sr. [João da Silva Brum, construtor] que obteve no requerimento licença para fazer uma construção provisória e fez uma casa de residência.” FERNANDES, Cirilo (técnico local do Serro). Ofício nº 6, de 07 de fevereiro de 1960, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Serro. Conjunto Urbano Serro: 1950-1989.

3.3. Preservação do Patrimônio Como Caso de Polícia

O desrespeito às normas formais de preservação tornava precária a posição do Serviço do Patrimônio quanto às suas exigências, já que as infrações poderiam ter um efeito em cadeia, comprometendo a própria autoridade deste órgão em âmbito local. Em Mariana, por exemplo, o técnico local do Patrimônio, Pio Porto de Meneses, colocou seu cargo à disposição ao constatar uma “situação difícil” de “diminuição de autoridade” do Serviço do Patrimônio na cidade, em consequência dos reiterados desrespeitos às suas determinações. O relato que se segue sinaliza, portanto, os percalços enfrentados por este técnico diante da resistência dos cidadãos em seguir à risca as recomendações do Patrimônio.

Os proprietários dos imóveis aqui em Mariana, como já é de seu conhecimento, não querem de forma alguma se submeter às leis que regulam o DPHAN. Combinam uma coisa e fazem outra, como o caso do sr. Clodomiro Silva, recusam toda sorte de entendimentos, como o sr. Ralim Daher (...). A Prefeitura por outro lado, a despeito da boa vontade do Prefeito, não tem força suficiente para fazer cumprir as suas determinações, relativamente aos casos acima. Desta situação vem resultando para nós que desejamos fazer alguma coisa pela cidade e para o Patrimônio uma situação difícil, porquanto **o mau exemplo dado vem acarretando uma diminuição da autoridade e conseqüente chalaça [zombaria] por parte dos proprietários de imóveis e mesmo dos empreiteiros de obras para com todo o pessoal do Patrimônio, menosprezando a orientação que se deseja dar aos mesmos na reparação dos mesmos imóveis.** (...) Em face de tudo isso e de sua manifestação verbal de que preferiria suspender os serviços do Patrimônio aqui em Mariana, foi que levou-me a endereçar-lhe a carta. Na minha opinião, aliás humilde, acho que se é o caso de se deixar a cidade, isso deve ser feito quanto antes, do contrário na situação que se esboça as dificuldades crescerão cada dia mais. Da minha parte, fiz o que pude para a boa harmonia, chegando à conclusão de ser inútil todo o sacrifício. Torna-se necessário uma preparação, uma educação dos proprietários desta terra.³²³ (...) Dado essas séries de empecilhos que tenho encontrado por aqui, estou pronto a abrir mão das minhas atribuições, caso o Senhor julgue conveniente para solucionar o caso. Quero o bem do Patrimônio e da coletividade. Aqui fico, sempre, ao seu inteiro dispor.³²⁴

³²³ MENESES, Pio Porto de. Carta, de 24 de agosto de 1946, enviada a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Administrativo I e II.

³²⁴ MENESES, Porto Pio de. Carta, de 19 de junho de 1946, enviada a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Diversos. (grifo nosso)

Em resposta a Pio Porto de Meneses, Sylvio de Vasconcelos reconhecia o mérito deste técnico na condução dos trabalhos de preservação do patrimônio em Mariana e lamentava a situação embaraçosa que resultou na sua demissão: “é de lamentar que a cidade não esteja disposta a se beneficiar desse nosso interesse”³²⁵. Em outra carta, Sylvio de Vasconcelos pedia àquele técnico que reconsiderasse sua decisão, mas entendia bem os motivos pelos quais ele tinha tomado tal atitude. “Por outro lado, quero crer que em outra oportunidade ainda poderemos ser melhor compreendidos podendo então levar a efeito os melhoramentos que planejamos para Mariana.”³²⁶

Como fica subentendido nas replicações de Sylvio de Vasconcelos, parece que havia uma falta de sintonia entre os “interesses” do SPHAN para a cidade de Mariana e os “interesses” dos próprios cidadãos, sendo o órgão federal, por isso, “pouco compreendido”. Pelo jeito, o Patrimônio também foi “mal compreendido” em São João del-Rei, onde o técnico local, Edgar Jacinto da Silva, relata que passou por uma espécie de “batismo de fogo” no qual sua própria integridade física esteve em risco:

Nas vezes que eu vinha ao Rio a trabalho e ao voltar, em duas oportunidades tive que desembarcar em Tiradentes. (...) Ainda na estação de Tiradentes, vinha um operário nosso avisando para eu descer ali mesmo, evitando o desembarque em São João porque havia notícia de um movimento de protesto de pessoas que se dirigiam à estação para me esperar com vaias, ovos, tomates ou coisas dessa ordem. (...) Além do mais houve outras manifestações na própria cidade. Durante uma dessas vindas ao Rio, quando estava restaurando uma casa (...), aconteceu que a placa de obras que se achava ali colocada foi, em mais um ato de agressividade, perfurada a tiros, arrancada e espetada na Ponte da Cadeia no centro da cidade, lugar que, como ponto de reunião popular, era ali onde se comentavam os acontecimentos locais. De outra investida, de que felizmente só soube no dia seguinte, depois do perigo passado, convocaram essa malta de desocupados que manipulavam agora com o objetivo de apedrejar durante a noite a casa de onde hospedávamos (...). O apedrejamento não aconteceu graças ao proprietário da casa que se opôs e conseguiu contê-los. (...) Como último lance de hostilidade, recorreram eles a mais um expediente provocativo, totalmente imprevisto e desumano: passando por São João del-Rei uma leva de doentes de lepra, (...) num requinte de maldade, atraíram essa leva de doentes e abrigaram no sobrado com o propósito, obviamente, de infectar a quem se dispusesse a entrar lá. (...) Lembro que fui aconselhado por um médico que, como medida preventiva, se procedesse a uma espécie de pulverização de cal virgem; e logo após a retirada desses infelizes o sobrado foi todo pulverizado, permanecendo fechado uns dias (...). Enfim, só sei que permaneci por lá enquanto essas ações e reações se sucediam. Quando senti

³²⁵ VASCONCELOS, Sylvio. Ofício, de 1 de agosto de 1946, enviado a Pio Porto de Meneses. CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Administrativo I e II.

³²⁶ VASCONCELOS, Sylvio. Ofício, de 14 de agosto de 1946, enviado a Pio Porto de Meneses. CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Administrativo I e II.

que não era mais necessário, que não havia mais ameaça alguma à integridade do sobrado, quando os trabalhos da matriz de Tiradentes já se concluíam, voltei em definitivo para o Rio. Assim se encerra a primeira fase que chamo de “batismo de fogo” do Patrimônio.³²⁷

Edgar Jacinto da Silva fala então da existência de um clima hostil ao Patrimônio na cidade e descreve uma série de protestos movidos por “homens de negócios” e chefes políticos que estavam “empenhados em promover o progresso” em São João del-Rei, “insuflando a opinião pública” através de um jornal local (o Diário do Comércio de São João del-Rei).

Essa campanha era sustentada sistematicamente pela imprensa local constituída de um jornal – um tabloide diário que publicava artigos, seguidamente, indispondo o povo contra o patrimônio e mais contra a minha pessoa como representante do SPHAN na cidade – além de outras formas de provocações.³²⁸

Foi também em razão de certa “crise de autoridade” que o técnico do Patrimônio lotado em Diamantina, João Brandão Costa, reivindicou a Sylvio de Vasconcelos a possibilidade de uso da força coercitiva da polícia, dada a crescente incidência de infrações por parte dos proprietários no tocante à colocação de “barrados” e ao emprego de pintura a óleo na fachada de suas casas. Na avaliação de João Brandão Costa tais proprietários deveriam ser denunciados à polícia e, conseqüentemente, enquadrados no artigo 166 do Código Penal (de 1940): “sugiro que, como único meio de salvar a autoridade desta repartição em Diamantina, seja feita à Polícia uma denúncia de todos os proprietários que acintosamente desobedeceram às determinações”³²⁹ do órgão federal. Também em ofício encaminhado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, o técnico local do Patrimônio reiterou a necessidade de recorrer à força policial em virtude do esgotamento dos “canais de cooperação” naquele momento: “Julgo que somente essa ameaça e esse chamamento à Delegacia poderia produzir ótimos frutos”³³⁰.

³²⁷ SILVA, Edgar Jacinto da. SPHAN: Memória Oral. n.º 4. Rio de Janeiro, Minc/SPHAN/FNPM, 1988, p. 4-6.

³²⁸ Idem.

³²⁹ COSTA, João Brandão. Ofício 78/51, de 06 de agosto de 1951, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Administrativo: Comunicações Técnicas (1949-1958); Caixa: 130.

Ao cogitar tal atitude, possivelmente, João Brandão Costa levou em consideração uma recomendação anterior do diretor-geral do Serviço do Patrimônio de que este órgão não poderia assistir passivamente à violação das medidas julgadas necessárias para assegurar a conservação da paisagem urbana da cidade de Diamantina:

(...) lembro ao prezado amigo que, naquelas eventualidades, - **se porventura o Senhor se sentir impotente para fazer cumprir as determinações desta Diretoria** em defesa do aspecto tradicional da cidade – dever me telegrafar, senão ao dr. Sylvio de Vasconcelos, para sugerirmos ou tomarmos as providências enérgicas adequadas.³³¹

Segue abaixo, na figura 24, um modelo de ofício a ser encaminhado ao delegado solicitando apoio do efetivo policial. O poder de polícia seria então acionado pelo técnico local como medida de coação dos proprietários “recalcitrantes”, sobretudo nas situações em que outros mecanismos de ajustamento e negociação falharam.

³³⁰ COSTA, João Brandão. Ofício 87/51, de 29 de agosto de 1951, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Administrativo: Comunicações Técnicas (1949-1958); Caixa: 130.

³³¹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício 287, de 05 de junho de 1951, enviado a João Brandão Costa. CDI/IPHAN/MG. Pasta: Administrativo: Comunicações Técnicas (1949-1958); Caixa: 130. (grifo nosso).

Exmo. Sr.

Venho pedir a V. S. o obsequio de sua valiosa cooperação no sentido de se cumprirem em Diamantina as determinações dos decretos-lei n.º. 25, de 30 de novembro de 1937, 8.534 de 2 de janeiro de 1946 e 20.303 de 2 de janeiro de 1946, os quais dispõem sobre a proteção e conservação das casas contidas dentro do perímetro tombado da cidade.

O art. 17 do decreto-lei n.º. 25 dispõe:

"As cousas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, **sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas.....** »

Para conhecimento ainda de V. S., transcrevo o artigo 16 do decreto-lei 8.534, de 2 de janeiro de 1946:

Art. 16 - Aos Chefes de Distrito incumbe, da alçada dos respectivos Distritos:

IV - representar aos órgãos competentes do Ministério Público nos casos de infração da legislação penal em vigor referente à proteção do patrimônio histórico e artístico, **bem como em qualquer hipótese de atentado ao mesmo patrimônio, em que se torne necessária intervenção policial e judicial.**

Para reforçar toda essa legislação especial, vem o próprio Código Penal, o qual estabelece:

Art. 165 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa, de mil a vinte mil cruzeiros."

Art. 166 - Alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa, de mil a vinte mil cruzeiros."

Solicito a fineza de sua atenção para o fato de que a colocação de barrados, nas fachadas das casas, que se acham dentro da área tombada da cidade - assim como a pintura a óleo nas paredes das referidas fachadas são terminantemente proibidas pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e se enquadram dentro das exigências legais acima mencionadas.

Atenciosas saudações.

Diamantina,

DELEGADO DA D. P. H. A. N.

Figura 24: Modelo de ofício enviado à polícia (abril de 1951). In: CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Conjunto Tombado (1940-1969); Caixa: 93.

Tal ofício poderia também ser encaminhado diretamente ao “proprietário infrator”, sobretudo nos casos em que ainda havia margem de negociação. Encontramos, por exemplo, em Mariana, um modelo-padrão de notificação e convocação dos

moradores que desobedeceram às exigências formais de preservação estabelecidas pelo Patrimônio:

Prezado senhor, tendo V. S. colocado na fachada de sua propriedade à Rua, nº, sem anuência desta Repartição, contrariando o disposto no art. 17 do Decreto-Lei nº 25, de novembro de 1937, solicitamos de V. S., o especial obséquio de seu comparecimento à Sede da DPHAN, à rua Direita, nº 7, para estabelecermos um modo de entendimento no sentido de evitar-se um processo judicial com evidentes prejuízos para V. S. Esperando ser atendido com a possível brevidade, subscrevo-me, atenciosamente.³³²

Como se depreende no ofício acima, o acordo é o recurso mais imediato para equacionar os problemas, uma via disponível entre as partes conflitantes, acionada principalmente no intuito evitar medidas judiciais que se estenderiam e avolumariam por longos períodos, criando ainda mais animosidade para o órgão em âmbito local. Além disso, o Patrimônio poderia ter maiores inconvenientes se, na hipótese de processo judicial, a outra parte interessada provasse que o “ato infracional” não importou necessariamente na alteração do imóvel ou da ambiência local, abrindo precedentes para iniciativas semelhantes.

Embora seja, em verdade, de efeito muito valioso e seguro a utilização de medida judicial para assegurar, em nosso país, o cumprimento das disposições legais de proteção aos bens de valor histórico e artístico, haverá sempre inconveniente em recorrer a tais meios quando houver risco maior do pronunciamento da autoridade judiciária seja desfavorável à causa desta repartição.³³³

Contudo, houve situações que fugiram ao controle do Patrimônio e todos os mecanismos de negociação e ajustamento entre as partes falharam, sendo a via da judicialização acionada como último recurso de contenção dos “atos infracionais”. Como aponta Lucio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade travou uma “luta judicial contra interesses contrariados”³³⁴. Ou ainda, conforme sugere Carlos Drummond de

³³² SAMPAIO, Wilson de V. (técnico do Patrimônio em Mariana?). Faz Comunicação. CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Conjunto Urbano 1940-1991.

³³³ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício 1097, de 24 de agosto de 1951, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Administrativo: Comunicações Técnicas (1949-1958); Caixa: 130.

Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade foi um “herói sem dragonas desse combate”³³⁵, e uma de suas armas era a Justiça.

Na cidade de Mariana, onde o técnico local do Patrimônio pediu demissão do seu cargo em decorrência de uma série de resistências e de reiteradas desobediências dos cidadãos às normas de proteção do patrimônio, a via da judicialização foi acionada como medida de contenção à “perturbação” do sistema: “A atuação enérgica do novo Juiz de Direito de Mariana vem causando a melhor impressão e prestigiando sobremaneira a orientação da DPHAN”³³⁶. Por exemplo, Amâncio Arinos de Queiroz, residente à Rua Direita e Jacy Queiroz de Almeida, residente à Rua Dom Silvério, foram alvos de processo judicial ao infringirem as regras de preservação expressas pelo Serviço do Patrimônio.³³⁷ O primeiro foi processado porque, mesmo advertido pelo técnico local, pintou sua casa a óleo brilhante.³³⁸ Já o segundo, por fazer uma barra rústica na fachada do seu edifício. Ambos os processos foram arquivados, já que antes mesmo da finalização do trâmite judicial os acusados retrocederam e se adequaram às exigências do SPHAN.

As ações cominatórias decorrentes das tramitações judiciais implicavam, via de regra, na retirada compulsória dos objetos e adereços introduzidos nas edificações

³³⁴ “(...) Dia após dia, durante trinta anos, a sua vida foi uma luta contínua contra o desinteresse, o preconceito, a má fé; luta contra o primarismo predatório, pior ainda que a deterioração imposta pelo abandono e a intempérie; luta judicial contra interesses contrariados, luta administrativa pela defesa e obtenção das minguadas verbas sempre retidas; luta contra o tempo, as distâncias, a incúria.” COSTA, Lucio. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *A Lição de Rodrigo*. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969, p. 1-2.

³³⁵ “(...) Proteger uma velha construção civil ou religiosa contra a unha do tempo é um problema; defendê-la contra seus proprietários que cismaram de botá-las abaixo, é duas vezes fogo. Rodrigo foi o herói sem dragonas desse combate. Sua única arma eram umas leis desconhecidas ou desprezadas por todo mundo, a diplomacia no trato e, finalmente, a Justiça. Perdeu algumas batalhas. Na maioria, ganhou. A DPHAN existe, e goza de conceito internacional, embora em alguma cidade do interior de Minas ou da Bahia o sr. Prefeito Fulustruca dos Bigodes teime em desrespeitar a ação do Patrimônio.” ANDRADE, Carlos Drummond de. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *A Lição de Rodrigo*. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969, p. 33.

³³⁶ ANDRADE, Washington M. de. Carta, de 09 de maio de 1952 (?), enviada a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Marina. Pasta: Diversos.

³³⁷ Idem.

³³⁸ “Procurado por um funcionário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, aqui residente, que fez sentir ao acusado ser proibida a pintura a óleo, pelo que o Patrimônio o processaria criminalmente. O acusado, não atendendo às advertências que lhe foram feitas, continuou a concluir o serviço que estava fazendo.” CANEDO, Rui (Promotor de Justiça). Processo judicial, de 09 de maio de 1952. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Mariana. Série Obras. Rua Direita; Caixa: 173; Pasta: 767.

posteriormente ao tombamento.³³⁹ Contudo, havia situações mais delicadas em que os proprietários se negavam deliberadamente um acordo que implicasse na retirada do objeto resultante do processo. “Não tendo sido satisfeita a sua pretensão, o sr. Dettori declarou preferir mudar-se da cidade, desde que não se dispõe a corrigir a loja.”³⁴⁰ Nesse caso, Ângelo Dettori, representante do Clube dos Diretores e Lojistas de Diamantina, se negava a retirar as portas de ferro de sua loja, e alegava existir muitos casos semelhantes na cidade. Do ponto de vista do proprietário, o Patrimônio estava praticando na cidade “dois pesos e duas medidas”, já que somente sua loja estava sendo alvo de “correções”. Reiterando essa tese, Antônio Gomes Queiroz, proprietário de um “mercadinho” recém-construído à margem do Ribeirão do Carmo, em frente à Estação Rodoviária de Mariana, argumentou que o muro construído ao redor do estabelecimento, ainda que sem anuência do Patrimônio, não importou na alteração do conjunto ou da ambiência local, já que no mesmo logradouro havia um sem número de casos semelhantes.

Nenhuma penalidade está sujeito o apelante pelos atos praticados, pois, obteve da Prefeitura Municipal de Mariana, por aforamento, um lote à margem direita do Rio Carmo, construindo nele há mais de um ano seu “Mercadinho”, obtendo para isso autorização da autoridade competente, com a aprovação de sua planta. Não foi feita nenhuma impugnação pelo Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. Posteriormente resolve cercar, para garantia de suas mercadorias, o “Mercadinho”. Na denúncia, o dr. Promotor de Justiça alega ter o apelante, com a construção do muro, alterado o aspecto do local especialmente protegido por lei. Ora, se houve alteração, esta não surgiu com a construção do muro, mais sim quando construiu o seu mercadinho. (...) Na praça onde possui o apelante o seu mercadinho, foi também construído o prédio da estação Rodoviária, inúmeros outros muros nas imediações forma construídos, sem que fosse tomada qualquer providência no sentido, não passando de mera perseguição política a denúncia apresentada pelo dr. Promotor de Justiça da Comarca contra o apelante.³⁴¹

³³⁹ “A União Federal ajuizou a presente ação cominatória contra Hélio Caracioli Gonçalves, qualificado na inicial, para que ao mesmo seja cominado o preceito de retirada compulsória dos anúncios luminosos que colocou na fachada do prédio nº 17 da Rua Conselheiro Quintilhiano, na Cidade de Ouro Preto, com violação do dispositivo no art. 18 do Decreto-lei nº 25/37. Condene-o, ainda, ao pagamento das custas do processo e aos honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, importância que será convertida em renda extraordinária da União Federal.” VELLOSO, Carlos Mário da Silva (Juiz Federal da 3ª Vara). Processo nº 134/67, de 11 de abril de 1969. CDI/IPHAN/MG. Ouro Preto. Conjunto Urbano: Placas, Anúncios e Letreiros Luminosos (1946-1991); Caixa: 672 - Série 1.

³⁴⁰ SOEIRO, Renato. Ofício nº 138, de 03 de abril de 1968, enviado a Antônio Augusto Veloso (chefe substituto do 3º Distrito). CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Conjunto Tombado de Diamantina – continuação – (1969-1973); Caixa: 94.

³⁴¹ QUEIROZ, Antonio Gomes. Apelações do Processo nº 765, de 30 de maio de 1961. CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Bens móveis.

No interior do questionamento lançado pelo cidadão Antônio Gomes Queiroz, sob orientação de advogado, está imbuída também a percepção de um espaço em transformação conforme os agenciamentos e as demandas do presente da cidade. Podemos inferir então que se tratam de formas distintas de ver, usar e ocupar o espaço que não se enquadram necessariamente no imperativo da preservação. E essas diferenças ficam cada vez mais nítidas nas situações de disputas dos recursos materiais e simbólicos do espaço, nas “lutas de classificação” do patrimônio.

Como se viu com base nos exemplos arrolados, houve uma série de resistências e oposições às normas de conservação e uso das edificações agora eleitas “patrimônio histórico e artístico nacional”. Cabe destacar que tais normas incidiam tanto sobre a estrutura material destas edificações, regulando suas formas, volumetria, altimetria e etc., quanto sobre o aspecto externo de suas fachadas, fixando uma estética a ser reproduzida nos imóveis. Como dissemos, essa forma de gestão dos conjuntos urbanos nem sempre obteve o consentimento dos habitantes locais, ou ainda, fora percebida como “draconiana”, suscitando reações as mais diversas como as situações-limite nas quais envolveram inclusive ocorrências policiais e processos judiciais. Os técnicos locais do Patrimônio, encarnação mais imediata do SPHAN em âmbito das municipalidades, sofreram na pele as hostilidades e manifestações contrárias desses cidadãos que, por vezes, argumentavam e colocavam em questão as próprias regras formais de preservação, quando não o próprio “patrimônio”.

Conforme relatos dos técnicos do Patrimônio, o poder judiciário se constituía como um potencial parceiro da preservação do patrimônio, como um recurso disponível, sobretudo, nas situações mais delicadas, quando todos os outros canais de negociação política falharam. No entanto, isso não impediu que os agentes do Patrimônio fizessem críticas pontuais ao judiciário no que tange à demora no atendimento e tramitação dos casos³⁴², ou mesmo à falta de interesse na solução dos conflitos - quando essa instância estava imersa nos compromissos e nas relações clientelares locais³⁴³.

³⁴² “A desagradável surpresa manifesta em telegrama, sobre as construções clandestinas de Ouro Preto, corresponde ao grande desgosto desta Chefia, que tudo tem feito no sentido de solucionar o problema, não só junto ao senhor Procurador da República, como junto às autoridades responsáveis pelo desrespeito à lei. Lamentavelmente, sem maiores resultados.” VASCONCELOS, Sylvio. Ofício nº 723, de 18 de

3.4. Denúncias de Abandono do Patrimônio

Como abordamos no segundo capítulo, havia uma demanda dos poderes locais no que tange à restauração e preservação principalmente de templos religiosos, edificações do poder público e simbologias vinculadas ao panteão de estadistas e/ou personalidades políticas locais, de modo que perpetuasse uma representação de um “passado exemplar”, repleto de grandes feitos cívicos, fatos e personalidades da História. O Serviço do Patrimônio foi, por vezes, pressionado, sobretudo nos jornais, a “cumprir com sua finalidade” e arcar com a contrapartida da preservação. Nesse sentido, o então prefeito do Serro, Márcio Nunes, reclamou do estado de ruína em que se encontravam algumas edificações vinculadas a figuras ilustres da cidade e solicitou ao Patrimônio providências em seu favor.

Abandonada pelas autoridades do Ministério da Educação e Cultura e vivendo em constante apreensão por causa de seus monumentos históricos que podem ruir a qualquer momento, a cidade reclama providências que considera serem de justiça, em virtude do que representa para a cultura nacional. (...) A oportunidade será ainda aproveitada para lembrar a necessidade de se recuperarem os casarões históricos que se acham em ruínas. A casa onde nasceu João Pinheiro, por exemplo, já desabou em grande parte, apesar dos órgãos competentes estarem a par do assunto. As casas onde nasceram o jurista Pedro Lessa, o General Carneiro e a famosa chácara do Barão, estão também quase desabando.³⁴⁴

novembro de 1960, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN/MG. Ouro Preto. Conjunto Urbano (1945-1991); Caixa: 665 - Série 1.

³⁴³ “(...) A finalidade prática, eficaz, no caso, peço permissão para dizê-lo sinceramente, eu não a vejo no recorrer-se a um entendimento com o sr. Prefeito Municipal ou com o sr. Promotor de Justiça. Isto porque, dadas as condições especiais de cidade do interior, nem um nem outro se interessa ou se interessaria em entrar em choque com pessoas da localidade, em benefício desta repartição, embora, especialmente quanto ao dr. Promotor de Justiça tal ação seja uma obrigação imposta e decorrente de lei.” COSTA, João Brandão. Ofício 87/51, de 29 de agosto de 1951, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Administrativo: Comunicações Técnicas (1949-1958); Caixa 130.

³⁴⁴ NUNES, Maurício. Jornal O Globo, de 29 de junho de 1964. In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Inventário. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro, Caixa: 266, Pasta: 03.

Esses questionamentos através do canal da imprensa colocavam na ordem do dia a necessidade de preservação e salvaguarda dos bens reivindicados como patrimônio. Uma vez adquirido tal status, os suplicantes entendiam que esses bens deveriam receber um tratamento especial por parte do SPHAN, quando não reivindicavam um posicionamento oficial para melhor esclarecimento da opinião pública. A demora no atendimento dessa demanda acirrava ainda mais as animosidades entre a agência preservacionista e os poderes locais. No caso em tela, por exemplo, a delonga na prestação dos serviços de restauração reivindicados foi motivo para que os interessados encaminhassem outro pedido de providência em relação aos casarões em ruína, agora diretamente ao ministro da Educação:

Permita-me vossa excelência a liberdade de, como brasileiro que se interessa pelo culto às tradições e valores morais de nossa Pátria, solicitar respeitosamente a sua atenção para o seguinte: (...) É sobremaneira opulenta a galeria de serranos ilustres – homens que marcaram as páginas de nossa História pelo seu talento, pelo seu trabalho, pelo amor ao Brasil. (...) Como Prefeito eleito daquele Município, comove-me profundamente o estado de abandono a que se acham reduzidas as casas onde nasceram alguns daqueles grandes brasileiros. São prédios de notável beleza arquitetônica, os quais, por ambas essas circunstâncias, bem poderiam merecer a assistência dos órgãos competentes. Dentre eles, cumpre destacar: a) a casa (chácara) do Barão do Serro, dr. José Joaquim Ferreira Rabelo; b) a casa de Pedro Lessa; c) a casa de João Pinheiro; d) a casa do General Antônio Ernesto Gomes Carneiro.³⁴⁵

Apresentamos, nas figuras 25, 26, 27 e 28, as imagens da casa do Barão do Serro, da casa de Pedro Lessa, da casa de João Pinheiro e da casa de General Carneiro, respectivamente, também enviadas ao Ministro da Educação no intuito de reforçar o pedido de restauração destas edificações, uma vez que se encontravam em considerável estado de degradação física. Esse caso denota, então, o empenho de indivíduos e/ou grupos na seleção de bens específicos do passado como merecedores de destaque e preservação no espaço social. Tais indivíduos e/ou grupos articulavam a categoria “patrimônio” em suas reivindicações junto ao órgão de preservação, tornando pública uma demanda, e faziam pressão nesse sentido.

³⁴⁵ NUNES, José Márcilio Moura. Carta, de 06 de dezembro de 1972, enviada ao Ministro da Educação Jarbas Passarinho. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Serro. Pasta: Tombamento Conjunto Arquitetônico do Serro - Processo 65-T-38.



Figura 25: Chácara do Barão do Serro (1972). ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Tombamento Conjunto Arquitetônico do Serro - Processo 65-T-38.



Figura 26: Sobrado onde nasceu Pedro Lessa (1972). ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Tombamento Conjunto Arquitetônico do Serro - Processo 65-T-38.



Figura 27: Casa onde nasceu João Pinheiro (1972). ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Tombamento Conjunto Arquitetônico do Serro - Processo 65-T-38.



Figura 28: Casa onde nasceu Geral Carneiro (1972). ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Tombamento Conjunto Arquitetônico do Serro - Processo 65-T-38.

O atraso ou o não cumprimento dessa demanda poderia, inclusive, incidir negativamente sobre a imagem do Serviço do Patrimônio, bem como tornar precária a condução de suas políticas em âmbito local. As reivindicações em prol da conservação desses bens poderiam assumir o caráter de verdadeiras campanhas de pressão e de mobilização da população. Sob o título de “Relíquias históricas abandonadas no Serro”, A. de Carvalho, correspondente do Jornal *Diário de Minas* (de Belo Horizonte), no Serro, denunciou uma situação de delonga e/ou omissão na realização dos reparos necessários ao funcionamento da Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

(...) Conhecedores de suas preciosas relíquias históricas constituídas de belas obras arquitetônicas, notadamente seus templos religiosos, o vetusto solar dos Otoni, as enormes residências com uma série de sacadas em ferro forjado, estacas circulares de madeira, choram-se com o estado precário em que se encontra a Matriz de Nossa Senhora da Conceição. (...) Com o decorrer dos anos entregues às intempéries da natureza não terão forças para resistir e ruirão sob as vistas dos serranos e autoridades responsáveis, misturando-se às lágrimas dos que amam as belezas artísticas e históricas de sua terra. A população espera. A população do Serro espera que surjam as verbas do Patrimônio e (...) apareçam os engenheiros, técnicos, pintores e carpinteiros e prossigam as obras de restauração das joias arquiteturais da cidade.³⁴⁶

Na mesma enquete do jornal, outro correspondente do Serro, Luiz Carlos Cleto, reiterou o tom de denúncia e cobrou do Patrimônio uma ação concreta em favor da conservação do templo religioso, senão aquele patrimônio dos serranos iria perecer.

Monumentos históricos ameaçados de desaparecer. O Patrimônio Histórico não restaura, nem deixa restaurar. Apelo do povo para que a cidade não morra. Muitas obras reclamam a presença de técnicos do Patrimônio Histórico no Serro. Casarões importantes no seu tempo morrem hoje a sua morte de pedra, sem que haja da parte do [3º] Distrito os cuidados que merecem. (...) A Igreja Matriz do Serro está ameaçada de ruir. (...) A Igreja está em seu “réquiem”, sentem isto os moradores. A qualquer hora, acabará de cair – e restaurá-la, então, será praticamente impossível. A alegação do Serviço, para justificar o fato, é das mais frágeis possíveis. Dizem os porta-vozes do DPHAN que não há técnicos. Se não os há, que sejam contratados, onde existirem.³⁴⁷

³⁴⁶ CARVALHO, A. Jornal *Diário de Minas*, de Belo Horizonte, de 13 de fevereiro de 1958. In: CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Artigos de Jornal.

³⁴⁷ CLETO, Luiz Carlos. Jornal *Diário de Minas*, de Belo Horizonte, de 13 de fevereiro de 1958. In: CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Artigos de Jornal.

Em ofício encaminhado a Sylvio de Vasconcelos, o próprio diretor-geral do Serviço do Patrimônio, Rodrigo Melo Franco de Andrade, reconhecia as falhas cometidas pelo órgão e, portanto, não retirava o mérito das reclamações, já que o primeiro pedido de restauração da Matriz de Nossa Senhora da Conceição remontava ao ano de 1955. “Incomoda-me tanto mais a situação em que se encontra a Matriz do Serro quando, em verdade, não há justificação aceita para que se tenha deixado praticamente ao abandono, como ficou aquele templo, meses e meses a fio.”³⁴⁸ Sendo assim, Andrade se empenhou pessoalmente no planejamento e execução das obras de restauração necessárias, visto que o templo se encontrava inutilizado por anos.

Apresentamos, nas figuras 29 e 30, etapas do processo de restauração da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, no Serro, templo que se encontrava em precário estado de conservação, com uma fenda lateral avançando sobre a edificação. A entrega da igreja restaurada (figura 31) foi, portanto, motivo de intensa comemoração entre os serranos.



Figura 29: Restauração lateral da Matriz de Nossa Senhora da Conceição (1959). In: CDI/IPHAN-MG. Serro. Pasta: Matriz de Nossa senhora da Conceição.

³⁴⁸ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício n° 278, de 27 de fevereiro de 1958, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Matriz de N. S. Conceição.



Figura 30: Operários na Matriz de Nossa Senhora da Conceição (1959). In: CDI/IPHAN-MG. Serro. Pasta: Matriz de Nossa senhora da Conceição.



Figura 31: Festa de reinauguração da Matriz de Nossa Senhora da Conceição (1961). In: CDI/IPHAN-MG. Serro. Pasta: Matriz de Nossa senhora da Conceição.

Diante das expectativas geradas, o atendimento dessa demanda de restauração de determinadas edificações tinha também uma conotação política, serviam para estreitar

as relações do Patrimônio com os poderes locais e para dirimir conflitos. Contudo, nesse intervalo, enquanto as obras não eram realizadas, a própria atuação do órgão na municipalidade poderia estar em questão e se transformar em alvo de queixas e reclamações.

A Matriz de N. S. do Pilar [de São João del-Rei] está necessitando de concertos sérios, como, aliás, todos os prédios de nossa cidade não dispensam isso de tempos em tempos. Como existe no Rio o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), ocupando “modernamente” o 8º pavimento do “piramidal” edifício do Ministério da Educação e que é hoje o “zelador” das coisas históricas e artísticas do país, e como tal ele fez em 1938 o tombamento desta cidade, e ainda como tal deve ser ele, vez por outra, pelo menos, o “pagante” das despesas que se tornem necessárias à preservação daquilo que serviu e serve de único motivo para sua existência...³⁴⁹

De fato, em diversos momentos, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se viu sem recursos financeiros correspondentes e sem técnicos suficientes para o investimento na hercúlea tarefa da preservação do patrimônio cultural em todo território nacional. Conforme destacou Rodrigo Melo Franco de Andrade, “o SPHAN, criado por lei federal em janeiro de 1937, procurou estender desde logo sua atuação a todo país, mas nunca lhe foram concedidos para esse efeito senão meios insuficientes”³⁵⁰. Quanto à reforma da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em São João del-Rei, por exemplo, esperava-se a realização de obras emergenciais, contudo, conforme sinalizou o editorial do *Diário do Comércio*, o diretor-geral do Serviço do Patrimônio havia informado, através de telegrama, que o órgão não dispunha de recursos suficientes naquele momento para execução dos reparos necessários à conservação da igreja. Esse caso foi percebido pelos nativos como uma falta ou mesmo como uma omissão do SPHAN, e só contribuiu para agitar os ânimos e acirrar ainda mais o clima de animosidade entre o Patrimônio e os grupos locais.

Em São João del-Rei, no curto prazo de 200 anos a população tomou a seu cargo a conservação dos verdadeiros monumentos de arquitetura aqui

³⁴⁹ DIÁRIO DO COMÉRCIO (de São João del-Rei), de 23 de agosto de 1945, n° 2236. Sem título; do editorial.

³⁵⁰ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Anexo 18. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades: Rodrigo Melo Franco de Andrade.

existentes, isto é, as igrejas. O Zé Pedreiro e o João Capina davam jeito nos telhados e nas paredes e o que é de fato é que as igrejas, escora daqui, remenda d'acolá, ainda aí estão, mais ou menos como foram feitas. (...) Tombar uma cidade, como faz o Patrimônio, sem lhe dar indispensável assistência técnica e financeira para conservar a fisionomia colonial, é medida, como se vê, contraproducente (...). Para o caso da Matriz, que demanda obras urgentes de segurança, diz o SPHAN: não há verba. Porque, que diabo, não dão verba ao SPHAN?³⁵¹

José Belline dos Santos, historiador local e diretor de redação do *Diário do Comércio*, protestou contra o “estado de abandono” dos “relicários do passado” depois do tombamento da cidade. Para ele, após a inscrição do conjunto urbano da cidade no Livro do Tombo, os são-joanenses ficaram de “mãos atadas”, restando-lhes apenas esperar pela contingência da atuação de um técnico do Patrimônio. “Muito antes do ‘Patrimônio’ ser instituído no Brasil, já o são-joanense cuidava com carinho das obras de arte.”³⁵² Com este discurso, José Belline dos Santos reivindicava o reconhecimento dos habitantes da cidade como únicos defensores do seu legado, do seu patrimônio. Este porta-voz dotado do direito de falar e agir em nome dos interesses locais procurava ainda resguardar a sua imagem e a dos grupos sociais dos quais ele representa contra o estigma de vândalos destruidores do “patrimônio nacional”.

Não somos iconoclastas, nem estamos atacados de tal insanidade para pôr abaixo todas as velhas construções da cidade. É uma injustiça que nos arroga, atribuí-nos uma fúria destruidora, chocante e aberrante dos cuidados dispensados aos nossos monumentos durante quase dois séculos.³⁵³

Como se percebe, a relação do Patrimônio com seu público foi permeada de momentos de tensão e de conflito. Sob a ótica da instituição, por exemplo, a população era vista ora como principal parceira da preservação, ora como potencial transgressora do patrimônio, e os limites entre um ou outro campo discursivo nem sempre foram tão precisos assim. Nessas situações de tensões e conflitos, os interesses divergentes à patrimonialização poderiam ser, inclusive, estigmatizados no debate público. “Os

³⁵¹ DIÁRIO DO COMÉRCIO (de São João del-Rei), de 24 de agosto de 1945, n° 2237. Editorial.

³⁵² SANTOS, José Belline dos. O Correio (de São João del-Rei), de 28 de julho de 1946, n° 2063.

³⁵³ SANTOS, José Belline dos. Carta, de 07 de julho de 1946. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. São João del-Rei. Pasta: Bens tombados. Processo 0361-T-46. Sobrado à Praça Severiano de Resende, esquina com a rua Marechal Deodoro, n° 12.

Senhores do Patrimônio, na imprensa, em entrevistas e em discursos, nos atiram epítetos de ignorantes”³⁵⁴, comentou Mozart Novaes, jornalista e industrial são-joanense. Tanto José Belline dos Santos quanto Mozart Novaes, ao adotarem essa postura de resguardo em seus discursos, pareciam estar respondendo às formulações discursivas anteriores lançadas pelos técnicos do Patrimônio, as quais não conseguimos captar. De todo modo, é preciso levar em conta que houve também situações de reação imediata dos agentes do Patrimônio quando outras formulações discursivas entraram no domínio público questionando os critérios de preservação e reivindicando o poder de interpretação e classificação do “patrimônio”. Nesse caso, a emergência de críticas às ações impositivas do Serviço do Patrimônio é rapidamente combatida e estigmatizada em arena de debate. Em última instância, seus técnicos figuram nos enunciados como os únicos capacitados, empossados do poder de atestar e consagrar os bens culturais, enquanto os setores da sociedade civil não passavam de “ignorantes” que desconheciam os domínios da “arte”, da “história” e do próprio “patrimônio”. Por isso, voltam-se contra o “interesse coletivo”, contra a “causa nacional”. A estigmatização da fala do “outro” é acionada, portanto, como um “trunfo” na luta política pela imposição de uma determinada ordem de compreensão do mundo social. No campo de disputa por posições, um poder dominante pode se afirmar:

promovendo crenças e valores compatíveis a ele; naturalizando e universalizando tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; denegrindo ideias que possam desafiar-lo; excluindo formas rivais de pensamento, mediante alguma lógica não declarada mas sistemática; e obscurecendo a realidade social de modo a favorecê-lo.³⁵⁵

Segundo Sylvio de Vasconcelos, essas tensões e conflitos decorrem de “incompreensões”, inclusive das autoridades municipais e eclesiásticas, quanto à própria finalidade do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O conflito começa, nas palavras de Vasconcelos, pela definição do que é ou não importante “no quadro da nossa civilização material, exercida por quem não dispõe de elementos suficientes de informação a respeito”. Na sua avaliação, nem sempre as autoridades e os cidadãos aceitam as restrições visando à conservação dos conjuntos urbanos, “achando

³⁵⁴ NOVAES, Mozart. O Correio, de 26 de maio de 1946, nº 2064. Matéria: “Ainda o Serviço do Patrimônio”.

³⁵⁵ EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997, p. 19.

sempre que nenhuma importância tem uma casinha a mais ou a menos, de um beco, de uma capela secundária, etc.”, e se colocam em oposição às medidas que visam proteger e resguardar a “harmonia” e a “ambiência” estética dos sítios tombados, perturbando assim a soma de seus elementos componentes.³⁵⁶

Verificamos, portanto, sempre quando surgem proposições discursivas divergentes, tornando o “patrimônio nacional” objeto de contestação pública, os agentes da “Academia SPHAN” adotando uma postura de resguardo de seus critérios e decisões, afirmando um status estritamente técnico, no sentido de assegurar o monopólio da nomeação e consagração dos objetos. A afirmação de um saber “técnico-científico” implica, nessa arena de luta discursiva, na exclusão e estigmatização da fala do “outro”, que não tem “refinamento” e nem “gosto correto”.

Augusto de Lima Jr., literato e historiador, ao denunciar o que chamou de “omissões inexplicáveis por parte do DPHAN” em relação às igrejas e casarões em ruínas em Ouro Preto, argumentou de modo semelhante que a população de sua terra sempre foi a principal zeladora e guardiã de seu patrimônio, não o contrário.

Quem lê as declarações do diretor do DPHAN, pode julgar que ele está heroicamente defendendo a cidade de Ouro Preto contra seus moradores, emprenhados em destruí-la. Ora, isso é um absurdo. Ouro Preto conservou-se intacta nestes duzentos e quarenta e sete anos, porque foi zelada por seus moradores, por seus administradores e por nós mineiros, que nunca a deixamos abandonada.³⁵⁷

Além desse desabafo, suas críticas não se limitaram em apontar uma situação de suposta omissão por parte do SPHAN e de conseqüente abandono dos bens edificados, mas se dirigiram também ao próprio modo como percebia a condução das políticas de preservação da cidade, em descompasso com os interesses e demandas dos próprios moradores e autoridades locais.

³⁵⁶ VASCONCELOS, Sylvio. *Jornal das Minas Gerais*, de Belo Horizonte, (s.d). Matéria: Patrimônio Histórico e o Patrimônio. In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades: Sylvio de Vasconcelos.

³⁵⁷ LIMA JR., Augusto de. *Jornal O Globo*, de 31 de julho de 1958. In: CDI/IPHAN/MG. Ouro Preto. Pasta: Conjunto Urbano (1945-1991); Caixa: 665 - Série 1.

Os estragos que aparecem nas igrejas abandonadas pela repartição do Ministério da Educação, foram devidos à incompetência dos funcionários respectivos, que não conhecem seu ofício e que do Rio de Janeiro pretendem resolver coisas que ignoram. Enquanto esse relaxamento se revela nos monumentos públicos, os moradores de Ouro Preto estão privados até de tirarem goteiras dos telhados sem requerimentos ao DPHAN. (...) Onde o DPHAN devia ajudar ele não comparece. Alega sempre falta de verbas. (...) A casa que foi do inconfidente Cláudio Manuel da Costa e onde mais tarde nasceu o estadista Bernardo Pereira de Vasconcelos, necessita de urgentes reparos, mas seu proprietário, o Professor Eliseu Ribeiro, não pode fazê-los pela opressão do DPHAN, que vive ameaçando os proprietários de Ouro Preto com processos e represálias. É essa a situação de várias outras moradas que estão em condições precárias. (...) O que se alega em Minas é que Ouro Preto se transformou em colônia do grupo do DPHAN. Nem o Prefeito Municipal, nem a Câmara, nenhuma autoridade local com funções constitucionais, podem exercer sua ação na velha e ativa Ouro Preto.³⁵⁸

“Onde o DPHAN devia ajudar ele não comparece”, avaliou Augusto de Lima Jr. Mais do que “forças de expressão”, encontramos no imaginário dos cidadãos percepções de que havia mesmo certa ambiguidade na atuação do Patrimônio sobre os conjuntos urbanos tombados. Por exemplo, Luiz Carlos Cleto, que havia denunciado o estado de ruína em que se encontrava a Matriz do Serro, estendia sua crítica ao Patrimônio por notar uma situação de aparente contradição, pelo menos aos olhos dos “leigos”, no que tange a introdução de novas edificações no conjunto urbano. Conforme argumentou, se o objetivo do tombamento era a manutenção da arquitetura colonial das edificações e de uma “fisionomia tradicional” da cidade, não fazia sentido a autorização de construções em “estilo moderno”, como o grupo escolar João Nepomuceno, obra realizada pelo próprio Estado, em contraste com as demais edificações do sítio urbano do Serro.

Só o Estado faz moderno. Como toda cidade colonial, Serro é obrigada a sujeitar-se aos regulamentos de construção do DPHAN. Para construir-se uma casa, necessário se torna a aprovação de sua planta que deve ser, antes de tudo, de estilo colonial. E, se, no terreno escolhido pelo construtor, existirem restos de outra casa, de estilo velho, quem constrói é obrigado a respeitar as linhas anteriores. (...) O objetivo é manter a mesma fisionomia urbana da cidade. Mas o próprio Estado a isto desrespeita – o grupo escolar João Nepomuceno é de linhas modernistas. Poderão argumentar os entendidos que a sua forma obedece às mesmas soluções setecentistas. Mas isto é um problema para os entendidos. Os outros, os que nada entendem de arquitetura, mas que “sentem” a cidade, notam que o edifício destoia, completamente, do conjunto antigo da cidade.³⁵⁹

³⁵⁸ Idem.

É possível inferir que Luiz Carlos Cleto, quando teceu essas considerações acerca do impacto que a introdução dessa edificação moderna trouxe à paisagem do Serro, tinha também em conta o caso da construção do Grande Hotel no sítio urbano de Ouro Preto, cuja modernidade de suas linhas arquitetônicas marcavam um contraste com o casario colonial da cidade. Aliás, a edificação do Grande Hotel foi uma das primeiras inserções modernistas em conjuntos urbanos tombados³⁶⁰; projeto empreendido em meados de 1938, quando o governo do Estado de Minas Gerais decidiu construir um hotel em Ouro Preto com o objetivo de atender uma demanda e catalisar o turismo na cidade. Como se sabe, o governo mineiro solicitou ao SPHAN um projeto para que a nova construção fosse compatível com a arquitetura antiga.³⁶¹ Contudo, no âmbito do Serviço do Patrimônio, o projeto do arquiteto Carlos Leão, de vertente neocolonial, em maior conformidade com as linhas tipológicas da arquitetura local, foi preterido na disputa com os modernistas do Patrimônio, saindo vencedor o projeto de Oscar Niemeyer de linhas arrojadas e retilíneas, mas também de maior impacto sobre a paisagem.

Segue, na figura 32, uma imagem lateral do Grande Hotel projetado por Oscar Niemeyer e defendido por Lucio Costa como exemplar da “boa arquitetura”, moderna e nacional, ainda que em contraste com o casario local.

³⁵⁹ CLETO, Luiz Carlos. *Jornal Diário de Minas*, de Belo Horizonte, de 13 de fevereiro de 1958. In: CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Artigos de Jornal.

³⁶⁰ Para uma abordagem das experimentações modernistas e aprovação de projetos modernos no núcleo urbano de Diamantina, ver: GONÇALVES, Cristiane Souza. *Experimentações em Diamantina: um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado (1938-1967)*. Tese (FAUUSP). São Paulo, 2010.

³⁶¹ CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.



Figura 32: Grande Hotel de Ouro Preto (1946). In: CDI/IPHAN/MG. Ouro Preto. Pasta: Grande Hotel (1946-1994); Caixa: 702.

A construção do Grande Hotel, concluída em meados de 1944, suscitou, portanto, reações díspares, entre elas estranhamentos e rejeições. O Jornal *O Diário*, de Belo Horizonte, fazia um alerta ao turista “de olhar mais exigente” que buscava em Ouro Preto o palco do “drama histórico da Inconfidência”:

Tivemos oportunidade de perder ali uns quinze minutos e sentimos, “*data venia*”, reprovar a atrevida concepção do arquiteto Niemeyer. **Todo o**

ouropretano reprovava o Hotel dos turistas, e os próprios turistas não hão de sentir-se muito cômodo em acomodações tão estreitas. Mas não percamos tempo nesse local. (...) Não fomos a Ouro Preto para admirar novidades.³⁶²

Para o Jornal *Folha de Minas*, de Belo Horizonte, Ouro Preto fora o último reduto do período colonial a ser “vencido pelo moderno”. A partir de então a “invasão do novo” na sua paisagem era questão de tempo.

Há uma novidade na paisagem urbana de Ouro Preto: o Grande Hotel para os turistas. É uma imensa gaiola quadrilonga encravada no ponto mais central da cidade. Parece a Arca de Noé encalhada no morro depois da baixa das águas. **Destoa do conjunto, ao menos à primeira vista. É essa também a opinião do homem da rua**, que chama “futurista” (isto é, muito moderno), ao estilo do Hotel. Na verdade, embora o arquiteto tenha “pastichado” o estilo de velhas construções ouropretanas e usado materiais como os de outrora, o edifício parece escandalosamente novo, como realmente é. Mas também envelhecerá, e daqui a uns quarenta ou cinquenta anos a pátina do tempo lhe dará a mesma fisionomia velhusca dos edifícios vizinhos.³⁶³

Entrando no mérito quanto à possibilidade de “invasão do novo”, José Mariano Filho³⁶⁴ avaliava que Ouro Preto, depois da construção desse hotel, tinha perdido o seu “encanto primitivo” e questionava: “que força moral terá o Serviço do Patrimônio para impedir que particulares, legitimamente apoiados ao exemplo oficial, procedam do mesmo modo?”³⁶⁵

Conforme apresentamos no segundo capítulo, durante a reforma do antigo Liceu de Artes e Ofícios (adaptação desta edificação para acomodação do Cine-Teatro Vila

³⁶² JORNAL O DIÁRIO (de Belo Horizonte), de 30 de abril de 1942. Matéria: Os inconfidentes nos guiam através de Ouro Preto. In: ACI/IPHAN. Ouro Preto. Inventário. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto. Caixa: 213; Pasta: 01. (grifo nosso).

³⁶³ JORNAL FOLHA DE MINAS (de Belo Horizonte), de 16 de março de 1944. Matéria: Ouro Preto, ida e volta. In: ACI/IPHAN. Ouro Preto. Inventário. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto. Caixa: 213; Pasta 01. (grifo nosso).

³⁶⁴ Diretor da Escola Nacional de Belas Artes e expoente do estilo arquitetônico neocolonial brasileiro. José Mariano Filho, ao lado de Gustavo Barroso, competia com os modernistas a primazia da construção e gestão oficial do patrimônio nacional. Esse episódio da edificação do hotel de arquitetura modernista, em Ouro Preto, representou, entre outras coisas, mais um momento dessa disputa que girava em torno também da condução oficial da renovação arquitetônica nacional. CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1999.

³⁶⁵ FILHO, José Mariano. Apud. BONAMIM, Giovana. *Elites intelectuais e nation building: conflitos na organização e funcionamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o estado novo*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFP, 2011, p. 73.

Rica), o empreendedor Salvador Tropa reclamava das dificuldades e embargos impostos pelo SPHAN para que a construção não “perturbasse” a fisionomia arquitetônica da cidade. Segundo Tropa, o mesmo “cuidado” não foi despendido ao “volumoso” Grande Hotel, “que se encontra no plano mais alto e cuja construção o Patrimônio não impugnou”³⁶⁶.

A *Revista Comercial de Minas Gerais*, editada em Belo Horizonte, dizia em um de seus volumes que o SPHAN, mesmo assistido pela autoridade de um decreto imperativo, “não teve força para impedir que o excelente hotel construído em Ouro Preto desrespeitasse o estilo arquitetônico da velha e tradicional cidade”³⁶⁷. Aliás, Lucio Costa, chefe da Divisão de Estudos e Tombamento (DET), defendia o projeto arrojado de Niemeyer, em detrimento de outras “soluções”.

De excepcional pureza de linhas, e de muito equilíbrio plástico, é, na verdade, uma obra de arte e, como tal, não deverá estranhar a vizinhança de outras obras de arte, embora diferentes, porque a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer período anterior – o que não combina com coisa nenhuma é a falta de arquitetura.³⁶⁸

Em suma, a construção do Grande Hotel, em Ouro Preto, representou mais um momento de “auto-consagração” da arquitetura modernista no âmbito do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. E com a hegemonia dos modernistas nos quadros do SPHAN, o estilo arquitetônico neocolonial, considerado por estes como “tradicionalista”, “passadista” e “nostálgico”, fora então relegado do rol do “patrimônio nacional”. Nas palavras de Silvana Rubino, “um mesmo movimento e grupo desqualificou o neocolonial e o ecletismo, sagrou o colonial e inventou o movimento moderno nos trópicos”³⁶⁹. Contudo, a implantação de exemplares arquitetônicos de estilo moderno no interior dos núcleos tombados suscitou representações díspares e,

³⁶⁶ TROPIA, Salvador. *Jornal O Globo*, de 23 de junho de 1958. Matéria: Diz que o Patrimônio Histórico aprovou a construção do cinema. CDI/IPHAN/MG. Ouro Preto. Pasta: Cinema – Antigo Liceu 1946-1959; Caixa 661.

³⁶⁷ REVISTA COMERCIAL DE MINAS GERAIS (de Belo Horizonte), nº 86. Matéria reproduzida também no *Diário do Comércio* (de São João del-Rei), de 28 de julho de 1946, nº 2506.

³⁶⁸ COSTA, Lucio. Apud. MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, nº 22, 1987, p. 109.

³⁶⁹ RUBINO, Silvana. Lucio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, 2002, p. 11.

conforme abordamos, houve inclusive aqueles que viam nisso os sintomas das próprias contradições nas posturas e deliberações do órgão preservacionista. A emergência de distintos olhares e representações do “patrimônio histórico e artístico da nação brasileira” trazem à tona, portanto, as adjetivações incorporadas aos objetos, as subjetividades individuais e coletiva, os valores, os interesses e os projetos em jogo nos processos de patrimonialização dos bens culturais.

3.5. Lutas de Classificação do Patrimônio

O patrimônio decorre de processo social e político e, como tal, configura-se essencialmente em um “campo”³⁷⁰, isto é, em um espaço de disputa material e simbólica onde os grupos sociais lutam pelo poder de definição, nomeação e classificação da herança cultural. No campo do patrimônio, por exemplo, estão localizadas as disputas tanto pela consagração quanto pela rejeição dos bens simbólicos do passado. Mais do que isso, está em jogo, nesse espaço, a hegemonia e o monopólio do direito de dizer o patrimônio, de interpretá-lo como legítimo ou legal. Nesse lugar, os “agentes especializados” disputam o poder de nomear territorialidades e assegurar o domínio simbólico dessa nomeação. Em outras palavras, lutam pelo “poder simbólico”, ou seja, o poder de construção do dado pela enunciação, impondo uma ordem de compreensão e consagração dos bens culturais.³⁷¹ As lutas de classificação e nomeação do patrimônio expressam, portanto, os diferentes interesses, as escolhas, os gostos e as preferências de indivíduos e grupos que se empenharam na reconstrução e destruição do passado, no presente.³⁷²

³⁷⁰ A noção de “campo” que utilizamos se refere basicamente a um espaço de disputa material e simbólica onde os agentes especializados entram em competição pelo poder de reconhecimento e legitimidade de suas representações, valores e esquemas de percepção do mundo social (Ver: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.). Nessa perspectiva, procuramos pensar o patrimônio como um campo, um espaço de luta concorrencial onde se confrontam discursos, sentidos e projetos distintos de uso, apropriação e significação dos bens culturais.

³⁷¹ “O autor, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir.” BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. p. 114.

Os conflitos são reveladores das diferenças políticas no espaço social. Eles trazem à tona o contraditório ou mesmo o impensado pelos representantes do Estado, assim como as demandas e projetos não gestados por estes, mas que agora disputam espaço e reclamam consideração. Durante o litígio, o “outro” reclama ser ouvido, ainda que seu “discurso oposicional” ameace ou desequilibre a ordem estabelecida. Aliás, a política reside exatamente onde “aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento”³⁷³.

No caso dos conflitos relativos ao patrimônio, eles definem espaços, lugares, territórios etc., e pressionam suas fronteiras. Como se sabe, a própria categoria “patrimônio” pode assumir contornos e significados distintos entre os grupos em disputa. Aliás, um dos princípios da luta política consiste justamente na luta pelas palavras comuns. As mesmas palavras podem ser empregadas por grupos diferentes sem que tenham o mesmo sentido.³⁷⁴ Desse modo, os patrimônios culturais devem ser pensados nos quadros das representações sociais.³⁷⁵ Através de “narrativas patrimoniais”, por exemplo, os grupos sociais estão sempre construindo e nomeando “patrimônios”, ainda que tais narrativas tragam consigo um caráter arbitrário e impliquem em algum nível de exercício de poder. As concepções acerca do patrimônio cultural não são neutras, dependem da forma como cada grupo, em contextos espaciais e históricos específicos, seleciona e destaca certos bens materiais e simbólicos do passado que lhes confere personalidade e lhes orienta no presente.³⁷⁶

Os tombamentos integrais das cidades, isto é, dos seus conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, foram motivo de contestação pública, sobretudo em Diamantina, no Serro e em São João del-Rei, locais onde partiram ainda pedidos de revisão do seu

³⁷² ARANTES, Antônio Augusto. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense/Condephaat, 1984.

³⁷³ RANCIÈRE, Jacques. *O descentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 40.

³⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit.

³⁷⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

³⁷⁶ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

tombamento mediante a delimitação de perímetros de preservação mais precisos, em consonância com os interesses e projetos de desenvolvimento locais.

Cabe sinalizar que, em Ouro Preto, Augusto de Lima Jr. chegou a entrar no mérito da discussão sobre o tombamento integral da cidade, dizendo se tratar de um ato “disparatado”: “Ora, isso é absurdo pois o que interessa no caso é justamente a conservação do detalhe”³⁷⁷. Parece que este historiador defendia a preservação e o destaque de monumentos parcelares no espaço público, não da cidade como um todo, enquanto museu de si mesma. De acordo com Vicente Racioppi, presidente do Instituto Histórico de Ouro Preto e diretor do Museu de Arte e História da Casa de Gonzaga, um guardião da história da cidade³⁷⁸ que participou ativamente do processo de elevação de Ouro Preto a categoria de monumento nacional (decreto federal nº 22.928, de 12 de julho de 1933), o Serviço do Patrimônio “exorbita de seus deveres”³⁷⁹, uma vez que todo núcleo tinha sido designado como área de interesse do Patrimônio. Cabe lembrar ainda que Racioppi foi também uma das personalidades locais que se levantaram contra a edificação do Grande Hotel de Ouro Preto, obra que, segundo ele, não passava de um “abominável caixão para uma pessoa morta”³⁸⁰. Em Mariana, conforme destacamos neste capítulo, o próprio técnico local do Patrimônio pediu demissão do seu cargo, em virtude de reiteradas desobediências dos cidadãos em relação ao cumprimento das normas formais de preservação. Nesta cidade, foram acionados pelo Patrimônio, ainda, efetivos policiais e processos judiciais contra os “infratores”, recursos de última instância para garantir o próprio funcionamento daquela política de preservação. Aliás, as dificuldades na condução das ações de preservação nesse local poderiam ter dimensões ainda maiores, como sugere Sylvio de Vasconcelos em seu desabafo com o então prefeito Antônio Ferreira Moraes:

³⁷⁷ LIMA JR., Augusto de. *Jornal O Globo*, de 31 de julho de 1958. Matéria: Ouro Preto, cidade monumento nacional. In: CDI/IPHAN/MG. Ouro Preto. Pasta: Conjunto Urbano (1945-1991); Caixa: 665 - Série 1.

³⁷⁸ “Conseguí impedir que as cinzas de Marília fossem levadas para a ex-penitenciária, que se continuasse a mutilação da fachada da capela de S. Francisco de Assis e que fosse arrancada a placa do centenário do Visconde de Ouro Preto.” RACIOPPI, Vicente. *Folha de Minas* (de Belo Horizonte), de 17 de setembro de 1946. In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Ouro Preto. Inventário; Caixa: 123.

³⁷⁹ RACIOPPI, Vicente. *Correio da Manhã* (do Rio de Janeiro), de 12 de outubro de 1940. In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Ouro Preto. Inventário; Caixa: 123.

³⁸⁰ WILLIAMS, Daryle. Vicente Racioppi: the local preservationist and the National State. p. 14. <http://faculty.history.umd.edu/DWilliams/courses/Spring06/HIST471/Racioppi.pdf> (acessado em 25/08/2015)

Quando de minha última passagem por Mariana verifiquei que todas as três árvores plantadas por nós nas imediações de S. Francisco estavam quebradas propositadamente e em vias de morte. **É incrível que não se consiga em Mariana ao menos que vicejem três árvores a despeito do seu alto custo e todo o nosso interesse.** Revela ainda notar que as árvores estão plantadas em frente à Prefeitura Municipal e cadeia, sendo que o destacamento policial pode perfeitamente policiá-lo evitando a ação criminosa de pessoas inescrupulosas.³⁸¹

Talvez esse episódio descrito por Sylvio de Vasconcelos, no qual avistamos os embaraços encontrados na conservação das três árvores no espaço público, seu consequente insucesso e a busca constante de vigilância e maior controle do território, possa ser visto como uma metáfora das dificuldades e dos percalços enfrentados por essa política de preservação na cidade.

Quanto ao tombamento do conjunto urbano da cidade, encontramos, em anos posteriores, o então prefeito de Mariana, João Chaves Sampaio, especulando sobre quais áreas da cidade eram realmente de interesse do Patrimônio e quais terrenos poderiam ser destinados a aforamentos e/ou ser neles construídas residências.³⁸² Talvez ainda pairasse dúvidas na cabeça do prefeito, mas é bem provável se tratar de um questionamento ou não concordância quanto à abrangência do tombamento da cidade. De qualquer forma, imediatamente Sylvio de Vasconcelos fez questão de desfazer qualquer mal-entendido, firmando posição e defendendo o monopólio do SPHAN nos processos de aprovação de obras de intervenção na paisagem de Mariana:

Com relação ao ofício de 26/02/1963, cumpre informar: 1 – Toda a cidade de Mariana, considerada monumento nacional, é tombada; 2 – Os terrenos já urbanizados e arruados podem receber construção depois de aprovado o projeto pela DPHAN; 3 – Os terrenos vagos, sem arruamento deverão ser primeiro loteados, enviando estas plantas a DPHAN para aprovação.³⁸³

³⁸¹ VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício, de 12 de setembro de 1946, enviado a Antônio Ferreira de Moraes. CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Conjunto Urbano (1940-1991). (grifo nosso).

³⁸² ANJOS, José Tomé (técnico local do Patrimônio). Ofício, de 26 de fevereiro de 1963, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Administrativo I e II.

³⁸³ VASCONCELOS, Sylvio. Carta, de 27 de fevereiro de 1963, enviada a João Chaves Sampaio. CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Administrativo I e II.

De fato, o tombamento dos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, ao promover uma alteração das fronteiras espaciais, suscitou reações as mais diversas, sobretudo dúvidas sobre o que fazer e como agir daquele momento em diante. Cabe destacar que, localmente, houve muito desconhecimento acerca das reais implicações do tombamento, sobretudo nos primeiros anos da elevação oficial dos conjuntos urbanos. Perguntava-se quais eram os materiais e os estilos arquitetônicos permitidos nas reformas e novas construções na cidade a partir de então; indagava-se, ainda, se o tombamento tinha recaído sobre bens específicos, como os templos religiosos, ou se abrangia também todo o casario da cidade; demandava-se regras mais gerais e bem definidas que orientassem as ações do executivo municipal, assim como dos cidadãos em seus agenciamentos cotidianos sobre o espaço urbano, e, nesse sentido, chegou-se a sugerir a formulação de um Código de Obras³⁸⁴ em parceria entre a prefeitura e o Patrimônio. Se os gestores municipais são termômetro dessas dúvidas provocadas pelo tombamento dos sítios urbanos, que dirá os cidadãos que sequer foram notificados de que tiveram suas residências incorporadas ao “patrimônio histórico e artístico nacional”. O próprio SPHAN também navegou nesse “mar de incertezas”, uma vez que seu corpo técnico partilhou da ideia de que as “cidades-monumento” não iriam crescer e, em consequência, não arquitetaram planos regionais que racionalizasse esse crescimento urbano. A contingência é, portanto, um fator presente nas políticas de preservação e gestão do patrimônio. Questões novas (porque impensadas pela repartição federal) e complexas, próprias do fenômeno do crescimento urbano das cidades, foram lançadas ao Patrimônio, e se não se poderia prever os acontecimentos, ao menos era preciso controlar seus desdobramentos sob o risco de colocar a perder toda uma política voltada àqueles conjuntos urbanos mineiros tombados.

Em Diamantina, a União Operária Beneficente local havia denunciado ao então governador Benedito Valadares o “abuso burocrático” praticado pelo Patrimônio na cidade, e dizia temer que a classe trabalhadora ficasse “sem pão à espera de qualquer decisão deste Serviço”.³⁸⁵ Essa queixa fornece-nos indícios de que o tombamento do

³⁸⁴ Referimo-nos ao desejo do prefeito de Ouro Preto, Amélio Junqueira Ferreira, de elaborar, em 1946, um Código de Obras para a cidade em parceria com o Patrimônio, de modo que os processos construtivos seguissem regras mais gerais previamente acordadas, sem depender de autorização e parecer específico dos técnicos do Patrimônio.

³⁸⁵ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício, de 17 de outubro de 1941, enviado ao prefeito de Diamantina. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras. Centro Histórico; Caixa: 105; Pasta: 478.

conjunto urbano de Diamantina tivera uma recepção negativa na cidade, sendo visto em diversos setores como empecilho aos processos construtivos locais. No ano seguinte, o *Jornal Voz de Diamantina* dizia serem “descabidas” e “fora de propósito” as exigências do Patrimônio, considerando também como intransigente a postura deste órgão em relação ao progresso da cidade.³⁸⁶

Além dessas escaramuças, o combate mais contundente ao “tombamento integral de Diamantina” foi feito pelo engenheiro civil Galdino César da Rocha, em uma extensa carta (25 laudas) enviada ao então Presidente da República, Getúlio Vargas, na expectativa que o chefe do executivo federal usasse as prerrogativas do decreto-lei nº 3866, de 29 de novembro de 1941, que versam sobre o cancelamento do tombamento de bens do “patrimônio histórico e artístico nacional”. Galdino César da Rocha, de posse do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, requeria então a anulação do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina, por entender que houve ilegalidade nesse processo de inscrição da cidade em um dos Livros do Tombo (Livro das Belas Artes; Processo 64-T-38), já que os proprietários, principais interessados na defesa do direito de propriedade, não foram notificados daquele ato: “Todo tombamento sem notificação não pode ser caracterizado na forma da lei. É portanto um tombamento ilegal e conseqüentemente nulo de pleno direito”. Além de sublinhar que a notificação deveria ser encaminhada não somente ao chefe do executivo municipal, mas também aos proprietários dos imóveis, enquanto uma etapa necessária à legalidade do processo de tombamento, ele questionava ainda os próprios limites e dimensões desse tombamento: “Mas que vem a ser o conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina?” Como, até então, não havia uma delimitação precisa da área tombada, procurava-se preservar também todo entorno do sítio, visando manter certa “ambiência” e “harmonia” da paisagem urbana livre de possíveis “descaracterizações” e/ou “contágio profano”, a despeito das pressões do mercado imobiliário. Trata-se de um questionamento capcioso, já que para este engenheiro o tombamento não deveria abranger todo o casario da cidade, seja porque avaliava que nem todas as edificações possuíam requintes artísticos ou históricos que justificasse a sua preservação até a posteridade, seja porque entendia que o tombamento freava o

³⁸⁶ JORNAL VOZ DE DIAMANTINA (de Diamantina), de 10 de maio de 1942. Matéria: Praça de Esporte. In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras. Casas. Caixa: 105; Pasta 479.

desenvolvimento da cidade, bem como os projetos de reforma médico-sanitarista do seu espaço físico, talvez já em andamento:

Mas o conjunto arquitetônico e urbanístico a que se refere o Diretor do Patrimônio H. A. N. é constituído de prédios velhos, em sua maioria sem os requisitos indicados no artigo 1º da lei [decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937], e de outros prédios novos que não satisfazem também às condições estabelecidas no artigo 1º citado. Todos foram ilegalmente tombados. São prédios, na sua maioria, sem nenhum valor artístico, sem nenhuma vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil!!! (...)

O requerente está convencido de que esse estado sanitário é em grande parte criado pelas velhas casas e pela ausência de fossas biológicas ou de galerias de esgoto, modernas e suficientes, e pela falta de abundante abastecimento de água. [Diamantina] É uma cidade cheia de becos e ruas estreitas, sem ventilação e iluminação necessária à saúde de seus habitantes, onde as casas são encostadas umas às outras em quarteirões inteiros.

É uma cidade pedindo, para maioria de suas casas, demolições e reformas ditadas pelos princípios e pelas leis de saúde pública, e não um tombamento ilegal como o que existe para agravar e perpetuar todos os seus males com grande prejuízo para os cofres da União (...).

A bem da saúde da população de Diamantina deve ser anulado o seu ilegal tombamento para que possam ser demolidas as casas condenas pela lei de saúde pública, reformadas aquelas que possam ser aproveitadas pelos seus proprietários e colocadas de acordo com o regulamento de construção da cidade, e construídas casas modernas, dotadas do conforto que a arte e a ciência proporcionam ao homem civilizado.³⁸⁷

Quando Galdino César da Rocha sinaliza que nem todas as casas de Diamantina deveriam ser tombadas, por não possuírem características artísticas e/ou históricas, em sua grande maioria, ele se coloca como um “guarda de fronteira” que também disputa o arbítrio da seleção e classificação do patrimônio. Assim, podemos notar outros projetos de apropriação, uso e significação do espaço entrando em arena de disputa e articulando a categoria “patrimônio” em seus intentos. Na argumentação posterior, ao defender uma intervenção saneadora na cidade, tendo como alvo principalmente as “casas velhas” de “alcovas sem ar e sem luz” e de assoalhos e paredes “cheios de umidade”, Rocha reverbera parte do ideário sanitarista da Primeira República quando o Brasil foi definido por muitos como um “país doente”, e a cura dos “males nacionais” passaria por amplas reformas sociais, morais e sanitárias. Nessa conjuntura, o diagnóstico e a profilaxia apresentados pela medicina e pela engenharia sanitarista redundavam em práticas de intervenção “regeneradoras” do tecido urbano das cidades.

³⁸⁷ ROCHA, Galdino César da. Carta, de 02 de junho de 1942, enviada a Getúlio Vargas. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras – Casas; Caixa: 105, Pasta: 479.

As preocupações com as questões de salubridade e higiene nas cidades brasileiras, principalmente no início da República, levaram uma série de problemas que transformaram essas preocupações em intervenções, visando à reestruturação dessas cidades. Inúmeras cidades passaram a promover reformas e a urbanização neste momento é entendida como higienização e limpeza para melhoria das condições de habitabilidade.³⁸⁸

Em São João del-Rei, por exemplo, esteve em andamento, nos anos de 1943-1944, um plano de saneamento domiciliar cujo objetivo principal era a retirada de alcovas do interior dos imóveis e a instalação de venezianas para maior arejamento e circulação de ar. Este plano, arquitetado por Henrique Furtado Portugal, chefe do Centro de Saúde, resultou na notificação de trezentas casas e na retirada de alcovas em mais de uma centena delas. Para Portugal, tratava-se de medida incontornável, ainda que aquela intervenção cirúrgica resultasse na modificação de alguns casarões da cidade. “O prejuízo a esse saneamento que é urgente, resulta do ‘zum-zum’ de que o Patrimônio não estava de acordo em que fosse desfigurado o interior dos velhos prédios de S. João, com a colocação de venezianas.”³⁸⁹

Cabe destacar que essas intervenções propaladas pelo ideário médico-sanitarista colocam à luz do dia a via da demolição como forma de se adaptar o ambiente a uma ideia de espaço e de cidade civilizados: “Quando um prédio ou parte de um prédio, terreno ou lugar, não satisfazem às exigências [higiênicas e sanitárias] (...), quando os vícios e falhas forem insaciáveis, deve nesta hipótese ser demolido”³⁹⁰. No caso em tela, o chefe do Centro de Saúde de São João del-Rei, Henrique Furtado Portugal, prescreve a demolição como remédio de contenção do “organismo doente”, antes que todo “corpo espacial” seja “contaminado”. Demolir para melhorar as condições de habitabilidade, higiene, circulação, beleza, conforto e etc. Muitas vezes, essas justificativas de cunho marcadamente moral e político foram apresentadas sob o rótulo de soluções técnicas, objetivas, porque vinculadas ao domínio da ciência.

³⁸⁸ SILVA, Regina Helena Alves da. *A Invenção da metrópole*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade de São Paulo, 1997, p. 21.

³⁸⁹ PORTUGAL, Henrique Furtado. *Diário do Comercio* (de São João del-Rei), de 28 de agosto de 1943, nº 1649. Matéria: São João del-Rei não quer fixar-se no passado.

³⁹⁰ PORTUGAL, Henrique Furtado. *Diário do Comércio* (de São João del-Rei), de 08 de agosto de 1944. Matéria: 100 casas com alcovas removidas. Atestado evidente de educação sanitária.

Dando prosseguimento às argumentações contidas na carta encaminhada ao Presidente da República, Galdino César da Rocha reclamava ainda que os proprietários de imóveis de Diamantina sentiam-se tolhidos com os “rigores das autoridades federais do Serviço do P.H.A.N.” já que seus projetos construtivos obedecendo a “arte nova” eram sistematicamente substituídos por projetos que reproduziam a “arte antiga”, com “grande desvalorização dos imóveis”.³⁹¹ Questionamento semelhante foi formulado posteriormente pelo engenheiro Vinicius Mourão que defendia a viabilidade da execução de seu projeto de modificação da fachada de um prédio de arquitetura colonial situado à rua do Hospital, em Diamantina, projeto este reprovado pelos técnicos do Patrimônio:

(...) Não tendo o Patrimônio criticado a planta por mim oferecida e apresentado razões porque não poderia ser ela aprovada, limitando-se apenas a substituí-la sumariamente por outra de sua autoria, não posso concordar com tal medida porque vem me coagir no exercício de minha profissão, causando-me prejuízos e ferindo direitos que são assegurados por lei. (...) O projeto apresentado pelo abaixo assinado não está em desacordo com o ambiente, nem os elementos são estranhos a Diamantina, assim como a disposição adotada não fere a harmonia do conjunto. Em contraposição, a planta oferecida pelo Patrimônio (...) é mais onerosa, ofende a capacidade profissional de terceiros e faz concorrência injusta.³⁹²

Vinicius Mourão, além de solicitar aos técnicos do Patrimônio, por escrito, os motivos da reprovação de seu projeto, reivindicava as portarias, os memorandos, as circulares ou então um Código de Obras e Posturas versando sobre as construções na cidade, de modo a auxiliar os interessados em futuros empreendimentos. Para João Brandão Costa, técnico local do Patrimônio, essa atitude “inconveniente” do engenheiro visava somente “criar embaraços” à atuação do Serviço do Patrimônio em Diamantina, contudo, constatava que sua conduta tinha respaldo junto à administração municipal.³⁹³

Por fim, Galdino César da Rocha termina seu pedido de “destombamento” do conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina sinalizando haver na cidade uma

³⁹¹ ROCHA, Galdino César da. Carta, de 02 de junho de 1942, enviada a Getúlio Vargas. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras – Casas; Caixa: 105, Pasta: 479.

³⁹² MOURÃO, Vinicius. Carta, de 26 de janeiro de 1948, enviada a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Rua Joaquim Costa - Praça do Mercado; Caixa: 165.

³⁹³ COSTA, João Brandão. Ofício, de janeiro de 1948, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Rua Joaquim Costa - Praça do Mercado; Caixa: 165.

opinião pública ou mesmo certo ambiente refratários ao Patrimônio, sendo as exigências do órgão preservacionista percebidas como nocivas ao progresso de Diamantina.

OPINIÃO PÚBLICA: nesta cidade todos se queixam da ação do Patrimônio H. A. N., mas todos se subordinam às decisões ilegais desse Serviço. (...) CONSEQUÊNCIAS DO TOMBAMENTO ILEGAL: Do tombamento ilegal de Diamantina decorrem consequências nocivas aos interesses da União, da Cidade e dos interesses de seus habitantes. São os dinheiros públicos que se escoam em indevida aplicação e a desmoralização da administração federal que se propaga na opinião pública (...). São as peias na iniciativa da autoridade municipal, dificultando-lhe os melhoramentos urbanos e o travamento do progresso da Cidade. São as restrições ilegais, criadas ao direito do cidadão dispor de sua propriedade, e o impedimento de construir no seu terreno o prédio que lhe aprouver respeitados os regulamentos administrativos e os direitos de vizinhos. Considerando, exmo. sr. Presidente da República, que foi aqui provado, de forma cabal e incontestável, o tombamento ilegal de Diamantina. Considerando que esse tombamento ilegal só tem servido para estabelecer restrições aos direitos de propriedade e para impedir progresso desta cidade. (...) O requerente pede a V. Excma, a anulação do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Diamantina.³⁹⁴

Em resposta aos questionamentos lançados por Galdino Rocha, Rodrigo Melo Franco de Andrade, em reunião do Conselho Consultivo, reafirmou a legalidade do tombamento do conjunto urbano de Diamantina, em conformidade com o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, por seu “excepcional valor artístico” e por sua vinculação a “fatos memoráveis da história do Brasil”. Para ele, a notificação necessária para o tombamento somente deveria ser endereçada ao chefe do executivo municipal, como foi feito. Rebatendo o argumento de que as edificações da cidade, em sua grande maioria, não possuíam os atributos artísticos ou históricos de “excepcional valor” que motivassem sua inclusão em conjunto no Livro do Tombo, Andrade dizia que, ainda se isso fosse verdade, caberia a preservação do conjunto urbano como um todo, pois, “o seu conjunto é que constitui um monumento histórico e artístico excepcionalmente valioso, como o de Ouro Preto”. Partindo também para o ataque, o diretor-geral do Patrimônio afirmava que a tese da ilegalidade do tombamento de Diamantina era “inepta” e faltava “qualidade ao autor da arguição, para habilitá-lo a tomar a iniciativa que deu lugar ao presente processo administrativo”, já que não lhe foram conferidos poderes para falar e agir em nome dos proprietários de imóveis da cidade.³⁹⁵ “As

³⁹⁴ ROCHA, Galdino César da. Carta, de 02 de junho de 1942, enviada a Getúlio Vargas. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras – Casas; Caixa: 105, Pasta: 479.

alegações do denunciante (...) comprovam expressivamente tanto a sua incompreensão dos objetivos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quanto a má fé das suas acusações.”³⁹⁶ O parecer final da comissão formada por membros do Conselho Consultivo, presidida por Gustavo Barroso, recomendava ainda que o engenheiro César Galdino da Rocha fosse responsabilizado pela “atitude assumida de formular acusações infundadas e alimentar desconfiança na Administração Federal, no seio da cidade de Diamantina”³⁹⁷. Não sabemos quais foram as sanções aplicadas a esse indivíduo, que talvez argumentasse em nome de toda uma coletividade ou de grupos de interesse locais, mas sabemos que suas queixas não foram “isoladas”, nem em âmbito municipal, já que em anos posteriores o prefeito de Diamantina requeria a delimitação de um perímetro preciso de preservação da cidade, nem em âmbito regional, conforme vimos nas cidades que tiveram seus conjuntos urbanos tombados a emergência de conflitos e tensões no que tange à preservação do “patrimônio histórico e artístico nacional”.

No Serro, em diversos momentos, Sylvio de Vasconcelos avaliou ser “muito difícil” a atuação do Patrimônio, bem como a condução das políticas de preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade. Evidentemente, havia sobressaltos, isto é, momentos em que as tensões e conflitos se agravavam, exigindo do órgão maiores esforços. Por exemplo, no ano de 1949, o então prefeito Raul Gonçalves encampou um projeto de alienação de vias públicas, no caso, de becos e lotes vagos, no intuito de promover sua ocupação e, talvez, cumprir compromissos de campanha, já que essa prática, semelhante ao aforamento, servia também para estreitar laços e garantir reciprocidades políticas. Além disso, os poderes locais tinham interesses e demandas próprias que não se enquadravam plenamente no imperativo da preservação. Sendo assim, tal projeto não foi sequer comunicado ou submetido aos técnicos do Serviço do Patrimônio, no sentido de garantir sua viabilidade, já que o tombamento trazia claras limitações às obras de impacto sobre o conjunto urbano da cidade. Nas palavras do técnico local do Patrimônio, Alvim Saade, “essas alienações passaram despercebidas”,

³⁹⁵ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ata do processo de averiguação das reclamações de Galdino César da Rocha, de 30 de julho de 1942. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras – Casas; Caixa: 105, Pasta: 479.

³⁹⁶ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. 4ª Ata de Declaração, de 28 de agosto de 1942. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras – Casas; Caixa: 105, Pasta: 479.

³⁹⁷ BARROSO, Gustavo. Relatório da Comissão do Conselho Consultivo, de 28 de setembro de 1942. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras – Casas; Caixa: 105, Pasta: 479.

não obstante o controle e a vigilância do território. Contudo, ponderava este técnico em informação oferecida a Sylvio de Vasconcelos que ainda assim não houve prejuízo ao aspecto tradicional e arquitetônico da cidade após esse empreendimento.

Apesar do sr. prefeito ter se prontificado a retificar o que for possível, comunico-lhe que os becos referidos não merecem maiores atenções, salvo melhor critério dessa Repartição. O da Fonte do Jogo da Bola, é uma entrada entre uma casa e um terreno vago, não tendo mais de metro e vinte, sem calçamento, onde dizem ter existido um chafariz que já deixou de existir a muitos anos. O que liga a rua Direita à rua da Cadeia, era um escoador de águas de menos de metro que não era acessível nem a pedestres. O que ligava o Gambá a Fonte do Coqueiro era um caminho que se pode dizer mais um caminho de roça; e a Fonte dos Coqueiros é uma mina d'água existente entre pastos de uma chácara, bem assim, o que ligava a caixa d'água ao Rapadouro é um caminho no mato. Os verdadeiros becos da cidade, conforme planta em meu poder e que influem no conjunto arquitetônico, são: Beco do Anselmo, Beco do Rodrigo, Beco do Lessa e Beco do Carmo.³⁹⁸

Conforme abordamos no segundo capítulo, os critérios e as exigências dos técnicos do Patrimônio poderiam variar conforme o bem edificado, a rua ou o logradouro preservado, sobretudo se no local em questão encontravam-se monumentos religiosos e/ou remanescentes do século XVIII. Podemos inferir que nessa “escala” pudessem coexistir áreas de maior rigidez quantos às normas formais de preservação e “zonas cegas” ao Patrimônio, isto é, áreas de maior permissividade, de predomínio de conjuntos de casas “modernizadas”, por exemplo.

Sylvio de Vasconcelos, em correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade, dizia que o prefeito vinha cometendo reiterados “abusos” no Serro, abrindo então um precedente negativo aos cidadãos, o que poderia comprometer a própria “interiorização” do Patrimônio, assim como suas diretrizes voltadas à preservação do conjunto urbano da cidade. “São tais os desmandos que este Prefeito vem cometendo que estive a ponto de lhe mandar resposta menos amável.”³⁹⁹ O diretor-geral do Patrimônio, por sua vez, concordava com as palavras de Vasconcelos, mas pedia-lhe cautela, sob o risco de colocar toda uma política de preservação em risco.

³⁹⁸ SAADE, Alvim. Ofício, de 20 de agosto de 1949, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Boletins.

³⁹⁹ VASCONCELOS, Sylvio. Ofício, de 19 de agosto de 1949, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Boletins.

Fiquei vivamente impressionado com a desenvoltura do Prefeito do Serro. (...) Pelo visto, parece que a cidade infeliz está entregue à administração de um insensato. Entretanto, exatamente por esse motivo, convirá evitar com cuidado qualquer pretexto para induzi-lo a assumir posição hostil a esta repartição. Sua deliberação de manter atitude paciente, em face daquele telegrama, foi portanto muito sábia.⁴⁰⁰

Rodrigo Melo Franco de Andrade apostava na negociação e na diplomacia como recursos para dirimir e equacionar conflitos. Talvez a experiência já havia lhe mostrado que o fracasso das redes de relações e o acirramento dos conflitos poderiam pôr sérios empecilhos ao Patrimônio, em âmbito local. Chamamos de “política de negociação de perdas” a situação em que ambas as partes interessadas cedem, ainda que de maneira assimétrica, no intuito de se esquivar dos ataques frontais e dos desgastes próprios da emergência e extensão de conflitos. Para evitar “perdas” maiores, por exemplo, o Patrimônio foi compelido a fazer concessões a outras demandas e projetos de interesses que não se enquadravam plenamente no imperativo da preservação. A “negociação das perdas”, como veremos no mais detidamente no próximo capítulo, é sempre acionada como recurso de última instância, visando a construção de alianças, reciprocidades e cooperações posteriores, dirimindo as tensões e os choques de interesses do momento. No caso da alienação de terrenos no Serro, especificamente, o Patrimônio “manteve atitude paciente”, conforme recomendação do seu diretor-geral, exigindo apenas que os projetos construtivos se submetessem à avaliação técnica deste órgão, mediante apresentação de planta.

Em São João del-Rei, tão logo surgiram os embargos nos empreendimentos públicos (entre os primeiros está a paralização das obras de alargamento da rua Getúlio Vargas, em 1943) e privados, é possível verificar uma enxurrada de críticas e protestos ao “tombamento integral” da cidade. A implementação das políticas de preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei provocou acaloradas discussões e mexeu com os ânimos dos diversos grupos sociais locais, sendo tais políticas percebidas, seja entre os gestores municipais, empreendedores urbanos, comerciantes, industriais, intelectuais, autoridades eclesiásticas, setores médios e muito provavelmente pelas camadas mais baixas da população são-joanense, como um entrave ao desenvolvimento local. Em um ambiente marcado pelas promessas e possibilidades da modernidade, o tombamento fora visto como uma potencial ameaça, quando não o

⁴⁰⁰ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício n° 449, de 23 de agosto de 1949, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Boletins.

próprio cárcere desse futuro. Encontramos na cidade, portanto, um clima de mobilização política dos setores locais, que se estendeu pelas praças e ruas da cidade (com a circulação de notas de protesto e abaixo-assinados), pelos clubes e organizações de classe (tendo o espaço de sociabilidade da *Associação Comercial de São João del-Rei* como eixo articulador das “vozes discordantes” do Patrimônio) e pela imprensa (com os jornais *Diário do Comércio* e *O Correio* de São João del-Rei veiculando em suas páginas os principais fundamentos e justificativas da resistência local às ações do Patrimônio na cidade).

Se temos aplaudido sem reservas à ação do Serviço do Patrimônio Histórico, isso não impede que hoje focalizemos o descontentamento geral contra o tombamento de toda a cidade feita por aquele órgão zelador da arte antiga. Força é ressaltar que a ser posta em prática as mesmas medidas pelo Serviço do Patrimônio Histórico assistiremos aos funerais do progresso são-joanense. Jamais aplaudimos a mutilação ou modernização dos nossos templos e monumentos coloniais. (...) **Ninguém contesta que os monumentos católicos, as pontes de pedra, a parte antiga da cidade e mesmo alguns prédios, cuja a vida se relaciona com fatos históricos são-joanenses ou mineiros, sejam, de fato protegidos e conservados como atestados vivos de uma época.** Mas daí não permitir abertura de novas ruas (...) seria criar inomináveis entraves ao progresso da cidade desejosa de vida e de evolução. Tão sombrias perspectivas, de um modo geral, o que se espera, no mínimo, é de reprodução do quadro angustioso predominantemente na vizinha cidade de Tiradentes. Estamos crentes de que há em tudo isso um possível excesso de zelo, algum mal entendido originário da longitude do ambiente, mesmo porque a missão do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é conservar, jamais matar.⁴⁰¹

Essa crônica publicada no *Diário do Comércio* sob o título “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”, na qual apresentamos alguns fragmentos de texto, revela parte dessa agitação política em torno das posições e dos interesses dos setores locais e traz as primeiras discordâncias do tombamento da cidade. De maneira geral, ela questiona o poder de interferência do Patrimônio sobre o livre exercício da propriedade privada, alegando que a aplicação das normas formais do órgão, tendo em vista a preservação do conjunto urbano da cidade, se chocariam com seu próprio desenvolvimento. Como se depreende, o texto parte de uma perspectiva marcada pela crença no futuro e é sob o prisma da linearidade que o editorial procura estabelecer as distinções entre um passado “exemplar” a ser preservado e um passado “morto” a ser

⁴⁰¹ DIÁRIO DO COMÉRCIO (de São João del-Rei), de 17 de agosto de 1943, nº 1549. Matéria: “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”; editorial (grifo nosso).

enterrado pelo progresso. Nessa ótica, a preservação das igrejas, das pontes de pedra, das edificações que se vinculavam ao panteão local, ou seja, dos bens que exaltavam, em certo sentido, as próprias possibilidades do progresso (sempre em marcha em direção à liberdade, à civilização e ao aperfeiçoamento do espírito) era desejada e tais legados constituíam então a História de São João del-Rei. Já o “quadro angustioso” de Tiradentes, identificada pelo cronista como “cidade-morta” e estagnada em sua força produtiva, seria a antítese do que se pretendia reproduzir em São João del-Rei, visto que cidade passava por um momento de surto comercial, industrial e de expansão do seu perímetro urbano. Verificamos, portanto, no enunciado acima, uma leitura cívica, restritiva e regionalista do patrimônio, ou seja, apenas os legados que expressam um passado “pomposo”, “exemplar”, dos “grandes feitos” e dos “grandes ilustres” locais são passivos de preservação como “atestados vivos de uma época”.

Em outra crônica, também intitulada “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”, esteve presente a mesma ideia contrária ao tombamento do conjunto urbano como um todo, mas favorável à preservação de bens pontuais no espaço público da cidade.

Há uma emoção verdadeira nessa tarefa do registro dos acontecimentos que marcam ou afetam a vida da cidade. (...) **Aplaudimos sem reservas, e podemos adiantar sem receio, e conosco toda a população são-joanense, o tombamento dos templos católicos, pontes, monumentos e prédios públicos e particulares, dignos de conservação e zelo pelo patrimônio histórico, cultural e cívico que representam. Esses sim, “noli tangeres”** [não toquem]! Mas o restante da cidade precisa evoluir e acompanhar o progresso da era em que vivemos.⁴⁰²

O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei foi encarado então como um entrave ao progresso local, entre outras coisas, por restringir e interferir diretamente no poder de execução de obras públicas e particulares, entrando em choque com os modos de uso e apropriação e com os projetos de transformação e racionalização do espaço demarcados pelos grupos locais. A crônica reitera os itens em condições de receber proteção especial e, em um só tempo, delimita também aqueles que não compõem a “lista do patrimônio”. Essa distinção dos objetos que incorporam ou não “status patrimonial” é feita no presente. E é com base nas experiências e valores

⁴⁰² DIÁRIO DO COMÉRCIO (de São João del-Rei), de 26 de agosto de 1943, nº 1646. Matéria: “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”; editorial. (grifo nosso)

próprios da modernidade – sobretudo a crença na marcha linear do tempo, no progresso como o trem da História – que esses indivíduos de São João del-Rei avaliam a sua herança recebida e estabelecem os limites entre passado e presente. Como fica patente, trata-se de modos socialmente estruturados de ver, ocupar e usar os recursos espaciais, distintos daqueles fixados pelas políticas oficiais do Estado.

De todo modo, deparamo-nos, assim, com uma característica essencial do campo do patrimônio: a disputa pelo direito de dizer o patrimônio. Quem tem o direito de determinar o que deve ou não ser preservado no espaço público? Quais bens culturais devem receber status patrimonial? Para quê ou para quem preservar? Os conflitos em torno da definição de um patrimônio evidenciam, portanto, as distintas operações de significação, interpretação e apropriação da herança cultural.

Tornaram-se recorrentes os questionamentos contrários ao “tombamento integral” da cidade, isto é, do centro histórico e seu entorno. Tais questionamentos aventavam, então, a hipótese de um detalhamento mais preciso de imóveis, zonas e áreas que receberiam na prática proteção especial. A extensa crônica que se segue, que decidimos transcrevê-la praticamente na íntegra pela riqueza de detalhes, toca justamente na questão da imprecisão da área de abrangência do tombamento:

Vivendo numa cidade (...) sujeita à tutela do “Patrimônio”, mandamos ao diabo essas intenções puras e estimaríamos, que para nosso sossego os referidos respeitáveis funcionários dessa Repartição “tombassem” logo de uma vez (mas, por escrito para evitar dúvida) aquilo que no entender de S.S. deve aqui representar o passado e nos deixassem meter a picareta em muito mostrengo arquitetônico que ainda vive escorado nessa muleta oficial. (...) Nada pode ser alterado, da pintura das fachadas aos canos íntimos da rede de esgoto. E a senhora a que a lei e seus executores infundem pavor, não toca sequer nas frangas gordas postadas aos fundos do galinheiro para o ajantarado pacífico do domingo. E o excelentíssimo funcionário Classe J [a expressão “Classe J” refere-se a carreira administrativa em um dos Ministérios], (...) veste-se o seu impecável guarda pó e nos deixa aqui com nosso passado, o nosso barroco (...), e, chegando no Rio mete-se no edifício do Ministério da Educação, de tão adiantadas linhas modernas. Por esnobismo, pois o Classe J adora o Rio novo, de perturbadoras linhas e de incrível sorriso Kolinos: “Vim de Minas, daquelas cidades velhas cheias de encantos, de becos e de sinos. Como é suave e consolador o Brasil de ontem! Os bárbaros queriam estragar a paisagem, mas impedimos esse atentado!” **Não queremos aqui o Classe J com (...) a sua interpretação. Isso não conserva a fisionomia da cidade, nem o edifício supostamente histórico, ou interpretativamente “nacional”.** Vamos dividir o queijo. É razoável que admitamos um e outro edifício cujas linhas representam o tipo de construção que fazia o Brasil de ontem; mas becos e prédios, si bem que antigos, mas que de modo nenhum representam a época, devem ser demolidos à bem da

estética e da higiene. (...) Ninguém define os limites do que está “tombado” e qualquer Zê da Rua, que é do “contra”, põe obstáculos...⁴⁰³

Esta crônica sintetiza grande parte dos questionamentos e discordâncias em relação à atuação do Patrimônio em São João del-Rei. Ela usa de sarcasmo como recurso discursivo para se contrapor tanto às normas de uso e conservação das edificações, tidas como severas ou mesmo draconianas, quanto ao próprio tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, identificado como uma intromissão no direito individual de propriedade e, portanto, como um entrave ao progresso de São João del-Rei. Para o cronista, o tombamento do conjunto urbano na sua totalidade não se justificava, mas sim o de monumentos específicos na cidade “cujas linhas representam o tipo de construção que fazia o Brasil de ontem”. Sendo assim, ele foi incisivo quanto a necessidade de um detalhamento preciso da área tombada e reclamou inclusive uma lista dos bens classificados pela repartição federal como “patrimônio nacional”. E ponderou, ironicamente: “mas, por escrito para evitar dúvida”. O “por escrito” informaria então aos grupos locais os limites, bem como as possibilidades de intervenção e racionalização do espaço urbano da cidade, já que o tombamento é uma operação seletiva que estabelece os itens “classificados” como dignos de receber proteção especial do Estado e, em um só tempo, sinaliza também aqueles “desclassificados” que ficam de fora da legenda oficial. Nesse caso, o tema da reforma urbana e sanitária foi articulado como recurso semântico que legitimaria as práticas de intervenção no “tecido” da cidade, restaurando assim o “equilíbrio” e a “sanidade” do seu “organismo” urbano. As “disfunções urbanas” deveriam, portanto, ser corrigidas à luz de critérios técnico-científicos, em nome do bem-estar, da felicidade dos cidadãos, do progresso, da evolução, da civilização e etc.

O cronista desferiu ainda um ataque frontal ao suposto gosto estético do “Classe J”, que aqui representa o técnico do Serviço Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que “adora o novo”, o “moderno” e as “inovações tecnológicas” do Rio de Janeiro, sintetizadas nas “tão adiantadas linhas modernas” do edifício do Ministério da Educação e Saúde (MES), edifício sede do SPHAN, construído por uma equipe de arquitetos de vertente modernistas sob a direção de Lucio Costa e orientação de Le Corbusier. Aliás, o edifício do MES tornou-se um dos marcos do reconhecimento oficial da arquitetura

⁴⁰³ DIÁRIO DO COMÉRCIO (de São João del-Rei), de 6 de março de 1945, nº 2097. Matéria: “O Classe J”; O Velho da Terra (pseudônimo), grifo nosso.

modernista no Brasil. O que se questiona, a partir desse exemplo do edifício do MES, é que se, por um lado, os próprios representantes do Patrimônio concorreram para dotar o Rio de Janeiro de ajustes espaciais em conformidade com os preceitos modernos, por outro lado, os mesmos impunham o rigor da preservação do passado às cidades coloniais mineiras – onde só “bebem de passagem o bocado de pitoresco que reclamam” – subtraindo delas a mesma possibilidade de “abertura espacial” e/ou de transformação. A crônica demarca, então, uma fronteira simbólica entre “nós”, habitantes da cidade, por isso o cronista se auto-intitula “o velho da terra”, e “eles”, agentes preservacionistas distantes, que só estão de passagem e não compreendem o “lugar” e/ou a demanda de seus habitantes. Essa demarcação de fronteira(s) traz à tona os modos distintos de significação e os projetos conflitantes de apropriação e uso do patrimônio. E quando essa diferença é exteriorizada, quando ela entra no domínio público, torna-se uma importante ferramenta de enfrentamento político. Nessa arena de combate de ideias, o cronista “o velho da terra” chegou a falar que a prática da preservação suscita a interpretação, ou seja, ela abre espaço para julgamentos, preferências, gostos, subjetivações e etc. Essa afirmação põe, portanto, em xeque o próprio postulado da neutralidade, objetividade e cientificidade do “patrimônio”, muitas vezes presente nos discursos oficiais dos membros da “Academia SPHAN”, situando-o no terreno da construção social, onde nem sempre os valores, os interesses, os projetos e as modalidades de apropriação são coincidentes.

“Já circula entre o independente povo de nossa terra o refrão que irá para a história: **não queremos o ‘Patrimônio’!**”⁴⁰⁴ Nesse clima de ofensiva no flanco de batalha, a imprensa local, em especial o *Diário do Comércio*, promoveu uma intensa campanha incitando os cidadãos a oferecerem resistência ao Patrimônio, quando não a subverter as diretrizes de conservação e uso do “patrimônio nacional”.

SPHAN são as letras designativas do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional. Sugere um leitor que com essas letras seja formada uma frase que simbolize a resistência do povo de nossa terra às obsoletas determinações daquele Serviço do Ministério da Educação e Saúde. Estas colunas estão à disposição dos leitores para as sugestões. Por hoje aqui vão três: Sem

⁴⁰⁴ DIÁRIO DO COMÉRCIO (de São João del-Rei), de 28 de abril de 1946, n° 2435. Matéria: “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”; editorial. (grifo nosso).

Uma consequência imediata dessa campanha feita pela imprensa local relaciona-se à tentativa de demolição do sobrado do Largo do Tamandaré (atual Museu Regional de São João del-Rei), a despeito do parecer técnico do órgão federal prescrevendo o aproveitamento das características externas da edificação.⁴⁰⁶ Os herdeiros do sobrado venderam o imóvel à empresa imobiliária Companhia de Melhoramentos Urbanos e Obras/SA (CIMOSA), que iniciou o processo de demolição do sobrado na primeira semana de abril de 1946, deixando a edificação em um estado avançado de ruína, como se verifica na figura 33, que apresenta uma dimensão da sua fachada lateral.

⁴⁰⁵ DIÁRIO DO COMÉRCIO (de São João del-Rei), de 24 de abril de 1946, n° 2431. Sem Título (grifo nosso).

⁴⁰⁶ Em novembro de 1944 os herdeiros do sobrado do Largo do Tamandaré, situado à Praça Severiano Resende, já tinham enviado um requerimento diretamente ao presidente da República pleiteando a demolição deste imóvel para a construção de um hotel no mesmo local. Contudo, Vargas solicitou um parecer técnico junto ao SPHAN e este órgão optou pelo aproveitamento da edificação, pedindo a conservação das características externas da sua fachada. Desde então, os proprietários, em sucessivas ocasiões, se esforçaram em executar a demolição do sobrado, a despeito de parecer contrário do Patrimônio. Essa disputa em torno da demolição do sobrado do Largo Tamandaré entrou na agenda pública da cidade através da imprensa, mobilizando os poderes locais em favor da execução desse empreendimento. Para uma abordagem mais detalhada sobre o litígio em torno da preservação deste sobrado, ver: FLORES, Ralf Castanheira. *São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2007.



Figura 33: Demolição do Sobrado à Praça Severiano Resende (1946) – perspectiva lateral – Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei

No entanto, ainda no dia 11 de abril de 1946, esse empreendimento fora embargado mediante a intervenção do Ministério Público Federal, a pedido do SPHAN. Procurando se cercar quanto à manutenção dessa edificação, o Serviço do Patrimônio promoveu o seu tombamento compulsório específico.⁴⁰⁷

⁴⁰⁷ Processo 0361-T-46. Sobrado à Praça Severiano de Resende, esquina com a rua Marechal Deodoro, nº 12 (Escritório Técnico de São João del-Rei/IPHAN; Museu Regional de São João del-Rei; Livro de Belas Artes, Volume 1, Folha 65, Inscrição 310 de 01 de agosto de 1946 e Livro Histórico, Volume 1, Folha 41, Inscrição 244 de 01 de agosto de 1946). ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

Na impugnação ao tombamento do sobrado, os empreendedores do mercado imobiliário Tancredo de Almeida Neves⁴⁰⁸, João Lombardi⁴⁰⁹ e Aziz F. Elias, representantes da Companhia de Melhoramentos e Obras S/A., argumentavam que aquele “pardieiro infecto” estava em estado avançado de ruína e causava, portanto, riscos aos vizinhos e transeuntes. Na avaliação deles, a edificação não constituía uma obra de “valor excepcional”, já que os técnicos do Patrimônio não a haviam reformado ou tampouco manifestando interesse na sua preservação antes da execução da obra.

Não havia no prédio nada que o recomendasse à preservação. Não era um exemplar de arquitetura tradicional. Modelos mais preciosos aqui, felizmente existem, ainda em bom número (...) que são, na verdade, obras dignas de todo carinho e proteção, como por exemplo: os nossos templos religiosos, notadamente, os de São Francisco, Matriz e Carmo, o edifício do Paço Municipal, os solares do Barão de Itambé, da Baronesa de São João del-Rei, das famílias Cunha e Lustosa, para citar os mais expressivos, não falando nas nossas monumentais pontes romanas. Nunca serviu o sobrado em questão de cenário ou de palco a qualquer fato de nossa história. (...) Não é, portanto, admissível a inclusão no tombamento, de modo arbitrário e por mero capricho, de um ou outro prédio, mais ou menos curioso, ou mais ou menos avelhantado e sem qualquer outro mérito, despido de excepcional valor artístico e não encerrando qualquer reminiscência histórica.⁴¹⁰

Depreendemos que o próprio direito de dizer o patrimônio “histórico” e “artístico” esteve em disputa nesse campo. E modos distintos de apropriação e interpretação de um mesmo bem entraram em competição. Verificamos os atores locais demarcando suas posições e reclamando o poder de seleção do que é ou não “memorável” no espaço público. No caso em tela, também a competência exclusiva do Patrimônio de classificar e consagrar os bens culturais da cidade esteve em questão, e a “excepcionalidade” dos objetos, uma das categorias-chave das narrativas

⁴⁰⁸ Diretor vice-presidente da empresa imobiliária Cimosá; advogado, consultor jurídico da Associação Comercial de São João del-Rei; diretor-secretário da Fiação Matosinhos S/A.; diretor-presidente da Fiação e Tecelagem São João. Tancredo de Almeida Neves foi eleito deputado estadual em 1947 pelo PSD, e em janeiro de 1985 foi eleito de forma indireta presidente da República.

⁴⁰⁹ Além de uma diversidade de transações imobiliárias, João Lombardi, esteve envolvido também com a criação da Fábrica de Tecidos Matosinhos; a Sociedade Mercantil Lombardi Ltda., empresa de serviços de montagem de usinas hidroelétricas; a Garagem e Oficina São João, oficina de automóveis; a Serraria e Carpintaria Oeste, loja de matérias de construção; com a construção do Estádio do Minas, na cidade, entre outros.

⁴¹⁰ NEVES, Tancredo de Almeida; LOMBARDI, João; ELIAS, Aziz F. Carta, de em 23 de abril de 1946, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Bens Tombados/Processo 0361-T-46. Sobrado à Praça Severiano de Resende, esquina com a rua Marechal Deodoro, nº 12. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

preservacionistas oficiais, se tornou “lugar de disputa”. Aliás, a ideia da “exemplaridade” dos objetos constituía um dos pilares de sustentação da prática do tombamento. E os discursos dissonantes dos grupos locais questionavam justamente esse critério. Mais do que isso, procuravam descentrá-lo e adaptá-lo ao contexto local a partir de seus interesses, de seus projetos e de suas relações sensíveis com os bens culturais. Pelo jeito, a demolição do sobrado não constituía uma “perda” para os empreendedores em questão, que não hesitavam em depreciá-lo. Aliás, cabe perguntar, para quem a demolição do sobrado representava exatamente uma “perda”?

De acordo com Domingos Horta, professor do Colégio Santo Antônio, o Serviço de Patrimônio tinha uma única finalidade em São João del-Rei, a de ser o guarda das suas tradições históricas e artísticas, de seu passado opulento e glorioso. Porém, ele considerava que o órgão já vinha perdendo esse objetivo, uma vez que estaria impedindo “a demolição de pardieiros que não tem nenhum valimento para a História, nem para a Arte.”⁴¹¹ Suas palavras questionaram então os próprios critérios de seleção, classificação e inclusão dos bens edificados da cidade no cânon do “patrimônio nacional”.

Mozart Novaes, redator de *O Correio*, foi mais além quanto à finalidade do SPHAN para a cidade. Para ele, desde quando começaram os embargos na execução de obras públicas e particulares essa instituição tornou-se “anacrônica” por sua orientação “obsoleta” e “prejudicial”. Nessa perspectiva, a instituição de preservação estaria desvirtuando as datas, os fatos e os acontecimentos históricos da cidade: “Essa gente atrabiliária, apoiada em terreno resvaladiço, forçando o conceito artístico e desvirtuando os fenômenos históricos, foge da realidade para os domínios da fantasia, em devaneios literários, e faz lenda ao invés de afirmar e confirmar os fatos da história”⁴¹².

Consideramos, portanto, esse esforço dos grupos locais em dizer o que é e, ao mesmo tempo, o que não é digno de preservação e destaque no espaço público da cidade, basicamente como um esforço de auto-definição do patrimônio como aquilo que lhes orienta e lhes confere personalidade. Suas queixas trazem à tona a problemática da

⁴¹¹ HORTA, Domingos. Diário do Comércio (de São João del-Rei), de 30 de abril de 1946, nº 2436. Enquete: “A opinião da cidade sobre o tombamento feito pelo SPHAN”.

⁴¹² NOVAES, Mozart. O Correio (de São João del-Rei), de 26 de maio de 1946, nº 2064. Matéria: “Ainda o Serviço do Patrimônio”.

representatividade do “patrimônio nacional”, qual seja: este patrimônio representaria a quem?

Nem todas as coisas velhas têm o mesmo valor histórico e artístico. É preciso distinguir. Será possível que todos os são-joanenses, mesmo os mais cultos e mais ufanos de sua terra estejam atacados de incompreensão e que só os técnicos do patrimônio estejam certos? ⁴¹³

No campo de disputa pelo “patrimônio legítimo”, encontramos também os membros do Conselho Consultivo, “órgão máximo do Serviço do Patrimônio, ao qual compete a arbitragem última pelo ato do tombamento”⁴¹⁴, exercendo seu poder de réplica e reafirmando suas posições no sentido de assegurar o monopólio dos critérios de seleção e classificação dos legados do passado.

Os arquitetos Lucio Costa e Alcides da Rocha Miranda, por exemplo, em parecer favorável ao tombamento do sobrado da Praça Severiano Resende, certificaram que o mesmo constituía uma obra de “excepcional valor artístico”. Segundo estes, ainda que os impugnantes negassem tal valor, o sobrado deveria ser conservado, por se tratar de um exemplar da arquitetura tradicional ainda remanescente do século XIX, tido como “padrão de construção altamente expressivo do que foi a arquitetura civil em São João del-Rei nos meados do último século, caracterizada principalmente pela profusão ornamental e pelo ar festivo das fachadas”⁴¹⁵. Nesse caso, o “valor estético” da edificação é ressaltado como motivo crucial para a sua inclusão no canto do “patrimônio nacional”.

Pedro Calmon, político e historiador, que ocupou o cargo de conservador do Museu Histórico Nacional, se valendo do parecer técnico de Lucio Costa e Alcides da Rocha Miranda, julgou improcedente a impugnação do tombamento do sobrado feita pelos empreendedores Tancredo Neves, João Lombardi e Aziz F. Elias, e votou em

⁴¹³ DIÁRIO DO COMÉRCIO (de São João del-Rei), de 18 de junho de 1946, nº 2476. Matéria: “S. João del-Rei e o Patrimônio Histórico”; Gato Félix (pseudônimo). Matéria publicada também no Diário da Tarde de Belo Horizonte em 15/06/1946.

⁴¹⁴ SANTOS, Mariza Veloso Mota. Nasce a academia Sphan. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília: Iphan, nº 24, 1996, p. 82.

⁴¹⁵ COSTA, Lucio; MIRANDA, Alcides da Rocha. Parecer Técnico, 7 de maio de 1946. Bens Tombados/Processo 0361-T-46... Op. Cit.

favor da manutenção do seu tombamento. Ele acrescentou que somente o corpo de especialistas do SPHAN teriam competência para arbitrar sobre os valores que conformam o “patrimônio histórico e artístico nacional”.

Considerando que **é da competência exclusiva e soberana da SPHAN dizer do valor histórico ou artístico dos bens existentes no território nacional**, determinando-lhe a inscrição no competente Livro do Tombo, com recurso, apenas, para este Conselho; considerando que o imóvel de que se trata, é citado, de há muito, pelos especialistas, como de excepcional valor artístico, tendo sido, mesmo, indicado, no ‘Documentário Arquitetônico’, do sr. José Wash Rodrigues [especialista em história colonial], como possível modelo da maioria das casas da cidade, o que constitui uma das principais características das obras de arte, em matéria de construção.⁴¹⁶

Afonso Arinos de Melo Franco, jurista e historiador, apresentou um parecer que corroborou as versões anteriores de que o sobrado em questão constituía uma obra de “excepcional valor” artístico e histórico. Também para ele, o “critério de classificação” dos bens patrimoniais é uma questão eminentemente técnica, assunto em que o Patrimônio exerce exatamente a sua autoridade: “não hão de ser interessados desconhecedores dos rudimentos do problema, que venham oferecer, no caso, palavras que mereçam consideração”⁴¹⁷. E acrescentou ainda que a “faculdade de tombamento” dos conjuntos urbanísticos nunca tinha sido posta em dúvida antes e, portanto, cabia aos técnicos daquela repartição defendê-la com todo empenho, resguardando assim a própria legitimidade do decreto-lei nº 25/1937:

Meu voto, pois, senhores membros do Conselho é (...) no sentido de que se mantenha o tombamento. O SPHAN está jogando nesta questão uma cartada decisiva. Dificilmente se dará, de novo, um desrespeito tão brutal à legislação que ele é obrigado a defender, com o agravante da autoridade municipal que se coloca entre os infratores. Qualquer transigência de nossa parte, qualquer curvatura aos processos de intimidação de que somos objeto, corresponderia, na minha opinião, à deserção de um dever.⁴¹⁸

⁴¹⁶ CALMON, Pedro. Resolução do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 31 de julho de 1946. Bens Tombados/Processo 0361-T-46... Op. Cit. (grifo nosso).

⁴¹⁷ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Resolução do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 26 de julho de 1946. Bens Tombados/Processo 0361-T-46... Op. Cit.

⁴¹⁸ Idem.

Com esse discurso focado na competência técnica, os membros do Conselho Consultivo naturalizam, institucionalizam e legitimam sua hegemonia e seu monopólio do poder de seleção e nomeação do “patrimônio histórico e artístico nacional”. Encontramos então uma reação imediata desses agentes quando outras formulações discursivas entram no domínio público questionando os critérios de seleção e reivindicando o poder de interpretação do patrimônio. Conforme abordamos, a emergência de críticas às ações impositivas do Patrimônio é rapidamente combatida e estigmatizada no debate público, e, em última instância, seus técnicos figuram nos enunciados como os únicos “capacitados”, protetores de valores supremos da nação, empossados do poder de atestar e consagrar os bens culturais, ainda que os setores da sociedade civil digam o contrário.

Percebemos a emergência de representações díspares acerca de quais objetos constituem um patrimônio. Nessa luta de representações, os grupos locais se posicionavam como “guardas de fronteira” e reivindicavam o direito de interpretação do seu “patrimônio legítimo”. Como se sabe, certos indivíduos e grupos pretendem assenhorear-se da significação do passado. Eles se empenham no trabalho de organização e enquadramento da memória coletiva, criando unidade naquilo que está disperso e dividido, destacando os “grandes heróis”, seus “grandes feitos cívicos”, seus vestígios materiais e simbólicos, seja como mecanismo de reforço dos laços de coesão e de promoção de referências comuns, seja como recurso para distingui-los dos “outros”. Dito isso, entendemos que, nesse campo de “lutas de classificação” do patrimônio, os grupos locais articulavam também “narrativas patrimonializadoras”, isto é, formulações discursivas nas quais estavam constantemente “construindo” e “destruindo” “patrimônios”. Como assevera José Reginaldo Santos Gonçalves, a categoria “patrimônio” está atrelada aos sistemas de representação e de linguagem, sistemas pelos quais os indivíduos estruturam e organizam suas experiências.⁴¹⁹ Nessa perspectiva, deslindar os processos de patrimonialização requer principalmente uma operação de “escavação” das “camadas” de discursos e valores que promovem uma “ativação patrimonial” do objeto. Assim, a possibilidade de nomeação do “patrimônio legítimo” é um passo fundamental na luta política pelo seu agenciamento. Não raro, esse exercício de “autoridade cultural” passa também pela depreciação discursiva dos objetos

⁴¹⁹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaio contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

excluídos dessa legenda. Por isso, encontramos situações específicas em que os indivíduos vêm à público, ora qualificando, ora desqualificando “patrimônios”, ora afirmando, ora negando esta chancela aos objetos. E, uma vez sancionados pela opinião pública, objetivados, naturalizados, estes discursos de patrimônio subtraem seu caráter arbitrário, já que não mais são percebidos como tal.

Além das situações arroladas neste tópico, apresentamos dois casos patentes em que verificamos discursos “desqualificadores” do patrimônio. Em Diamantina, o arcebispo (Geraldo de Proença Sigaud) solicitou ao então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, o cancelamento de um logradouro inteiro situado à rua Alecrim e sua travessa, conhecido como Beco do Mota, no intuito de afastar do centro e da frente da catedral metropolitana o meretrício da cidade, demolindo as edificações ali existentes. Nesse caso, a Igreja, principal parceira e beneficiária do Patrimônio, se posiciona em favor da eliminação daqueles legados materiais e simbólicos vinculados à boêmia e à prostituição.⁴²⁰ Para o arcebispo aquela quadra deveria sofrer uma intervenção saneadora e somente o seu “destombamento” permitiria a retirada do que qualificou como “organismo doente”. A resposta negativa do chefe do executivo federal não o suficiente para obstar esse impulso de eliminação do meretrício, conseguido em anos posteriores sob a mesma tônica do saneamento: “A polícia e a saúde pública fizeram o expurgo baseadas em perigo iminente de contaminação de lepra”⁴²¹. Também em Diamantina, após o incêndio de um casarão situado na confluência das ruas Direita, Beco do Alecrim e Travessa do Carmo, o então prefeito Sylvio Felício dos Santos encaminhou ao Conselho do Patrimônio um pedido de aproveitamento do lote onde ocorreu o acidente, aproveitamento este que consistia no “destombamento” de mais quatro edificações existentes no fundo do terreno.

Apresentamos, na figura 34, uma imagem da área onde ocorreu o incêndio que comprometeu toda a edificação (conhecida como Casa Tiradentes). Na imagem percebe-se, ainda, o alvoroço da população e a mobilização de socorro diante de tamanhas proporções do incêndio.

⁴²⁰ VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício nº 238, de 21 de março de 1959, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Pasta: Tombamento Conjunto Arquitetônico de Diamantina - Processo 64-T-38.

⁴²¹ ESTADO DE MINAS (de Belo Horizonte), de 16 de fevereiro de 1969. Matéria: Prefeitura de Diamantina não quer demolir o Beco do Mota. In: CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Conjunto Tombado – continuação – 1969-1973.



Figura 34: Incêndio na Casa Tiradentes (agosto de 1958). In ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Pasta: Tombamento do Conjunto Arquitetônico de Diamantina – Processo 64-T-38.

Para o prefeito Sylvio Felício dos Santos, o “destombamento” das edificações ocorreria sem prejuízo ao aspecto tradicional da cidade, já que, na sua avaliação, se tratava de casas “sem valor arquitetônico”.⁴²² O pedido de cancelamento da inscrição de parte da área tombada da cidade, para efeito de demolição de quatro edificações nela compreendidas, foi então indeferido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio, por avaliar que aquela área era não somente parte integrante, mas também indispensável ao aspecto do conjunto arquitetônico e paisagístico de Diamantina.⁴²³

Em suma, como atenta José Reginaldo Santos Gonçalves, cabe ao “analista do patrimônio” observar os contornos semânticos que essa categoria pode assumir no tempo e no espaço, já que o patrimônio não é socialmente neutro, mas depende também

⁴²² SANTOS, Sylvio Felício dos. Carta, de 22 de junho de 1959, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Pasta: Tombamento Conjunto Arquitetônico de Diamantina - Processo 64-T-38.

⁴²³ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício nº 1138, de 29 de setembro de 1959. Título: Cancelamento de trecho tombado. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Conjunto Tombado de Diamantina – continuação – 1969-1973; caixa 94.

das subjetivações, dos valores, dos projetos e das relações de poder de quem o enuncia.⁴²⁴

Para Georg Simmel, os conflitos são constitutivos da vida urbana moderna. Ainda que representem uma perturbação ou uma ruptura no equilíbrio de um sistema social, eles têm desdobramentos positivos, na medida em que também conduzem à mudança desse sistema. Os conflitos são componentes estruturantes das tomadas de posições e das decisões políticas. “Admite-se que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações.”⁴²⁵ Nessa perspectiva, os conflitos conferem existência a grupos políticos, que tomam fôlego e passam a atuar em razão do próprio litígio, trazendo à tona, assim, as fissuras num terreno aparentemente comum. Mais do que isso, os conflitos reconfiguram e redefinem os contornos desse “comum”.⁴²⁶

O conflito é um lugar de nascimento, e o que advém depois dele raramente tem a ver com o que se passava antes dele. Ainda que mínimo ou irrisório, e mesmo ritual, o conflito é uma fissura que traça “outros lugares” e cria novos “estados”. Ao historiador cabe não apenas relatá-lo, como também instituí-lo como motor de sua reflexão, fonte de seu próprio relato.⁴²⁷

Procuramos, neste capítulo, abordar as situações de conflitos decorrentes do processo de implementação e condução dessa política de preservação dos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos mineiros, levada a cabo pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sabemos que muitos desses conflitos nem sempre foram registrados em cartas, ofícios, circulares, jornais, notas de informação etc., ou obtiveram um tratamento e resposta oficial do corpo técnico do SPHAN, de modo que essa “história social dos conflitos” do Patrimônio ainda permanece um tanto quanto silenciada. Por outro lado, também é possível que deixamos escapar uma ou outra situação de conflito, dada nossa limitação diante do volume de documentos e fontes presentes nos arquivos do SPHAN, produzidas sobre as seis cidades mineiras que tomamos como base para análise da atuação e funcionamento do órgão. Contudo,

⁴²⁴ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Op. Cit.

⁴²⁵ SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: FILHO, Evaristo de Moraes (org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 123.

⁴²⁶ RANCIÈRE, Jacques. *O descentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

⁴²⁷ FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Ed. USP, 2009, p. 49.

entendemos que os exemplos arrolados aqui são representativos para concluirmos que a relação do Patrimônio com seu público, no caso, com os cidadãos das municipalidades tombadas, foi permeada de tensões e disputas. Conforme apresentamos, estes conflitos não foram isolados, manifestos apenas em um ou outro conjunto urbano tombado, mas foram característicos dessa política de preservação e salvaguarda do chamado “patrimônio histórico e artístico nacional”. Os conflitos são, no nosso entendimento, constitutivos dessa política cultural autoritária (que excluía a população dos processos decisórios de configuração e gestão do patrimônio), que se dava “de cima para baixo”, isto é, do Estado, que se colocava como representante do interesse público, para o conjunto da sociedade. Os conflitos são sintomas de que esse projeto político de construção de um “patrimônio nacional” carecia de um consenso básico entre os atores envolvidos (agentes do Estado e setores da sociedade política e civil locais) sobre quais bens materiais e simbólicos constituíam de fato o “patrimônio coletivo”. Desse modo, os conflitos são também episódios de contestação de legitimidade. Eles demonstram os limites, as inflexões e as fragilidades desse projeto político de preservação dos bens materiais e simbólicos que conferem existência e perenidade à nação. Como assevera José Reginaldo Santos Gonçalves, “o trabalho de construção de identidades e memórias coletivas não está evidentemente condenado ao sucesso. Ele poderá, de vários modos, não se realizar”⁴²⁸. Os conflitos são, ainda, um modo como os agentes sociais locais, que não foram convidados, nem consultados nesse processo, entram na arena política e procuram influenciar as decisões administrativas, fazendo valer seus interesses, reivindicações e projetos. Por fim, os conflitos colocam na ordem do dia as questões que precisam ser negociadas em vez de negadas.

Nessa perspectiva, defendemos a tese, como veremos mais detidamente no próximo capítulo, de que o Patrimônio foi compelido a fazer concessões e a negociar parcelas do espaço das cidades mineiras tombadas e a preservação de seus bens materiais e simbólicos com os poderes locais. Entendemos que o SPHAN foi desafiado a pôr em prática uma “política de negociação” como meio de atenuar e dirimir conflitos. Na lida diária do Patrimônio, sobretudo quando seu corpo técnico saía dos gabinetes do diretório central do SPHAN, no Rio de Janeiro, e ia ao encontro de prefeitos, padres, empreendedores urbanos e moradores dos conjuntos mineiros tombados, a negociação

⁴²⁸ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

se constituía como recurso central e/ou mesmo como mecanismo estruturante do patrimônio.

CAPÍTULO IV

UM PATRIMÔNIO NEGOCIADO: ALIANÇAS E ACORDOS NA GESTÃO DOS CONJUNTOS URBANOS TOMBADOS

Procuramos, ao longo do capítulo, perscrutar as estratégias do Patrimônio no sentido de constituir uma rede de alianças e apoiadores locais, em reconhecimento da necessidade de ampliação das bases de sustentação e legitimação do “patrimônio histórico e artístico nacional”, em âmbito das municipalidades mineiras de conjuntos tombados. Destacamos os esforços de estreitamentos de laços com os grupos locais, as trocas de favores e as negociações em torno da preservação do patrimônio tombado.

4.1. Alianças e Redes de Relações do Patrimônio

Ao longo do processo de interiorização do Patrimônio (movimento de expansão e assentamento das bases do Patrimônio em âmbito das municipalidades que tiveram seus conjuntos urbanos tombados) verificamos um esforço do órgão de estreitamento dos laços e das relações com os poderes locais, seja no intuito de implantar uma pedagogia do “patrimônio histórico e artístico nacional”⁴²⁹, seja no sentido de conferir respaldo e legitimidade às ações de intervenção, conservação e restauro nos sítios urbanos tombados. “Sem cooperação não há esperança”, esse era o mote reiterado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, em reconhecimento da necessidade de ampliação das bases de apoio e sustentação do “patrimônio nacional” no seio da sociedade civil e da sociedade política locais. Conforme destaca Márcia Chuva, esse movimento em direção

⁴²⁹ Em Ouro Preto, por exemplo, o técnico local do Patrimônio, Washington Moraes de Andrade, promoveu um encontro com as lideranças locais, num esforço de esclarecimento e informação sobre a atuação do SPHAN na cidade. “Nesta minha palestra, gostaria de fazer um breve histórico sobre a DPHAN, além de relacionar as principais obras e trabalhos pela mesma realizados em Ouro Preto, Mariana, etc. destacando a sua atuação benéfica, nem sempre bem compreendida e julgada, na conservação do nosso patrimônio histórico e artístico.” ANDRADE, Washington Moraes de. Ofício nº131/54, de 05 de julho de 1954, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Ouro Preto. Administrativo (1951-1954); Caixa: 604 - Série 2.

às redes de apoio dos poderes locais pode ser verificado em escala maior, em âmbito nacional, enquanto característica do próprio funcionamento administrativo do Patrimônio e da condução dessa política cultural. “Uma ampla rede de alianças foi tecida, articulando as redes locais em torno da “causa” do patrimônio e da rede nacional do SPHAN.”⁴³⁰ Entendemos que o funcionamento do Patrimônio, isto é, o modelo de gestão da “coisa pública” adotado, esteve pautado pelos princípios da administração burocrática, sobretudo no que tange o controle dos processos de decisão através do estabelecimento de uma hierarquia funcional rígida – e, nesse aspecto, os procedimentos formais são feitos por funcionários especializados, por técnicos – e a busca de cumprimento do interesse público, de legalidade e de publicidade de seus trabalhos. Contudo, pensamos que sua “estrutura burocrática” também esteve permeada de elementos próprios do paternalismo, haja vista que as relações pessoais, as “trocas de favores” e a busca de uma clientela afinada com a “causa” da preservação do “patrimônio nacional” estiveram presentes na lida diária do órgão federal de preservação do patrimônio, senão constituíram o seu funcionamento administrativo. Nas palavras de Márcia Chuva, “o SPHAN, quando surgiu, se sobrepôs a relações pessoais preexistentes, e foi constituído por elas”⁴³¹. Nas trocas de correspondências do Patrimônio, sobretudo nas cartas e telegramas, é possível vislumbrar esses arranjos e relações pessoais sendo tecidas. No Serro, por exemplo, o técnico local do Patrimônio pediu a Sylvio de Vasconcelos o aproveitamento da sobra de materiais utilizados em processos de restauração:

Tendo sobrado um resto de azulejo da construção do prédio do Grupo peço V. Excia. se posso utilizar deste para ser empregado na instalação da minha casa. Outrossim: comunico a V. Excia que o senhor Waldmir Lins Mesquita procurou um resto de telha de amianto que foi retirada da Igreja do Carmo.⁴³²

⁴³⁰ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos de 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 297.

⁴³¹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Op. Cit., p. 294.

⁴³² FERNANDES, Cirilo. Carta, de 16 de fevereiro de 1955, enviada a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Administrativo 1940-1959.

Em outro episódio, um cidadão de Diamantina se valeu da relação de proximidade que tinha com o diretor-geral do Patrimônio para reivindicar uma melhor colocação nos quadros do SPHAN:

Ao ler, nos últimos jornais a criação do Museu do Diamante e da Biblioteca Antônio Torres, achei oportuno lembrar a você das possibilidades de arranjar-me um lugar junto ao Dr. Rodrigo. Como você sabe, estou trabalhando no Departamento de Estradas de Rodagem sem nenhum futuro. No Patrimônio estarei num meio melhor, e com o tempo que tenho no Correio, arranjaré uma futura aposentadoria. (...) Lembro a você, que o Dr. Rodrigo me prometeu colocação tão logo fosse criado estes lugares [Museu do Diamante e Biblioteca].⁴³³

Uma vez integrados às redes⁴³⁴ de relações interpessoais, mediadas por interesses mútuos, os indivíduos procuram se valer de estratégias diversas, como a persuasão e manipulação, no intuito de maximizar seus ganhos e resultados.⁴³⁵ De qualquer modo, há sempre um preço a ser pago pela manutenção dessas redes e fluxos. Como argumenta Márcia Chuva, as ações de gestão, conservação e salvaguarda do “patrimônio nacional” também foram sustentadas por “um sistema de trocas apoiado nos compromissos e nas obrigações mútuas advindos das relações entre os agentes do SPHAN, em especial, e, de uma forma mais ampla, entre os diferentes agentes envolvidos”⁴³⁶.

Em Mariana, o Cônego Pedro Terra utilizou-se da boa relação que o diretor-geral do Patrimônio mantinha com o arcebispado da cidade para pedir-lhe a doação de um transformador de energia à Arquidiocese:

⁴³³ GUIEIRO, José de Andrade. Carta, de 22 de abril de 1954, enviada a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Administrativo: Comunicações Técnicas (1949-1958); Caixa: 130.

⁴³⁴ Sobre a dinâmica das redes, ver: BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDIMANBIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

⁴³⁵ Para uma discussão sobre o poder de agência dos indivíduos, ver: ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Mirian Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry (orgs.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Blumenal: Nova Letra, 2007.

⁴³⁶ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Op. Cit., p. 282.

Tendo sido feitas reformas na atual residência episcopal, para onde em breve vai se transferir D. Oscar, como também nos dois estabelecimentos de ensino, estamos necessitando de um transformador grande. Fui informado que possivelmente a Regional do Patrimônio tem em disponibilidade dois grandes transformadores que serviram na Matriz e Igreja do Carmo de S. João del-Rei, venho recorrer a V. Excia. no sentido de doar à Mitra da Arquidiocese um destes transformadores. Na certeza de sermos atendidos, como já em outras ocasiões, subscreve-se, de V. Excia, admirador, Cônego Pedro Terra.⁴³⁷

Ainda na cidade de Mariana, o então prefeito João Chaves Sampaio requereu ao Chefe do 3º Distrito do SPHAN, Sylvio de Vasconcelos, uma retribuição de “favor”, já que o próprio arquivo do Patrimônio estava localizado na sede da administração municipal e solicitou o empréstimo do automóvel daquele órgão federal para ser empregado então na execução de obras locais.

Baseados na série de empreendimentos que esta Prefeitura tem em vista para o presente exercício e como a mesma não dispõe de um meio de transporte próprio para a execução dos serviços planejados, solicitamos de V. Excia. a fineza de nos ceder, pelo menos dois dias por semana, o caminhão de propriedade do Patrimônio Histórico Nacional, para nos auxiliar nestas obras, que garantimos ser de grande interesse para esta cidade.⁴³⁸

Essas situações descritas sugerem a presença dos pedidos e das trocas de “favores” na lida diária do Patrimônio. Como comentamos nos capítulos precedentes, a própria restauração de imóveis às expensas do SPHAN, por vezes fora concebida como dádiva, como um favor concedido pelo Patrimônio e servia também para criar laços, compromissos e alimentar sentimentos de lealdade pautados em transações, apoios e recompensas, funcionando também como recurso político de reconhecimento e legitimação dos trabalhos do órgão federal, em âmbito local. Havia, por exemplo, aqueles que recorriam aos favores pessoais e às redes de relações clientelares como meio de maximizar seus ganhos e possibilidades de serem contemplados pelo Patrimônio. Por exemplo, o cidadão José Gabriel Cotta, residente em Mariana, pedia a Sylvio de Vasconcelos que considerasse com empenho seu pedido:

⁴³⁷ TERRA, Pedro. Carta, de 13 de setembro de 1959, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Administrativo I e II.

⁴³⁸ SAMPAIO, João Chaves. Ofício nº 544, de 28 de fevereiro de 1964, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Administrativo I e II.

Esta tem por fim solicitar do velho amigo a fineza de obter um auxílio do Patrimônio Nacional, para a minha casa. (...) Valho-me da antiga amizade para solicitar com muito empenho um auxílio. Espero que o amigo, tão caridoso como é, atenda o meu pedido.⁴³⁹

Em outras situações envolvendo pedidos reformas, o arcebispo Dom Geraldo de Proença Sigaud⁴⁴⁰, de Diamantina, e o monsenhor Rafael Arcanjo Coelho⁴⁴¹, de Mariana, exigiram que o Patrimônio executasse “obra completa” nas casas paroquiais das suas respectivas cidades, o que incluía não somente obras de reparos externos, mas também serviços na parte interna das edificações, algo sempre evitado pelos técnicos locais do Patrimônio. Trata-se, evidentemente, de um artifício acionado por indivíduos concretos que calculam, avaliam e manipulam as possibilidades e os resultados de suas ações em seu próprio benefício. É possível que estas autoridades religiosas soubessem da precedência que tinham as casas paroquiais em relação às outras residências particulares no que tange às obras de restauração empreendidas pelo Patrimônio.

Comunico-lhe que tomei nota das informações ali transmitidas por V. S^a acerca da repercussão desfavorável que tem tido naquela cidade [de Mariana], o beneficiamento das edificações de propriedade da Arquidiocese ou da Cúria Metropolitana, com procedência sobre as edificações de propriedade particular. Ocorre-me, porém, ponderar que, em se tratando de entidade de certo modo pública, embora não constituindo pessoa jurídica de direito público, as censuras as iniciativas que venham a favorecê-la serão menos procedentes que benfeitorias do mesmo vulto.⁴⁴²

Recorrer às redes de apoio poderia então ser o meio mais ágil de obter sucesso junto ao Patrimônio e ser contemplado pelos seus serviços de restauração, tendo em vista, como mencionamos no segundo capítulo, que a espera poderia se estender por

⁴³⁹ COTTA, José Gabriel. Carta, de 19 de setembro de 1956, enviada a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN-MG. Mariana. Pasta: Diversos.

⁴⁴⁰ SIGAUD, Geraldo de Proença. Carta, de 17 de janeiro de 1962, enviada a Sylvio de Vasconcelos. CDI. IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Rua Direita - 1941-91 - antiga rua Tiradentes; Caixa: 158.

⁴⁴¹ COELHO, Rafael Arcanjo. Carta, de 14 de abril de 1957, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Mariana. Pasta: Conjunto Urbano 1940-1991.

⁴⁴² ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício n 1252, de 20 de outubro de 1959, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Mariana: Conjunto Urbano 1940-1991.

anos, já que o órgão carecia de recursos técnicos, materiais e financeiros, havendo um descompasso entre demanda e execução efetiva dos trabalhos. Em carta enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, o deputado Celso Mota utilizava-se de uma relação de proximidade que tinha junto ao diretor-geral do Patrimônio para solicitar o auxílio do órgão federal no andamento das obras de restauração do prédio de duas cidadinas à Rua Olaria, em Mariana, obras essas então paralisadas pelo Patrimônio em virtude de carência de recursos.

Prezado amigo e colega Dr. Rodrigo, minhas saudações, extensivas à família. Aqui residem duas irmãs, Abigail e Julia, filhos do falecido João Quintino de Sant'Ana. (...) Como estas duas senhoras não se encontram em condições de prosseguirem os serviços, teremos perdido os que já se foi feito pelo Patrimônio, se este não autorizar o término dos reparos. É o que peço ao prezado amigo e colega com muito empenho. Sempre ao inteiro dispor.⁴⁴³

Percebemos que, por vezes, os cidadãos procuraram os canais de intercessão das autoridades políticas como mecanismo de reforço e aumento de suas possibilidades de serem contemplados pelos serviços do Patrimônio. Assim, estaria em processo de costura uma rede de lealdades e reciprocidades, atando os nós entre cidadãos, autoridades políticas e o Patrimônio. Nessa perspectiva, os herdeiros de um sobrado localizado na Rua Direita, em Mariana, pediam ao então governador de Minas Gerais, Milton Campos, para que esta autoridade, dotada de capitais político e de representação, intervisse em seu favor junto ao Patrimônio, de modo que o órgão federal arcasse com os custos da reforma daquele imóvel:

Tem este o fim de pedir a V. Excia. a sua valiosa interferência, junto ao sr. Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Monumento Histórico e Artístico Nacional, no sentido de serem feitos os consertos do prédio, de nossa propriedade na Rua Direita nº 1, desta cidade, cujo prédio se acha em ruínas e nós, os herdeiros de Nicolau Ferreira de Oliveira, não estamos em condições de fazer os ditos consertos. O Monumento já mandou fazer o orçamento, tirar fotografias e etc., faltando apenas a ordem para atacar o serviço, razão que como correligionários, amigos intransigentes e admiradores de V. Excia., apelamos para o espírito benfazejo de V. Excia, certos de que seremos amparados nesta justa causa.⁴⁴⁴

⁴⁴³ MOTA, Celso. Carta, de 3 de maio de 1958, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Diversos.

⁴⁴⁴ OLIVEIRA, Bento José de; NEGRÃO, Salustiano de Araújo; OLIVEIRA, Odorico de. Carta, de 8 de abril de 1948, enviada a Milton Soares Campos. CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Casa do Patrimônio.

Em episódio semelhante de acionamento das redes de mediação do Patrimônio, a cidadina Maria da Conceição Costa, residente em Diamantina, na Rua Silvério Lessa, solicitou diretamente ao então presidente da República, Juscelino Kubitschek, a restauração de sua residência, na certeza de que o chefe do poder executivo federal intermediaria sua situação junto ao Serviço do Patrimônio: “Apelamos pelos dotes humanos de bondade do coração de V. Excia. autorizar a administração do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional fazer com a urgência, que for possível, aqueles consertos.”⁴⁴⁵

A vitalidade e a alimentação das alianças em torno da preservação do “patrimônio nacional” poderiam, entretanto, estar condicionadas aos “benefícios” concedidos. Como se sabe, a negociação é um dos recursos mais antigos de solução de conflitos e esse processo envolve também concessões, lances iniciais, contrapartidas, acordos verbais (que podem não se cumprir), camaradagens, pactos políticos, etc. Trata-se de uma política que se ocupa da ampliação das suas bases consensuais. Espera-se, através da negociação, chegar a um acordo que beneficie ambas as partes. Na chamada negociação distributiva, também conhecida como negociação ganha-ganha, ambas as partes saem ganhando, tendendo ao equilíbrio, e/ou há uma interação e um agrado mútuo. Nesse sentido, o então prefeito de Diamantina, Lomelino Ramos Couto, pediu algo em troca da sua colaboração na fiscalização de obras e no envio de requerimentos ao Patrimônio:

Estive com o novo Prefeito dr. Lomelino Ramos Couto, a quem fui pedir o apoio e colaboração da Prefeitura, em matéria de obras requeridas. O referido Prefeito prometeu-me sua colaboração, não sem antes indagar do auxílio que essa Chefia havia encaminhado para a pintura do prédio. Informei-lhe que havia encaminhado tal pedido.⁴⁴⁶

⁴⁴⁵ COSTA, Maria da Conceição. Carta, de outubro de 1956, enviada a Juscelino Kubitschek de Oliveira. CDI/IPHAN-MG. Diamantina. Pasta: Rua Silvério Lessa - 1949-87; Caixa 181.

⁴⁴⁶ SANTOS, João Brandão (técnico local do Patrimônio). Ofício 34/51, de 20 de março de 1951, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Logradouro/Proprietário/Administrativo; aprovação de obras, requerimento e pareceres - continuação (1940-1990); Caixa: 184.

Além disso, como abordamos no capítulo anterior, em Diamantina, os próprios fiscais de obras da Prefeitura recebiam gratificações do Patrimônio em troca de fiscalizações “mais efetivas”, “mais criteriosas”, no intuito de que os processos construtivos empreendidos na cidade passassem pelo conhecimento e avaliação técnica deste órgão. Como dissemos, essas gratificações foram também estendidas a zeladores de templos religiosos tombados. Como se verifica, o Patrimônio não poupou esforços na conquista de colaboradores e clientes afinados com suas diretrizes e recomendações. As mudanças de mandatos políticos, por exemplo, eram acompanhadas com muita expectativa, mas também com suspeição, e os prefeitos recebiam sempre um cartão de boas-vindas da divisão regional ou da administração central do SPHAN, um ato simbólico com vistas à aproximação e estreitamento de relações.

[Prefeito Demerval Magalhães de Castro:] Cumprimentando-o pela alta investidura no executivo municipal, fazemos voto pelo êxito de sua gestão, durante a qual esperamos poder estreitar a cooperação necessária entre esta Repartição e a municipalidade, em benefício da tradicional cidade do Serro.⁴⁴⁷

Nos momentos de alternância da administração municipal eram, portanto, reiterados os pedidos de colaboração com os trabalhos de preservação e salvaguarda do “patrimônio nacional” empreendidos SPHAN, ficando então pendentes de confirmação o estreitamento e a construção de alianças entre as instâncias de poder.

Levo ao conhecimento de V. Excia. que entrei em entendimento com o sr. Demerval Magalhaes de Castro, atual Prefeito Municipal desta cidade [do Serro], referente a fiscalização de obras e requerimentos da parte da prefeitura, o qual mostrou-me boa vontade de cooperar com o nosso serviço.⁴⁴⁸

⁴⁴⁷ VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício nº 75, de 17 de fevereiro de 1961, enviado a Demerval Magalhães de Castro. CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Administrativo 1960-atual.

⁴⁴⁸ FERNANDES, Cirilo (técnico local do Patrimônio). Ofício, de 20 de fevereiro de 1962, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Administrativo 1960-atual.

Em caso positivo de estreitamento de relações, os gestores municipais recebiam também as felicitações do Patrimônio, sempre quando tomavam decisões em sintonia com o órgão federal, em benefício da ambiência estética dos conjuntos urbanos.

Tomando conhecimento de que V. Excia. iniciou o calçamento, com lajes [de pedra], da cidade do Serro, não me posso furtar o prazer de manifestar-lhe nossa satisfação por tão importante iniciativa que, sem dúvida, muito representará para o conjunto urbano local e para o êxito de sua administração.⁴⁴⁹

Considerando que as municipalidades tinham demandas próprias que nem sempre combinavam a perspectiva da preservação patrimonial, os agentes do Patrimônio, por vezes, colocaram em movimento uma delicada negociação no intuito de influenciar as decisões dos gestores locais. Por exemplo, acompanhando de perto a reforma da Praça Floriano Peixoto, no Serro, Sylvio de Vasconcelos recomendou ao técnico local “entrar em entendimento” com o prefeito para que todas as etapas da obra naquele espaço estivessem compatíveis com os desígnios do Serviço do Patrimônio:

Apesar do chafariz não ser obra antiga, não há necessidade alguma de ser demolido, podendo ficar em seu lugar até que se encontre uma forma de ser substituído. Os bancos devem ser aqueles usados até há pouco tempo, de pés de ferro e régua de madeira; e nos canteiros grama de qualquer vegetação. Os caminhos devem ser de preferência em lajes de pedra. **Peço entrar em entendimento com a prefeitura** sobre o assunto.⁴⁵⁰

“Entrar em entendimento”, “negociar”, “acordar”, “diplomacia”, “cautela” etc., são palavras recorrentes no léxico dos agentes preservacionistas, atentos ao fator político da condução das ações de preservação do patrimônio. A extensão de pactos e acordos, por um lado, exigia a adoção de estratégias próprias e, nesse sentido, os técnicos do Patrimônio tiveram todo um traquejo com seus clientes, parceiros e apoiadores, buscando todos os meios disponíveis a fim de consolidar essa relação de trocas, compromissos e fidelidades em prol do “patrimônio nacional”. Em Mariana, por

⁴⁴⁹ VASCONCELOS, Sylvio. Ofício n 96, de 12 de fevereiro de 1959, enviado a Antônio de Moura Nunes. CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Administrativo (1950-1989).

⁴⁵⁰ VASCONCELOS, Sylvio. Ofício n° 258, de 18 de maio de 1955, enviado a Cirilo Fernandes (técnico local do Patrimônio). CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Conjunto Urbano Serro (1950-1989). (Grifo nosso).

exemplo, o técnico Epaminondas de Macedo, em correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade, ressalta o cuidado que teve durante a notificação de autoridades locais acerca do tombamento dos imóveis integrantes do conjunto urbano da cidade, em 1938:

Procurei dar aos ofícios uma redação que não fosse muito peremptória, a fim de não irritar as pessoas mais ou menos gradas a que são endereçadas. O senhor observará que, especialmente em relação aos arcebispos, procurei fazer as notificações mais amáveis possíveis.⁴⁵¹

Nesse momento de introdução de um fato novo (o dispositivo do tombamento) que incidia sobre a mobilidade das fronteiras espaciais, o Patrimônio tentou costurar uma malha fina de alianças locais, buscando diminuir os riscos e/ou a contingência dessa trama da preservação de um “patrimônio nacional”. Além do poder legal (do tombamento) e do conseqüente poder de polícia, conferidos pelo decreto-lei nº 25/1937, o Patrimônio procurava se cercar também do poder político das autoridades locais, numa nítida procura de apoio, quando não de orientação, ao navegar em um “mar de incertezas”.

Cabe salientar também que essa “busca de entendimento” entre as partes poderia ser desejada por ambos os lados, sobretudo quando a competição afetava projetos e impunha restrições e pressões simultâneas. Trata-se de um dilema enfrentado por atores que avaliam o peso de suas ações, procurando reduzir ao máximo suas perdas e riscos. Nesse caso, a busca de acordos interativos, considerando os interesses em jogo, poderia beneficiar mutuamente, ao contrário das chamadas competições de soma zero em que o ganho de um participante é igual à perda do outro.⁴⁵² Talvez seja levando em conta um modelo de negociação ganha-ganha que vereadores da Câmara Municipal do Serro propunham uma cooperação com o Serviço do Patrimônio, pressupondo, por exemplo, que a restauração de determinados bens da cidade seria benéfica. “Esta administração

⁴⁵¹ MACEDO, Epaminondas de. Ofício, de 31 de maio de 1938, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Administrativo I e II.

⁴⁵² Para uma discussão sobre a teoria dos jogos e sobre a fórmula do equilíbrio de Nash, ver: FIANI, R. *Teoria dos jogos com aplicações em economia, administração e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

tem o dever de regulamentar a sua cooperação com o Serviço, a fim de evitar os constantes choques de interesses de que temos notícias nesta cidade.”⁴⁵³

Como abordamos no capítulo anterior, a implementação dessa política de preservação dos conjuntos urbanos das cidades mineiras suscitou reações diversas, entre elas, estranhamentos, rejeições, discordâncias, conflitos etc. Muitas vezes, verificamos no imaginário cidadão a percepção de que as intervenções do Patrimônio no espaço das cidades representavam também uma intromissão draconiana, seja na autonomia administrativa local, seja na esfera privada, no direito de propriedade. Diante da carência de um amálgama que ligasse as vontades, os interesses e os projetos de uso do “patrimônio” – em tese coletivo, mas que na prática suscitava apropriações distintas, quando não desiguais – as alianças e redes de relações eram acionadas como recurso de mediação política, e serviam, sobretudo, para atenuar e/ou dirimir conflitos.

Em Diamantina, Rodrigo Melo Franco de Andrade, percebendo um clima hostil ao Patrimônio, pediu ao arquiteto Epaminondas de Macedo mais empenho e eficiência na realização de obras de conservação e restauro na cidade, tendo em vista o desgaste na imagem do órgão em âmbito local. Informou-lhe, ainda, que seriam enviados dois técnicos diretamente do diretório central do SPHAN, no Rio de Janeiro, um técnico para ajudá-lo nos trabalhos de conservação propriamente ditos e outro especificamente para o acionamento e persuasão das redes locais.

A indisposição das autoridades e da população de Diamantina em relação ao Serviço continua a me preocupar muito e, por isso mesmo, venho pedir a você com o mais vivo empenho (...). O Serviço tem, realmente, interesse capital em que os trabalhos iniciados nesta cidade em benefício do Mercado e da casa da rua do Bonfim sejam acompanhados de perto, com o maior cuidado e a mais desvelada atenção, por um dos seus assistentes técnicos. Há necessidade absoluta para nós não só dessas obras ficarem tecnicamente a mais satisfatórias possíveis, mas também delas serem executadas com presteza e eficiência. Qualquer deslize de orientação ou imperfeição de acabamento agravarão extremamente a impopularidade do Serviço. Assim também a demora que sofreram os trabalhos por certo será enormemente prejudicial. Em tais circunstâncias, a medida que se impõe de nossa parte é a assistência a mais constante e a mais atenta possível, por parte dos técnicos do Serviço, às obras empreendidas aí. (...) Estou tratando, aliás, de despachar também para essa cidade o Alcides [Rocha Miranda] e o [Silva] Jardim, na primeira oportunidade. O Alcides prestará concurso a você na

⁴⁵³ PINTO, José Martins; REIS, Joaquim Tiago dos; TOLENTINO, José Maria Alves. Ata, de 30 de julho de 1957. CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Administrativo 1940-1959.

parte de arquitetura e o nosso Jardim levará a incumbência de esclarecer os objetivos do Serviço junto aos numerosos amigos que tem aí.⁴⁵⁴

Nas situações de animosidade, o apoio de uma rede de solidariedade local poderia então abrandar o peso de conflitos que, quando não tratados, teriam um efeito em cadeia e se arrastariam no espaço-tempo, incidindo negativamente sobre a própria imagem do Patrimônio, comprometendo suas margens de ação e de intervenção nos sítios urbanos.

Em Mariana, Rodrigo Melo Franco de Andrade sugeriu ao técnico do Patrimônio o acionamento do apoio da sociedade política local para coibir uma modalidade de infração às normas formais do órgão, a colocação de barras de cantaria nas fachadas, verificadas com certa frequência nas casas da cidade. O poder de convencimento político seria então usado em lugar do poder de polícia ou de medidas judiciais, muitas vezes morosas.

(...) Remeto-lhe, inclusas, as informações prestadas sobre o assunto. (...) Peço-lhe tomá-las em consideração e, com objetivo de verificarmos a possibilidade de obter a remoção dos referidos elementos sem recorrer a medidas judiciais, consulto a V. S^a sobre a conveniência de ouvir discretamente a respeito o Prefeito Municipal, assim como, se lhe parecer oportuno, os Drs. Celso Mota e Elias Mansur, representantes das facções políticas antagônicas, mas, com os quais, mantenho boas relações pessoais.⁴⁵⁵

Entretanto, como se sabe, a negociação é um caminho dispendioso e também incerto, e, nesse sentido, a busca de alianças e de uma rede de apoiadores do Patrimônio pode, evidentemente, falhar e/ou não obter o sucesso esperado. No caso, o acionamento do recurso de mediação das redes não garantia, entre outras coisas, que os acordos verbais preestabelecidos viessem a se cumprir, que houvesse uma proposição prática de assentimento entre as partes, ou que os interesses em jogo convergissem sempre em prol da preservação do “patrimônio nacional”. Em Mariana, por exemplo, nem mesmo a busca de intermediação de autoridades políticas locais foi suficiente para impedir que

⁴⁵⁴ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Carta, de 19 de abril de 1941, enviada a Epaminondas de Macedo. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Administrativo: Comunicações Técnicas (1940-1949); Caixa: 129.

⁴⁵⁵ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício n° 504, de 01 de abril de 1966, enviada a Wilson de V. Sampaio (técnico local do Patrimônio). CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Conjunto Urbano 1940-1991.

um morador da Rua Dom Silvério fizesse adaptações na sua residência, ainda que contrárias às orientações formais do Patrimônio.

Sr. Jacy Queiroz de Almeida. Às vésperas da última Semana Santa, sem que houvesse qualquer requerimento à Prefeitura Municipal de Mariana, o marginado mandou fazer uma barra roxa de rústico, no prédio de sua residência à Rua Dom Silvério (...). O serviço foi rápido, não tendo demorado talvez um dia sequer. Logo que tivemos conhecimento do acontecido, procuramos pessoalmente o sr. Jacy a fim de obter dele a retirada da referida barra, uma vez que sua casa é uma das mais antigas, interessantes e valiosas de Mariana (...). O sr. Jacy prometeu-nos atender ao nosso pedido mediante algumas condições fáceis de serem satisfeitas. No entanto, nenhuma providência tomou para levar avante o prometido. **Por meio de pessoas indicadas para o caso, procuramos ainda obter do sr. Jacy a remoção da referida barra de rústico. Todas as nossas providências resultaram completamente infrutíferas** com a sua recente afirmação a nós feita pessoalmente de que não retiraria a barra de rústico. Apesar disto, ainda confiávamos em outras providências tomadas, quando agora, (...) constatamos que o marginado ainda fez pintar a casa de cor vermelha, parecendo que o fez com o deliberado propósito de contrariar a orientação da DPHAN. Diante de tais fatos, julgamos necessária uma ação rápida e enérgica de sua parte a fim de que nossa atuação em casos futuros não fique prejudicada.⁴⁵⁶

Como se percebe a partir do excerto acima, mesmo reforçando os mecanismos de vigilância dos conjuntos urbanos tombados, havia situações que fugiam ao controle do Patrimônio, assim como aos seus intentos de negociação política e ajustamento com os proprietários “recalcitrantes”.

Em Diamantina, o cidadão Manoel Rodrigues Coelho solicitou ao Patrimônio a demolição de três edificações localizadas na Rua Augusto Nelson para a construção de uma fábrica de bebidas, a Indústria Vinícola Coelho e Irmão. Para este empreendedor, a demolição dos “casebres velhos de construção singelíssima” se fazia necessário para serem edificadas no local galpões com melhor aproveitamento interno e adaptados a entrada e saída de caminhões.⁴⁵⁷ Segue, na figura 35, uma imagem do local e das casas que dariam lugar ao ambicioso projeto industrial da firma Coelho & Irmão. O estacionamento dos caminhões dá a impressão de que as atividades da empresa já

⁴⁵⁶ ANDRADE, Washington de. Relatório de Trabalho, de 18 de maio de 1952, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Inventário. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto: 1946-1982, Caixa 213; Pasta 01.

⁴⁵⁷ COELHO, Manoel Rodrigues. Carta, de 15 de outubro de 1947, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras; Casas; Rua Augusto Nelson; Caixa: 111; Pasta: 502.

estavam em pleno funcionamento no local, e o projeto seria então uma demanda de melhor emprego daquele espaço.



Figura 35: Casas da Firma Coelho & Irmão. (13/07/1949). In: CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Rua Augusto Nelson (1947-1992); Caixa: 150.

Um impasse foi gerado quando o pedido de demolição foi vedado pelo Patrimônio, tendo o órgão se posicionado, entretanto, em favor adaptação do projeto de modo que as fachadas das residências fossem mantidas e aproveitadas.

O nosso interesse na não demolição total das casinhas é mais moral que material, de vez que serão adaptadas à nova feição. Queremos apenas que não joguem no chão todo o existente, de uma vez, criando um precedente perigoso. O melhor seria pois a emenda dos esteios e a reforma parcelada das fachadas. A obra seria assim de adaptação e não de demolição e construção nova.⁴⁵⁸

Temendo algum descumprimento durante a execução da obra, Sylvio de Vasconcelos recomendou ao técnico local, João Brandão Costa, uma “boa fiscalização”

⁴⁵⁸ VASCONCELOS, Sylvio. Ofício n° 108/48, de 27 de novembro de 1948, enviado a João Brandão Costa. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Rua Augusto Nelson (1947-1992); Caixa: 150.

para que não houvesse maiores complicações. Articulando as redes de relação do Patrimônio, o empreendedor Manoel Rodrigues Coelho chegou a pedir ao presidente do Rotary Club de Diamantina, Nelson Cortês Araújo, que intercedesse em seu benefício junto a Rodrigo Melo Franco de Andrade, na expectativa de que esse canal de mediação política já fosse o suficiente.⁴⁵⁹ Ponderando o caso, o diretor-geral do Patrimônio explicou ao presidente do Rotary que o objetivo da instituição não era travar o desenvolvimento da indústria local, por isso, seria elaborado um projeto feito “por um dos mais notáveis arquitetos do Brasil, o dr. Lucio Costa, com o empenho de conciliar as necessidades da indústria vinícola dos srs. Coelho e Irmão Ltda.”⁴⁶⁰. Sendo assim, Rodrigo Melo Franco de Andrade pediu ao seu aliado que intercedesse junto aos interessados a aceitação do aludido projeto, de modo que fosse evitada a destruição das casas da Rua Augusto Nelson.

Segue, na figura 36, o projeto traçado pelo arquiteto Lucio Costa para as instalações da Firma Vinícola e Irmão Ltda. Este projeto preservou a estrutura das edificações no terreno e as fachadas seriam então retificadas, assim como as paredes internas para melhor aproveitamento do espaço com vistas ao armazenamento dos produtos. Esse projeto deveria ser executado observando a “feição tradicional” da cidade, mas Lucio Costa não se opôs, nesse caso, à utilização de materiais modernos, como o concreto armado e a substituição dos enchimentos de pau-a-pique por tijolos e/ou concreto.

⁴⁵⁹ COELHO, Manoel Rodrigues. Carta, de 13 de maio de 1948, enviada a Nelson Cortês Araújo. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras. Casas; Rua Augusto Nelson; Caixa: 111; Pasta: 502.

⁴⁶⁰ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Carta, de 18 de junho de 1948, enviada a Nelson Cortês de Araújo. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras. Casas; Rua Augusto Nelson; Caixa: 111; Pasta: 502.

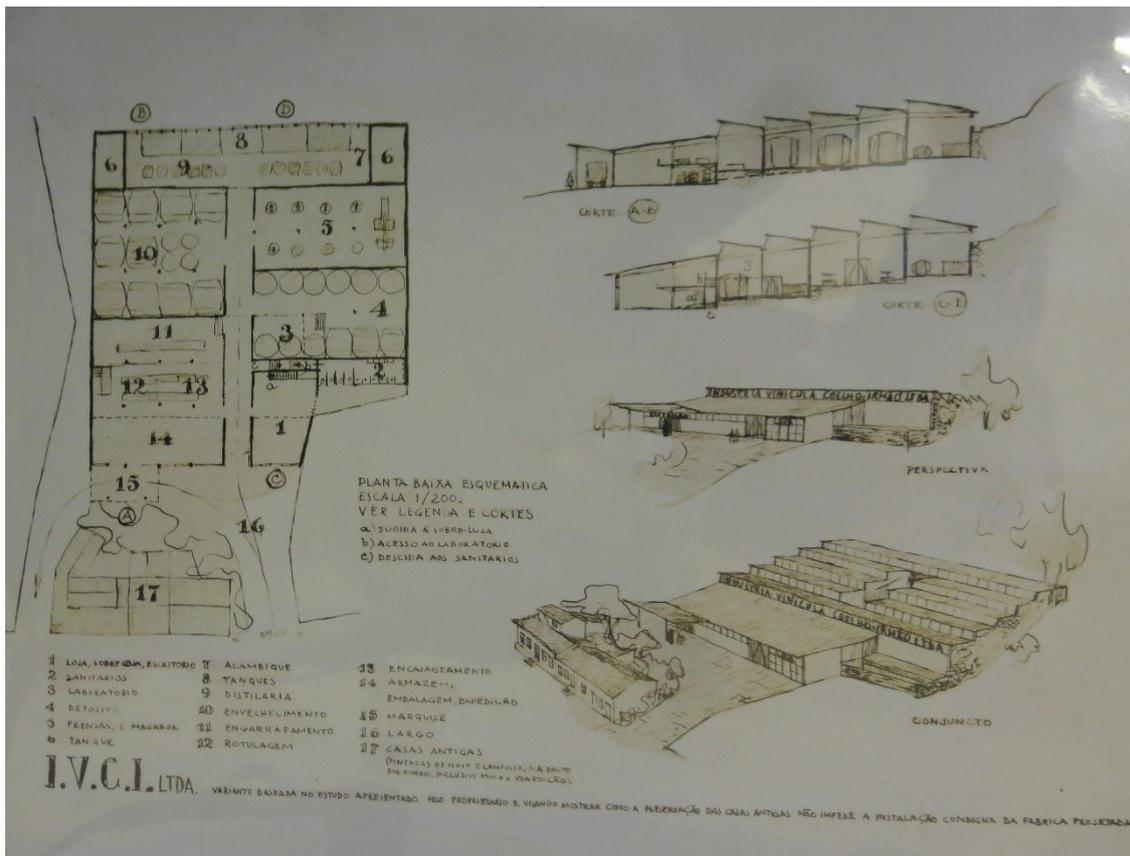


Figura 36: Projeto Indústria Vinícola Coelho & Irmão Ltda. Julho de 1948. Lucio Costa. In: CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Rua Augusto Nelson; Caixa: 150.

Nesse caso, não obstante a elaboração do projeto das instalações da indústria, feito por Lucio Costa, bem como o esforço do chefe do 3º Distrito do SPHAN na manutenção de “boa fiscalização”, através de acompanhamento e vigilância do técnico local João Brandão Costa, algo escapou ao controle do Patrimônio e Manoel Rodrigues Coelho, mesmo diante de um acordo verbal, não executou o projeto tal qual combinado. Aliás, Sylvio de Vasconcelos considerava que o empreendedor era “pessoa muito tergiversante” e temia, portanto, que este executasse no local uma “reconstrução total”, sem obedecer então a “arquitetura tradicional” da cidade. E acrescentou Sylvio de Vasconcelos, “não expondo claramente suas intenções, alterando constantemente as soluções, ora acrescentando coisas, ora suprimindo, deixa a gente sempre em dúvida sobre sua sinceridade”⁴⁶¹. Se, em um primeiro momento, o chefe do 3º distrito do SPHAN esteve confiante de que a obra seria somente uma adaptação e não uma “reconstrução total” que implicaria na descaracterização e retirada dos elementos tradicionais dos imóveis, em um segundo momento, ele demonstrou certo desencantado

⁴⁶¹ VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício nº 284-48, de 27 de dezembro de 1948, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Rua Augusto Nelson (1947-1992); Caixa: 150.

com o desfecho tomado, chegando à conclusão que o empreendedor conseguira aos poucos fazer valer a sua vontade, transformando as edificações em desacordo com as recomendações expressas pelo órgão.

(...) De fato, os Irmãos Coelho já tem conseguido, paulatinamente, quase tudo que, de início, haviam pleiteado com impugnação da repartição. Transformaram as duas casinhas de rótula, demoliram a camarinha, abriram janelas e fecharam portas com prejuízo para o aspecto antigo do local. Agora a última investida para a retirada do pedral que também de início havia sido impugnado. Vão assim, obtendo, parte a parte, o que no todo não puderam conseguir.⁴⁶²

Também examinando a situação, José de Souza Reis, arquiteto responsável pela seção de projetos da Divisão de Conservação e Restauração do SPHAN, considerou que o órgão só conseguiu “evitar no mesmo, a reconstrução total, inicialmente pleiteada”⁴⁶³, a despeito de todo empenho de seus técnicos. Situações como essas demonstram, portanto, os próprios limites do Patrimônio diante da emergência de conflitos entre projetos distintos de apropriação e uso do patrimônio. No caso em tela, até mesmo os ajustes e os acordos entre as partes fracassaram, sinalizando ainda que a negociação é um caminho dispendioso e também incerto.

4.2. Delimitação de Perímetros de Preservação: parcelas do espaço negociadas

Com a multiplicação dos casos de conflito, percebemos que a diplomacia e o uso da negociação eram mais do que recursos disponíveis e recomendados, eram constitutivos dessa política de preservação e salvaguarda do patrimônio. A gestão dos sítios urbanos tombados impunha ao Patrimônio uma série de desafios, dos quais discorreremos nos capítulos precedentes, e o órgão se deparava então com a problemática da governabilidade, qual seja: não é somente o uso da força repressiva (policial, judicial, fiscal, etc.) que garante a permanência e a eficácia de um exercício de poder, mas

⁴⁶² VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício nº 228-49, de 24 de setembro de 1949, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Rua Augusto Nelson (1947-1992); Caixa: 150.

⁴⁶³ REIS, José de Souza. Informação nº 144, de 27 de setembro de 1949. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Rua Augusto Nelson (1947-1992); Caixa: 150.

também a constante busca de legitimidade, consenso e negociação junto às bases de apoio locais. Conforme aponta Antônio Gramsci (crítico do poder totalitário fascista), o exercício da hegemonia (estabelecimento de direção e liderança política, moral e intelectual junto aos grupos aliados/subalternos) implica também aderir a medidas reformistas e a mecanismos que reforcem e legitimem o exercício de poder.⁴⁶⁴ À medida que a carência de legitimidade e o conseqüente conflito afetam a governabilidade, a política deve se ocupar com a ampliação das bases consensuais. Ser hegemônico é também constituir um bloco cooperativo e dirigir com os aliados/subordinados, mediante o estabelecimento de compromissos, transações, acordos, pactos, etc., e isso implica, em muitos casos, fazer concessões a projetos concorrentes. Aliás, nenhuma hegemonia pode ser absoluta, “uma ideologia dominante tem de reconhecer que há necessidades e desejos que jamais foram gerados ou implantados por ela mesma”⁴⁶⁵. Esse processo requer, portanto, uma lenta “guerra de posições” e a conquista de “trincheiras” da sociedade civil e da sociedade política, com vistas à ampliação das bases de apoio que sustentam e asseguram esta hegemonia.

Como vimos, o Patrimônio concentrou seus esforços na busca de apoio das bases de sustentação local, seja através da formação de redes de relações pessoais, seja a partir das concessões e trocas de favores utilizadas como recursos para garantir a defesa do “patrimônio nacional” – resquícios de uma administração paternalista que estiveram presentes na lida diária da instituição durante a sua “fase heroica”. Apresentamos, agora, os processos de implantação de perímetros de preservação em São João del-Rei (1947) e em Diamantina (1949), casos emblemáticos de uma solução negociada entre os agentes do Patrimônio e os poderes locais.

A negociação promove então uma margem de diálogo entre instâncias antagônicas. Evidentemente, o diálogo só é possível se houver um ponto de acordo em relação aos pontos de desacordo. Por exemplo, a preservação de determinado elemento do passado no espaço urbano pode ser um pressuposto compartilhado pelas instâncias que se rivalizam, sem que isso implique necessariamente na preservação de todo e qualquer passado. Chamamos de “espaço de negociação das perdas” esse processo que emerge sempre quando os litígios podem resultar em perdas e danos maiores para

⁴⁶⁴ Para uma discussão da noção de hegemonia em Gramsci, ver: COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

⁴⁶⁵ EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.p. 51.

ambas as partes. Institui-se, então, um espaço de partilha em que ambos cedem, ainda que de maneira assimétrica, devendo computar agora os interesses do “outro”. Conforme assevera Antônio Gramsci, a hegemonia cultural só pode ser sustentada a base de permanentes negociações, concessões e manobras reformistas.⁴⁶⁶

A delimitação de um perímetro de proteção - indicando precisamente as zonas, praças, travessas, logradouros, ruas, edificações e etc., que seriam preservadas - foi demandada pelas administrações municipais que reclamavam de certa imprecisão do tombamento, já que a noção de “conjunto arquitetônico e urbanístico” indicava que a cidade como um todo era objeto de preservação, mesmo havendo locais completamente transformados à luz das experiências da modernidade e/ou áreas de expansão urbana. Os poderes locais passaram então a fazer pressão nesse sentido e a reivindicar maior flexibilidade de fiscalização, sobretudo nesses eixos de crescimento urbano, de modo a compatibilizar o desenvolvimento da cidade com a política de preservação do “patrimônio histórico e artístico nacional”.

Em São João del-Rei, conforme destacamos no terceiro capítulo, houve uma insatisfação pública com o tombamento do conjunto urbano da cidade e, conseqüentemente, sucessivas reações e resistências dos setores locais à aplicação das normas de conservação dos imóveis estabelecidas pelo Patrimônio. O próprio diretor-geral do SPHAN avaliou a situação de conflito que se gerou na cidade como “inquietante e crítica” para a condução dos trabalhos do órgão naquele local. O tom da correspondência endereçada ao diretor da redação do Diário do Comércio, José Belline dos Santos, sinaliza, portanto, esse momento de desgaste da relação entre a instituição e os setores locais:

...já me encontro bem ciente e consciente de que a opinião unânime ou quase unânime da população dessa cidade é apaixonadamente favorável à demolição do sobrado do Largo Tamandaré, ao alargamento da rua Direita no trecho correspondente ao Passo, à demolição de todas as edificações antigas e em mau estado de conservação aí existentes, do mesmo modo que é, coerentemente, hostil a esta repartição. Não tenho dúvida a esse respeito nem alimento ilusão alguma sobre a possibilidade de impedir que o Prefeito e a população de São João del-Rei ponham abaixo todas as velhas construções da cidade, quando assim entenderem, a despeito da Constituição, do Código

⁴⁶⁶ GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

Penal e de quaisquer decretos-leis. Se for isso, se é isso a aspiração geral da cidade, nada poderá, sem dúvida, obstar à sua realização.⁴⁶⁷

Com o enrijecimento do conflito, uma das estratégias de mobilização política foi a criação do *Comitê Patrocinador das Aspirações de São João del-Rei*, um canal de mediação das posições e dos interesses dos grupos locais frente ao SPHAN. Este comitê esteve composto por figuras proeminentes na cidade, como José Belline dos Santos, diretor de redação do *Diário do Comércio*; Tancredo de Almeida Neves, advogado e consultor jurídico da Associação Comercial, diretor-secretário da Fiação Matosinhos S/A, diretor-presidente da Fiação e Tecelagem São João e deputado estadual em 1947 pelo PSD; Pe. Mário Quintão, vigário da Igreja de Nossa Senhora do Pilar; Belisário Leite Neto, advogado e representante da Prefeitura; Ivan de Andrade Reis, médico; Fidélis Guimarães, industrial; e Carlos Alberto Alves, proprietário da loja de materiais de construção *Alves & Neto* e também presidente da *Associação Comercial de São João del-Rei*. Em correspondência enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, seus representantes pontuaram que o *Comitê Patrocinador das Aspirações de São João del-Rei* surgiu da necessidade de “interpretar o sentido da cidade e de remover obstáculos que possam prejudicar seu progresso”⁴⁶⁸. O Comitê tinha como plataforma de reivindicação principal a delimitação um perímetro de preservação, de modo a encontrar um *modus vivendi* entre o Patrimônio e os interesses dos grupos locais, incluindo então os “aspectos típicos e veneráveis da cidade que merecessem ser resguardos e traçando mesmo um plano urbanístico que conciliasse as exigências do crescimento, da higienização, do conforto e da modernização”⁴⁶⁹.

Levando em conta a atmosfera “inquietante e crítica” para a condução dos trabalhos de conservação e restauro empreendidos pelo Patrimônio em São João del-Rei, a delimitação de um perímetro de preservação, instituído em 28 de novembro de

⁴⁶⁷ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Carta, de 17 de junho de 1946, enviada a José Belline dos Santos. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Bens Tombados/Processo 0361-T-46. Sobrado à Praça Severiano de Resende, esquina com a rua Marechal Deodoro, nº 12 (Escritório Técnico de São João del-Rei/IPHAN; Museu Regional de São João del-Rei; Livro de Belas Artes, Volume 1, Folha 65, Inscrição 310 de 01 de agosto de 1946 e Livro Histórico, Volume 1, Folha 41, Inscrição 244 de 01 de agosto de 1946).

⁴⁶⁸ COMITÊ PATROCINADOR DAS ASPIRAÇÕES DE SÃO JOÃO DEL-REI. Carta, de 12 de junho de 1946, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Bens Tombados/Processo 0361-T-46... Op. Cit.

⁴⁶⁹ DIÁRIO DO COMÉRCIO (De São João del-Rei), de 29 de junho de 1946, nº 2485. Matéria: “Ainda o SPHAN”; editorial.

1947 (Processo 006-T-38), soou naquele momento como um ajustamento entre as partes conflitantes, uma proposição prática envolvendo assentimento e concessões mútuas.

Segue, na figura 37, uma planta de São João del-Rei de 1948, e um aspecto marcante nesta representação cartográfica é a própria expansão do eixo urbano da cidade seguido da intensificação do parcelamento de seu espaço a partir da instalação de vilas e loteamentos⁴⁷⁰. E segue também, na figura 38, um trecho desta planta utilizado para sinalizar a demarcação do perímetro de preservação do patrimônio da cidade. Nesta figura, anexada ao processo de tombamento do conjunto urbano de São João del-Rei, a parte colorida de vermelho indica, portanto, a área de influência desse perímetro.



Figura 37: Planta da cidade de São João del-Rei (1948). Arquivo da Prefeitura Municipal de São João del-Rei.

⁴⁷⁰ “Ótimo negócio: Dos 270 lotes da Vila cel. Alberto Magalhães restam apenas 80 situados no bairro de Chagas Dória, bem localizados na melhor zona industrial da cidade, a margem da E. F. Oeste de Minas e servidos por linha de ônibus, já nivelados e prontos para receber construção. Ligados a futura Vila Operária. Ver e tratar com o proprietário Sr. João Lombardi [diretor da Fábrica de Tecidos Matosinhos].” Este anúncio circulou em diversas edições do Diário do Comércio e do O Correio ao longo da década de 1940.



Figura 38: Perímetro de Tombamento de São João del-Rei. Novembro de 1947. In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Bens Tombados: Processo 0068-T-38.

Alcides da Rocha Miranda, arquiteto do Patrimônio encarregado de definir o perímetro de preservação, tomou como base de estudo uma proposta apresentada pelo então prefeito da cidade, o Pe. Oswaldo Toga (1947-1951). O critério usado por Alcides da Rocha Miranda limitou-se em incluir no perímetro apenas os monumentos, grupos de casas e logradouros que transmitissem uma perspectiva de “unidade” e de “harmonia” no conjunto arquitetônico e urbanístico preservado:

(...) propomos que o tombamento abranja os seguintes trechos: **Ruas:** Duque de Caxias, Santo Antônio, Rezende Costa, Marechal Bittencourt, do Carmo, Santo Elias, Santa Tereza, João Mourão, Dr. José Mourão, Vigário Amâncio, Monsenhor Gustavo, Padre José Maria, Dr. José Bastos até a Rua F. Mourão, Artur Bernardes (compreendendo o trecho da rua Duque de Caxias até a ponte da Cadeia). **Praças:** Barão do Rio Branco, Carlos Gomes, Francisco Neves, Gastão da Cunha, Paulo Teixeira, Frei Orlando. **Largos:** Largo do Carmo. **Becos:** Beco do Cotovelo, Beco do Salto. **Pontes:** Ponte da Cadeia, Ponte do Rosário. **Igrejas:** S. Francisco (inclusive o Cemitério), N. S. Carmo (inclusive o Cemitério), Matriz, N. S. do Rosário, Santo Antônio, Mercês, Bonfim, Senhor dos Montes, Matosinhos, Fontes e Passos. **Travessas:** Travessa Dr. José Mourão, Travessa Mons. Gustavo. **Prédios:** Rua João Salustiano 289, 293, 297; Balbino da Cunha 196; Marechal Deodoro 255,

O perímetro do tombamento se concentrou, portanto, nas imediações do “centro histórico” de São João del-Rei, em áreas com predominância de edificações do século XVIII, no sentido de manter uma certa “ambiência” estética de cidade “tradicional” ou “pitoresca”. Não foram incluídas as “edificações isoladas” das outras regiões, já que destoavam do critério de “unidade” aventado pelo arquiteto do Patrimônio. O perímetro não considerou, por exemplo, todo o conjunto que margeia o lado direito do Córrego do Lenheiros, como a Rua Hermílio Alves, a rua Ministro Gabriel Passos, a avenida Tiradentes, dentre outras, provavelmente, por se tratar de trechos com predominância de edificações ecléticas, estilo relegado da “consagração” oficial.

A delimitação do perímetro de Diamantina também foi fruto de pressões locais, sobretudo da Prefeitura e da União Operária⁴⁷² que, conforme abordamos no terceiro capítulo, não somente lançavam outros olhares ao seu “patrimônio”, como também tinham distintos projetos de presente e de futuro para a cidade, que por vezes colidiam com o imperativo da preservação expresso no decreto-lei nº 25/1937. Em carta enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, o então prefeito de Diamantina, Edson Lago Pinheiro, reclamava que a cidade passava por uma redução drástica nas construções, provocando uma crise no setor imobiliário e conseqüentemente um abalo na vida econômica da cidade. Ainda segundo o prefeito, havia um descontentamento entre os setores locais, sobretudo no seio do operariado, que atribuía ao SPHAN a responsabilidade por esse “estado de coisas”. Buscando atenuar a situação e conciliar interesses opostos, Edson Lago Pinheiro propôs ao diretor-geral do Patrimônio a hipótese de ser feito um novo tombamento da zona urbana da cidade, “delimitando uma área em que se deixasse livre, pelo menos, a parte alta, em cujas proximidades está a

⁴⁷¹ MIRANDA, Alcides da Rocha. Parecer de delimitação do perímetro de tombamento de São João del-Rei, de 14 de novembro de 1947. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Bens Tombados/0068-T-38: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del-Rei (Livro de Belas Artes, Volume 1, Folha 2, Inscrição 1 de 04 de março de 1938).

⁴⁷² Associação de classe que tinha endereçado, em 1941, uma carta ao governador Benedito Valadares reclamando do tombamento do conjunto urbano da cidade, dizendo que, uma vez colocadas em prática as normas do Patrimônio, os operários de Diamantina “ficariam sem pão à espera de qualquer decisão desse Serviço”. ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício, de 17 de outubro de 1941, enviado ao prefeito de Diamantina em resposta às queixas levantadas pela União Operária de Diamantina. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras: Centro Histórico; Caixa 105, Pasta 478.

praça de esportes e para onde enxergamos possa a nossa ‘urbs’ expandir-se”⁴⁷³. Ponderando a situação e usando a diplomacia, Rodrigo Melo Franco de Andrade ressaltou que o Patrimônio se empenhava sempre em conciliar as determinações da legislação em vigor com os justos reclamos de progresso dos habitantes das cidades tombadas, por isso, encaminharia a Diamantina o arquiteto Lucas Mayerhofer, professor da Escola Nacional de Belas Artes, “a fim de proceder a novos estudos que habilitem esta repartição a delimitar definitivamente a área dessa cidade alcançada pelo tombamento”⁴⁷⁴. Da realização dos estudos urbanísticos do arquiteto Mayerhofer à implementação do perímetro de preservação de Diamantina passaram-se cerca de quatro anos. Nesse intervalo, enquanto não encontravam um desfecho final, Edson Lago Pinheiro, participe desse processo, oferecia sua contribuição a respeito de quais limites deveriam atingir esse plano. Para ele, o perímetro deveria abranger uma parte do “centro histórico”, constituída de igrejas, monumentos e edificações públicas. Os pontos mais afastados deveriam então ficar de fora, por serem constituídos, em sua maior parte, de “casas a reclamarem conserto e que nenhum valor emprestam sob o ponto de vista tradicional e de estilo antigo, dada a imperfeição de linhas”. Segue, abaixo, os trechos demarcados pelo Prefeito:

Tendo início na praça Barão de Guaicuí, contorna o Mercado Municipal; desce a rua do espírito Santo e ganha a rua do Amparo, que sobe até apanhar a rua do Rosário; por esta, vai à praça d. Joaquim, percorre-a em demanda da rua dr. Juscelino Barbosa; ganha a rua Laláu Pires, subindo por ela, ganhando o beco do Coqueiro; percorre a rua Augusto Nelson, apanha a rua de São Francisco que desce até ganhar a praça dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira; por esta, e rua Ciriaco de Abreu, que sobre, e, através da praça e travessa Conselheiro Mata, vai ao ponto de partida, no largo Barão de Guaicuí. **Tudo quanto Diamantina pode apresentar de interessante e antigo de conservação está enquadrado nos pontos acima**, restando-nos partes onde quaisquer construções novas em coisa alguma afetarão a estrutura colonial da cidade.⁴⁷⁵

⁴⁷³ PINHEIRO, Edson Lago. Ofício, de 07 de maio de 1945, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras: Casas; Caixa: 106; Pasta: 481.

⁴⁷⁴ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício n° 619, de 16 de maio de 1945, enviado a Edson Lago Pinheiro. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras: Casas; Caixa: 106; Pasta: 481.

⁴⁷⁵ PINHEIRO, Edson Lago. Carta, de 4 de junho de 1946, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras: Casas; Caixa: 106; Pasta: 481.

A título de informação, o técnico local do Patrimônio, Assis Horta, avisou a Rodrigo Melo Franco de Andrade que, se levado em conta a projeção do Prefeito, ficariam de fora um sem número de edificações, sobretudo do acervo vernacular local, como por exemplo:

Toda a rua do Bugalhou e do Rio Grande. Ficariam fora todas as casas compreendidas entre a rua atrás do Mercado, em número de 5, e a rua das Beatas, em número de 6. Ficaria excluído o Beco da Cavallhada Velha ou Largo de Dr. Prado, de construção antiga; todo o Largo do Rosário, inclusive a igreja e a casa que teria sido de um dos intendentess e a rua atrás da Igreja do Rosário; ficaria excluído o Beco Teluriano de Matos; ficaria excluída a Casa da Chica da Silva e as ruas do Jogo da Bola, Vicente Figueiredo, Beco das Tabordas; ficariam excluídas a rua da Liberdade (onde há uma casa de propriedade dos Caldeiras Brants de estilo antigo, além de outras boas casas), a rua Gutemberg, rua do Seminário, Samambaia e rua das Mercês, inclusive a Igreja; ficariam excluídos o Largo de José Estáquio, a rua de São Francisco, inclusive a Igreja, o Beco de João Pinto, a rua da Luz, onde há a igreja do mesmo nome, toda a rua da Caridade, de construções antigas, a rua da Glória, a rua do Fogo, o Arraial dos Forros, o Macau do Meio, Macau de Baixo e o Macau de Cima, a rua Ciriaco de Abreu, a Praça da Saúde e o Paula Vieira.⁴⁷⁶

Mais do que uma disputa pela maior ou menor abrangência do perímetro de preservação da cidade, entendemos se tratar de formas distintas de olhar (seletivamente) os bens materiais e simbólicos de uma mesma cidade. Nesse caso, projetos de apropriação e uso de um mesmo espaço entram em competição e disputam a nomeação e delimitação precisa de seus contornos.

Nesse embate em torno da categoria “patrimônio”, predominou o projeto do arquiteto Lucas Mayerhofer que, por sua vez, mesmo sem explicitar seus critérios e escolhas tomadas, incorporou as ponderações do técnico local Assis Horta.

O perímetro sobre que, nesta cidade de Diamantina, recai a proteção de que fala o decreto-lei federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, (proteção ao seu patrimônio histórico e artístico), fica assim delimitado: Tendo ponto de partida na Praça Conselheiro Mata, dirige-se à travessa de igual nome, ganha o largo Barão de Guaicuí e, deste, a rua do Progresso, que desce até o Cruzeiro do Rio Grande; contorna-o, sobre a rua do Rio Grande, alcança o Largo Doutor Prado e, passando por trás da Cadeia Pública e da Igreja do Rosário, ganha a Praça Dom Joaquim, apanha as ruas Juscelino Barbosa, Vicente José de Figueiredo, Liberdade, até a Basílica do Sagrado Coração de Jesus; daí, contorna a Samambaia, desce a rua das Mercês, o beco Silvério

⁴⁷⁶ HORTA, Assis. Informação, de junho de 1946, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Série Obras: Casas; Caixa: 106; Pasta: 481.

Lessa e ganha a rua Augusto Nelson; por esta, indo à rua de São Francisco, sobre até o Largo José Eustáquio, segue o beco João Pinto, abrangendo o beco das Moteiras e daí vai ter à rua da Luz; e, por esta, desce em demanda do Largo Silveira Lobo; contornando-o, sobe a rua Manuel Ciríaco de Abreu até ganhar o ponto inicial na praça Conselheiro Mata.⁴⁷⁷

Este perímetro se concentrou no “centro histórico” de Diamantina, abrangendo grande parte desta região. Contudo, como atenta Cristiane Souza Gonçalves, a Estação Ferroviária e seu entorno ficariam excluídos dos limites “protegidos”, talvez por se tratar de uma área com predomínio de edificações de arquitetura eclética⁴⁷⁸, estilo relegado da consagração oficial do Estado.

Parece que a implantação de perímetros de preservação foi um golpe duro de ser absorvido nesse ringue de batalha, já que o Patrimônio teve que rever seus próprios critérios e ortodoxias e, a partir de então, desconsiderar o tombamento dos conjuntos urbanos de São João del-Rei e Diamantina como um todo. Se, em um primeiro momento, os técnicos do Patrimônio imaginavam que as “cidades-monumento” não iriam crescer, adotando medidas pontuais em conformidade com esse raciocínio (cuidando da escala e da volumetria e mantendo o “estilo Patrimônio” nas edificações), em um segundo momento, estes mesmos técnicos se deparavam com uma nova circunstância, a da multiplicação sem precedentes da população e do número de moradias, implicando em sérias transformações urbanas no interior dos núcleos tombados. A industrialização deflagrada a partir da década de 1950 e a consequente urbanização transformaram o perfil do país, que nas décadas subsequentes, 1960 e 1970, teria um grande deslocamento da população do campo para as cidades, de modo que a população urbana se tornaria superior a rural. Augusto da Silva Telles, arquiteto do Patrimônio, sinalizou, por exemplo, que essas pressões urbanas sobre os núcleos históricos das cidades tombadas se intensificaram exatamente entre as décadas de 1950 e 1960.

⁴⁷⁷ FREIRE, J. Machado (prefeito de Diamantina). Lei nº 69, de 31 de outubro de 1949, da Câmara Municipal de Diamantina. In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Tombamento Conjunto Arquitetônico de Diamantina - Processo 64-T-38.

⁴⁷⁸ GONÇALVES, Cristiane Souza. *Experimentações em Diamantina: um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado (1938-1967)*. Tese (FAUUSP). São Paulo, 2010, p. 129.

Os centros históricos, núcleos formadores das cidades, foram sendo afogados por novas edificações – muitas das quais, mais volumosas e mais altas do que as originais, devido à pressão da especulação imobiliária. (...) Com o impacto desenvolvimentista dos anos 1950/1960, as cidades históricas e os núcleos formadores das cidades maiores, assim como os imóveis de caráter monumental, inclusive os tombados, começaram a ser agredidos, atingidos pela pressão demográfica, pela metropolização das áreas contíguas, pela implantação de indústrias em suas mediações, pela inserção dos mesmos em roteiros turísticos, pela abertura de eixos rodoviários em suas proximidades.⁴⁷⁹

Os perímetros surgiam, sem dúvida, como expressão e/ou medida de contenção do crescimento e das pressões urbanas sobre os núcleos fundadores das cidades. Dentro do perímetro, uma conservação “mais rigorosa”, fora dele, maior flexibilidade para as construções. Se não fora esse o acordo tácito firmado entre agentes do Patrimônio e poderes locais, pelo menos, foi desse modo que os poderes políticos locais traduziram essa demarcação. “Fora desse perímetro, são permitidas construções e reconstruções em estilo não colonial, observando, porém, tais serviços as posturas municipais”⁴⁸⁰, assinalou o então prefeito de Diamantina, J. Machado Freire. O mesmo raciocínio foi feito pelo então prefeito de São João del-Rei, Oswaldo Toga, após implementação do perímetro de preservação na cidade:

(...) A não ser a zona montante à rua Direita, inclusive, largo do Rosário, ruas de Santo Antônio, Pe. José Maria, Ribeiro Bastos uma e outra casa de construção antiga nas demais ruas e avenidas, não há impedimento para construções e reconstruções modernas. **Prevaleceu, afinal, o ponto de vista defendido por este jornal quando protestou contra o tombamento integral da cidade.**⁴⁸¹

Cabe notar neste último exemplo que o prefeito Oswaldo Toga, ao relatar sobre o perímetro traçado pelo arquiteto Alcides da Rocha Miranda, não informou aos sanjoanenses exatamente os limites demarcados por aquele, mas uma área de preservação mais reduzida ainda. Cabe sinalizar também que os perímetros não foram sucedidos por critérios rigorosos de contenção e planejamento do crescimento dos

⁴⁷⁹ TELLES, Augusto da Silva. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p. 303.

⁴⁸⁰ FREIRE, J. Machado. Op. Cit.

⁴⁸¹ TOGA, Oswaldo. Diário do Comércio (de São João del-Rei), de 6 de novembro de 1947, n° 2929. Matéria: “Tombamento da cidade”. Grifo nosso.

conjuntos urbanos ou de parâmetros de ocupação do seu entorno. Em outras palavras, não houve uma articulação de políticas de preservação do patrimônio com planos de desenvolvimento urbanísticos mais gerais. Como consequência, o próprio perímetro se tornaria alvo de pressões urbanas e de batalhas nesses lugares.

Em Diamantina, logo após a implementação do perímetro, o técnico local João Brandão Costa informou a Sylvio de Vasconcelos que havia necessidade de retificação dessa demarcação, já que, na sua avaliação, houve um “encurtamento” de trecho no Bairro do Rio Grande e ainda ficou de fora todo o Arraial dos Forros (compreendido pela Rua Macau, Largo do Arraial dos Forros e Largo do Hospital).⁴⁸² Portanto, em março de 1950, o perímetro foi retificado com a inclusão destes trechos.⁴⁸³ Não obstante, anos posteriores, na década de 1960, João Brandão Costa se deparou com outro problema, o do entorno da área tombada. Sem o estabelecimento de normas de ocupação da vizinhança, o próprio cinturão de proteção do perímetro sofria pressões. Como consequência, o técnico local do Patrimônio indagava a Sylvio de Vasconcelos como deveria agir a partir de então em matéria de fiscalização, uma vez que vinham sendo abertas ruas e construídas casas bem próximas daquele eixo protegido. “Penso que, salvo melhor juízo, a extensão arbitrária das linhas do tombamento pode sujeitar esta Repartição até a controvérsias, em juízo, deixando-a em má situação.”⁴⁸⁴ O dilema do técnico local João Brandão Costa sinaliza, portanto, uma conjuntura de expansão urbana em Diamantina, intensificada em meados de 1960, que provocou algumas alterações em seu acervo arquitetônico e tecido original.

Em São João del-Rei, pouco tempo depois da instituição do perímetro de preservação, o chefe do Departamento de Obras da Prefeitura Municipal, Luiz Bacarini (também proprietário da loja de materiais de construção Luiz Bacarini & Irmãos), requereu aos técnicos do SPHAN a exclusão do tombamento de um quarteirão compreendido entre a Rua Marechal Deodoro, Praça Severiano de Resende, Av. Rui

⁴⁸² COSTA, João Brandão. Ofício nº 222, de 14 de dezembro de 1949, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Conjunto Tombado (1940-1969); Caixa: 93.

⁴⁸³ VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício, de 14 de março de 1950, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Conjunto Tombado (1940-1969); Caixa: 93.

⁴⁸⁴ COSTA, João Brandão. Ofício nº 49, de 20 de julho de 1960, enviado a Sylvio de Vasconcelos. CDI/IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Conjunto Tombado de Diamantina – continuação – 1969-1973; Caixa: 94.

Barbosa e Rua Artur Bernardes, trecho onde se situava o sobrado à Praça Severiano Rezende, objeto de intensas disputas e tombado compulsoriamente pelo órgão (Processo 0361-T-46). Como argumento, Luiz Bacarini informou se tratar de um quarteirão “sem prédios de valor”.⁴⁸⁵ Contudo, em parecer contrário, Rodrigo Melo Franco de Andrade frisou que era necessário preservar a “unidade” do conjunto urbano de São João del-Rei, sob o risco de “descaracterização” completa. Andrade reiterou ainda a ideia de que, mesmo se tratando de um trecho sem “prédios de valor”, o seu tombamento tinha o objetivo de evitar a introdução de construções novas que prejudicariam as “perspectivas mais características da cidade antiga”⁴⁸⁶.

Como se percebe, o estabelecimento do perímetro de tombamento não significou a trégua definitiva da luta política em torno da definição do patrimônio legítimo de São João del-Rei. Acordos formais podem ou não ser efetivados na prática cotidiana e, de todo modo, são recursos provisórios que precisam ser continuamente renovados, recriados e defendidos, uma vez que podem sempre retroceder nas “guerras de posições”. Ademais, a negociação no presente não garante que não haja crises em um relacionamento futuro entre as partes conflitantes.

Bastante receosos quanto à preservação da paisagem urbana de São João del-Rei, os agentes do Patrimônio, em correspondências internas, tinham dúvidas se os poderes locais realmente observavam o perímetro de tombamento.⁴⁸⁷ Como o SPHAN não possuía um escritório técnico na cidade, sendo este implantado somente no final da década de 1970, o engenheiro Artur Arcuri realizava inspeções periódicas e ficava responsável pela fiscalização do conjunto urbano local. Contudo, aparentemente havia obstáculos na comunicação entre o técnico, a regional de Belo Horizonte e a administração central do SPHAN no Rio de Janeiro. Por exemplo, Sylvio de Vasconcelos reclamou a Rodrigo Melo Franco de Andrade que o sistema de aprovação de reformas e de introdução de casas novas adotado por Artur Arcuri parecia “muito

⁴⁸⁵ ARCURI, Artur (técnico do Patrimônio lotado em São João del-Rei). Ofício, de 9 de agosto de 1948, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. São João del-Rei. Bens Tombados. Conjunto Urbano. Processo: 0068-T-38.

⁴⁸⁶ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício, de 16 de novembro de 1948, enviado ao prefeito Oswaldo Toga. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. São João del-Rei. Bens Tombados. Conjunto Urbano. Processo: 0068-T-38.

⁴⁸⁷ VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício nº 187, de 18 de março de 1954, enviado ao eng. Artur Arcuri. CDI/IPHAN/MG. São João del-Rei. Pasta: Conjunto Urbano.

liberal”, o que propiciaria em pouco tempo “perturbação” da “unidade” do conjunto. Aliás, no mesmo ofício, Sylvio de Vasconcelos reconhecia não ter mais esperança de “obter a preservação da arquitetura civil local, já bastante alterada e sob constante progresso e valorização da cidade”⁴⁸⁸. Assim, aos poucos a tônica da “perturbação” estética do conjunto urbano de São João del-Rei tornava-se recorrente no léxico dos agentes do Patrimônio.

Tempos depois, no ano de 1959, Nelson Lombardi, presidente da Câmara Municipal de São João del-Rei, solicitou, junto ao SPHAN, a revisão do próprio perímetro de tombamento da cidade. O seu intento era que o tombamento se restringisse a monumentos pontuais e não a logradouros inteiros:

Justo será dizer que devemos conservar as nossas relíquias antigas, mas somente aquelas que de fato merecem serem conservadas, como igrejas, monumentos e alguns prédios que tiveram fatores relevantes em nossa história Pátria, e igualmente servem como atrativo turístico, mas, quanto ao resto melhor será o seu destombamento, em prol do progresso premente de nossa imortal São João del-Rei.⁴⁸⁹

A manutenção do perímetro de tombamento, contudo, não foi impedimento para que o comerciante Chafick Haddad iniciasse a demolição, em 1961, do casarão localizado na Rua Artur Bernardes e Marechal Deodoro, ou seja, justamente na área onde o chefe do Departamento de Obras da Prefeitura Municipal havia dito se tratar de um quarteirão “sem prédios de valor”.

Apresentamos, na figura 39, a imagem da fachada do casarão da Rua Artur Bernardes e Marechal Deodoro, edifício em estado avançado de ruína, com as paredes e telhados já comprometidos.

⁴⁸⁸ VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício nº 473, de 23 de agosto de 1956, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. CDI/IPHAN/MG. São João del-Rei. Pasta: Administrativo 1938-1957.

⁴⁸⁹ LOMBARDI, Nelson. Ofício de 6 junho de 1959, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. São João del-Rei. Bens Tombados. Conjunto Urbano. Processo: 0068-T-38.



Figura 39: Frente e lateral da fachada do casarão à rua Artur Bernardes e Marechal Deodoro – (1961) – Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei

As tentativas de demolições, em regra, eram empreendidas aos poucos, de modo encoberto e sem deixar maiores pistas. Elas poderiam variar desde a retirada de telhados e exposição do imóvel a ação do sol e da chuva, abalo nas vigas e pilares de sustentação, até incêndios encomendados. O resultado disso é que os imóveis se encontravam em um estado avançado de ruína, inviabilizando assim a sua reforma tanto pelo proprietário, que se negava a arcar com os custos da obra, quanto pelo SPHAN, que frequentemente não dispunha de recursos suficientes para a prática de conservação nas cidades.

Rodrigo Melo Franco de Andrade se empenhou pessoalmente no caso do casarão da Rua Artur Bernardes com Marechal Deodoro, realizando inclusive visita técnica na cidade no intuito de impedir essa demolição. Certamente, ele temia o mesmo desfecho do sobrado da Praça Severiano Resende, imóvel que só não foi completamente demolido por conta de um embargo do Ministério Público Federal, seguido do seu tombamento compulsório. De acordo com o diretor-geral do Patrimônio, o proprietário Chafick Haddad era o único responsável pelo estado em que se encontrava o imóvel

(parte da fachada e do telhado do imóvel poderia desabar), uma vez que o deixou abandonado, na expectativa de consumir a sua destruição.⁴⁹⁰

O SPHAN recebeu um novo pedido de revisão do próprio perímetro de tombamento de São João del-Rei, em janeiro de 1962. Milton Resende Viegas, então presidente da Câmara Municipal, promoveu um abaixo-assinado em favor da expansão do centro comercial da cidade. Para ele, o tombamento deveria se restringir às igrejas, pontes de pedra e a monumentos pontuais, como as edificações públicas.⁴⁹¹

Tendo em vista as pressões em torno da revisão do perímetro de tombamento da cidade e as sucessivas transformações na sua fisionomia urbana, Rodrigo Melo Franco de Andrade apresentou parecer favorável à revisão do perímetro de tombamento, mais especificamente das ruas Marechal Deodoro, Artur Bernardes e Praça Severiano de Rezende, “a fim de atender, como alegam, aos reclamos da vida econômica da cidade, sem prejuízo dos interesses históricos e artísticos locais”⁴⁹². Entretanto, essa questão da redução do perímetro de tombamento de São João del-Rei suscitou divergências entre os próprios técnicos do Patrimônio. O arquiteto Augusto da Silva Teles fez ressalvas a esse projeto por considerá-lo um exemplo “nocivo” às ações de preservação do patrimônio, levando em conta principalmente as outras cidades brasileiras de conjuntos urbanos tombados. Ele avaliou que, a despeito da “perturbação” e “descaracterização” do núcleo histórico de São João del-Rei, ainda havia arruamentos que guardavam certa “autenticidade” e, nesses locais, a sua preservação deveria ser “rigorosa”, garantindo assim uma perspectiva de “unidade” estética do acervo tombado.

Julgamos (...) que é totalmente desaconselhável, qualquer resolução que resulte em redução ou alteração do demarco da área preservada não só pelo precedente que isto iria representar, como pela necessidade de ser assegurada, pelo menos nesta área, alguma das características que ainda se mantêm, tais como gabarito, e certo disciplinamento de fachadas e de telhados. Há, no entanto, necessidade urgente, creio eu, de uma distinção entre as áreas e

⁴⁹⁰ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Parecer, de 4 de abril de 1961. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. São João del-Rei. Bens Tombados. Conjunto Urbano. Processo: 0068-T-38, V.2.

⁴⁹¹ VIEGAS, Milton de Resende. Carta, de 31 de janeiro de 1962, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. São João del-Rei. Bens Tombados. Conjunto Urbano. Processo: 0068-T-38, V.2.

⁴⁹² ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício nº 413, de 4 de abril de 1962. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. São João del-Rei. Bens Tombados. Conjunto Urbano. Processo: 0068-T-38, V.2.

prédios que guardam maior autenticidade e real valor artístico, e esses trechos urbanos, mais descaracterizados...⁴⁹³

O argumento de Augusto da Silva Teles em prol da manutenção do perímetro de tombamento, instituído em 28 de novembro de 1947, obteve certo consenso entre os técnicos da agência. Não obstante, entendemos que a manutenção desse perímetro se deu muito mais como medida cautelar, no sentido de resguardar a própria imagem do Patrimônio, bem como do seu critério aplicado, do que como medida efetivamente usada no cotidiano das práticas de estruturação urbana da cidade. A implementação do perímetro de preservação da cidade, por exemplo, não foi suficiente para conter a disseminação dos sobrados “modernos”, assim como as pressões urbanas de expansão no seu centro comercial.

Sylvio de Vasconcelos constatou que a área tombada estava “ilhada” enquanto todo o resto se modificava livremente. Com isso, esta área, por se tratar também do centro comercial da cidade, sofria pressões da periferia, em constante expansão. No seu entendimento, o conjunto urbano de São João del-Rei já tinha sido “perturbado” e perdido as suas características “tradicionais, “autênticas”: “A despeito de todo esforço da Repartição, não há dúvidas que a **área tombada não conserva mais características que justifiquem seja considerada monumento nacional**”⁴⁹⁴. Conforme avalia, o conjunto havia sido “contaminado” com as recorrentes “descaracterizações” das fachadas dos imóveis e introdução de sobrados “vulgares”, “sem valor arquitetônico”, perdendo a sua “autenticidade”. Para Vasconcelos, só poderia ser considerado patrimônio, então, as “igrejas e curas ou outra arquitetura civil”⁴⁹⁵. Ainda assim, a anulação do tombamento de São João del-Rei não seria a melhor saída, ponderou ele, pois traria consequências imprevisíveis às outras cidades brasileiras também com seus conjuntos urbanos tombados. A medida encontrada seria, portanto, manter o tombamento existente, mas limitando-se as restrições aos edifícios vizinhos dos monumentos específicos, através do controle da altura e volumetria desses edifícios. De qualquer forma, ressaltou que seria apenas uma medida atenuante e que não impediria,

⁴⁹³ TELES, Augusto da Silva. Informação nº 64, de 16 de fevereiro de 1967. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. São João del-Rei. Bens Tombados. Conjunto Urbano. Processo: 0068-T-38, V.2.

⁴⁹⁴ VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício nº 377, de 14 de dezembro de 1967. ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. São João del-Rei. Bens Tombados. Conjunto Urbano. Processo: 0068-T-38, V.2. (grifo nosso).

⁴⁹⁵ Idem.

ao longo dos anos, a introdução de edifícios “destoantes” no interior do perímetro tombado.

Parece que, sob o ponto de vista dos agentes do Patrimônio, o “status patrimonial” depende da manutenção de certas características (estético-estilísticas) imutáveis dos objetos. A conservação estática dos objetos, enquanto prova original de uma autenticidade absoluta, e a permanência de uma representação da história, constituem então o próprio motor das políticas de patrimônio, refratárias à temporalidade presente que se abre aos momentos de mudança cultural.

4.3. O Pós Fase Heroica: considerações sobre os conjuntos urbanos mineiros durante as gestões de Renato Soeiro (1967-1979) e Aluísio de Magalhães (1979-1982)

Houve, ainda, outro pedido de delimitação de perímetro de tombamento, no caso, na cidade do Serro, em 1967, provavelmente à luz das experiências de São João del-Rei e da vizinha Diamantina. A conjuntura de condução dos trabalhos de preservação empreendidos pelo Patrimônio no Serro também não foi das mais favoráveis e, nos anos de 1960, conforme sinalizou Sylvio de Vasconcelos, em carta enviada ao então prefeito Paulo Tolentino, essa situação se agravou, em decorrência da não observação das normas do órgão nos processos construtivos e da falta de cooperação dos poderes políticos locais. Em busca de mais uma costura de apoiadores locais, Sylvio de Vasconcelos pediu ao prefeito seu empenho pessoal “sem o qual se tornaria muito difícil a atuação da SPHAN no Serro”. Nesse caso, o chefe do 3º Distrito do SPHAN reconhecia as dificuldades de condução das ações de preservação no conjunto urbano do Serro, enquanto não havia maiores colaborações dos cidadãos locais.

Senhor Prefeito, venho verificando, com pesar, que as construções licenciadas para o Serro têm sido realizadas em desacordo com os projetos aprovados e recomendações desta Repartição. Tal circunstância apresenta-se como muito inconveniente e desagradável, (...) contribuindo para a perda irreparável do esplêndido conjunto arquitetônico da cidade. Tenho evitado, no possível, iniciativas judiciais e policiais a respeito, visando poupar os serranos as consequências destas iniciativas. Por outro lado, mantenho

confiança em sua ação pessoal e funcional no caso, animado pelo conhecimento anterior de sua família e pelas referências que tenho de sua personalidade. Será lamentável assistir-se à perda do valor monumental do Serro (...).⁴⁹⁶

Considerando as desobediências locais às normas do Patrimônio, Sylvio de Vasconcelos temia que houvesse perdas no conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro. Ainda assim, apostava na diplomacia e no poder dos acordos pessoais para reverter aquela situação. Entretanto, os arranjos pessoais e os esforços de mediação e negociação política fracassaram e o prefeito Paulo Tolentino sinalizou que as demandas locais eram outras, solicitando diretamente ao Presidente da República a revisão do tombamento do conjunto urbano da cidade, mediante a delimitação de um perímetro preciso de preservação.

O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem sido, contrariamente aos nossos desejos, motivo de grande entrave ao desenvolvimento da cidade. (...) Em que pese nosso interesse pela conservação desse patrimônio, **a cidade não pode continuar a mercê de pessoas inteiramente destituídas de conhecimento e menor senso artístico, capazes de discernir quais prédios que deverão ser preservados.** Contam-se na cidade mais de duzentas casas em completa ruína e cujos proprietários não têm condições de repará-las nos moldes primitivos, as quais não apresentam nenhum estilo definido, digno de ser conservado. **Estamos desejosos de que este resguardo possa abranger apenas os templos religiosos e algumas residências particulares que de fato ostentam ainda em suas fachadas aquele requinte senhorial dos velhos tempos coloniais.** Pedimos, pois, uma reformulação nos critérios que nos têm sido impostos, sem comprometimento do aspecto urbanístico duramente afetado pelas atuais normas.⁴⁹⁷

O prefeito, além de manter uma posição irredutível, de ataque frontal, situando o Patrimônio como um entrave ao desenvolvimento do Serro, se posicionou, assim como os técnicos do SPHAN, como um “guarda de fronteira” que luta pela interpretação legítima da categoria “patrimônio”. Como abordamos no terceiro capítulo, o “patrimônio” não é algo imanente, é um fato social construído por meio de narrativas e representações sobre os objetos dispostos no espaço. Por outro lado, a eficácia dessas narrativas e representações depende da “percepção e do julgamento de seus

⁴⁹⁶ VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício, de 4 de agosto de 1967, enviado a Paulo Tolentino. CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Conjunto Urbano do Serro (1950-1989).

⁴⁹⁷ TOLENTINO, Paulo. Ofício, de 23 de outubro de 1967, enviado ao gabinete do Presidente da República e recebida por Edson Franco, então Ministro da Educação. CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Conjunto Urbano do Serro (1950-1989). (grifo nosso).

destinatários, da adesão ou da distância ante os mecanismos de apresentação e de persuasão postos em ação”⁴⁹⁸. No caso, percebemos o modo como determinados indivíduos (que talvez representem coletividades inteiras) se posicionavam como intérpretes de sua memória, de sua história, de seu patrimônio, a despeito das formulações discursivas oficiais do Estado, e se empenhavam na classificação dos legados materiais e simbólicos enquanto referenciais de suas experiências, trajetórias e interesses de presente. Nas situações de conflitos (sintomas da crise dos mecanismos de mediação política), nas “guerras de posições”, no flanco de batalha, o Patrimônio era compelido a defender-se e, na sua réplica, a explicitar seus valores e posturas tomadas.

De acordo com Sylvio de Vasconcelos, em informação prestada ao Conselho Consultivo do SPHAN, a cidade do Serro encontrava-se em péssimo estado de conservação em seu conjunto, necessitando assim de intervenções emergenciais. Como consequência, o órgão federal era responsabilizado a arcar com o ônus da restauração das edificações. Por outro lado, constatava que os cidadãos de maiores recursos financeiros alimentavam desejos de promover construções novas e demolições para aproveitamento de terrenos. “No momento, há intenções generalizadas de demolir edifícios grandes para aproveitar massame e terreno em construções menores.”⁴⁹⁹ E durante os processos construtivos não havia a prática de observação das posturas e Código de Obras municipais: “O povo acostumado a fazer o que deseja em matéria construtiva, estranha restrição ainda que mínima da DPHAN”⁵⁰⁰.

Augusto da Silva Telles emitiu parecer contrário à redução e/ou delimitação de perímetro de preservação no Serro, a despeito da demanda levantada pelo prefeito da cidade. À luz de princípios da Carta de Veneza (1964), o arquiteto do Patrimônio argumentou em favor da preservação integral do núcleo urbano do Serro, da sua paisagem enquanto monumento.

O que se pretende conservar, principalmente, quando foi tombado o núcleo urbano da Cidade do Serro, não foram, tanto, as edificações religiosas e as

⁴⁹⁸ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietações*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 178.

⁴⁹⁹ VASCONCELOS, Sylvio de. Ofício, de 14 de dezembro de 1967, enviado a Renato Soeiro. CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Conjunto Urbano do Serro (1950-1989).

⁵⁰⁰ Idem.

casas residenciais de maior porte, mas, sim o casario desprezencioso, edificações térreas e assobradadas que se encostam umas às outras, ao longo de ruas e ladeiras, envoltas na vegetação de jardins e pomares. (...) O que se deve preservar, o que mais interessa, em núcleo com caráter antigo, como o Serro, é, justamente (...) a atmosfera, a ambientação, exatamente, o conjunto urbano autêntico com arruamento, calçamento, edificações e tudo mais que o compõe.⁵⁰¹

Como se sabe, processava-se, no âmbito internacional, uma revisão da noção de “patrimônio cultural”, de modo que a Carta de Veneza apresentava uma concepção ampliada de monumento, abarcando não somente as obras mais “notáveis” ou “excepcionais”, mas também os artefatos mais modestos ou vernaculares. Estes compunham, portanto, uma paisagem cultural, objeto de interesse de preservação.

A noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada, mas também a moldura em que ela é inserida. O monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho. Reconhece-se, conseqüentemente, um valor monumental tanto aos grandes conjuntos arquitetônicos, quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer do tempo, significação cultural e humana.⁵⁰²

Se, ao longo da chamada “fase heroica” do SPHAN, as ações de intervenção e restauração estiveram baseadas nos princípios da Carta de Atenas (1931) que buscava destacar a excepcionalidade dos bens na paisagem urbana, agora, com o caso paradigmático do Serro, a instituição, inserida no processo de internacionalização da preservação, ampliara o conceito de monumento, abrindo espaço também para o alargamento da própria categoria “patrimônio” para além dos ditames da autenticidade/excepcionalidade estética.

Nessa perspectiva, o então diretor-geral do SPHAN, Renato Soeiro (1967-1979), referendou os argumentos levantados por Augusto da Silva Telles e manteve o voto pela não revisão do tombamento e/ou estabelecimento de um perímetro de preservação no Serro, acrescentando que seria necessário também proporcionar aos proprietários os recursos para reformarem suas casas, usando principalmente os incentivos de

⁵⁰¹ TELLES, Augusto da Silva. Ata final do pedido de revisão do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro (nº 248.304/67), de 29 de março de 1968. In: CDI/IPHAN/MG. Serro. Pasta: Conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro.

⁵⁰² Carta de Veneza (29 de maio de 1964). In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Ouro Preto. Pasta: Tombamento do Conjunto Arquitetônico de Ouro Preto - Processo 70-T-38.

financiamento do Banco Nacional da Habitação (BNH). Outro tema discutido foi o da necessidade de inclusão do conjunto urbano do Serro em planos prioritários de turismo em parceria com a recém-criada Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). A exploração turística surgia assim como via alternativa capaz de permitir e valorizar o desenvolvimento local. Quanto a esse último ponto, o francês Michel Parente, consultor da UNESCO, fez várias viagens pelo interior do Brasil, entre os anos de 1966 e 1967, no intuito de catalogar as potencialidades de desenvolvimento turístico do país. Seu relatório, intitulado: “*Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico*” (1968) articulava, portanto, a atividade turística com o desenvolvimento econômico e a preservação do patrimônio cultural brasileiro. No caso específico das “cidades de arte” mineiras, Michel Parente aventava a possibilidade de exploração turística a partir da organização de circuitos de visita às cidades circunvizinhas entre o eixo de Ouro Preto, Sabará, Congonhas, São João del-Rei, Tiradentes, Caetés, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Catas Altas, Santa Rita Durão e Mariana, por exemplo.⁵⁰³

Assim como a cidade do Serro, Tiradentes também foi incluída, em meados de 1975, no Programa das Cidades Históricas (PCH), programa este desenvolvido na gestão de Renato Soeiro, em consonância com as políticas de desenvolvimento turístico do país, e que promoveu a restauração de imóveis e monumentos da cidade. Tiradentes, cujas edificações encontravam-se em estado de arruinamento, ameaçadas pelas infiltrações e pelas intempéries, ou mesmo pelas práticas frequentes de demolições de imóveis para aproveitamento de materiais, teve um novo alento nas décadas de 1970 e 1980, através de práticas específicas voltadas à exploração do seu potencial turístico. A construção da BR-265, em 1968, que liga Tiradentes a cidades como São João del-Rei e Barbacena, possibilitou uma maior integração da cidade e, aliada às obras emergenciais de recuperação do seu casario, em parceria da Fundação Roberto Marinho com o Patrimônio e o Governo do Estado, entre os anos de 1970 e 1980, contribuiu para a instalação de suportes de bens e serviços ligados ao turismo. Contudo, como pondera Rodrigo Neves, a construção de um *marketing* da cidade associado ao turismo concorreu também para a produção de uma nova configuração do seu espaço urbano

⁵⁰³ LEAL, Claudia Feirabend Baeta (org.). *As missões da Unesco no Brasil*: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.

marcada pela “mercadorização” de seu centro histórico e pela consequente “gentrificação”, isto é, expulsão de sua população nativa para as periferias.⁵⁰⁴

Não encontramos pedidos específicos de delimitação de perímetros de preservação em Mariana ou em Ouro Preto, demandados pelos cidadãos locais e encaminhados ao SPHAN. Contudo, em seu relatório, Michel Parente constatou que tanto Mariana quanto Ouro Preto careciam do estabelecimento de um plano diretor urbanístico para a preservação e salvaguarda do patrimônio, bem como para a catalisação do turismo naqueles locais. O *Jornal de Ouro Preto*, que tinha entre os colaboradores Roberto Bule Marx, arquiteto-paisagista, noticiou no ano de 1968 que a paisagem de Ouro Preto estava “desfigurada” por causa da proliferação de novas construções e de acréscimos nas casas antigas, feitos sem maiores critérios urbanísticos, “como se fossem células cancerosas no organismo urbano doente da cidade barroca”⁵⁰⁵. Este jornal indicava que havia não somente casas recentes, mas também vilas inteiras construídas nas encostas dos morros da cidade, favorecidas inclusive pela ação de autoridades locais que, uma vez comprometidas com empreendimentos imobiliários, parcelavam esses espaços a partir da construção de ruas, redes de água e esgoto, destinando-os ao mercado da habitação. Logo em seguida, entre o final do ano de 1968 e o início de 1969, um projeto de Alfredo Viana Lima, arquiteto português e consultor da UNESCO, propôs para Ouro Preto a criação de uma “cidade-satélite” a ser construída fora do seu perímetro urbano, de modo que esse local de expansão recebesse as construções novas, o comércio e o trânsito pesado de automóveis e absorvesse os impactos do crescimento urbano sobre o centro histórico. O núcleo histórico passaria então por uma “limpeza” e pela restauração das suas edificações, de modo a destacar uma perspectiva de unidade e homogeneidade estética do conjunto urbano, dando espaço à composição visual de um cenário apropriado à atração de turistas.⁵⁰⁶ Contudo, este plano não chegou a ser adotado, talvez por encontrar reações dos cidadãos que seriam expropriados de seu lugar, de sua cidade, em razão de tiranias estéticas

⁵⁰⁴ NEVES, Rodrigo. *História e turismo: a “mercadorização” do “patrimônio histórico” e a elitização da área central de Tiradentes (1980-2012)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSJ, 2013.

⁵⁰⁵ JORNAL DE OURO PRETO (Ouro Preto), de 1968. Matéria: Ouro Preto: Paisagem Desfigurada. Editorial. In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Ouro Preto. Inventário. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto. Caixa: 213; Pasta: 01.

⁵⁰⁶ RIBEIRO, Cecília. Viana de Lima em missão da Unesco no Brasil. *Urbana*, Campinas/SP, V.5, nº6, 2013.

patrimoniais. “A reação popular. Essas medidas vão desagradar a muitos dos 35000 habitantes da cidade.”⁵⁰⁷ No ano de 1975, a Fundação João Pinheiro, também sob contribuição do consultor Alfredo Viana Lima, elaborou o “*Plano de Conservação e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*”, propondo, de modo semelhante ao primeiro projeto traçado por este consultor, uma área de expansão e desenvolvimento fora do núcleo antigo central. Este plano que sugeria uma grande área de proteção do centro histórico das cidades também não foi incorporado às práticas cotidianas de agenciamento do espaço urbano.

Nos anos de 1980 e 1981, Livia Romanelli, arquiteta do SPHAN, fez alguns relatórios técnicos, um deles intitulado: “*Mariana 1980. O crescimento urbano visto a partir da preservação da área histórica*”, contendo um balanço das principais dificuldades enfrentadas pelo Patrimônio na preservação da paisagem urbana de Mariana.⁵⁰⁸ Segundo Livia Romanelli, o órgão observava nas últimas décadas, com a intensificação da atividade mineradora na região, um aumento significativo do número de construções novas nas áreas centrais da cidade, principalmente do tipo comércio no térreo e apartamentos nos pavimentos superiores, o que colocava em risco a própria escala urbana de Mariana, tendo em vista as pressões imobiliárias e a prática de introdução de edifícios mais altos e mais volumosos que os tradicionais. Além disso, a grande maioria das modificações e reformas de imóveis, como: troca de esquadrias, abertura de garagens, colocação de janelas tipo basculantes, fachadas revestidas, etc., não eram acompanhadas de consulta prévia da prefeitura ou de autorização do técnico do Patrimônio. Havia também uma área de expansão na margem do Ribeirão do Carmo, na direção do Distrito de Santa Rita Durão, constituída de casas novas que não obedeciam ao “estilo SPHAN” e não foram objeto de fiscalização do órgão, além de uma tendência de avanço e ocupação das encostas de morros que rodeiam a cidade, processo semelhante ao verificado em Ouro Preto⁵⁰⁹. Demonstrando certa preocupação

⁵⁰⁷ REVISTA VEJA, de 02 de abril de 1969. Matéria: O barroco pede socorro. In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Ouro Preto. Inventário. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto: 1946-1982. Caixa: 213; Pasta: 01.

⁵⁰⁸ ROMANELLI, Livia. Mariana 1980. O crescimento urbano visto a partir da preservação da área histórica. Relatório, de fevereiro de 1981. In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Mariana. Inventário. Caixa: 191, Pasta: 02.

⁵⁰⁹ Ainda nos anos de 1980, esse problema do crescimento desordenado dos aglomerados e vilas que avançavam sobre os morros e encostas de Ouro Preto, desafiando então o padrão colonial desejado pelo Patrimônio, continuaria sendo objeto de preocupações do órgão. O debate à época era se o tombamento

no que se refere à continuidade dos trabalhos de preservação do patrimônio e da ambiência urbana, ela constatou que, em decorrência do acúmulo de conflitos pregressos entre o Patrimônio e os proprietários de imóveis, a própria autoridade e o poder de fiscalização do órgão estavam comprometidos e/ou fragilizados.

Já está mais que evidente que o antigo SPHAN não teve estrutura suficiente para evitar uma série de alterações e descaracterizações que Mariana sofreu nestes últimos anos. E o que é pior, tornou-se um órgão antipático na opinião da população local, um órgão de caráter repressor, cheio de faltas apontadas aqui e ali. (...) Sentimos que está muito frágil nossa posição de órgão controlador de restaurações e novas construções em Mariana. Para não acerbar mais as posições da população contra o “Patrimônio” tentamos dialogar, esclarecer, “negociar” até, nos casos em que temos maiores alterações. (...) É evidente que este enfraquecimento de posições torna impossível que seja feito, com dignidade e controle, o trabalho que o SPHAN se propõe a fazer, e para o qual afinal foi criado.⁵¹⁰

Trata-se, evidentemente, de uma conjuntura de avaliação e revisão de posturas internas, isto é, do próprio *modus operandi* como o Patrimônio conduziu uma política de preservação ao longo de décadas, por isso ela chama o órgão de “antigo SPHAN”. Para a reversão de um quadro adverso, Livia Romanelli propôs então a formação de uma equipe interdisciplinar e interinstitucional para o estabelecimento de um Plano Diretor em Mariana que, articulado a outro instrumento de regulação urbana, o Código de Obras Municipal, possibilitasse a racionalização e a ocupação planejada do espaço urbano da cidade. A marca da nova política de patrimônio que se inicia tem, portanto, o planejamento da cidade como instrumento de preservação, bem como a abertura à participação de outros órgãos e agentes preservacionistas, concorrendo para a descentralização das ações de preservação.

Um balanço semelhante ao de Mariana foi estendido à Diamantina, com a ressalva, segundo Romanelli, que esta cidade tinha um centro histórico mais bem preservado, mas que sofria pressões da periferia, em pleno adensamento e expansão, de

original do conjunto urbano deveria ser mantido ou ratificado, de modo que as intervenções e normas de ocupação abarcassem também todo o entorno do sítio tombado. Ver: MOTTA, Lia. Parecer sobre o tombamento de Ouro Preto. Informação nº 002/88, de julho de 1988. In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Ouro Preto. Pasta: Tombamento do Conjunto Arquitetônico de Ouro Preto - Processo 70-T-38.

⁵¹⁰ ROMANELLI, Livia. Parecer técnico sobre a cidade de Mariana, de 22 de agosto de 1980. In: CDI/IPHAN/MG. Mariana. Pasta: Diversos.

modo que o Patrimônio já não usava o mesmo critério e rigor na aprovação de projetos na área central do perímetro tombado e na sua periferia.

As transformações e acréscimos nos imóveis, os parcelamentos com novas construções, vêm sendo uma constante para não mencionar demolições de antigos prédios para dar lugar a novos. O adensamento urbano está alterando a leitura espacial que se tinha da cidade. Fora da área tombada, mas próximo do limite da mesma, a Administração Municipal vem aprovando a construção de prédios de apartamentos, atendendo a demanda populacional já existente. A cidade cresce pela agregação de novos loteamentos em sua periferia. A área da cidade delimitada pelo tombamento federal em 1938, já sofreu muitas alterações na sua configuração arquitetônica original. O centro desta área conservou-se mais homogêneo e melhor caracterizado, ao passo que próximo aos limites de tombamento já se veem mais alterações.⁵¹¹

Também São João del-Rei, entre os anos de 1970 e 1980, tinha uma periferia em plena expansão, atraindo então um contingente populacional das regiões circunvizinhas e da zona rural que vinha em busca de moradia e de melhores colocações de trabalho. Esse processo, como já sinalizamos, teve impactos marcantes na paisagem urbana da cidade que se encontrava bastante transformada, sobretudo no seu centro histórico, local onde também estava instalado seu dinâmico eixo comercial.

As pressões urbanas sobre os sítios históricos tombados, deflagradas durante a década de 1950 e intensificadas nas décadas posteriores, exigiram uma nova postura do “antigo SPHAN” em relação ao desenvolvimento das cidades, sob pena do agravamento das tensões e conflitos nas localidades tombadas. A administração de Renato Soeiro à frente do SPHAN (1967-1979), embora apresentasse continuidades e semelhanças com a direção anterior, se esforçou na adoção de novos instrumentos na gestão do patrimônio cultural, enfrentando então o desafio de compatibilizar desenvolvimento (econômico, urbano, industrial) com preservação do patrimônio.⁵¹² A aposta na exploração das potencialidades turísticas dos sítios históricos e no uso econômico do patrimônio cultural é, sem dúvida, sintoma desse esforço de avaliação e revisão de posturas internas e de incorporação de novas demandas e interesses. Conforme vimos no caso

⁵¹¹ ROMANELLI, Livia. Parecer técnico sobre a cidade de Diamantina, de 1980. In: ACI/IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Diamantina. Inventário. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina. Pasta: 06; Caixa: 177.

⁵¹² AZEVEDO, Paulo Ormindo David de. Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil. In: AZEVEDO, Paulo Ormindo David de; CORRÊA, Elyane Lins (orgs.). *Estado e sociedade na preservação do patrimônio*. Salvador: EDUFBA/IAB, 2013.

paradigmático do pedido de revisão do tombamento do Serro, o indeferimento deste pedido se pautou na ideia de que o próprio conjunto urbano da cidade adquiriria status de monumento, mais do que seus artefatos isolados. Essa valorização das obras “modestas” ou vernaculares ampliaria não somente a noção clássica de “monumento”, como também abriria espaço para o alargamento da própria categoria de “patrimônio”.⁵¹³ A adoção do planejamento urbano (plano estratégico de ação, planos diretores, código de obras etc.) como instrumento de preservação dos sítios urbanos também é uma das marcas dessa direção, o que concorreu para pensar a cidade na sua totalidade, para além dos problemas pontuais apresentados pelos imóveis. Soeiro apostou, ainda, na cooperação com as autoridades e órgãos da administração federal, estadual e municipal, e tomou medidas concretas no sentido de favorecer uma maior abertura à participação dos três níveis de poder na gestão (compartilhada) do patrimônio. Por exemplo, os chamados “*Encontros de Governadores Para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil*”, realizados em Brasília (1970) e Salvador (1971) incentivou, entre outras coisas, a descentralização das ações de preservação, estimulando estados e municípios a se envolverem na política de proteção aos bens culturais, através da criação de institutos e legislação específica e complementar de proteção. Um desdobramento desses encontros foi a criação do Programa Integrado das Cidades Históricas do Nordeste, em 1973, programa esse que via no patrimônio cultural das cidades a possibilidade de aproveitamento e exploração das potencialidades turísticas. Mais tarde, em 1975, esse programa foi estendido para outras regiões do país, passando a chamar-se Programa das Cidades Históricas (PCH), contemplando as cidades mineiras do Serro, Tiradentes, São João del-Rei, Ouro Preto, Mariana, entre outras.⁵¹⁴

A gestão de Aloísio Magalhães à frente do Patrimônio reiterou então essa tendência (verificada na administração anterior) de articulação do desenvolvimento com

⁵¹³ Embora a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade tenha concentrado seus esforços na preservação dos conjuntos urbanos, enquanto expressão espacial da própria unidade e perenidade da nação ao longo do tempo, nessa gestão, o órgão procurava, no interior do sítio tombado, destacar os bens excepcionais e autênticos do passado, sobretudo os de arquitetura religiosa do século XVIII, fazendo então distinções entre aqueles que receberiam proteção especial, mediante fiscalização, conservação e restauro rigorosos, e aqueles que ficariam de certo modo fora dessa legenda, nas “zonas cegas” do Patrimônio, tendo maior flexibilidade e margem de negociação quanto ao seu aspecto externo ou à sua permanência na paisagem da cidade.

⁵¹⁴ CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. *O Programa das Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural (1973-1979)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2012.

a preservação do patrimônio cultural. Aliás, suas palestras e pronunciamentos oficiais enfatizavam a dimensão tecnológica e econômica do patrimônio. À época do chamado “milagre econômico” do final dos anos de 1960, Aloísio Magalhães indagava qual o papel que a cultura deveria desempenhar no desenvolvimento do país. De acordo com Magalhães, tínhamos dentro do território brasileiro uma riqueza cultural vasta e pouco (re)conhecida ou explorada. Por isso era preciso descobrir o seu “triunfo”. A direção de Aloísio Magalhães se notabilizou pela ampliação da noção de “patrimônio” em sintonia com o conceito antropológico de cultura e com as ideias de Mário de Andrade, sobretudo quando este prescrevia, ainda nos anos de 1930, a inclusão tanto das obras de arte eruditas quanto as expressões populares no rol do patrimônio cultural. Nesse contexto de revisão de uma política de patrimônio e de exame de posturas internas, Magalhães denunciava certo “elitismo cultural” presente nos trabalhos de proteção empreendidos pelo Patrimônio, já que havia uma predominância de ações voltadas à preservação do patrimônio luso-brasileiro e pouca abertura ou reconhecimento das outras manifestações culturais que igualmente se constituíam como referência do “mosaico cultural” brasileiro.

Ocorre, entretanto, que o conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens moveis e imóveis, contendo ou não valor criativo próprio, impregnados de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens de criação individual espontânea, obras que constituem o nosso acervo artístico (música, literatura, cinema, artes plásticas, arquitetura, teatro), quase sempre de apreciação elitista. (...) Existe vasta gama de bens procedentes sobretudo do fazer popular – que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica.⁵¹⁵

Se, nas primeiras décadas de implementação de uma política patrimonial no Brasil, as ações do Patrimônio privilegiaram a preservação do patrimônio material urbano, sobretudo edificações e monumentos da matriz católica luso-brasileira, nesse movimento de avaliação de posturas internas, bem como de ampliação do próprio conceito de patrimônio, em reconhecimento da complexidade e da heterogeneidade cultural do país, é possível observar uma incorporação não somente das expressões materiais da cultura, mas também das suas referências imateriais. Esse movimento em

⁵¹⁵ MAGALHÃES, Aloísio. *E o triunfo?* A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 60.

direção à valorização do saber-fazer popular possibilitou também uma maior descentralização das decisões em torno da configuração do patrimônio cultural e uma abertura à participação de setores da sociedade civil. Conforme o mote reiterado por Aloísio Magalhães, a “comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio”. Com isso, o desarme dos confrontos, das tensões e dos conflitos se processava também por meio da participação social, sob o pressuposto que os diversos setores da sociedade civil são importantes aliados na preservação de suas referências culturais.⁵¹⁶ O desafio, conforme assevera Maria Cecília Londres Fonseca, passou a ser o de implementar uma política de preservação do patrimônio cultural “democratizada, no sentido de que seja efetivamente apropriada, enquanto produção simbólica e enquanto prática política, pelos diferentes grupos que integram a sociedade brasileira”⁵¹⁷.

Procuramos, ao longo do capítulo, perscrutar os esforços e as estratégias do Patrimônio no sentido de constituir uma rede de alianças e apoiadores locais, em reconhecimento da necessidade de ampliação das bases de sustentação e legitimação do “patrimônio histórico e artístico nacional”, em âmbito das municipalidades mineiras de conjuntos tombados. Defendemos a tese de que diante do acúmulo de um histórico de tensões, conflitos, resistências e também de insucessos em relação à preservação do “patrimônio nacional”, o Patrimônio se viu compelido a negociar com os poderes locais a preservação de bens patrimoniais, quando não a fazer concessões a outros projetos de apropriação e uso dos recursos espaciais. Além das situações cotidianas de alianças, trocas e acordos pessoais, arroladas no texto, abordamos os casos dos pedidos de delimitação de perímetros de proteção como fruto de uma trama política repleta de pressões, interesses, acordos e negociações. Conforme destacamos, a negociação se constituiu como um mecanismo estruturante do patrimônio e fora acionada enquanto recurso de canalização, contenção e regulação de conflitos, de modo que essa política de

⁵¹⁶ Cabe mencionar que uma pluralidade de grupos, coletividades e memórias ganharam espaço e entraram no campo do debate sobre a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, sobretudo a partir dos avanços no reconhecimento e garantia dos direitos das populações tradicionais proporcionados pela Constituição Federal de 1988, e pelo decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, que instituiu o inventário e o registro do chamado “patrimônio cultural imaterial ou intangível”. A inserção da sociedade civil no campo do patrimônio aponta que o Estado não é o único ator dos processos de patrimonialização e/ou que “o privilégio real da definição da história-memória nacional sofre concorrência ou contestação em nome de memórias parciais, setoriais, particulares (de grupos, associações, empresas, coletividades, etc.), que querem ser reconhecidas como legítimas.” HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 236.

⁵¹⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ; Minc-Iphan, 2005, p. 261.

preservação de um patrimônio não interrompesse seu funcionamento nos sítios tombados. Houve momentos em que mesmo a negociação política e os acordos firmados se manifestaram provisórios e careceram de renovações, de reconquistas de posições e de novos pactos e concessões, sem que isso garantisse que não houvesse crises em um relacionamento futuro entre as partes conflitantes. Cabe ressaltar que um regime de concessão e de conciliação com o paternalismo não é o equivalente à participação social efetiva nas decisões e nas implementações das políticas de Estado. Em muitos casos, os setores da sociedade civil e da sociedade política locais eram convidados apenas a referendar planos já traçados previamente, de “cima para baixo”, isto é, do âmbito federal para o local, e quando não o faziam eram vistos pelos gestores do Patrimônio com muita suspeição, sobretudo como potenciais ameaças à preservação do patrimônio da nação. Como vimos ao longo do trabalho, muitas vezes a imposição de uma estética, de um imperativo de preservação patrimonial dos conjuntos urbanos tombados se deu em desacordo com o próprio componente humano que ali habitava, sem que as expectativas, as demandas e as práticas de uso e apropriação locais fossem compreendidas. Quais os artefatos do passado devem ser preservados e representar o patrimônio de uma “comunidade”, ainda que imaginada? Uma vez sancionados como “patrimônios nacionais”, quais foram os valores conferidos a esses artefatos do passado por seus potenciais usuários? Nesse momento inaugural de uma política de patrimônio, a sociedade civil não foi convidada a participar, bem como a adotar uma postura crítica e atuante nas decisões administrativas e/ou na configuração do patrimônio (em tese coletivo, mas nomeado de “cima” para “baixo”, do governo para a sociedade). Entretanto, os consequentes conflitos impunham sérios limites aos projetos e intenções do Serviço do Patrimônio. Entre a norma e a desobediência, entre a fiscalização e as “zonas cegas”, entre a polícia e a negociação política, entre o acordo e o terreno do desacordo, em síntese, assim podemos situar a política de preservação do patrimônio empreendida durante a chamada “fase heroica” do SPHAN. E seu principal instrumento, o estatuto do tombamento, carecia nos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos mineiros de ultrapassar sua dimensão cartorial e ser incorporado às práticas cotidianas de agenciamento dos espaços. Ademais, na vivência cotidiana dos cidadãos, encontramos formas de apropriação diferencial de um “patrimônio comum”, isto é, modos distintos de olhar e significar os bens materiais e simbólicos dispostos na paisagem urbana que não foram simples eco automático das formulações, dos enquadramentos e das intenções políticas do Patrimônio. Com o acúmulo de um histórico de tensões e

conflitos, coube ao órgão uma reavaliação de posturas internas, isto é, de seu próprio *modus operandi*, sob pena de maiores inflexões e conseqüentes perdas nos sítios urbanos tombados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, ao longo da tese, perscrutar os procedimentos políticos de legitimação e afirmação das ações de preservação do “patrimônio nacional” empreendidas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), entre os anos de 1937 e 1967, em Minas Gerais. Para isso, tomamos como base a gestão dos bens culturais de São João del-Rei, Tiradentes, Ouro Preto, Mariana, Diamantina e Serro, seis cidades mineiras que tiveram seus conjuntos arquitetônicos e urbanísticos tombados, ainda em 1938 e, como consequência, passaram por uma espécie de regime especial de preservação, pautado pela vigilância e controle dos usos de seus espaços e pelas sucessivas ações de conservação e restauro, visando a promoção da imagem de um Brasil tradicional, cujos aspectos da sua paisagem evocariam as origens culturais do povo brasileiro.

Voltamos nossa investigação e análise ao momento de criação e condução de uma política cultural de preservação e salvaguarda do “patrimônio histórico e artístico nacional”, encampada pelo Estado brasileiro. Tratamos, portanto, de processos oficiais de reconhecimentos dos bens culturais nos quais o Estado desempenhou um importante papel na construção e invenção de uma tradição. Nesse projeto, o passado foi selecionado para assentar as bases da nação moderna, para representar o “todo nacional” (constituído por uma comunidade de homens com um passado comum). No caso, determinados objetos, lugares e práticas sociais receberam a chancela de “patrimônios” e foram justificados por um projeto de construção de uma identidade nacional.

Buscamos percorrer a trajetória do campo da preservação do patrimônio cultural no Brasil no intuito de fornecer elementos que possibilitem compreender o seu sentido, preenchendo inclusive lacunas desse momento inaugural de definição de diretrizes e normas de preservação e salvaguarda dos bens recém-eleitos patrimônios. Empenhamo-nos em acompanhar o próprio funcionamento do SPHAN, através de indícios reveladores das discussões, estudos, pareceres técnicos e decisões envolvidas nos processos de implementação e condução de uma política federal de patrimônio voltada aos conjuntos urbanos mineiros tombados. Com o exame da lida diária do Patrimônio, tentamos captar os valores que nortearam as práticas de constituição e preservação de

um acervo nacional, assim como os principais dilemas, as dificuldades e os desafios delas decorrentes.

Nesse momento de construção de um corpus patrimonial no Brasil, o SPHAN assumiu a hercúlea missão de promover, no território nacional, o tombamento, a conservação e a difusão do conhecimento do “patrimônio histórico e artístico nacional”. Contudo, o próprio órgão carecia de recursos materiais, técnicos e financeiros para levar a cabo seus intentos. Conforme avaliou Michel Parente, consultor da Unesco, em seu relatório intitulado *“Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico”*, publicado em 1968:

O ponto fraco do Patrimônio é o pessoal reduzido e a insuficiência de recursos financeiros. Desta maneira, sua vigilância não consegue cobrir, ainda que teoricamente, todo o território nacional. E a autoridade de seus representantes fora do estado onde residem é apenas nominal, em muitos casos.⁵¹⁸

Poderíamos usar o mesmo raciocínio e acrescentar que a política extensiva de tombamentos praticada pelo SPHAN necessitava ultrapassar sua dimensão “nominal”, já que, em muitos casos, o tombamento foi concebido quase como sinônimo de preservação, sem a efetiva articulação de instrumentos de planejamento urbanístico.

Chamamos de “interiorização do Patrimônio” o processo de assentamento das bases do órgão em âmbito das municipalidades que tiveram seus sítios urbanos tombados. Esse processo de institucionalização de uma política de patrimônio foi, portanto, permeado por uma série de dificuldades, desafios e resistências, conforme as conjunturas locais. A implantação de um dispositivo de vigilância dos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos das cidades mineiras, baseado no rígido controle das fachadas de suas edificações, bem como na imposição de condições de uso e conservação de sua paisagem urbana, suscitou também dúvidas, questionamentos, discordâncias, animosidades, conflitos. Além disso, a inclusão de objetos que até então não eram reconhecidos como “patrimônio” gerou estranheza e nem sempre obteve o consentimento e a adesão dos habitantes locais.

⁵¹⁸ PARENTE, Michel (1968). Apud LEAL, Cláudia Feierabend Baeta. *As missões da Unesco no Brasil*: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008, p. 61.

Nessa perspectiva, procuramos desvelar os arranjos e as tramas sociais e políticas envolvidas nos processos de seleção de um universo mais amplo de bens, conhecimentos, saberes, tradições etc., destacando sempre o seu caráter construído, inventado, quando não arbitrário. A própria palavra patrimônio não esteve isenta de flutuações semânticas e adquiriu sentidos até mesmo diametralmente opostos nas disputas entre agentes sociais com projetos distintos de uso e apropriação dos bens materiais e simbólicos cuidadosamente dispostos no espaço. Desse modo, como atenta Maria Cecília Fonseca, é sempre necessário “questionar o processo de produção deste universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção”⁵¹⁹.

Não reforçamos os cânones de uma literatura conservadora e laudatória do patrimônio, afeita às ações de intelectuais, personalidades e colaboradores que estiveram à frente da agência preservacionista e de lá deliberaram sobre tombamentos e salvaguardas de bens culturais. Não tomamos *a priori* tais ações como necessárias ou imprescindíveis à preservação do patrimônio cultural, como se não houvesse disputas entre formas de uso e apropriação de um mesmo bem, pelo contrário, procuramos desnaturalizar⁵²⁰ as escolhas e as demarcações que fixam o “patrimônio comum”, trazendo à tona os conflitos endêmicos à preservação de determinados modelos estéticos e simbólicos do passado.

Esse conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo é apreciado como um dom, algo que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo. As únicas operações possíveis – preservá-lo, restaurá-lo, difundir-lo – são a base mais secreta da simulação social que nos mantém juntos. Frente à magnificência de uma pirâmide maia ou inca, de palácios coloniais, cerâmicas indígenas de três séculos atrás ou à obra de um pintor nacional reconhecido internacionalmente, não ocorre a quase ninguém pensar nas contradições sociais que expressam. A perenidade desses bens leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes de consenso coletivo, para além de

⁵¹⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ; Minc-Iphan, 2005, p. 35-36.

⁵²⁰ Seguimos as ponderações de Bertolt Brecht, no poema “nada é impossível de mudar”: “Desconfiai do mais trivial, na aparência singela. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural (...)”

divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio.⁵²¹

Portanto, situamos o patrimônio como lugar de tensões e disputas, como um verdadeiro campo de luta de representações entre grupos com interesses variados e antagônicos, sobretudo entre agentes do Estado e setores da sociedade civil e política locais. De repente, o SPHAN, enquanto instância de nomeação e consagração oficial do “patrimônio nacional”, teve que lidar com outras representações, interpretações e vozes reivindicatórias do “patrimônio legítimo”. Destacamos, ao longo da tese, essas dissonâncias, isto é, as situações de conflitos presentes no cotidiano do Patrimônio, as quais requereram do seu corpo técnico o exercício de réplica, no caso, um posicionamento oficial, explicitando suas escolhas, seus valores e suas motivações nas decisões tomadas.

Nem sempre as decisões do SPHAN estiveram em sintonia com os valores, expectativas ou demandas dos cidadãos locais. Em tese, os agentes Patrimônio se colocavam como representantes do interesse público, mas, na prática, os processos decisórios de configuração e gestão do patrimônio das cidades que tiveram seus conjuntos urbanos tombados eram elaborados de “cima para baixo”, ou seja, do âmbito federal para o local, sem maiores discussões ou inclusão a priori das demandas locais. Dessa forma, os conflitos (constitutivos dessa política autoritária) colocavam em pauta o contraditório, o excluído, o impensado pelos promotores do Patrimônio, assim como as demandas e projetos não gestados por estes, mas que sempre disputavam espaço e reclamavam consideração.

Procuramos, enquanto concentramos nosso foco de investigação nos conflitos decorrentes das políticas de preservação do patrimônio cultural em Minas Gerais, oferecer uma contribuição a respeito das práticas de recepção, apropriação e interpretação do patrimônio por seus usuários, isto é, pelos próprios habitantes das cidades mineiras que tiveram seus conjuntos urbanos tombados. Os objetos dispostos no espaço das cidades, ainda que sancionados pelo Estado como “patrimônios”, são como textos abertos à interpretação e apropriação por um público mais amplo e, como tais, recebem adjetivações e sentidos os mais diversos. Seus significados simbólicos podem

⁵²¹ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias de entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Ed. USP, 2015, p. 160.

inclusive fugir a qualquer esforço de enquadramento e controle político e jamais estão encerrados, prontos e acabados, já que as próprias relações sociais podem enriquecê-los ou remodelá-los. As construções do Estado para representar o “todo nacional” não estiveram isentas de ambiguidades, contradições e conflitos, trazendo à tona as fissuras, as divisões e as diferenças no âmago das culturas nacionais.

Consideramos também a labilidade da memória, ou seja, que ela não está necessariamente ancorada em estruturas físicas e imóveis, mas as transcende.⁵²² Portanto, monumentos erguidos para perpetuar determinadas memórias podem estar mais para o esquecimento do que para a lembrança, carecendo de gatilhos e de ressonância social.⁵²³ No caso, conforme abordamos ao longo do trabalho, o esforço de enquadramento institucional da memória coletiva (e sua conseqüente imposição de uma ordem simbólica do passado) por vezes se esbarrou em memórias “parcelares”, cindidas por grupos de interesses que reivindicavam espaço e consideração.

Defendemos a tese que o SPHAN foi desafiado a pôr em prática uma “política de negociação” como meio de atenuar e dirimir conflitos. Quando lançamos um olhar panorâmico sobre a gestão dos conjuntos urbanos mineiros tombados, percebemos que diante do acúmulo de um histórico de tensões, conflitos, resistências e também de insucessos em relação à preservação do “patrimônio nacional”, o Patrimônio se viu compelido a negociar com os poderes locais a preservação de bens patrimoniais, quando não a fazer concessões a outros projetos de apropriação e uso dos recursos espaciais. Contudo, houve também momentos que mesmo a negociação política e os acordos firmados se manifestaram provisórios e careceram de renovações, de reconquistas de posições e de novos pactos e concessões, sem que isso garantisse que não houvesse crises em um relacionamento futuro entre as partes conflitantes. Com o aguçamento dos conflitos, coube ao órgão uma reavaliação de posturas internas, isto é, de seu próprio

⁵²² “(...) a memória nem sempre tem necessidade de legitimar suas imagens através de objetos concretos ou através de lugares considerados como critérios da realidade de uma lembrança.” JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990, p. 54.

⁵²³ “Mas a permanência prometida pela pedra do monumento está sempre erguida sobre a areia movediça. Alguns monumentos são derrubados com a maior alegria, em tempos de rebelião social, enquanto outros preservam a memória em sua forma mais fossilizada, seja como mito, seja como clichê. Já outros se mantêm simplesmente como figuras do esquecimento, com seu significado e propósito originais erodidos pela passagem do tempo.” HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 68.

modus operandi, sob pena de maiores inflexões e conseqüentes perdas nos sítios urbanos tombados.

Em consonância com as ponderações feitas por Néstor García Canclini, pensamos que as políticas de seleção e salvaguarda do patrimônio devem sempre levar em consideração o caráter processual desse patrimônio, e isso implica em pensar tanto as permanências, quanto as formas de atualização e de transformação nos usos e nas práticas de apropriação dos bens culturais como uma variável explicativa da própria conformação desse campo.

(...) uma política cultural que leva em conta o caráter processual do patrimônio e sua transformação nas sociedades contemporâneas poderia organizar-se conforme a diferença proposta por Raymond Williams entre o arcaico, o residual e o emergente, mais que pela oposição entre tradicional e moderno. O arcaico é o que pertence ao passado e é reconhecido como tal por aqueles que hoje o revivem, quase sempre ‘de um modo deliberadamente especializado’. Ao contrário, o residual formou-se no passado, mas ainda se encontra em atividade dentro dos processos culturais. O emergente designa os novos significados e valores, novas práticas e relações sociais. As políticas culturais menos eficazes são as que se aferram ao arcaico e ignoram o emergente, porque não conseguem articular a recuperação da densidade histórica com os significados recentes gerados pelas práticas inovadoras na produção e no consumo.⁵²⁴

Portanto, as práticas de patrimonialização devem sempre levar em conta os usos sociais e as dinâmicas modalidades de apropriação material e simbólica dos objetos. São esses usos e essas apropriações que mantêm atualizados os legados do passado enquanto coisas úteis no presente. Caso contrário, as proibições e os imperativos de proteção patrimonial podem resultar apenas no esvaziamento, na anulação e na morte das práticas culturais, tornando o presente refém de tiranias de passado, de seus signos imutáveis.

⁵²⁴ CANCLINI, Néstor García. Op. Cit. p. 197-198.

FONTES

Arquivo Permanente do Centro de Documentação e Informação (CDI) da 13ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Belo Horizonte/MG. Pastas:

1) Ouro Preto: •Administrativo 1938-1950; •Administrativo 1951-1954; •Administrativo 1958-1960; •Administrativo 1961-1970; •Cinema – Antigo Liceu – 1946-1959; •Conjunto Urbano – Despesas – 1959-1971; •Conjunto Urbano – Fotos de Vistas Gerais – 1821-1991; •Conjunto Urbano – Placas, Anúncios e Letreiros Luminosos – 1946-1991; •Conjunto Urbano 1944-1946 – Largo do Coimbra; •Conjunto Urbano 1945-1991; • Grande Hotel 1945-1991; •Grande Hotel 1946-1994; •Monumento à Tiradentes 1946-1947; •Museu da Inconfidência 1936-1991.

2) Mariana: •Administrativo I e II; •Bens Móveis; •Calçamento; •Casa do Patrimônio; •Conjunto Arquitetônico e Urbanístico – Tombamento; •Conjunto Urbano 1940-1991; •Diversos; •Informações Históricas; •Mariana; •Rua Direita.

3) Serro: •Administrativo 1940-1959; •Administrativo 1960-atual; •Artigos de Jornal; •Bens Móveis 1951-1972; •Boletins; •Capela N. S. Rosário; •Casa dos Otonis 1946-1962; •Conjunto Arquitetônico – Obras – 1958-1959; •Conjunto Arquitetônico 1955; •Conjunto Arquitetônico 1960; •Conjunto Arquitetônico – Boletins – 1958-1959; •Conjunto Arquitetônico – Boletins – 1961-1962; •Conjunto Arquitetônico – Obras – 1958-1961; •Conjunto Serro 1951-1960; •Conjunto Urbano Serro 1958-1989; •Fotos; •Igreja N. S. Carmo 1937-atual; •Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro.

4) Diamantina: •Administrativo – Conjunto Arquitetônico - 1951-1953; •Administrativo – Comunicações Técnicas 1940 – 1949; •Administrativo – Comunicações Técnicas 1949-1958; •Casa Chica da Silva 1948-1951; •Casa da Rua do Bonfim 1959-1982;

•Conjunto Tombado - 1940-1969; •Conjunto Tombado – continuação - 1969-1973; •Fórum 1949-1992; •Logradouro/Proprietário/Administrativo – requerimentos aprovados - 1946-1983; •Logradouro/Proprietários-Administrativo – pedidos de aprovação de obras e recursos - 1953-1959; •Logradouro/Proprietário/Administrativo – aprovação de obras, requerimento e pareceres - continuação - 1940-1990; •Mercado - 1940-1942; •Rua Augusto Nelson - 1947-1992; •Rua da Caridade - 1947-1990; •Rua das Mercês - 1947-1989; •Rua Descida da Palha – 1949; •Rua Direita - 1941-1991 - antiga rua Tiradentes; •Rua do Amparo - 1941-1989; •Rua do Bonfim - 1944-1988; •Rua do Carmo; •Rua do Rosário; •Rua Glória 1949-1988; •Rua Joaquim Costa - Praça do Mercado; •Rua Macau do Meio - antiga Rua Teófilo Otoni 1941-1989; •Rua Municipal 1947-1967; •Rua Padre Rolim - antiga Rua do Seminário - 1951-1988; •Rua Rio Grande - 1946-1993; •Rua São Francisco - 1946-1990; •Rua Silvério Lessa - 1949-1987; •Travessa do Carmo - 1947-1988 - Beco da Paciência.

5) São João del-Rei: •Conjunto Urbano; •Escritório Técnico; •Administrativo; •Diversos.

6) Tiradentes: •Conjunto Urbano; •Tombamento Conjunto Arquitetônico de Tiradentes - Processo 66-T-38.

Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ACI) - Seção Rio de Janeiro. Pastas:

1) Ouro Preto: •Tombamento Conjunto Arquitetônico de Ouro Preto - Processo 70-T-38; •Ouro Preto 1946-1986; •Ouro Preto – Inventário.

2) Mariana: •Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana; •Tombamento Conjunto Arquitetônico de Mariana - Processo 69-T-38; •Conjunto Arquitetônico - Série Obras; •Rua Direita – Série Obras; •Rua Dom Silvério – Série Obras; •Rua Gomes Freire – Série Obras; •Rua Rosário – Série Obras.

3) Serro: •Tombamento Conjunto Arquitetônico do Serro - Processo 65-T-38; •Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro; •Casas - Rua General Osório – Série Obras; •Casas – Geral – Série Obras; •Casas - Rua Doutor Andrade.

4) Diamantina: •Tombamento Conjunto Arquitetônico de Diamantina - Processo 64-T-38; •Centro Histórico – Série Obras; •Casas – Série Obras.

5) São João del-Rei: •Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del-Rei – Processo 68-T-38; •Sobrado à Praça Severiano Resende – Bens Tombados/Processo 0361-T-46; •Passo das Ruas Duque de Caxias e Getúlio Vargas – Bens Tombados/Processo 410-T-49; •São João del-Rei: Série Conservação e Restauração; •São João del-Rei: Série Inventário.

6) Tiradentes: •Tombamento Conjunto Arquitetônico de Tiradentes - Processo 66-T-38; •Tiradentes: Série Inventário.

7) Rodrigo Melo Franco de Andrade: Série Personalidades.

8) Sylvio de Vasconcelos: Série Personalidades.

Arquivo da Biblioteca Municipal Batista Caetano D’Almeida (São João del-Rei):

Jornal A Tribuna de São João del-Rei.

Jornal O Correio de São João del-Rei.

Jornal Diário do Comércio de São João del-Rei.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ABREU, Regina. O museu histórico nacional e a nostalgia de um império idealizado. In: HEIZER, Alda; VIEIRA, Antônio Augusto Passos. *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

AMARAL, Aracy. *Tarsila: sua obra e seu tempo*. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Ed. 34/Fapesp, 1997.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ANDRADE, Mário de. *A arte religiosa no Brasil*. São Paulo: Experimento/Giordano, 1993.

_____. *Mário de Andrade, cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012.

_____. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória, 1987.

APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Ed. UFF, 2008.

ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009.

_____. Patrimônio cultural e nação. In: ARAÚJO, Ângela Maria (org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.

_____. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan, n° 23, 1994.

_____. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense/Condephaat, 1984.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. Editora Brasiliense, 1990.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Ed. Papirus, 1994.

AZEVEDO, Paulo Ormino David de; CORRÊA, Elyane Lins (orgs.). *Estado e sociedade na preservação do patrimônio*. Salvador: EDUFBA/IAB, 2013.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BATALLA, Guillermo Bonfil. Nuestro patrimonio cultural: um labirinto de significados. In: FLORESCANO, Henrique (org.). *El patrimonio cultural de México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Experiência e pobreza (1933). In: *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. Ensaaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENS MÓVEIS E IMÓVEIS INSCRITOS NOS LIVROS DO TOMBO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro, IPHAN, 1994.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

_____. *Guardiães da Razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

BONAMIM, Giovana. *Elites intelectuais e nation building: conflitos na organização e funcionamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o estado novo*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFP, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CANCLINI, Néstor García. *A sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência*. São Paulo: Ed.USP, 2012.

_____. *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

_____. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Nacional*. Brasília: Iphan, n. 23, 1994.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudo de teoria e história literária*. 8 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. da Letras, 1990.

CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado-novo*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAGAS, Mário. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freire e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Minc/IBRAM, 2009.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietações*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

CHASTEL, André. La notion de patrimoine. In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n° 21, 1998.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. *O Programa das Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural (1973-1979)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. *Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN*. Tese (FAUUSP), São Paulo, 2010.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *A Lição de Rodrigo*. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.

FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Ed.USP, 2009.

FELDIMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FIANI, R. *Teoria dos jogos com aplicações em economia, administração e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Elsavier, 2006.

FILHO, Evaristo de Moraes (org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

FILHO, Hilário Figueiredo Pereira. “Fontes históricas: produção, pesquisa e preservação no acervo do IPHAN.” In: THOMPSON, Ana Lúcia (org.). *Entrevista com Augusto da Silva Telles*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

FLORES, Ralf José Castanheira. *São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ; Minc-Iphan, 2005.

FOUCAUT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony et al. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997.

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES, Cristiane Souza. *Experimentações em Diamantina: um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado (1938-1967)*. Tese (FAUUSP). São Paulo, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

_____. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Iphan 2007.

_____. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

_____. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: Ed. UFF, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. "Modernity and its futures". Londres: Polity Press/The Open University, 1992.

HANDLER, Richard; LINNEKIN, Jocelyn. On sociocultural discontinuity: nationalism and cultural objetification in Quebec. *Current Anthropology*, v. 25, n. 1, 1984.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIDEGGER, Martin. Construir, Habitar, Pensar. In: *Ensaio e Conferências*. Petrópolis: Vozes. 2ª ed. 2002.

HEIZER, Alda; VIEIRA, Antônio Augusto Passos. *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

HEYMANN, Luciana Quillet. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

_____. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: *Caderno de diretrizes museológicas I*. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; ed. Puc-Rio, 2006.

LANARI, Raul Amaro de O. *O patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-45)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da UFMG, 2010.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2003.

LEAL, Claudia Feirabend Baeta (org.). *As missões da Unesco no Brasil*: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEPETIT, Bernard. Arquitetura, geografia, história: usos da escala. In: *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Ed. USP, 2001.

LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Revista Projeto História*, SP, n. 17, 1998.

MAGALHÃES, Aloísio. *E o triunfo?* A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

_____. Arte, tradição e nacionalismo (1941). In: *Homens e temas do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Zélia Valverde, 1944.

MENESES, José Newton Coelho. Memória e historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades. In: AZEVEDO, Flavio Lemos Mota de; CATÃO, Leandro Pena; FERREIRA, João Ricardo (orgs.). *Cidadania*,

memória e patrimônio: as dimensões o museu no cenário atual. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *I Fórum do Patrimônio Cultural*, vol. 1. Ouro Preto, 2009.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n° 21, 1998.

MENICONI, Evelyn Maria de Almeida. *Monumento para quem? A preservação do patrimônio nacional e o ordenamento do espaço urbano de Ouro Preto (1937-1967)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC, 2004.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n° 22 de 1987.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MOTTA, Lia. As cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

_____. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: Iphan, n° 22, 1987.

NEVES, Rodrigo. *História e turismo: a “mercadorização” do “patrimônio histórico” e a elitização da área central de Tiradentes (1980-2012)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSJ, 2013.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventário do patrimônio cultural no Brasil. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007.

_____. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 16, 1995.

PESSOA, José (org.). Lucio Costa. *Documentos de trabalho*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einadi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. Museu, nação, acervo. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sara Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RIBEIRO, Cecília. Viana de Lima em missão da Unesco no Brasil. *Urbana*, Campinas/SP, V.5, nº6, 2013.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2003.

RUBINO, Silvana. Lucio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, 2002.

_____. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan, nº 24, 1996.

_____. *Fachadas da História: Os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Salvador: UFBA, 1995. Dissertação, Faculdade de Arquitetura, 1995.

SANTOS, Mariza Veloso Mota. Nasce a academia Sphan. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília: Iphan, nº 24, 1996*.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Mec/Sphan/Pró-Memória, 1980.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

SILVA, Regina Helena Alves da. *A Invenção da metrópole*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade de São Paulo, 1997.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: FILHO, Evaristo de Moraes (org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SIRINELLI, Jean-François. “As elites culturais”. In: RIOUX, J. P. & SIRINELLI, J. P. (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

SORGINE, Juliana. “*Salvemos Ouro Preto*”: a campanha em benefício de Ouro Preto – 1949-1950. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.

TAVARES, Denis Pereira. *O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei: negociação e conflito entre projeto de apropriação e uso do patrimônio cultural (1938-1967)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

THOMPSON, Ana Lúcia (org.). *Entrevista com Augusto da Silva Telles*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995.

VASCONCELOS, Sylvio. *Mineiridade: ensaio e caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Maná*, Rio de Janeiro, vol. 12, nº 1, 2006.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA & DELGADO (orgs.). *O Brasil republicano 2 – O tempo do nacional estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.